

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES

ISABELLA MARQUES DE OLIVEIRA

POR UMA PEDAGOGIA FEMINISTA... “ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES!”

RECIFE
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES

Isabella Marques de Oliveira

Por uma pedagogia feminista... “Até que todas sejamos livres!”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI, das Instituições Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – como requisito à obtenção do título de mestra, sob orientação da professora Dra. Ana Paula Abrahamian de Souza e da professora Dra. Denise Maria Botelho.

RECIFE
2019

Isabella Marques de Oliveira

Por uma pedagogia feminista... “Até que todas sejamos livres!”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGEI, das Instituições Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – como requisito à obtenção do título de mestra, sob orientação da professora Dra. Ana Paula Abrahamian de Souza e da professora Dra. Denise Maria Botelho.

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Abrahamian de Souza (Orientadora)
UFRPE – FUNDAJ

Prof.^a Dr.^a Denise Maria Botelho (Orientadora)
UFRPE-FUNDAJ

Cibele Maria Lima Rodrigues (Avaliadora Interna)
UFRPE-FUNDAJ

Andrea Lorena Butto Zarzar (Avaliadora Externa)
UFRPE

Allena Carvalho Lage (Avaliadora Externa)
UFPE

Dedico esta dissertação à Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco, movimento através do qual conheci o feminismo popular e reivindicativo.

Dedico, também, à minha eterna presidenta, Dilma Rousseff, por sua força inabalável na defesa da democracia brasileira.



Imagem 1: Dilma Rousseff exhibe a camisa que recebeu da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-discurso-feminista-de-dilma-rousseff-em-salvador-por-nathali-macedo/>. Acesso em: 09/01/2019.

SOBRE ABRAÇAR E AGRADECER...

Trata-se de um fim-começo, que me encheu de lágrimas. Não é costume.

Fim-começo, em vez de fim, soa mais eufêmico a quem não suporta despedidas. A quem prefere ignorá-las.

Dessa vez não houve fugas.

Encaro.

[...]

Como todo fim-começo. Começamos pelo fim. Pela ponta. Pelo que hoje se vê.

Ana Paula Abrahamian, és uma mulher forte. Treinada nos ofícios da reflexão e intelecto. Sou grata por toda dedicação nos meus últimos momentos de parto. És mais do que minha orientadora. És minha doula. A mão que segurei ao dar à luz. E tudo se fez vida no meio de nós, porque nisso somos peritas. Dar à luz.

Denise Botelho, a bênção! Grata por toda sua sabedoria ancestral e pela liberdade que me deste para a construção desta pesquisa.

Lole, mulher incrível! Obrigada por sempre renovar minhas forças, por confiar em meu potencial. Ainda que, por vezes, sejam suas impressões exageradas. Acolho-as, porque me deixam felizes.

Joseane Teixeira, minha chefinha, quem sempre legitimou minhas revoluções. Obrigada pela consciência de classe, de gênero e raça que demonstraste quando minha coordenadora. Obrigada por toda sua subversão. Obrigada por diante da iminência da Reforma da Previdência sempre me lembrares de que uma greve deve ser decidida pelas trabalhadoras, não pelos patrões. É preciso muita coragem. Tu a tens. Tenho muito orgulho de ter sido sua aluna na 5ª série e ter a oportunidade de aprender a cantar em tupi.

Cibele Rodrigues, quero sempre caminhar contigo, literalmente. Obrigada por todas as conversas, leveza e abertura. Sempre nos encontraremos na teoria e militância.

Grata também a você, Ana Abranches. Obrigada pela compreensão. Pela escuta. Por todo apoio. Pelas conversas. Por sua força, que rompe estereótipos.

Sou muito grata à professora Gil, com quem tive pouco contato, mas o suficiente para admirá-la.

Obrigada a todas as trabalhadoras do PPGECI. Eu sinto muito orgulho de vocês. Muito orgulho mesmo. Levarei comigo todas as contribuições.

Obrigada GEPERGES – Audre Lorde. Aguarde-me que estarei de volta. Mazé e Graça, vocês são arretadas. Muito obrigada!

Às mestrandas do PPGECI, todo meu agradecimento. Ju, com quem partilhei angústias e feminismo, Jedi, a casa será sempre sua, Ana Japiá, você já sabe... Nane, Dani, Wedja, Sarah, Ana Paula, Carolzinha, Niceia, Cíntia, Thaís, Cris, Joelma, Priscilla, mulher invocada. Vamos dominar a Academia!

Hilda Torres, obrigada por ter me ensinado a respirar.

Obrigada, Mariinha e Claudinha, pela revisão do meu projeto.

Sou grata, também, à minha professora de filosofia e sociologia, Gil, quem me incentivou o retorno à Academia.

A todas as companheiras da Marcha Mundial das Mulheres... mil vezes, muito obrigada!

Sheila e Shirley Samico, sou grata por toda oferta de vida. Obrigada pela paciência e militância. Andrea Butto, muito obrigada pela solidez e coerência. Vivi, por todo entusiasmo. Marize, por toda disposição. Rafa, por todo carinho (serei sempre grata a ti).

Bianca, Eva, Eurídice, Evânia, Carol, Ana, Elisa Maria, Gleisa, Ranúzia, Nathália, Gabi. Todas que fazem a MMM, gratidão!!

Gratidão, ainda, a todas as minhas alunas e ex-alunas. Vocês dão sentido e direção à minha militância.

Cida pedrosa, obrigada por sua poesia comovente.

Gratidão à Fafire. A Liliane Jammir. A Lúcia Ribeiro. A Nelma Azevedo, a Norma. A Dulce.

Gratidão pelas relações que criei na Fundação Bradesco. Pelas amizades que construí e habilidades que desenvolvi. Às minhas eternas professoras: Ana Catarina, Irenilda, Laurici. Às minhas amigas, Edlane, Daiane, Érika, Josilene, Tati.

Obrigada às crias do Manuela Valadares. Mayara, Paula, Isabelly, Karla. Que infância deliciosa ao lado de vocês!

Às mulheres da minha família. Mulheres fortes. Mulheres lindas. Mulheres presentes em mim: vovó Irene, Irani (mainha), Larissa, Rejane, Raquel, Nanda. Gabi. Somos em menor número, mas sem dúvida alguma, em maior força. Muito obrigada!

A mim. A toda minha capacidade de refazer-me. À mulher que hoje sou. A estas pernas fortes que hoje se encontram de pé, apesar de, e aos meus braços longos, de querer abraçar o mundo.

A todas as mulheres que me antecederam na luta.

Muito obrigada e licença. Porque eu estou só começando.

Trata-se de um fim-começo, (eu já falei?), que me encheu de lágrimas. Não é costume.

Resumo

Um dos pressupostos da pedagogia feminista é de que as construções sociais de gênero não somente separam as categorias feminino e masculino, contudo, hierarquizam-nas. Dessa forma, a subalternização, bem como as opressões, muitas vezes reforçadas por processos educativos sexistas, que alimentam e estruturam uma sociedade desigual, são definidas por relações de poder, nas quais as mulheres, em sua maioria, são subordinadas e impedidas de tecerem sua própria história. No entanto, para além de uma educação opressora e de condutas que tutelam e reproduzem o sistema capitalista-racista-patriarcal, inserem-se os movimentos sociais feministas, que têm buscado, mediante ações pedagógicas, o fortalecimento, a emancipação e a autonomia de grupos subalternizados. Assim sendo, é no contexto de práticas emancipatórias, que a presente pesquisa visa compreender os pressupostos das pedagogias feministas desenvolvidas na cidade do Recife pela Marcha Mundial das Mulheres, movimento social esse, que incorpora as demandas locais a um feminismo de caráter transnacional. Nesse sentido, busca-se apontar, através desta pesquisa-ação, fundamentada nos princípios da investigação feminista, na história e teoria feminista e na pedagogia feminista e popular, por intermédio não somente da observação participante, enquanto técnica de pesquisa, mas também de entrevistas narrativas realizadas com cinco ativistas do movimento, como a dinâmica dessa organização, à qual subjazem tanto a sociedade civil quanto política, fomenta, pois, por meio de uma construção social democrática e participativa, práticas pedagógico-feministas comprometidas com o enfrentamento ao patriarcado.

Palavras-chave: Feminismo. Marcha Mundial das Mulheres. Pedagogia Feminista.

Resumen

Uno de los presupuestos de la pedagogía feminista es de que las construcciones sociales de género no solamente separan las categorías femenino y masculino, si no que las jerarquizan. De esa forma la subalternidad, bien como las opresiones, muchas veces reforzadas por procesos educativos sexistas, que alimentan y estructuran una sociedad desigual, son definidas mediante las relaciones de poder, en las cuales las mujeres, en su mayoría, son subordinadas e imposibilitadas de construir su propia historia. Sin embargo, más allá de una educación opresora y de conductas que tutelan y reproducen el sistema capitalista-patriarcal, se insertan movimientos feministas, que han buscado, a través de acciones pedagógicas, el fortalecimiento, la emancipación y la autonomía de grupos subalternados. Siendo así, es en ese contexto de prácticas emancipatorias que, en la presente investigación, pretende entender los supuestos de las prácticas feministas desarrolladas, en la ciudad de Recife, por la Marcha Mundial de las Mujeres, movimiento social que incorpora las demandas locales en un feminismo transnacional. En este sentido, se busca revelar, por medio de esta investigación-acción, basa en los principios de la investigación feminista, como la dinámica de esa organización, al cual subyacen, tanto la sociedad civil cuanto la política, fomenta, por medio de una construcción social democrática y participativa, prácticas pedagógico-feministas comprometidas con la confrontación del patriarcado.

Palabras-clave: Feminismo. Marcha Mundial de las Mujeres. Patriarcado. Pedagogia Feminista.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Dilma Rousseff exibe a camisa que recebeu da Marcha Mundial das Mulheres	4
Imagem 2: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco no ato 08 de Março	14
Imagem 3: Marcha mundial das Mulheres no Grito das Excluídas.	25
Imagem 4: Delegação da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco na Marcha das Margaridas.....	55
Imagem 5: Delegação da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco na Marcha das Margaridas.....	74
Imagem 6: II Escola Feminista	99
Imagem 7: Reunião de preparação para Marcha das Margaridas	125
Imagem 8: Reunião na Comunidade Palha de Arroz	127
Imagem 9: III Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco.....	137
Imagem 10: Convite para o III Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco.....	137
Imagem 11: Reunião do núcleo Recife na AMPAC	139
Imagem 12: IV Escola Feminista, núcleo Soledad Barrett.....	142
Imagem 13: Grafiteagem de Muro no Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato.....	146
Imagem 14: Roda de Diálogo sobre a Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, na Comunidade Palha de Arroz.....	149
Imagem 15: Roda de Diálogo sobre a Mulher Negra, na Turma do Flau	149
Imagem 16: Panfletagem contra a Reforma da Previdência, na Praça do Derby	151
Imagem 17: Discussão na AMPAC sobre a Reforma da Previdência, o cenário da Venezuela e o desmonte de políticas públicas	152
Imagem 18: Bazar e discussão sobre a Reforma da Previdência, realizados na Iputinga.	160
Imagem 19: Bolsas vendidas para a Marcha das Margaridas.....	161
Imagem 20: Mobilização de Recursos para Marcha das Margaridas.....	162
Imagem 21: Oficina sobre como produzir sabão, realizada em Palha de Arroz.....	165
Imagem 22: Primeira etapa da IV Escola Feminista.....	168
Imagem 23: Reunião na Turma do Flau.....	172
Imagem 24: Ato 08 de Março 2019	179
Imagem 25: Batucada Feminista.....	181
Imagem 26: Lambe-lambe feminista	183
Imagem 27: Primeiro ato EleNão em Recife.....	187
Imagem 28: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco nas ruas de Recife	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC	Análise de Conteúdo
AGG	Agenda Global de Gênero
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMPAC	Associação de Mãe, Pai e Adolescente do Coque
ANA	Associação Nacional de Agroecologia
ASC	Aliança Social Continental
BM	Banco Mundial
CEB	Câmara de Educação Básica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CI	Comitê Internacional
CIFA	Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia
CLOC	Coordenadoria Latino-Americana de Organização do Campo
CP	Consulta Popular
CN	Coordenação Nacional
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores/as na Agricultura
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CUT	Central Única dos/as Trabalhadores/as
DS	Democracia Socialista
EFLAC	Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EP	Educação Popular
FAFIRE	Faculdade Frassinetti do Recife
FAMA	Fórum Alternativo Mundial da Água
FBP	Frente Brasil Popular
FFQ	Federação de Mulheres do Quebec
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
FSM	Fórum Social Mundial

FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
G8	Grupo dos 8
GEPERGES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde
GMM	Grupo Mulher Maravilha
LBT	Lésbica, Bissexuais e Transsexuais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MM	Marcha das Margaridas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MMN	Marcha das Mulheres Negras
MTC	Movimento de Trabalhadoras Cristãs
MMTR – Ne	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MST	Movimento das Trabalhadoras Rurais Sem Terra
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAE	Política de Ajuste Estrutural
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos/as Trabalhadoras
PPGECI	Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
REMTE	Red Lationamericana Mujeres Transformando La Economia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPMS	Universidade Popular dos Movimentos Sociais

SUMÁRIO

DAS MULHERES QUE POVOAM A MEMÓRIA.....	15
Ô ABRE-ALAS, QUE AS MULHERES VÃO PASSAR: movimentos sociais, feminismo e educação ...	18
.....	25
1 “É QUE TEM MAIS CHÃO NOS MEUS OLHOS DO QUE CANSAÇO NAS MINHAS PERNAS” ... (UM NOVO PARADIGMA).....	26
1.1 “Sem feminismo, não há academia”: um giro epistemológico e feminista.....	29
1.2 “Nós vamos provocar uma revolução mundial”: <i>Habemos</i> um método.....	34
1.3 “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente com a roupa que escolhi”: sobre técnicas e feminismo.....	38
1.3.1 Entrevista narrativa	40
1.3.2 Observação Participante	45
1.4 “Somos de todos os novelos”: ressignificando categorias	50
1.5 “Feminismo é revolução”: sobre mulheres e técnicas	51
2 “ALERTA, ALERTA, ALERTA QUE CAMINHA A LUTA FEMINISTA PELA AMÉRICA LATINA” – FEMINISMO, HISTÓRIA, IMPASSES E DESAFIOS.....	56
2.1 “E a ciranda vai girando, e as mãos vão se encontrando”: para pegar o passo	56
2.2 “Companheira me ajude, que eu não posso andar só” - Década de 90: uma crítica ao processo de ONGuização.....	58
2.3 “Se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista”: o surgimento de um feminismo radical.....	63
2.4 “Menina, o que fazer com o patriarcado?”: descentramentos, tensões e divergências	66
2.4.1 “Machistas, racistas, não passarão”: gênero, raça e classe	66
2.4.2 “A nossa luta é todo dia”: pautas incorporadas nas lutas feministas	69
2.4.3 “Mulheres contra o machismo e o capitalismo neoliberal”: uma crítica ao processo de ONGuização	70
.....	74
2.5 “NO BATUQUE DO TAMBOR A REVOLTA SOCIAL”: Marcha Mundial das Mulheres!.....	75
2.5.1 “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres”: a radicalidade feminista num brevíssimo panorama.....	75

2.5.2 “Contra política neoliberal, somos as mulheres da Marcha Mundial”: América Latina contra Alca	81
2.5.3 Mulheres em movimento mudam o mundo: no Brasil, somos Marcha!.....	84
2.5.4 Resistimos para viver, marchamos para transformar: o feminismo antissistêmico na MMM pela MMM	91
2.5.5 Nós seremos resistência!: como a MMM está organizada?	96
2.6 “Sou feminista pra fazer revolução”: pedagogia/s feminista/s... até que todas sejamos livres	100
2.6.1 “Eu sou mulher, sou feminista, vim pra acabar com seu conceito machista”: historicizando e conceituando a pedagogia feminista	100
2.6.2 E para a vida melhorar, temos que nos organizar, se a mulherada se unir, o machismo vai cair: estrutura, modelos e planejamentos das pedagogias feministas.....	110
2.6.3 “Vai avançar. Vai avançar. Vai avançar o feminismo popular”: a pedagogia popular é também feminista?	116
3. POR UMA PEDAGOGIA FEMINISTA... ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES: os pressupostos das práticas educativas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres na cidade de Recife	126
3.1 Nós somos as mulheres da Marcha Mundial! – militantes têm nomes, rostos e histórias..	126
3.2 É feminismo! É radical! Em Pernambuco somos Marcha Mundial - O local do transnacional: histórico, tensões, refazimentos.....	131
3.2.1 Recife-Soledad: todos os dois eu acho uma coisa linda	138
3.3 Sou feminista, não abro mão, do socialismo e da educação – A pedagogia feminista da MMM em Recife: práticas, avanços, desafios e rebatimentos.....	145
3.4 Feminismo é revolução! Educação é revolução! – Pressupostos pedagógicos, feministas e populares presentes nas atividades e relações desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife	155
3.4.1 Auto-organização	156
3.4.2 Troca de experiências	162
3.4.3 Diálogo	168
3.4.4 Coletividade e horizontalidade	173
3.4.5 Autonomia das mulheres.....	176
3.4.6 Criatividade: pressuposto ético-estético na produção de identidades políticas	180
3.4.7 Luta	185
4 REFLEXÕES FEMINISTAS	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194
ANEXOS.....	205



Imagem 2: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco no ato 08 de Março, em 2019. Foto: Crislayne Silva. Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Quando nada for possível de ser mudado e a pré-história nos parecer, enfim, triunfar,

[...]

Maria, não desacredite, vá com as outras!

Daniela Castilho

DAS MULHERES QUE POVOAM A MEMÓRIA

UM RELICÁRIO

eu trago mulheres no peito
 como se fossem amuletos,
 não as mulheres-sóis,
 mulheres-flores,
 mulheres-luas,

antes, prefiro
 as mulheres-nós,
 mulheres-vozes,
 mulheres-cruas,

eu trago mulheres no ventre
 como se fossem serpentes (venenosas),
 não as mulheres-deusas,
 mulheres-santas,
 mulheres-fadas,

antes, prefiro
 as mulheres-bruxas,
 mulheres-vulvas,
 mulheres-bravas,

eu trago mulheres no baço
 como se fossem relicários,
 não a mulher-estátua,
 a mulher-quadro,
 mulher-foto,

antes, prefiro
 a mulher-rua
 MO-VI-MEN-TO
 a mulher-proto

eu trago mulheres no tronco
 como se fossem sustância,
 não mulheres-costelas,
 mulheres-pecados,
 mulheres-fraquejos,

antes, prefiro
 as mulheres-livres
 mulheres-escolhas,
 mulheres-acertos,

sou eu mesma toda mulher
 em favor das mulheres
 que habitam em mim.

Isabella Marques (20-Set-2019)

É com profunda gratidão que lembro as mulheres as quais me antecederam. Não me refiro exclusivamente a grandes nomes universais, Dandara, Beauvoir, Ângela Davis. Falo de uma gente comum, mesmo, muito trabalho, pouco estudo, uma vida resumida ao lar, cheia de limitações, vícios e amarras: “ser homem é muito melhor do que ser mulher”, ouvia ainda menina.

Nasci numa família pobre, marcada pelo fundamentalismo religioso, por tabus e, evidentemente, por uma cultura sexista. Ainda pequena, já punha em xeque estereótipos de gênero, detestava brincar de boneca ou casinha, ao passo que me divertia batendo bola, andando de bicicleta e jogando videogame, um Super Nintendo que, por insistência da minha mãe, acredito eu, me foi dado de presente.

O fato é que foi também ainda pequena que sofri o peso de se nascer mulher, de possuir vulva, bunda e peitos, que cresciam e demonstravam seus contornos por volta dos meus 11 anos. Foi nessa idade, que sofri meu primeiro assédio, praticado por um senhor, provavelmente um “pai de família”, “um cidadão de bem”. Nossa, como eu chorei. Recordo que meu pai, desesperado, numa tentativa frustrada, saiu enfurecido de casa, no intuito de vingar a filha violentada. Havia sido o meu primeiro assédio, mas não o último, porque a vida de uma garota, por mais que se tente protegê-la, é marcada por muitas violências, quase sempre silenciadas. Afinal, depois de ter sido assediada, a ordem era silenciar. Nos almoços de domingo, nenhuma palavra, nenhuma conversa, nenhuma explicação.

O problema é que sofrer assédio não havia sido uma exclusividade minha. Na escola, minhas amigas relatavam experiências semelhantes. Foi nesse período que comecei a pesquisar sobre o feminismo e a ler a biografia de “algumas feministas”: Safo, Beauvoir, Iansã! Hoje eu sei que eram, tão somente, as histórias de mulheres visíveis o que, na verdade, eu lia. Por incrível que pareça, para garotas pobres, nos finais dos anos 90, o movimento feminista não era algo tão evidente assim, havia um tabu que envolvia essa esfera, “professora, a senhora é feminista”, perguntava eu, para uma mestra das letras muito amada por mim, “não, sou feminina”, foi a resposta que obtive.

Ainda que frustrada, não abria mão das minhas leituras, lia sobre mulheres revolucionárias, mulheres que entraram e marcaram a história, mulheres que faziam literatura, porque essas informações não me chegavam através dos livros didáticos, marcados por um androcentrismo fatigante. Livros, aulas, pesquisas, religião, a vida é sempre muito masculina, pensava eu. De certo que as censuras tentavam sempre me moldar. A escola, a família, os adultos que me rodeavam já não me achavam espirituosa, à medida que eu entrava na

adolescência, já não ouviam com bons ouvidos os meus questionamentos, minhas críticas, já se incomodavam com as tantas mobilizações inflamadas por mim. “LIDERANÇA NEGATIVA”. Lê-se na minha ficha escolar. Para escolas fundadas no pensamento sexista, o pensar será sempre negativo, porque é libertador.

Entrei para a faculdade de letras e descobri o mundo. Conheci e me reconheci na figura de mulheres parecidas comigo. Já não era uma rebelde sem causa, como me fizeram acreditar, era uma revolucionária. Tomei gosto pela literatura, aprendi a recitar, me dediquei, por um tempo, à poesia, “feminista”, insistia sempre na alcunha. Conheci poetas tão marginais quanto eu. Nós, feministas, seremos sempre marginais. Fui de uma época áurea, dos grandes recitais em Recife. Dizíamos poemas impressos pelo nosso corpo de mulher. Voávamos poeticamente. A poesia foi minha primeira militância.

Foi ainda na faculdade que decidi morar sozinha. Não sozinha, exatamente, com amigas, Lili, Eliane, Rozy, umas das primeiras ativistas da Marcha Mundial das Mulheres, no Estado de Pernambuco. Éramos quatro. Éramos Marcha. Eu, a menos disciplinada de todas, pois embora marchante, não frequentava as reuniões... Aprendi muito, nesse período, sobre o feminismo antissistêmico¹, sobre o feminismo pés no chão, o feminismo crítico. Sou grata às minhas companheiras por me fazerem compreender o feminismo enquanto projeto coletivo, para além de um empoderamento pessoal.

Contudo, foi somente no final de 2016, após o golpe contra presidenta Dilma, quando a nossa democracia havia sido verdadeiramente atacada, que resolvi dedicar-me intensamente ao movimento feminista. Ainda hoje me culpo por ter perdido tanto tempo. Retomei intensamente e de maneira efetiva minha atuação na Marcha Mundial das Mulheres. Daí para cá, eu e outras companheiras vimos nos auto-organizando, ao mesmo tempo em que contribuindo para a auto-organização de outras mulheres.

Tenho, desde então, aprendido mais do que ensinado, confesso. Construir política com as próprias mãos exige grandes responsabilidades, no entanto é não apenas gratificante, contudo, necessário. Pensar um mundo feminista, desde então, tem sido um propósito que se materializa, também, nesta dissertação, que para mim, trata-se de um meio, um através, mas não o fim de minha militância, pois seguirei sempre em marcha **ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES!**

¹ Em entrevista a Cult, Nalu Faria (2017) explica que o feminismo antissistêmico é crítico ao capitalismo, racismo e patriarcado.

Ô ABRE-ALAS, QUE AS MULHERES VÃO PASSAR: movimentos sociais, feminismo e educação

Estudar processos educativos em movimentos sociais, no Brasil, é regressar, a princípio², à década de 60³, período marcado por mudanças e transformações em diversas partes do mundo. Em terras brasileiras, presenciou-se, sobretudo, a luta das⁴ estudantes contra o regime militar. Nesse sentido, a atual conjuntura abriu espaço para passeatas, rebeliões, greves e manifestações nas ruas, como estratégias de enfrentamento à polícia e a órgãos de repressão (Maria da Glória GONH, 2015).⁵

Mais tarde, a partir de 1970, o país testemunhou uma onda dos movimentos sociais de base que, alicerçados em esforços coletivos e por vezes tutelados pela Igreja Católica, reivindicaram o fazer política através de outros meios que não fosse, por exemplo, as lutas armadas. Assim sendo, dava-se prosseguimento ao combate das injustiças por meio de estratégias “inteligíveis⁶” e “objetivos racionais⁷”. Nessa perspectiva, a contribuição dessas organizações estava diretamente ligada ao modo como as participantes se encontravam inseridas em suas comunidades, visto que suas atuações políticas se atrelavam às necessidades dos grupos comunitários (GOHN, 2015).

É dentro desse contexto que se encontram, também, os movimentos de mulheres. Dessa forma, é preciso evidenciar que foi através dos pressupostos de uma educação popular, promovida em espaços não formais, que o movimento feminista mobilizou e ainda hoje, mobiliza, mulheres no mundo todo. Na década de 70, dentre muitas reflexões, as mulheres conseguiram estabelecer uma conexão direta entre o ciclo de violência vivenciado durante o regime militar com a violência sofrida por elas na esfera doméstica e reprodutiva da vida. Assim, uma nova concepção da mulher brasileira foi emergindo: agora, engajada em

² Compreendo que a emergência da Educação Popular é anterior aos anos 60. Contudo, faço aqui esse recorte temporal para focalizar na experiência vivenciada dentro dos movimentos sociais.

³ As décadas citadas nesta dissertação, referem-se, sempre ao século XX.

⁴ No texto “A educação como prática da liberdade: novas leituras possíveis”, Cláudia Korol (2007) reflete sobre o sexismo dos nossos discursos, que, por vezes, exclui o feminino, sob a justificativa de que o uso do masculino inclui, automaticamente, as mulheres. Korol defende a ideia de que a invisibilização discursiva das mulheres seja de ordem política. Particularmente, acredito nisso também. Sendo assim, adotarei uma escrita redigida exclusivamente no feminino, com o objetivo de disputar, aqui, uma narrativa feminista.

⁵ Ao citar pela primeira vez uma pesquisadora, emprego nome e sobrenome com o intuito de visibilizar as mulheres inseridas nos espaços científicos. Posteriormente, disserto seguindo as regras da ABNT, que exigem a menção apenas ao sobrenome das teóricas.

⁶ Ao se referir às estratégias dos movimentos sociais de base como “inteligíveis”, Gohn (2014) adota uma expressão utilizada, com recorrência, pelas líderes da Igreja Católica, que se opunham, na década de 70, à luta armada.

⁷ *Idem.*

mobilizações de ruas e consciente de seu papel transformador, na defesa de seus direitos, bem como na denúncia das desigualdades sofridas (Vera SOARES, 1994).

Ainda, a grande crise econômica, acompanhada de uma inflação desenfreada que atingiu o Brasil nos anos 70 e toda década de 80, e o processo de abertura política foram dois grandes episódios fundamentais que mobilizaram, massivamente, movimentos populares, setores da esquerda política, grande parte da classe trabalhadora e, também, a ala mais progressista da Igreja Católica, que se consolidou como uma espécie de guarda-chuva organizacional para oposição ao regime militar, bem como mobilizou mulheres trabalhadoras rurais, na luta pela reforma agrária e pela terra (SOARES, 1994). Nesse contexto, duas grandes ações realizadas por mulheres foram postas em prática, através de ações contra a alta do custo de vida e o movimento de luta por creche. Dessa forma, ficou provado que as regras autoritárias dos militares, que tinham por objetivo deslegitimar os direitos das cidadãs, mobilizaram mulheres, frequentemente marginalizadas na política, em torno do combate pela restituição da democracia no país (SOARES, 1994).

Assim, deu-se início a uma nova era na organização de movimentos sociais em toda a América Latina. Mais especificamente a partir dos anos 80, no Brasil, a atual conjuntura, marcada pela promulgação da Constituição de 1988, foi oportuna para elaboração de políticas públicas destinadas às mulheres, afrodescentes, povos indígenas, povos originários, crianças, idosos e homossexuais, bem como se tornou campo fértil para a construção de movimentos sociais identitários. Em contrapartida, cresceu também o associativismo civil, formado por pessoas menos organizadas em movimentos sociais de reivindicações, lutas e pressões diretas, no entanto, mais concentradas em organizações sociais que visavam ao desenvolvimento de projetos e programas sociais em parceria com órgãos estatais (GOHN, 2015), é nesse contexto que as demandas das mulheres passaram a ser incorporadas às políticas sociais do Estado.

Posteriormente, surgiram também, outras formas de associações. Esse fenômeno observado em 1990, evidenciou múltiplos meios de organizações populares, como os diversos Fóruns (Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular, entre outros), que promoviam encontros nacionais de grande alcance, com intuito de fomentar diagnósticos dos problemas sociais, bem como definir metas e estratégias para solucioná-los. Do mesmo modo, intensificaram as iniciativas e parcerias entre a sociedade civil e o poder público. Essas, tinham em comum a reivindicação da participação das cidadãs na gestão dos negócios públicos (GOHN, 2011).

Isso posto, o panorama, já no final da década de 90, esteve estruturado desta maneira: diversos tipos de movimentos sociais, novas demandas. Surgiram movimentos multi e

pluriclassistas, organizações populares e comunitárias de base, bem como os movimentos transnacionais, os quais propunham uma atuação alter, antiglobalização ou antissistêmica, que ultrapassava fronteiras, muitas vezes, por meio das redes sociais. Dessa forma, vinculados ao *Orkut*, *Facebook*, *Youtube*, fizeram emergir, portanto, o ciberativismo⁸. O feminismo se elevou a uma esfera global, alcançando uma visibilidade, até então, nunca experimentada. É nesse cenário que surge a emblemática Marcha Mundial das Mulheres (MMM), reivindicando um feminismo antissistêmico e popular, opondo-se definitivamente contra a política neoliberal dominante na década.

No Brasil contemporâneo dos anos 2000, os movimentos sociais tornaram-se ainda mais difusos. Isso significa dizer, especificamente, que a diversidade de organizações e atuações se intensificaram, bem como se tornaram cada vez mais complexas. Essa realidade, pensada em termos de uma Sociologia dos Movimentos Sociais⁹, alcança a magnitude das organizações que atuaram na década de 60 e 70, uma vez que os movimentos atuais reformulam novas pautas de lutas e repolitizam-se para além de uma esfera institucional e partidária (GOHN, 2015).

Faço aqui esse breve percurso histórico para afirmar que nesse contexto de lutas, é preciso destacar o papel da educação enquanto prática fundamental na formulação de projetos e conquistas. Afinal de contas, foram (e são) as práticas e pedagogias educativas, desenvolvidas pelos movimentos sociais, aquelas que possibilitaram e possibilitam que grupos sociais reconheçam as dinâmicas de opressão os quais os envolvem. São esses espaços e tempos, por vezes subestimados, que sustentam, bem como permitem encontros, leituras, reformulações de um projeto de vida e alimentam, sobretudo, a esperança na dignidade.

Conforme Conceição Paludo (2015), nos processos de resistências das classes populares na América Latina, é, nitidamente, possível identificar uma concepção educativa vinculada à dimensão política. No Brasil, mais especificamente, a relação entre movimentos sociais e educação foi vagarosamente construída a partir dos anos 60, com a utilização dos pressupostos freirianos pelas Ligas Camponesas, e esteve relacionada com a construção de um projeto de emancipação humana, pautado numa ordem societária não regida pelo capital. Trata-se, pois, de uma proposta distinta daquela orientada por uma perspectiva hegemônica, que desde a década de 70, busca transformar educação em mercadoria.

⁸ Para Gohn (2011, 2014), o ciberativismo está relacionado a novas práticas de protestos e mobilizações situadas em torno das novas tecnologias de comunicação e informação pelas ativistas.

⁹ No artigo “A relação entre a Educação Popular e os movimentos sociais na construção de sujeitos coletivos”, Gohn (2015), busca resgatar os aspectos sociológicos sobre o papel da educação popular na contribuição de sujeitos sociopolíticos. Nessa perspectiva, a pesquisadora analisa as características comuns aos movimentos sociais desde a década de 70 até o ano de 2013.

Dessa forma, as práticas educativas no interior dos movimentos sociais vão se firmando na medida em que as análises teóricas¹⁰ identificavam no Estado, notadamente através de uma concepção formal de educação, a reprodução de relações econômicas e socioculturais desiguais. Segundo Paludo (2015), esse movimento intensificou-se, de modo que transformou o povo numa expressão política de si mesmo, cujo desejo se encaminha para a construção de um “poder popular”. Para Boff (2015, p. 1), “há sempre rachaduras nos processos hegemônicos e de dominação de classe, rachaduras essas, que despertam um ‘povo’ concreto, capaz de elaborar um projeto diferente para o país, bem como ensaiar práticas de resistência e de transformação das relações sociais vigentes”.

Historicamente, a educação como conceito e prática sempre suscitou o embate entre campos políticos distintos. Assim sendo, na contramão dos setores hegemônicos, representados pelo projeto da Modernidade, os movimentos sociais passaram a reivindicar a possibilidade de pensar numa sociedade a partir de interesses comuns, através de uma democracia participativa, que supõe, sobretudo, o engajamento popular na construção de uma proposta social.

Com efeito, para Paludo (2005), existe uma relação direta entre projeto de sociedade, projeto de desenvolvimento e projeto de educação. Portanto, diante das contradições do projeto da Modernidade, materializado no modo de produção capitalista, na exploração da força de trabalho e assentado no domínio cultural, práticas educativas alternativas às pedagogias tradicionais e liberais foram constituindo-se enquanto mecanismos “das oprimidas”. Nesse sentido, é preciso ressaltar que as práticas educativas estão, sobretudo, relacionadas ao fazer educativo, que pode ser o fazer do Estado e das instituições escolares, mas também o fazer das organizações sociais. Assim, é possível compreender que a educação não pode ser confinada à escola, embora essa, tenha um papel fundamental a cumprir.

Desse modo, os movimentos sociais reivindicaram não uma educação para o povo, tampouco procuraram entendê-la como uma educação escolar do povo, alguma forma de cultura popular, ou algum tipo de educação para jovens e adultos. Tratava-se, conforme Paludo (2015), de algo muito mais amplo: “da vivência concreta de outro modo de relações sociais e de compreensão da realidade” (PALUDO, 2015, p. 227). Seu direcionamento permitia estabelecer vínculos entre a educação e os processos de produção de vida, da política, das classes sociais, do conhecimento, da cultura e do projeto de sociedade.

¹⁰ Segundo Paludo (2015), a teoria marxista, bem como os legados de Martí e Mariátegui, e acima de todos, Paulo Freire, as matrizes da Teologia da Libertação; do sindicalismo; a indigenista; do socialismo e das artes influenciaram a denominada Educação Popular.

Assim sendo, o caráter das práticas educativas no contexto dos movimentos sociais era moldado por meio de expressões como “povo sujeito de sua história”, “autonomia”, “conscientização”, “protagonismo popular”, “fazer com”, as quais indicavam orientações práticas, através do movimento permanente entre prática-teoria-prática, ver-julgar-agir ou ação-reflexão-ação. Esses eram os fundamentos metodológicos permeados pela relação entre saberes populares e o conhecimento factualmente acumulado (PALUDO, 2015).

Portanto, acompanhando o movimento de disputas da direção do desenvolvimento brasileiro foi emergindo o que teoricamente conceituamos de Educação Popular (EP), enquanto uma concepção de educação do povo. Vale destacar a importância da atuação do professor Paulo Freire, nesse processo, que cumpriu importante papel na formulação de uma pedagogia voltada para libertação. Conforme Paludo (2005), é objetivo da EP fazer com que a sociedade assuma como centro do processo educativo a formação humana, bem como a vivência de valores, que façam as relações sociais serem cada vez mais formadoras de seres humanos por inteiro.

Nesse sentido, a Educação Popular aproxima-se bastante do movimento feminista, de modo geral. Segundo Mariateresa Muraca (2015), a tentativa de se criar uma síntese social que se distancia do poder hegemônico e a transformação da realidade marcam importantes pontos de convergência entre a pedagogia freiriana e o feminismo.

Contudo, embora não partisse Freire de uma concepção essencialista da opressão, diferentemente de muitos outros pensadores marxistas, para os quais a classe proletária é universalmente responsável pelo processo revolucionário, algumas feministas passaram a criticar, por exemplo, a nítida distinção entre opressoras e oprimidas apresentada pelo professor. E mais do que isso: apontaram possibilidades de simultâneas e contraditórias posições de dominação. Dessa forma, hoje é bastante difusa a necessidade de levar em consideração articulações entre classe, gênero e raça, movimento esse que nos interpela em que medida somos opressoras, e em que medida somos oprimidas.

Confesso que a Educação Popular, ainda que tardiamente, chegou-me antes da Pedagogia Feminista. Nos primeiros anos em que passei a construir a Marcha Mundial das Mulheres na cidade do Recife, recordo que fiquei encantada com os momentos de estudo, das chamadas “análises de conjuntura” e rodas de formação. Queria eu poder expressar aqui, o quanto aprendi.

Foi somente no mestrado que tive a compreensão sobre o que de fato eu iria pesquisar. Conhecia muito pouco a teoria da Educação Popular, e menos ainda a pedagogia feminista, que me foi apresentada, no decorrer do curso, por Denise Botelho. E, embora eu tenha a consciência

do quanto as práticas educativas freirianas norteiam as pedagogias feministas, adoto este último conceito não somente pelos pontos de divergência que apresenta em relação ao primeiro, mas também porque entendo que a pedagogia feminista amplia o debate introduzido pela Educação Popular.

Dessa forma, compreendo que as práticas pedagógicas feministas amplificam horizontes no momento em que trazem as mulheres para o centro de suas práticas e permitem que também elas sejam parte de um processo revolucionário. Assim sendo, possibilitam que as mulheres, outrora silenciadas ao longo de décadas, construam um projeto de vida distinto daquele estabelecido pelo capitalismo-patriarcal. Com efeito, é possível afirmar que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos movimentos feministas apresentam um caráter historicamente educativo, processual e libertário, que pode ser desenvolvido dentro e fora do contexto escolar.

Nessa perspectiva, entendo que lutar pela educação, sobretudo, significa lutar pelos direitos, que se constituem um tema transversal na construção da cidadania, uma vez que dá universalidade às questões econômicas e sócio-políticas. Portanto, pressupõe-se que o combate não somente às estruturas patriarcais, mas racistas e capitalistas, que geram desigualdades e exacerbam hierarquias, integre-se como um eixo prioritário dos movimentos feministas.

Particularmente, tenho como ponto de partida uma experiência pessoal e ao mesmo tempo, coletiva, uma vez que represento, aqui, uma organização feminista. Nos últimos quatro anos tenho sido testemunha do que carinhosamente denomino de uma revolução silenciosa. Revolução essa, que me invadiu de questionamentos e inquietações, conduzindo-me a esta investigação. Assim sendo, na perspectiva de que a partir da luta por direitos, os movimentos feministas estimulam ações educativas, busco como objetivo central desta pesquisa compreender os pressupostos das pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, na cidade de Recife.

Figuram ainda como objetivos específicos desta dissertação: 1. Identificar as ações pedagógico-feministas promovidas pela Marcha Mundial das mulheres, na cidade do Recife; 2. Analisar as pedagogias feministas construídas pelo movimento em questão e 3. Aprender os rebatimentos das práticas educativas feministas na vida das mulheres. Dessa forma, almejo legitimar a pedagogia feminista como aporte para o enfrentamento de estruturas patriarcais, até que todas nós, mulheres, sejamos livres de opressões sexistas.

Sendo assim, na seção 1, aponto os percursos epistemológicos e metodológicos para a concretização desta dissertação. Para isso, fomento uma pequena reflexão acerca da investigação feminista, bem como explícito de que forma tal concepção tem compreendido a ciência, a partir de uma epistemologia emergente, que visa à valorização das experiências

vivenciadas pelas mulheres ao redor do mundo. Ainda, nesta parte do trabalho, evidencio os caminhos percorridos para construção de saberes e informações, de maneira pormenorizada, com o objetivo de notabilizar o rigor científico que segue esta pesquisa.

Na seção 2, busco dialogar com os conceitos, ideias, as tensões e desdobramentos que envolvem os percursos teóricos abordados nesta dissertação. Assim sendo, sistematizo o histórico dos movimentos sociais, sobretudo, no que tange à organização de mulheres, a fim de que, através da trajetória desse movimento, possamos compreender não somente a emergência das práticas pedagógico-feministas, mas também o contexto de origem da própria MMM. Ainda, reflito sobre os recentes estudos acerca da pedagogia feminista, analisada nesta investigação como um aporte para o desenvolvimento de uma educação libertadora e emancipatória de mulheres auto-organizadas. Por fim, nesta mesma seção, apresento a Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista transnacional, autônomo, consolidado no ano 2000.

Na seção 3, analiso os pressupostos da pedagogia feminista desenvolvida pela Marcha Mundial das Mulheres em Recife. Nesse sentido, arrisco-me captar como tais ações são empregadas não somente na produção de saberes e conhecimento, mas também como aporte pedagógico coletivo para o enfrentamento ao patriarcado. Além de que, procuro compreender de que forma as militantes dessa organização experenciam, particularmente, as ações educativas propostas pelo movimento.

Alicerçado, pois, nas contribuições legadas pela teoria feminista, este estudo lança luzes sobre as dinâmicas, práticas e percepções da Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, através do reconhecimento de potencialidades e eventuais percalços e desafio, com o propósito de colaborar com a sistematização, historicização e difusão de estratégias que tenham por objetivo promover uma educação libertadora, sob o prisma de ações coletivas e feministas. A partir dessa perspectiva, parto, então, à procura de caminhos assertivos que favoreçam a despatriarcalização de todo o tecido social.



Imagem 3: Marcha Mundial das Mulheres no Grito das Excluídas. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

1 “É QUE TEM MAIS CHÃO NOS MEUS OLHOS DO QUE CANSAÇÃO NAS MINHAS PERNAS¹¹”... (UM NOVO PARADIGMA)

Vai longe, muito longe, o tempo em que tiramos o papel do limbo e cravamos o punhal no
branco.

(PEDROSA, Cida. *Gris*. Recife: Cepe, 2018)

Ao estabelecer a prioridade da metafísica enquanto fundamento último da ciência, Descartes percorreu um caminho em que partia das ideias, ou seja, das abstrações, para assim, seguir em direção às coisas. Pensamos que pesquisar sobre movimentos sociais é antes de mais nada, fazer um percurso inverso: das coisas para as ideias, uma vez que nesse campo, há uma necessidade imensa de se experimentar de um novo paradigma epistemológico, fundado sobretudo, na práxis, na experiência e por que não dizer, em posicionamentos políticos.

Firmada numa razão matemática, que tudo sabe e a tudo deseja explicar, a ciência moderna, durante tempos, foi responsável por conduzir a humanidade para o conhecimento, através da fragmentação do estudo, bem como por meio de uma pseudoimpessoalidade, reduzindo dessa forma, a integralidade e a complexidade próprias da vida e da natureza humana. Falou-se, pois, em um modelo global de homem (“homem”, vale ressaltar¹²), engendrado a partir do século XVI, nas ciências naturais e absorvido no século XIX, pelas ciências sociais vigentes.

De caráter, pois, racional, dogmática e autoritária, a lógica moderna legitimou a separação da natureza e do ser humano. Aliás, a natureza tornou-se passiva, mero objeto a ser estudado, dominado, controlado, desmembrado, decantado e transformado posteriormente, em leis (Martha Patrícia Salga CASTAÑEDA, 2008). Foi dessa forma que o conhecimento científico avançou, através de uma observação fragmentada.

A modernidade acreditou que nas extensões da mente se encerrariam possibilidades de transcendência, fato esse que marcaria o surgimento do indivíduo. Consequentemente, a invenção do método científico baseado na razão, subalternizou o conhecimento produzido por mulheres, indígenas, orientais, daquelas classificadas pelo *euronorteamericano*¹³ como as outras, uma vez que os saberes produzidos por esses grupos não recebiam o *status* de

¹¹ Cora Coralina.

¹² Para a investigação feminista, a tentativa científica de universalizar o discurso através do uso de palavras no masculino, sob a argumentação de que esses termos abrangem automaticamente o feminino, é falaciosa.

¹³ Esse termo é uma adaptação de uma expressão utilizada por Sandra Harding (1996). Refere-se a construção de um conhecimento sob a égide colonial.

conhecimento científico. Nesse sentido, é possível afirmar que colonização, capitalismo e ciência são forças que se retroalimentaram, posto que foi a partir da dominação que, segundo Lourdes C. Pacheco Ladrón de Guevara (2010), se construiu um discurso teórico, ou seja, uma epistemologia própria do homem dominador.

É também da ciência moderna que se nutrem as oposições que constituem o pensamento binário: verdade/falsidade, objetivo/subjetivo, teórico/empírico, cultural/natural, social/biológico, real/ideal, humano/divino, masculino/feminino, homem/mulher. Para Castañeda (2008), esses elementos são colocados em posições de maneira exaustiva e excludente, reproduzindo os estereótipos, as hierarquias, de modo a constituir o pensamento de caráter racional, masculino e heteronormativo, como um fenômeno universal e totalizante.

No entanto, à medida que avançava a ciência, florescia também uma revolução cultural, que demandou novos recursos científicos, paradigmas, categorias de pensamento e metodologias de pesquisa (CASTAÑEDA, 2008). Nesse sentido, o reconhecimento da existência de uma constelação de saberes e práticas, fez emergir uma nova razoabilidade, um paradigma, por assim dizer, emergente (Nilma Limo GOMES, 2017). Assim sendo, a distinção sujeito e objeto perdeu, então, seus contornos dicotômicos e assumiu a forma mais próxima de um *continuum*. Nessa perspectiva, o conhecimento já não nega as distintas experiências sobre o mundo, já não é triste e desencantado, mas amalgamado de sentidos, interações e intertextualidades.

Dessa forma, a partir da década de 60, totalidade e complexidade passaram a descrever o mundo real. A certeza e exatidão prometidas pela razão moderna e cartesiana passaram a ser meramente ilusórias. O conhecimento, agora emancipação, passou a apontar para a ideia de que o ato de conhecer está, sobretudo, relacionado ao “saber, sabor, saborear, à sapiência” através da experiência no mundo (GOMES, 2017, p. 58).

Ainda, vale lembrar que embora a ciência moderna tenha consagrado o homem enquanto sujeito epistêmico, o fragmentou nas dicotomias corpo e mente, negando-o a experiência prática (GOMES, 2017), assim, sob a lógica abstrata, a distinção dicotômica entre sujeito e objeto, reivindicou, conseqüentemente, o distanciamento metodológico entre ambos. Essa evidência pode ser confirmada, por exemplo, em alguns estudos antropológicos, nos quais o sujeito trata-se do europeu civilizado, enquanto o objeto é caracterizado por um povo, de maneira geral, primitivo ou selvagem, isso reflete, especialmente, uma dimensão científica do colonialismo (CASTAÑEDA, 2008).

Nesse sentido, segundo Castañeda (2008), a pretensão da neutralidade, a abordagem de temas, problemas e processos como “objetos de estudo”, invisibilizaram sujeitas e protagonistas

das atividades cognoscentes. Assim sendo, podemos afirmar que a violência epistêmica moderna não foi, nem é, um simples ato acadêmico, que fundou teorias e práticas científicas. Trata-se da colonização das formas do saber, sob a construção de uma lógica que invade diversos espaços sociais.

Para Castañeda (2008), a sujeita¹⁴ de pesquisa deve ser compreendida como a continuação da pesquisadora, posto que todo conhecimento científico é autoconhecimento, assim sendo, a imbricação entre ambas se refere a aspectos críticos e sensíveis de uma existência complexa (CASTAÑEDA, 2008). Nessa perspectiva, no paradigma emergente, a impessoalidade já não se trata de um pré-requisito e o caráter autobiográfico e autorreferencial da ciência é plenamente assumido.

A transnacionalidade entre a observadora e aquela que é observada, demonstra que não há separação entre ambas. Nesse sentido, torna-se indispensável a consideração da subjetividade da primeira, preterida anteriormente pelos modelos teóricos representacionistas da ciência cognitiva. Assim sendo, sob a compreensão de um novo paradigma é preciso mais do que tudo, lançar uma ponte sobre o fosso que separa a ciência da experiência humana.

Usamos¹⁵ essa sucinta reflexão para fazer saber que realidades complexas como movimentos sociais transnacionais são impossíveis de serem enquadrados dentro de uma perspectiva racional moderna. Tal lógica deve ser aplicada à Marcha Mundial das Mulheres, movimento constituído por uma transversalidade de saberes que ignoram as rígidas fronteiras disciplinares. Diante disso, não nos restam dúvidas de que para que possamos compreender integralmente essa organização, é preciso que bebamos de recursos advindos de um paradigma novo e emancipatório (uma vez que a lógica moderna não corresponderia à complexidade do fenômeno), sobretudo, que nos permita mergulhar a fundo, na experiência estética do feminismo.

Ainda, utilizamos dessas considerações, para alinhadas à teoria da investigação feminista, sobretudo pautada em princípios anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas, tornar evidente que esta pesquisa, mais do que um estudo acerca das práticas pedagógico-feministas da Marcha Mundial das Mulheres, representa uma reflexão crítica sobre minha experiência não só enquanto pesquisadora, mas também como militante do movimento. Dessa forma,

¹⁴ Utilizo a palavra “sujeita”, inclusive para me referir as participantes da pesquisa (conf. em 1.3.1), na tentativa de ressignificar o termo, bem como resgatar a densidade filosófica trazida pelo léxico. Essa discussão é aprofundada por Castañeda (2008).

¹⁵ Esta dissertação ora recorrerá ao uso da primeira pessoa do plural, a fim de evidenciar um pensamento coletivo, ora recorrerá ao uso da primeira pessoa do singular, com o intuito de visibilizar a minha experiência enquanto pesquisadora e ativista feminista.

notabilizamos, neste instante, meu papel como mulher, cientista, professora, educadora e ativista da MMM, na cidade do Recife, fatores esses, que integrados, justificam meu interesse com a temática, aqui, abordada.

1.1 “Sem feminismo, não há academia”: um giro epistemológico e feminista

Durante as últimas décadas, as investigadoras acadêmicas têm se dedicado a analisar as produções científicas, de modo a tentar desconstruir a pseudoimparcialidade que os estudos tradicionais se empenham em sustentar, a partir do reconhecimento dos vieses de gênero presentes nessas investigações. Essa tentativa de desconstrução, conforme Sandra Harding (2002), tem suscitado questionamentos sobre se de fato, é possível falar na existência de uma epistemologia, de métodos e técnicas genuinamente feministas.

A emergência das mulheres como sujeitas cognoscentes e epistêmicas está articulada, intimamente, ao histórico das lutas político-sociais feministas. Do sufragismo, iniciado no século XIX, ao feminismo da “diferença”, que surgiu concomitantemente à virada pós-estruturalista, marcando, assim, a terceira onda do movimento, em maior ou menor grau, a incursão, bem como a consolidação das mulheres na academia vêm fomentando profundas transformações no interior das ciências (CASTAÑEDA, 2008; Khatidja CHANTLER e Diane BURNS, 2015).

Contudo, tanto para Castañeda (2008) quanto para Chantler e Burns (2015), foi com o feminismo da segunda onda que se contestou as formas tradicionais de produção do conhecimento, na medida em que se identificava a exclusão das mulheres nas investigações científicas. Dessa forma, a partir da década de 60, os estudos acadêmicos feministas passaram a compreender o termo “mulher” como uma categoria unificante (uma vez que as mulheres experimentavam situações semelhantes de opressão e discriminação) e, portanto, passível de ser analisado e estudado de modo que as relações sociais de gênero pudessem ser reveladas. Evidentemente que a descoberta gerou críticas, sobretudo, por parte das mulheres negras (Valerie AMOS e Prathibar PARMAR, 1984; HOOKS, bell¹⁶, 1984), as quais não se reconheciam dentro dessa tentativa excludente de universalização das mulheres, posto que as negras, lésbicas e trabalhadoras permaneciam invisibilizadas em tais pesquisas.

¹⁶ O pseudônimo “bell hooks” é propositalmente grafado com letras minúsculas por escolha da autora para quem a substância dos seus escritos é mais importante do que seu nome.

Nesse sentido, as pesquisadoras passaram a apostar em análises com foco na interseccionalidade/consustancialidade¹⁷ com o objetivo de localizar as diferenças dentro de uma teia complexa de relações de poder (Patricia Hill COLLINS, 2000). Assim, ao afirmar que as mulheres se apresentam inseridas em classes, raças e culturas distintas, a investigação feminista questionou também a existência de uma mulher universal. Dessa forma, por meio desse questionamento, algumas teóricas propuseram o uso do termo “feminismos”, no plural, uma vez que foi possível perceber a inexistência de um corpo único de princípios ou ideias feministas (CHANTLER e BURNS, 2015).

Embora haja muitas dissonâncias no campo epistemológico feminista, alguns aspectos parecem ser consensuados. Para Eli Bartra (2002), uma das palavras-chave que define uma metodologia feminista, tem sido o que a autora costuma chamar de desconstrução, que dentro do contexto de gênero, se vincula a uma leitura meticulosa do que é publicado nas academias com o intuito de desarticular o viés sexista e androcêntrico dessas produções, através da construção de novas epistemologias. Assim, na investigação feminista, a divisão social entre os gêneros (masculino e feminino) e a hierarquia que se constitui por meio desse binarismo sexuado é explicitada. O mérito de tal feito, diz respeito, sobretudo, a identificação de bases materiais que sustentam as desigualdades.

Dessa maneira, para perspectiva epistemológica feminista, o androcentrismo se constitui um mecanismo que afasta as mulheres da ciência e do conhecimento científico, uma vez que coloca os homens e o masculino como o centro da elaboração conceitual da investigação e da apresentação desses resultados. Essa visão, segundo Castañeda (2008), está intimamente associada ao pensamento racional, portanto marcada pela lógica que separa o corpo e a mente, bem como, arquitetada na ideia de que o ser humano se objetiva através de seus produtos, especificamente, os de natureza intelectual.

Contudo, é preciso lembrar que embora a epistemologia se estabeleça como uma teoria do conhecimento, acreditar que produzir uma investigação feminista seja o único meio de eliminar o androcentrismo presente nas ciências sociais, constitui-se um grande problema, uma vez que a dimensão do papel social da mulher não pode ser compreendida, exclusivamente, mediante um trabalho acadêmico. Assim, para Sandra Harding (2002), pesquisas que buscam valorizar e resgatar o trabalho de investigadoras acadêmicas (uma vez que suas produções têm sido ignoradas, minimizadas ou apropriadas pelos homens), todavia não problematizam o ingresso dessas mulheres em espaços extremamente sexistas, são profundamente frágeis. Da

¹⁷ No capítulo 2, aprofundo os conceitos de interseccionalidade e consustancialidade.

mesma forma, as investigações que se preocupam em valorizar as mulheres na esfera pública como se esse, fosse o único espaço de circulação de poder, recorrem, ainda que sem intenção, à lógica androcêntrica, pois sugerem falsamente que “as únicas atividades que constituem e modelam a vida social são aquelas que os homens têm considerado importantes” (HARDING, 2002, p. 16).

Ainda sobre as possíveis limitações das investigações que apresentam interlocutoras como sujeitas de estudo, Harding (2002) finaliza chamando a atenção para algumas pesquisas sobre a violência contra as mulheres, posto que tais produções, quase sempre, tendem a invisibilizar a resistência permanente dessas, à dominação masculina. Portanto, para a autora, são demasiadamente questionáveis. De fato, o risco de reproduzir o sexismo e o androcentrismo até mesmo em trabalhos realizados por e com mulheres é iminente. Emergem-se, pois, questionamentos sobre como produzir uma teoria específica de investigação feminista, que verdadeiramente aponte para um horizonte de mulheres livres.

Uma investigação genuinamente feminista, de acordo com Castañeda (2008), deve estar fundamentada na teoria feminista. Seu objetivo é centrar-se não apenas na análise exaustiva das condições que geram a opressão das mulheres, refletindo sobre a diversidade de fatores que se articulam (de modo a reproduzirem desigualdades), mas consolidar-se como um aporte que aponta caminhos para erradicação das injustiças e vias emancipatórias. Em síntese, mais do que falar sobre as mulheres, as pesquisas, análises e produções precisam, sobretudo, servir a elas.

Dessa forma, na tentativa de sintetizar o que de fato constitui uma investigação feminista, Harding (2002), ainda que não tenha a intenção de criar uma lista findada em si, sustenta que três características são imprescindíveis aos estudos feministas. A primeira, seria o levantamento de problemáticas a partir das experiências femininas, uma vez que para autora, os problemas de pesquisa convencionalmente seguem uma lógica masculina e universal e correspondem aos desejos, unicamente, dos homens (brancos, ocidentais e burgueses). Para ela, é fundamental reconhecer as experiências das mulheres como recurso para análise social, posto que “a compreensão parcial e distorcida de nós mesmas e do mundo que nos cerca se produz justamente na cultura que silencia e desvaloriza sistematicamente a nossa voz” (HARDING, 2002, p. 22).

Evidentemente que as emoções, decisões e resolução diversas se farão presentes na pesquisa. Para Castañeda (2008), a experiência é um conceito fundamental que coloca as mulheres em *ubis*¹⁸ diversos e autodesignados. Consiste, pois, numa categoria intersubjetiva e

¹⁸ Lugar ontológico e político ocupado pelas sujeitas, conforme afirma Celia Amorós (1994).

também intrapsíquica, uma vez que o fenômeno envolve uma série de relações e interações. Assim, a natureza experimental da investigação feminista abrange não apenas as fontes documentais de uma pesquisa, mas investigadoras e investigadas, as quais vivenciam sua condição e situação de gênero, em esferas coletivas e pessoais.

Uma segunda característica das pesquisas feministas, de acordo com Harding (2002), é situar investigadora e investigada num mesmo plano crítico, de modo que ambas possam, através de suas experiências, compreender melhor o mundo e a si mesmas. Nessa perspectiva, conforme a autora, a investigação deve se unir àquelas que a lógica moderna convencionou chamar de “inferiores” e promover um estudar de “baixo para cima, e não de cima para baixo” (HARDING, 2002, p. 25).

A divisão entre sujeito e objeto está cimentada na desigualdade generalizada que permeia as relações sociais. Desigualdade essa, que é ainda mais hostil quando separa homens e mulheres. Nesse sentido, para Castañeda (2008), a ciência é a argamassa a qual contribui para legitimar essa percepção que tem como base a assimetria de gênero, uma vez que em todas as áreas do conhecimento a identidade da mulher é subalternizada.

O interessante é que o exercício de posicionar no mesmo plano crítico pesquisadoras e sujeitas da pesquisa, muito mais do que uma nova perspectiva científica, promove uma desconstrução da lógica neutra, racional, abstrata e universal sustentada pela ciência androcêntrica. Assim sendo, sob os aportes feministas, a naturalidade com a qual se constrói o masculino é desvelada, a partir do que Ilana Löwy (2000) define como a contestação da existência de um ponto de vista único sobre a história e a sociedade.

Para Löwy (2000, p. 37-38), os saberes “longe de serem transcendentais, completos e “próprios”, são [...], localizados, parciais e “contaminados”. À vista disso, pensamos que estes são dois desdobramentos resultantes da desconstrução promovida pela investigação feminista, que põem em xeque o que denominamos de pseudoneutralidade: o questionamento à lógica perversa dos binarismos e o acolhimento da subjetividade nas pesquisas científicas.

Assim, um dos fundamentos da epistemologia feminista é explicitar o jogo discursivo das oposições, oriundo da ideia de que o masculino é a medida da humanidade. Tal princípio é devastador para as mulheres, posto que são determinadas como elemento contrário ao homem no jogo das oposições, portanto inferiores. Sendo as outras, são invisibilizadas e excluídas, uma vez que não sujeitas, por meio da falaciosa ilusão de que os pares são opostos, mas complementares. Trata-se, segundo Castañeda (2008), de uma legitimação ideológica para justificar posições diferenciadas e irredutíveis.

Uma vez posto em xeque pela investigação feminista binarismos como objetividade (pré-requisito de pesquisas com viés androcêntrico e sexista) versus subjetividade, a riqueza da ciência contemporânea reside, sobretudo, na crítica ao “objetivismo¹⁹”, através do qual, ocultam-se as práticas culturais da investigadora. Dessa maneira, numa pesquisa feminista, amplia-se o olhar sobre valores e crenças, que por acaso, intervenham na investigação, ao passo que se reduz a potência patriarcal, uma vez que a voz da pesquisadora e da sujeita investigada já não é invisibilizada, mas a voz de mulheres reais, históricas, com desejos e interesses diversos.

Dessa forma, na pesquisa feminista, são sujeitas cognoscentes pesquisadoras e pesquisadas, posto que a investigação ocorre num espaço de relação dialógica em que ambas, participando de formas distintas, são responsáveis pela produção do conhecimento científico. Nesse fenômeno, Eulalia Pérez Sedeño (2001) identifica relações intersubjetivas, que ocorrem não por meio da hegemonia, senão através do consenso, uma vez que a diversidade se torna um elemento reconhecido. Conforme a autora, “devemos contar com tantos pontos de vista que sejam possíveis e a ciência ocidental não pode fornecer essa interação completa, não pode fornecer essa ‘objetividade’, se deixa de lado a metade da humanidade” (SEDEÑO, 2001, p. 574, tradução nossa)²⁰.

É no sentido de que a objetividade positivista não abrange a realidade em sua totalidade, que Harding (2002) aponta para a presença de uma objetividade “forte” na investigação feminista, baseada no reflexismo e na criticidade. Dessa forma, evita-se a noção dos pares dicotômicos objetividade/subjetividade, esta última, aceita pelas cientistas feministas muito mais como uma alternativa à perspectiva androcêntrica, do que com a intenção de transformar a identidade de mulheres e homens numa categoria fixa. Trata-se, para autora, de incrementar a objetividade, trazendo para as ciências sociais a reflexividade.

À vista disso, mais do que colocar no mesmo plano crítico pesquisadora e sujeita de pesquisa, a investigação feminista revela as desigualdades de poderes que se desenvolvem nos estudos sexistas e androcêntricos e que dão sentido a posições sociais hierarquizadas. A reflexão profunda que é feita pelas feministas desmonta, por assim dizer, a adoção de um sujeito homem cognoscente, que se consolida de modo simbólico e abstrato por meio da tentativa de universalização.

¹⁹ O objetivismo, segundo Sandra Harding (2002), oculta a presença do subjetivismo inerente a qualquer pesquisa científica.

²⁰ Texto original: “[...] debemos contar con tantos puntos de vista como sea posible y la ciencia occidental no puede lograr esta interacción completa, no puede lograr esa ‘objetividad’, si deja de lado a la mitad de la humanidad”.

Por fim, para Harding (2002), uma investigação feminista deve ser realizada com e para a mulher, não a universal, contudo levando-se em consideração categorias que distinguem umas das outras, como classe, raça, gênero e etnia. Nesse sentido, a pesquisa deve oferecer não somente explicações para a existência de problemáticas, como é frequente nas pesquisas androcêntricas, mas apontar as possíveis soluções para as adversidades a fim de promover bem-estar social. Segundo Renata Guimarães Reynaldo (2016), “seu interesse é, portanto, marcadamente emancipatório, mas com uma qualidade distintiva de outras posturas epistemológicas [...] por ser a única que se propõe produzir conhecimento concernentes às mulheres” (REYNALDO, 2016, p 36).

Evidentemente que não é do nosso desejo encerrar o potencial da investigação feminista nas três características definidas por Harding (2002), antes, temos a compreensão de que uma proposta de pesquisa científica emancipatória, pode, sim, ser descrita, mas não definida, uma vez que se trata de um campo flexível e dinâmico. Nessa perspectiva, aspiramos tão somente, demonstrar que existem tantos outros fazeres científicos imensamente viáveis (GRAF Norma Blazquez, 2008).

Dessa forma, uma vez apresentando construtos teóricos com estatuto epistemológico, posto que implica teorias de conhecimento diferentes das tradicionais, e metodológicos (como mostrarei mais à frente), dado que demonstra a aplicabilidade da teoria científica à pesquisa sobre as mulheres e questões de gênero (HARDING, 2002), empenhamo-nos, nesta dissertação, na construção de uma investigação feminista. Nesse sentido, nossa intenção é não somente visibilizar as ações da Marcha Mundial das Mulheres na cidade do Recife, para e com as militantes que, aqui, constroem o movimento, mas sobretudo, apontá-la como um horizonte para erradicação de desigualdades.

1.2 “Nós vamos provocar uma revolução mundial”: *Habemos um método*

A abordagem adotada nesta dissertação é de natureza qualitativa, que, segundo Marli André (2013), está fundamentada numa perspectiva a qual concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelas sujeitas nas suas interações cotidianas enquanto atuam na realidade, transformando-as e sendo por ela transformadas (André, 2013, p. 97). Nesse sentido, a autora parte do pressuposto de que o conhecimento está em constante processo de formação, envolve uma multiplicidade de dimensões e pode ser compreendido sob diversas óticas.

Nessa perspectiva, André (2013) ressalta a importância de que a pesquisadora deve estar atenta aos significados que as mulheres atribuem às suas experiências cotidianas, à sua linguagem, bem como às suas produções culturais, uma vez que são elementos centrais de uma investigação. De fato, a pesquisa qualitativa leva ao encontro de subjetividades que, segundo Allene Lage (2013), afloram fora das regras e condicionamentos prévios.

Para Lage (2013), cabe à pesquisadora, principalmente de movimentos sociais, analisar o factual a partir do diálogo e da experiência, compreendendo sua parcialidade e incompletude frente a situações multidimensionais. Desse modo, uma pesquisa qualitativa deve construir com as sujeitas de pesquisa, “contribuições teóricas com base na realidade vivida e consentida pelos grupos” (LAGE, 2013, p. 7014).

Portanto, num universo de vários saberes, aproximamo-nos da realidade social que envolve as mulheres militantes da MMM em Recife, tentando captar todo o dinamismo de vidas individuais e coletivas repletas de significados. Essa realidade, na qual nos inserimos, soou-nos mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que nós pudéssemos tentar elaborar sobre ela (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2016, p. 14).

Para isso, esta investigação percorreu os caminhos do método feminista de pesquisa. A propósito, sendo, pois, escrita por múltiplas mãos, consideramos ser esta uma investigação coletiva. Aqui se encontram contribuições de ativistas que hoje nos acompanham na jornada político-ideológica de emancipação das mulheres, engajadas na luta por um feminismo antissistêmico (anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, antilesbofóbico). Da mesma forma, estiveram presentes as vozes das militantes que “fundaram” ou ajudaram na construção da Marcha Mundial das Mulheres no estado de Pernambuco.

É preciso ressaltar que embora o termo “método”, neste trabalho, não se equipare ao que tradicionalmente se espera de uma interpretação literal, é razoável afirmar a existência de um método de investigação feminista distinto (HARDING, 2002). Dessa forma, as contribuições teóricas da epistemologia feminista, pois, fornecem uma base consistente de pensamento e postura investigativa por meio das quais esta dissertação foi desenvolvida.

Dessa forma, nós, da MMM, compreendemos a investigação feminista como a única maneira de levar a cabo uma pesquisa que permitisse visibilizar o que até agora foi por demais invisibilizado, quer seja a vida das mulheres, silenciadas pelo patriarcado, quer seja o viés sexista e androcêntrico do fazer científico. Portanto, trabalhamos dialogando não somente com elementos comuns a essa teoria, contudo priorizamos os enfoques mais adequados circunstancialmente para traduzir a MMM em Recife, bem como os processos educativos construídos pelo movimento.

Sublinhamos, também, que trabalhar com um método feminista não sugere afirmar que a partir de determinado momento é o ponto de vista das mulheres que dominará de modo acrítico, cego, surdo e mudo, como explica Bartra (2002). Contudo, significa dizer que a perspectiva da mulher não será mais ignorada, marginalizada ou discriminada. Segundo a filósofa, trata-se de indagar “onde estão e o que fazem ou não fazem, e por quê” (BARTRA, 2002, p. 75, tradução nossa)²¹. Trata-se de compreender, sobretudo, a conflitiva relação entre os gêneros, reconhecendo que o “trabalho desenvolvido por homens não se encontra sozinho neste planeta” (BARTRA 2002, p. 75, tradução nossa)²².

Ainda, ressaltamos mais uma vez que o ponto nodal da investigação feminista é a crítica ao método científico convencional, segundo Castañeda (2008). Nessa perspectiva, se reconhece que as premissas positivistas em que a ciência androcêntrica está estruturada (objetividade, a separação de sujeito-objeto, causalidade e universalidade) podem ser relativizadas, uma vez que não há uniformidade em todas as disciplinas científicas.

Sendo assim, é possível afirmar que a pretensão à universalidade, fez emergir novos métodos de pesquisas. Usamos o termo “métodos”, no plural, porque as mais diversas estudiosas, sobretudo as pós-coloniais, pós-modernas e pós-estruturalistas, apontam para uma pluralidade de pontos de vistas. Nesse sentido, para Shulamit Reinharz (1992), dentro da investigação feminista tem se destacado, especialmente, duas tendências. A primeira, se utiliza de todos os métodos convencionais existentes ou da combinação desses; já a segunda, cria novas ferramentas.

Todavia, vale ressaltar que mesmo aquelas que se utilizam de recursos convencionais o fazem de maneira ressignificada. As numerosas investigadoras reinterpretam e ressignificam a etnografia, a estatística, a história oral, os estudos de caso. Existem, portanto, notáveis diferenças no modo como aplicam os métodos para construir as informações. Sobre essa questão, Harding (2008) afirma que as investigadoras feministas “escutam mais atentamente o que as mulheres informantes pensam acerca de suas próprias vidas [...] observam comportamentos de mulheres e homens que, na perspectiva dos cientistas sociais tradicionais, não são relevantes” (HARDING, 2008, p. 11, tradução nossa)²³. À vista disso, para a pesquisadora, pode-se considerar o fazer científico feminista, simultaneamente, “como muito

²¹ Texto original: “[...] donde están y qué hacen o no hacen”.

²² Texto original: “[...] el quehacer de los hombres quienes no están solos em este planeta”.

²³ Texto original: “[...] escuchan muy atentamente lo que las mujeres informantes piensan acerca de sus propias vidas [...] observan comportamentos de mujeres y hombres que, desde la perspectiva de los científicos sociales tradicionales, no son relevantes”.

menos e muito mais que novos métodos de investigação” (HARDING, 2008, p. 11, tradução nossa)²⁴.

Ademais, é imprescindível citar o trabalho que as investigadoras latino-americanas e espanholas têm realizados por meio dos novos métodos de investigação feminista, quando se debruçam sobre as características sociais, culturais, econômica e política de seus países. Nessa perspectiva, são pesquisas que ressignificam não somente os métodos convencionais, mas os aportes originais, através da combinação de métodos diversos, daí, a afirmação de que a investigação feminista seja multimetódica.

Na investigação feminista, parte-se da ideia de que o método segue um percurso livre, centrado na flexibilidade e criatividade. Nesse sentido, quer a investigadora se utilize de novas ferramentas, quer ressignifique métodos científicos tradicionais, trazendo a possibilidade de uma pesquisa emancipatória, é necessário que a ciência seja utilizada com a finalidade de incorporar a perspectiva de gênero (CASTAÑEDA, 2008).

Dessa forma, fizemos uso, nesta pesquisa, das três características metodológicas (pois definem procedimentos voltados a aplicar entendimentos advindos das teorias feministas à pesquisa científica) que constituem as investigações feministas, segundo Harding (2002). Para isso, incorporamos a centralidade desta pesquisa na experiência concreta das mulheres, compreendemos e analisamos os poderes indiretos, a criação de estereótipos, a tradição científica, as estruturas de poder e por fim, voltamos esta dissertação aos interesses das mulheres, compreendendo a diversidade de fatores que as envolvem como gênero, raça e classe.

Ressaltamos, ainda, que, na contramão da tradição acadêmica, a qual vem legitimando uma ciência compartimentada e androcêntrica, aspiramos, nesta pesquisa, à integralidade e ao feminismo. Dessa maneira o uso, pois, do método feminista de investigação possibilitou-nos atuar com e para as mulheres, ressignificando práticas investigativas, e, através delas, permitiui-nos apontar caminhos emancipatórios.

Além de que, a ideia de construir uma dissertação com e para as mulheres nos levou a trilhar pelos caminhos da pesquisa-ação, que segundo Lage (2013), compreende uma construção participativa, a qual envolve as decisões tomadas pelas organizações sociais populares. Dessa forma, o processo de elaboração desta pesquisa, mobilizou as militantes da MMM-Recife em torno de questões demandadas coletivamente. Para a pesquisadora (2013), a aproximação entre movimentos sociais e academia, tem, sobretudo, enriquecido a ciência de realidade social.

²⁴ Texto original: “[...] como mucho menos y mucho más que nuevos métodos de investigación”.

Portanto, realizada a partir de uma perspectiva feminista, ainda que possam ser identificados alguns métodos da ciência tradicional nesta investigação, os caminhos epistemológicos abordados aqui, sem dúvida alguma, tentaram transgredi-los, ou minimamente, repensá-los. Nesse sentido, tentamos exercitar o que Harding (1998) definiu como uma pesquisa crítica, baseada na reflexividade, cujo teor metodológico, bem como o seu potencial de inovação recaem maiormente sobre a forma como foi utilizada cada técnica investigativa. Para isso, posteriormente, explicitaremos, com detalhes, os caminhos (singulares) percorridos para elaboração desta dissertação, assim como explanaremos sobre algumas decisões essenciais adotadas na condução deste estudo.

Dada as considerações anteriores, alicerçadas em Castañeda (2008), sintetizamos a presente investigação como contextual, experiencial, multimetodológica, comprometida e não replicável, uma vez que consideramos únicas as experiências aqui vivenciadas. Ademais, ratificamos que nesta pesquisa, a seleção de unidades de observação, métodos e resultados não responde às necessidades da ciência abstrata, contudo preenche abismos historicamente construídos também pelo próprio fazer científico.

1.3 “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente com a roupa que escolhi”: sobre técnicas e feminismo

Humildade como técnica é o seguinte: só se aproximando com humildade da coisa é que ela não escapa totalmente (LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998).

Ao analisar as técnicas de pesquisa utilizadas pelas cientistas feministas para revelar as experiências das mulheres, Castañeda (2008) compreende que assim como ocorrem com os métodos, muitas investigadoras recorrem ao uso daquelas ferramentas que normalmente são utilizadas em pesquisas convencionais. Contudo, dentro da investigação feminista, observa-se uma tendência em adaptá-las às novas indagações de uma perspectiva não androcêntrica e não sexista.

Sendo assim, o corpo sexuado é central não somente na reflexão sobre os fenômenos que impactam de forma particular as mulheres (ou toda humanidade), mas na aplicação das técnicas de uma investigação feminista, uma vez que se parte do pressuposto de que se vive dentro de um corpo, se pensa a partir de um corpo. Logo, a produção e obtenção de informações, também se dará através desse corpo, por meio de mútuas relações e compreensões

intersubjetivas. Dessa maneira, lembrando Bartra (2002), compreende-se, pois, que o corpo de quem conduz a investigação é uma importante ferramenta metodológica.

No entanto, vale ressaltar que no campo teórico há diversas dissonâncias no que concerne ao reconhecimento da existência de ferramentas de pesquisa genuinamente feministas. Para Harding (2002), por exemplo, um método de investigação diz respeito a técnicas de coleta e construção de informações, nesse sentido, a autora defende que, de forma geral, se resumem a entrevistas, observações e pesquisas em documentos históricos, usadas também em qualquer estudo androcêntrico tradicional.

Por outro lado, acreditar que a escuta, a observação ou a pesquisa de vestígios históricos se constituam como técnicas neutras, de acordo com Bartra (2002), seria assumir uma postura pouco crítica, “não têm nada de neutro, porque nada pode ser usado dessa maneira” (BARTRA, 2002, p. 72, tradução nossa)²⁵. Para a autora, “as técnicas se encontram sempre dentro de um método e se esse método é feminista, a maneira que se lê, escuta, observa ou pergunta, já tem um enfoque distinto, um caráter não androcêntrico e não sexista” (BARTRA, 2002, p. 72, tradução nossa)²⁶.

De fato, é bastante rica a contribuição dos estudos realizados pelas acadêmicas. Nessa perspectiva, as disputas, tensões e dissonâncias nos terrenos epistemológicos, metodológicos e ontológicos entre as pesquisadoras são frequentes, mas de longe devem ser interpretadas como fragilidades do movimento. Antes, legitimam a investigação feminista como um campo fértil e fecundo, da mesma forma que evidenciam sua capacidade de renovação e atualização.

Para chegar à sua tese, Bartra (2002) apoia-se no pensamento do filósofo mexicano Eli de Gortari (1974), quando esse, entende o método de uma pesquisa como um caminho planejado, percorrido na investigação para descobrir as formas do universo, dessa maneira, a autora afirma que se o percurso percorrido pelas investigadoras aponta para a libertação das mulheres, é possível, sim, falar de um trabalho feminista, dentro das ciências. Sob tal lógica, a importância das técnicas reside, principalmente e acima de tudo, na maneira como serão utilizadas. Nessa perspectiva, é importante que a investigação se deseje feminista, contemple a realidade munida de olhos próprios, de emoções, do agir e do pensar para a igualdade de gênero.

A filósofa chama atenção para o condicionamento de uma pesquisa que o simples fato de pertencer a um gênero ou outro pode acarretar. Nesse sentido, o sexo de quem conduz um

²⁵ Texto original: “[...] no tiene nada de neutro, porque nada puede usarse de esa manera”.

²⁶ Texto original: “[...] las técnicas se encuentran siempre dentro de un método y si éste es feminista, la manera en que se lee, escucha, observa o pregunta, ya tiene un enfoque distinto, un carácter no androcêntrico y no sexista”.

estudo pode incidir sobre o processo de uma investigação e tornar-se uma ferramenta preponderante, metodológica e epistemologicamente, na construção de dados. Assim, uma entrevista que tenha sido realizada por uma investigadora, ainda que não seja feminista, apresentará resultados distintos de uma interlocução conduzida por um homem, uma vez que a presença de pessoas diferentes, modificará a forma como as sujeitas são observadas. Segundo a autora (2002), longe de tentar reduzir os estudos científicos a uma perspectiva meramente ginecocêntrica, tem importância para uma investigação feminista também o sexo:

[...] algumas feministas preferem buscar desde já uma ciência liberada de gênero e não perdem as esperanças de poder afirmar com bases sólidas, algum dia, o que Poulain de La Barre dizia em seu livro publicado no século XVII: “a mente não tem sexo”. Dependendo de como se vê, talvez ele poderia estar certo, mas as mentes não estão por aí, flutuando no espaço sozinhas, se encontram em corpos humanos que são sexuados e que, ademais, têm gênero (BARTRA, 2002, p. 76, tradução nossa)²⁷.

Assim, ciente de que a nossa existência enquanto mulheres e mais ainda, as nossas trajetórias no feminismo nos possibilitam ressignificar os instrumentos de construção de informações, complementamos o traçado desta dissertação fazendo uso da entrevista narrativa e observação participante. Dessa forma, por meio de tais técnicas, buscamos conferir valor epistêmico a experiências presentes em nosso cotidiano, e no existir de muitas mulheres.

1.3.1 Entrevista narrativa

Eu pegava uma carona com a poeta e feminista Cida Pedrosa, quando em meio a uma conversa sobre o que politicamente costumamos denominar como “lugar de fala”, muito sabiamente ela declarou “atualmente, estou reivindicando o meu lugar de escuta”. Ruminei, inquietamente, durante alguns dias sobre o que ouvira. Hoje, acredito que foi com esse mesmo espírito que ouvi cada uma das mulheres que passaram por mim. Espírito esse, que, ao meu ver, somente uma poeta e feminista, diga-se de passagem, pode experimentar.

Foi ao frequentar inúmeras reuniões e encontros com os movimentos sociais de Recife que aprendi a ouvir. Aprendi a ouvir, sobretudo, as mulheres, tão silenciadas pelo patriarcado. Nos encontros feministas, uma lista com as companheiras “inscritas” é sempre realizada e como

²⁷ Texto original: “algunas feministas prefieren buscar desde ya una ciencia liberada del género y no pierden las esperanzas de poder afirmar con bases sólidas, algún día, lo que Poulain de La Barre decía en su libro publicado en el siglo XVII: ‘la mente no tiene sexo’. Según como se mire, tal vez podría ser cierto, pero la mente no están por ahí flotando en el espacio solas, se encuentran en cuerpos humanos que son sexuados y que, además, tienen género”.

num passe de mágica, uma a uma, a palavra é dada. Ouvimos todas, sem interrupções, adendos ou questionamentos. Naquele instante somos apenas ouvir.

Faço essa reflexão, porque compreendo que a escolha por uma técnica de pesquisa pleiteia grande responsabilidade. Sendo assim, a entrevista narrativa muito mais do que uma técnica utilizada por mim nesta investigação, representa uma prática que, enquanto pesquisadora feminista, jamais poderia deixar de lançar mão, sobretudo por entender que as mulheres possuem histórias maravilhosas a serem narradas. Nesse sentido, é importante lembrar que as narrativas ou narratividades têm sua sistematização na *Poética*, de Aristóteles, e estão relacionadas com a “crescente consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais” (Sandra JAVCHELOVITCH e BAUER, 2015, p. 90).

Segundo Shutze (1992), a entrevista narrativa trata-se de uma escolha acertada quando envolve projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio-históricos, posto que contribui para a construção histórica da realidade por meio de relatos de fatos passados. Para ele (1992), subjazem a histórias pessoais, contextos sociais e fenômenos amplos, através dos quais as narrativas individuais se constituem.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que para além de analisar as pedagogias feministas desenvolvidas pela MMM, na cidade de Recife, buscamos captar de que forma tais ações repercutem ou repercutiram na vida das mulheres entrevistadas, portanto, foi no cruzamento de dimensões coletivas e individuais que fixamos nossos olhares. Dessa maneira, através da entrevista narrativa pudemos mergulhar profundamente num fenômeno, a fim de trazer à tona aspectos específicos de uma realidade que entrelaça histórias de vida a um contexto social coletivo (Camila Junqueira MUYLAERT *et al.*, 2014, p. 194).

Evidentemente, algumas questões emergiram. Visto que a Marcha Mundial das Mulheres se trata de um movimento amplo, quais companheiras, especificamente, seriam entrevistadas por mim? Ainda, vale ressaltar, aqui, que enquanto sujeitas políticas, o primeiro aspecto que define as mulheres não é sua condição essencial ou universal, mas sua existência enquanto *sujeitas de gênero*, portanto, plurais (CASTAÑEDA, 2008).

Nessa perspectiva, foi preciso reconhecer a contribuição das distintas correntes do pensamento feminista contemporâneo que reconhece na diferença entre os conceitos *mulher* e *mulheres* discrepâncias filosóficas importantes à medida em que identificam no primeiro termo, uma abstração existencial e, no segundo, mulheres concretas, ou seja, corporificadas, fato esse que nos permite, mesmo que sejam diversas, aglutiná-las em uma categoria específica. À vista disso, detivemo-nos aos processos nos quais as mulheres sintetizam suas experiências determinadas pelo gênero.

Dada as considerações anteriores, sinalizamos, ainda, que um dos valores advogados pela MMM é a preservação e o respeito à pluralidade das mulheres. Nesse sentido, o movimento não se organiza de forma setORIZADA, uma vez que tem a compreensão de que a luta feminista não pode ser fragmentada.

Contudo, embora o feminismo, de maneira geral, preze pelos valores da horizontalidade e não hierarquia, reconhecer a exploração de classe, raça e etnia, no interior do próprio movimento nem sempre é uma tarefa fácil. Nesse sentido, são comuns situações em que se elege como protagonistas de nossas lutas e vozes, mulheres atrizes, cantoras, acadêmicas ou especialistas nos estudos de gênero.

Nessa perspectiva, na tentativa de romper com a lógica exposta, foi preciso, minimamente, que a escolha pelas sujeitas desta pesquisa obedecesse a um critério democrático de representatividade. Contudo, não falamos aqui de uma diversidade que tem como ponto de partida uma mera questão de imagem, em que mulheres negras, lésbicas, indígenas e jovens falam sobre demandas setORIZADAS e sem acordos comuns. Pelo contrário. Nesta dissertação, partimos do pressuposto de que a heterogeneidade entre as mulheres deveria envolver e sintetizar histórias de vida e militância em novos pontos de partida que busquem, sobretudo, uma utopia coletiva (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Assim, em reunião com algumas militantes da MMM, ficou decidido que para esta investigação, a “entrevista narrativa” deveria ser realizada com cinco lideranças feministas, Sheila Samico, Shirley Samico, Nathália Diórgenes, Elisa Lucena e Marize Ferre²⁸, as quais estiveram ou estão à frente das ações promovidas pela MMM e que, sendo assim, puderam colaborar no que diz respeito não somente à reconstrução do percurso histórico percorrido pela organização, ao longo de sua consolidação na cidade do Recife, mas no que tangeu à análise dos pressupostos pedagógicos fomentados pela MMM. Nesse sentido, foi levado em consideração critérios relacionados ao tempo de atuação no movimento, engajamento nas frentes de luta, bem como à heterogeneidade de núcleos²⁹.

Uma vez levantados, coletivamente, os critérios que nos norteariam quanto à escolha das entrevistadas, passamos a traçar de que forma as entrevistas narrativas seriam conduzidas. Com efeito, construir um roteiro de entrevista não se trata de uma tarefa fácil. Contudo, foi

²⁸ Os nomes reais das ativistas são mencionados. Tal decisão foi tomada coletivamente.

²⁹ Atualmente, em Recife, a MMM atua através de dois núcleos: núcleo Recife e núcleo Soledad Barrett. Assim, Sheila Samico, Shirley Samico e Marize Ferre representam o núcleo Recife, enquanto Elisa Lucena é a principal liderança do núcleo Soledad Barrett. Por sua vez, Nathália Diórgenes experienciou os dois núcleos, embora hoje atue no núcleo Recife também. Há uma maior incidência de mulheres do núcleo Recife, porque tal grupo tem atuação em mais comunidades, se comparado ao Núcleo Soledad Barrett.

preciso fazer algumas escolhas. Para isso, tentamos compreender o perfil das mulheres que seriam entrevistadas por mim, uma vez que embora militantes e com experiências políticas bastante aprofundadas, não se inseriam, pelo menos, teoricamente, dentro das discussões voltadas para o campo da educação, categoria norteadora desta pesquisa. Portanto, esforçamo-nos para que a comunicação entre entrevistadora e entrevistadas se tornasse acessível através de uma escolha lexical simples e cotidiana, presente num contexto próprio de militância, e a partir daí, da comunicação estabelecida com cada uma das mulheres, fui articulando os códigos emitidos às teorias da pedagogia feminista e popular.

Ainda, embora tenhamos a consciência de que fenômenos sociais complexos e dinâmicos, tal qual a MMM e a própria vida humana, por vezes apresentam inícios ou fins imprecisos, utilizamo-nos da entrevista narrativa não para ter acesso a uma listagem de acontecimentos, mas com o intuito de conectá-los ao tempo, como fatos interdependentes. Para isso, conforme Javchelovitch e Bauer (2015), levamos em consideração os diversos enredos narrados, ou seja, “as pequenas histórias dentro de uma história maior” (JAVCHELOVITCH E BAUER, 2015, p. 92), enquanto estrutura fundamental de uma narratividade.

O *narrare*, do latim “relatar”, enquanto técnica de pesquisa, encorajou mulheres a contar suas experiências dentro do contexto de atuação da MMM, sem que houvesse imposições de perguntas, minimizando, dessa forma, possíveis interferências. Consideramos esse, um recurso necessário, uma vez que mantenho relações afetivas com muitas, senão todas as entrevistadas. Assim sendo, buscamos através dessa ferramenta, não somente superar esquemas baseados em perguntas-respostas, mas reduzir minha ação durante a entrevista, sem necessariamente abandonar a ligação mantida entre as sujeitas desta pesquisa, posto que o envolvimento direto e imediato nas atividades centrais do evento que está sendo contado, trata-se de um fator preponderante na produção de informações (JAVCHELOVITCH E BAUER, 2015, p. 104).

Com efeito, ponderamos bastante antes de optar pela entrevista narrativa, sobretudo, porque não era nosso objetivo construir uma relação hierarquizada, engessada ou tensa. Contudo, o decorrer da pesquisa mostrou-nos outra possibilidade, a qual atribuímos, essencialmente, a dois fatores. Primeiro, pensamos que o movimento feminista atua fortemente encorajando mulheres a falarem, tal exercício é uma construção social, uma prática. Nessa perspectiva, nenhuma das mulheres demonstrou tensão, muito pelo contrário, sabiam da importância de seus papéis. Um segundo aspecto está ligado, sobretudo, a compreensão, por parte das entrevistadas, acerca da importância de escrevermos nossa própria história enquanto movimento, assim sendo, havia durante as entrevistas um sentimento parecido com “eu preciso fazer isso, por mim, e por todas as outras mulheres. É importante para as nossas vidas”.

À vista disso, o uso do gravador enquanto instrumento de pesquisa durante as interlocuções, gerou, também, algumas reflexões no que diz respeito à forte tendência que esse instrumento apresenta em inibir as interlocutoras, conforme Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005). Contudo, ressaltamos que nem mesmo esse dispositivo foi capaz de inibir as mulheres. Algumas delas, até mesmo fizeram uso do apetrecho simulando um microfone. Outras, optaram por trazê-lo para perto “pra facilitar a transcrição”, e de tempo em tempo, verificavam se tudo estava funcionando perfeitamente.

No mais, uma outra demanda nos preocupou intensamente. Essa, esteve relacionada ao interesse em zelar por uma ética científica nesta investigação. Para isso, as militantes tiveram acesso a informações pormenorizadas no que concerne à construção desta dissertação. Sendo assim, participaram dos processos pós-transcrições, bem como os de pós-análises de dados, o que resultou numa troca de olhares e contribuições. Desse modo, é preciso lembrar reincidentemente que, segundo Graciela Hierro (2003), a ética feminista centra-se, sobretudo, na eliminação da opressão feminina, firmada na honestidade e respeito por parte das pesquisadoras.

Dessa forma, articulando ativistas diversas, buscamos compreender o “todo social” que envolve as ações promovidas pela MMM, em Recife. Lembramos, ainda, que muito mais do que colaboradoras, essas e outras mulheres (presentes na retaguarda desta investigação), são sujeitas políticas e de direitos e também autoras desta pesquisa, construída em coletividade.

Acrescentamos, também, que a “entrevista narrativa” foi realizada em local repleto de valores próprios. Nessa perspectiva, coletivamente, decidimos eu e as militantes por um território que, de alguma forma, fosse afetivamente confortável ou significativo em nossa jornada pessoal e de militância. Dessa maneira, recorreremos mais uma vez, à informalidade pressuposta pela investigação feminista, com a intenção de estabelecer, como orienta Castañeda (2008), uma relação entre produção científica e o contexto de vida das mulheres.

Na perspectiva do movimento feminista, por via de regra, a entrevista narrativa surge como uma articulação entre teorias e epistemologias feministas. Dessa forma, as cientistas têm denunciado o modo como a linguagem vem sendo ignorada ou neutralizada no contexto da realização e da análise da entrevista. Para Sofia Neves (2012), as narrativas, no âmbito das quais a linguagem desempenha um lugar de destaque, revelam os valores que têm legitimado a subordinação do feminino ao longo da história, bem como contribuído para que, uma vez conscientes dos seus percursos, as mulheres possam refazê-los discursivamente. Nesse sentido:

Apoiadas/os nas tradições políticas dos testemunhos e dos grupos de promoção da consciência, bem como nos pressupostos das histórias de vida e das entrevistas em profundidade, as/os investigadoras/es feministas quiseram fazer sobressair a importância dos discursos não ditos e, por isso mesmo, não ouvidos, dos grupos marginalizados, dando-lhe voz e audiência (NEVES, 2012, p. 9).

Assim, a articulação da entrevista narrativa com a vida de mulheres reais e que fazem história, traz à tona questões pertinentes à memória, significado e representação numa perspectiva de gênero. Para Sílvia Salvatici (2005), esse entrelaçamento tem como eixo central o reconhecimento da dimensão subjetiva, que legitima as vozes, até então, invisibilizadas.

As narrativas, portanto, contribuem decisivamente com o protagonismo das mulheres, uma vez que essas, passam a se reconhecer enquanto partícipes da história, tão impregnada pelos discursos e registros masculinos. Dessa forma, é preciso desconstruir a ideia de que o “silêncio é o comum das mulheres” (Michelle PERROT, 2005, p. 10), chocando-se, como sugere a pesquisadora, contra o bloco de representações que nos encobre, de modo que possamos, nós mesmas, construirmos a nossa própria imagem. Finalizo, pois, recordando Audre Lorde (1984), que no ápice de sua resistência à opressão, garantiu que o ato de silenciar não nos protegerá.

1.3.2 Observação Participante

Foi por acreditar na relevância das ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, que nos propomos a compreender com mais afinco a importância da pedagogia feminista desenvolvida pelo movimento na vida das mulheres, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento do patriarcado. Nessa perspectiva, lembramos que nosso *campus* é também o nosso lar, onde nos fortalecemos e construímos estratégias de luta e intervenções, coletivamente, com algumas ativistas feministas ou não.

Particularmente, a MMM me veio antes do mestrado. A propósito, ainda hoje não sei dizer se o interesse numa pós-graduação me chegaria, caso eu não estivesse na construção de um movimento que dá, sobretudo, sentido a minha vida. Faço aqui essas divagações porque assim como Lage (2013), enquanto organização, acreditamos nas contribuições que os movimentos sociais têm dado à Academia, e vice-versa. O afinamento desses caminhos abre espaço para uma aprendizagem acadêmico-política diferenciada, senão pelo caráter dinâmico desses movimentos, pela urgência de transformação nas investigações científicas.

Para Lage (2013), a aproximação entre Academia e movimento social “tem diminuído o fosso histórico que separa a ciência das lutas sociais, não apenas recheando a ciência de

realidade social, mas politizando-a” (LAGE, 2013, p. 7007). Confesso que foi na Marcha Mundial das Mulheres que reconheci meu processo de politização, bem como a importância dele. O movimento feminista a mim, tem me ensinado bastante e todos os dias. Reaprendi a ouvir, a falar, a consensuar. Práticas corriqueiras, mas que inseridas dentro de uma organização plural como a MMM, sem dúvida alguma, necessitam ser (re) aprendidas.

Nesse sentido, a opção pela observação participante, para mim, foi um processo de autoformação bastante difícil, primeiramente, pela minha inexperiência enquanto pesquisadora e em segundo lugar, porque é desde a minha inserção na MMM que venho construindo o movimento ativamente e com bastante dedicação, estando, juntamente com outras mulheres, à frente do núcleo Recife. Hesitei, portanto, quanto à escolha dessa técnica, uma vez que não saberia se conseguiria separar meus papéis de pesquisadora e militante ou de que forma essas duas identidades poderiam, de repente, entrar em choque de modo a comprometer esta investigação.

Nessa perspectiva, foi debruçada sobre a literatura de Lage (2013), Lynne McKechnie (2008), Minayo (2016) e Salgado (2008) que decidimos por utilizar meus papéis enquanto pesquisadora e ativista feminista em favor da observação participante, uma vez que compreendemos que minha condição identitária poderia, também, diluir problemáticas inerentes a essa técnica. Nesse sentido, a minha “inserção em campo” esteve revestida de dialogicidade e interação, uma vez que enquanto investigadora me encontro no mesmo plano que as investigadas (MINAYO, 2016; SALGADO, 2008), aliás, é muito mais do que isso, posto que paira sobre nós uma integralidade imensa, a qual me faz afirmar que em certa medida, elas são eu, e eu também sou elas.

Segundo Lage (2013), “viver a realidade partilhando o cotidiano com os grupos sociais contribui para um aprofundamento empírico que possibilita não apenas uma riqueza epistemológica, mas também uma vivência sobre aquilo que se pretende compreender” (LAGE, 2013, p. 7019). Nesse sentido, foi orientada por essa reflexão que estive, intencionalmente, mergulhada na realidade das mulheres que fazem a MMM, em Recife, com o objetivo de tentar apreender a atmosfera que envolve tal movimento.

Contudo, vale ressaltar aqui, que a organização não possui uma sede própria, portanto meu *campus* se deu pelos lugares por onde a MMM esteve: sindicatos, comunidades de Recife, ruas, associações, bares e ONGs. Dessa forma, participei de reuniões (locais), atos de rua amplos, realizados por diversos movimentos feministas, bem como grupos de estudo e ações pedagógicas, especificamente, promovidas pela MMM.

Vale ressaltar que para além das atividades realizadas pela MMM a nível local, fez parte também das minhas observações a atuação da militantes de Recife na Marcha das Margaridas (MM), em Brasília, posto que através desse encontro foi possível observar de que forma as práticas realizadas numa esfera micro se articulam com ações desenvolvidas num contexto maior. Assim sendo, fixei meu olhar, sobretudo, nos encontros de saberes, poderes, grupos sociais e pessoas envolvidas em diversas dimensões, observando não apenas as falas e os silêncios, mas os espaços, as sujeitas, as atividades, a atmosfera do ambiente, os comportamentos e os sentimentos que conduziram cada militante observada por mim (LAGE, 2013).

Em todos esses momentos, algumas questões norteadoras foram conduzindo o meu olhar. Nesse sentido, busquei observar o quanto a dimensão educativa se faz presente no movimento e a partir disso, esforcei-me para captar a identidade da Marcha Mundial, enquanto organização política, dentro do contexto de práticas pedagógicas. Assim sendo, passei a traçar perguntas que me conduziram: Com que objetivos as ações foram realizadas? Por quê? De que maneira? E, para quem? Além de que, foquei o meu olhar, também, nos rebatimentos dessas ações na vida das mulheres.

No mais, avalio que estar em campo, “no mundo e com as pessoas e seus mundos é transformador, pois cria o contato próximo e intenso com as realidades estudadas, seus saberes e suas histórias de vida” (LAGE, 2013, p. 7020). Nesse sentido, minha experiência pessoal, aliás, nossas experiências, são indissociáveis da construção de conhecimento, uma vez que todo saber é também, autobiográfico. Dessa forma, entendo que minha observação participante passou, concomitantemente, por uma auto-observação.

Vale ressaltar, ainda, que mesmo bem inserida no campo, e com uma imensa facilidade de movimentação, própria de quem já pertence àquela organização, em nenhum momento propus uma troca de papéis e identidades que pudesse pôr em risco esta investigação. No entanto, assim como Lage (2013), acreditei na ideia de uma ciência mais democrática, alcançada apenas na relação entre sujeitas-sujeitas e não entre sujeitas-objeto, posto que uma boa aproximação rompe as frequentes barreiras epistemológicas e metodológicas impostas pela condição de investigadora, promovendo, pois, um aprofundamento das experiências proporcionadas pelo campo.

Para Minayo (2016), a observação participante é caracterizada pela integração da pesquisadora em determinado contexto social com o intuito de coletar informações relevantes para uma investigação científica, dessa forma, a observadora deve manter o contato direto com suas interlocutoras, no cenário cultural em que atuam, de modo que a pesquisadora possa

vincular fatos a suas representações, bem como desvendar as contradições entre normas, regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo observado. Sem dúvida, trata-se de uma técnica essencial para o trabalho em campo na pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita a compreensão de uma realidade específica.

É certo que sempre estive imersa no contexto social da MMM, em Recife, portanto sempre observei e sempre fui também observada, contudo de modo assistemático, ou seja, livre, informal, ocasional e mais especificamente, no que diz respeito à minha prática, de maneira bastante acidental. Todavia, para produzir esta dissertação, o meu olhar durante o tempo em que participei das reuniões de preparação, plenárias, grupo de estudos e ações políticas promovidas pelo movimento foi definitivamente alterado, uma vez que minha nova condição exigiu de mim o pré-estabelecimento de objetivos, bem como a elaboração de um planejamento mínimo.

Nessa perspectiva, acredito que no momento em que solicito uma reunião com as militantes da MMM para comunicá-las sobre o projeto que eu havia pensado envolvendo a organização, passo a construir, bem como a participar das ações promovidas, não apenas como militante, mas como uma ativista-pesquisadora. Movimento esse, repetido, também, nas ocasiões em que a me fiz presente nas comunidades do Coque, Brasília Teimosa e Palha de Arroz, sempre acompanhada por um caderno de campo, instrumento que segundo Magnani (1997) situa-se na intersecção entre a experiência no campo e fora dele.

Dessa maneira, é possível dizer que “quando eu já me encontrava ‘aqui’, o caderno de campo pôde me fornecer o contexto de ‘lá’ (das ruas, das comunidades, das ações) e por outro lado, transportou de certa forma para ‘lá’, para o tempo da *experience-near*³⁰, a bagagem adquirida e acumulada nos anos gastos ‘aqui’” (MAGNANI, 1997, p. 3). Assim sendo, foi com o mesmo sentimento da feminista que anos atrás, anotava todas as palavras ditas por considerar-me demasiadamente imperita, que fiz uso do bom e velho caderno campo enquanto instrumento de pesquisa. Foi reconhecendo, pois, a minha inexperiência que me utilizei desse instrumento que “evoca e supõe um estado de aprendiz, daquela que, por nada saber, tudo anota” (MAGNANI, 1997, p. 3).

Para além do caderno de campo, a câmera fotográfica foi outro instrumento que nos acompanhou durante as observações *in loco*. Nesse sentido, foi através dela que, não somente eu, mas também, outras companheiras que se inserem na MMM em Recife, captamos

³⁰ Geertz (1983) caracteriza os dois momentos constitutivos da prática etnográfica, a *experience-near* (experiência em campo) e *experience-distant* (experiência longe do campo).

fragmentos do cotidiano de mulheres que por nós passaram, transformando uma realidade tridimensional em bidimensional.

Nos últimos anos, o movimento feminista tem discutido sobre a apropriação dos processos comunicativos. Sobretudo para a MMM, o uso de tecnologias por parte das militantes, de modo geral, tem significado uma disputa para que as mulheres narrem suas próprias lutas e processos de organização, com o intuito de construir uma comunicação popular, por meio da democratização de ferramentas. Assim sendo, sob o slogan intitulado de “nas ruas, redes e roçados” somos estimuladas, dentro do movimento, a registrarmos nossas resistências e nossos enfrentamentos às desigualdades, a partir de práticas cotidianas, concretas e reais (Fabiana de Oliveira BENEDITO, 2018).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a câmera fotográfica foi manuseada por ativistas que compõem a MMM, uma vez que buscamos romper com a lógica tecnicista e androcêntrica que restringe o uso dessa ferramenta, exclusivamente, a um especialista (normalmente, representado por um homem), da mesma forma que encontra relevância apenas em pessoas renomadas. Frente a esses valores hierárquicos, a investigação feminista, em contrapartida, se constrói sob os princípios da horizontalidade, igualdade e coletividade, valorizando as formas de comunicação das mulheres (Tica MORENO, 2006).

Com efeito, o fotografar, inserido na observação participante, promoveu uma experiência estética e, como tal, elaborou discursos sobre situações e processos complexos. Ainda, mais especificamente sob o viés feminista, construiu resistência à lógica capitalista, patriarcal e individualista, revelando contradições e superações coletivas e criativas para as desigualdades, bem como, potencializando detalhes, a força comunicativa e iconográfica das práticas pedagógico-feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres. Nesse sentido, as fotografias que compõem esta dissertação reforçam o cuidado estético estabelecido por este trabalho.

Desse modo, é importante ressaltar que a observação participante representou muito mais do que um “ver para crer”, embora consideramos relevante o meu olhar enquanto pesquisadora sobre o campo, especificamente, lançado em torno das práticas educativas que situam a MMM, em Recife, atualmente. No entanto, é inegável que participar das atividades desenvolvidas pelo movimento, foi essencial, inclusive, para o preenchimento de lacunas deixadas pelas entrevistas narrativas.

No mais, corroborando para o entendimento de que pesquisadoras e pesquisadas são, no processo da observação participante, mutuamente afetadas, Mckechnie (2008) reconhece o papel da subjetividade, evidenciando, pois, a reatividade como algo inevitável. Nesse sentido,

no que concerne a investigação feminista, legitimamos conforme Castañeda (2008), a importância da reflexividade, uma vez que é preciso reconhecer que investigadoras e colaboradoras se constroem igualmente, vivenciando ambas, uma sucessão de intervenções em seus conhecimentos, visões e experiências de vida.

1.4 “Somos de todos os novos”: ressignificando categorias

Ao refletir sobre a instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista, Harding (1993) aponta que, de modo geral, o feminismo tem reinterpretado, sob um viés de gênero, os mais diversos discursos teóricos. Dessa maneira, durante muito tempo, as feministas ressignificaram o marxismo, a hermenêutica, a psicanálise, de modo a notabilizarem a questão das mulheres dentro desses conceitos.

No entanto, por maiores que sejam as contribuições legadas pelas teóricas feministas, é importante lembrar que não foram as experiências das mulheres que fundamentaram as teorias às quais, normalmente, recorreremos. Nessa perspectiva, Harding (1993) ressalta o mérito do feminismo ao tentar produzir análises teórico-políticas não somente acerca da existência do patriarcado, mas ao visibilizar a forma como essa estrutura oprime e age em nossas vidas.

Assim sendo, foi na tentativa de priorizar teorias produzidas especificamente por mulheres que adotamos, a priori, “feminismo” e “patriarcado” como categorias analíticas para esta dissertação. A escolha foi realizada, posto que consideramos esses, elementos estruturantes e fundamentais para a compreensão não somente do que estabelece a pedagogia feminista, mas também para o entendimento da emergência de um movimento transnacional, como a Marcha Mundial das Mulheres.

Nesse sentido, no que concerne ao feminismo, é importante lembrar que o termo é essencialmente, polissêmico. Portanto, dessa categoria, evidentemente emergiu uma diversidade de teorias, as quais foram abordadas conforme alinhamento à proposta desta dissertação, bem como desenvolvidas no aporte teórico desta investigação. Sendo assim, a noção dos feminismos consubstancial e antissistêmico refletem, neste trabalho, sobretudo, o intercruzamento das questões de gênero, raça e classe (Helena HIRATA, 2014), que identificam, em maior ou menor grau, o feminismo advogado pela MMM.

Igualmente, a categoria patriarcado permeia integralmente esta pesquisa, uma vez que a existência dessa estrutura justifica a construção de modelos baseados em sistemas de opressão e dominação. Dessa forma, sendo esta, pois, uma investigação feminista, a discussão sobre o

patriarcalismo vai ao encontro do discurso legado pelo feminismo radical para quem o “pessoal é político”.

À vista disso, compreendemos que analisar o patriarcado enquanto categoria significa identificar, na teoria feminista, o único conceito que se refere especificamente à subalternização das mulheres. Nesse sentido, o reconhecimento desse elemento teórico estimula a produção das mais diversas formas de resistências, auto-organização das mulheres e práticas pedagógico-feministas.

Sublinhamos, no mais, que ao eleger “patriarcado”, enquanto categoria teórica, um outro termo emergiu automaticamente: capitalismo. Para a MMM, o combate a estrutura capitalista se integra como um eixo central e permanente de suas lutas. Nessa perspectiva, embora haja dissonâncias no campo epistemológico feminista, partimos do princípio de que capitalismo e patriarcado são estruturas distintas³¹, embora dependentes, e que, portanto, merecem ser analisadas não separadamente, mas detidamente em suas especificidades.

Dessa forma, alinhada a Harding (1993), voltamos a nossa atenção, especialmente, à instabilidade das categorias analíticas. Nesse sentido, lembramos que para a autora, as categorias feministas devem ser instáveis, posto que “teorias consistentes e incoerentes em um mundo instável e incoerentes são obstáculos tanto para nossa compreensão quanto para nossas práticas sociais” (HARDING, 1993, p. 11, tradução nossa)³².

1.5 “Feminismo é revolução”: sobre mulheres e técnicas

Uma vez dispondo de todos os dados levantados, coube-nos submetê-los à análise de conteúdo (AC), que segundo Julien (2008), trata-se do processo intelectual de categorizar o material coletado em grupos de entidades similares. Dessa forma, é possível congregarmos aspectos singulares presentes nos dados reunidos.

De acordo com os fundamentos teóricos legados por Laurence Bardin (1979), o objetivo central da análise de conteúdo é manipular as mensagens captadas, de modo que seja viável evidenciar indicadores a fim de que a pesquisadora possa, posteriormente, inferir sobre o texto que foi produzido, numa esfera muito além da realidade escrita. Dessa forma, a autora alerta para o fato de que a compreensão da AC decorre, sobretudo, da prática científica.

³¹ Christine Delphy (2009), discute sobre as mais diversas posições feministas acerca das estruturas patriarcais e capitalistas.

³² Texto original: Las teorías consistentes e incoherentes en un mundo inestable e incoherente son obstáculos tanto para nuestra comprensión como para nuestras prácticas sociales

Nesse sentido, posto que à abordagem qualitativa não interessa o quantificar ou mensurar opiniões e pessoas, senão explorar o conjunto de representações sociais que as sujeitas da pesquisa fazem sobre o tema investigado, o material coletado por mim, como normalmente ocorre em pesquisas quantitativas, não abarcou, evidentemente, a totalidade dos discursos manifestados pelas investigadas e documentos analisados. Portanto, detivemo-nos especialmente, à dimensão e representação sociocultural que as palavras pronunciadas ou escritas, em determinado contexto, representaram (GOMES, 2016, p. 72).

No entanto, vale ressaltar que ao trabalhar com categorias comuns, de modo algum estamos corroborando com a ideia de que não houve dissensos, diferenciações, ou singularidades entre as participantes, bem como entre os documentos investigados também. Nessa perspectiva, ressalto, que enquanto pesquisadora caminhei não somente em direção à homogeneidade, mas no sentido, ainda, da heterogeneidade, própria da diversidade humana.

A análise do conteúdo surge no século XX, época marcada pelo *behaviorismo*, dessa forma, recebe influência, sobretudo, das ideias positivistas, sendo assim, é inicialmente concebida sob uma perspectiva quantitativa. Contudo, a partir da década de 50, algumas teóricas passaram a defender um viés qualitativo, valorizando, então, os fragmentos da própria mensagem (BARDIN, 1979). Nesse sentido, Minayo (2006) compreende que:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequências das falas e palavras como critérios de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda. (MINAYO, 2006, p. 307)

Isso posto, no que tange ao tratamento do material coletado, nesta investigação seguimos três etapas, imbricadas entre si, uma vez que possuem demarcações frequentemente imperceptíveis. Sendo assim, o conteúdo reunido ora foi descrito, nesse sentido, as falas, declarações das entrevistadas e os textos reunidos foram transcritos através do discurso direto, de modo que puderam todos os discursos falarem por si mesmos; ora foram analisados, bem como interpretados, fases essas, distintas, contudo, interligadas. Assim, ao analisar o conteúdo buscamos relacionar dados, ao passo que ao interpretá-lo, tentamos visibilizar sentidos e ações, que ultrapassaram a objetividade dos elementos decodificados e decompostos. (GOMES, 2016).

Dessa forma, iniciamos a análise de conteúdo por meio das entrevistas narrativas. Assim sendo, primeiramente, buscamos captar discursos relacionados à apresentação e trajetória das militantes entrevistadas, uma vez que consideramos importante situar, antes de tudo, essas

sujeitas. Em seguida, por meio das histórias narradas, tentamos captar narratividades que localizassem minimamente, a Marcha Mundial das Mulheres, enquanto movimento pernambucano, posto que até então, nenhuma sistematização teórica a respeito da MMM local havia sido realizada. Vale ressaltar, ainda, que, a partir do conteúdo emergente nas entrevistas, fomos traçando uma articulação entre esse, e as anotações contidas no meu caderno de campo, num movimento que seguiu o percurso entrevista-caderno, presente em todo capítulo 3 desta dissertação.

Posteriormente, através das narrativas sobre as ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres ao longo de sua atuação no estado de Pernambuco, buscamos traduzir a compreensão que tinham as militantes sobre as pedagogias feministas desenvolvidas pela MMM, em Recife, bem como captar os rebatimentos das práticas pedagógico-populares na vida dessas mulheres. Além de que, mapeamos avanços e desafios nos processos educativos do movimento, seguindo sempre o percurso: entrevistas, a partir dos discursos que emergiram delas e observação de campo, buscando compreender como aquilo que foi dito se concretiza na prática.

No mais, os pressupostos educativos das pedagogias feministas desenvolvidas pela MMM, emergiram durante as entrevistas. Sendo assim, a reflexão teórica realizada no capítulo 2 desta investigação, permitiu-nos identificar as premissas pedagógicas nas falas das militantes, a partir da relação e interpretação de dados.

Cabe, ainda, ressaltar que, especificamente nesta pesquisa, a análise de conteúdo foi realizada numa abordagem temática. Queremos dizer com isso que no que tange aos discursos levantados, estivemos atenta aos temas ou itens de significação que emergiram durante a etapa analítica. Dessa maneira, reagrupamos os dados em categorias mais amplas, tentando estabelecer um quadro significativo dos pressupostos que envolvem as práticas pedagógicas desenvolvidas pela MMM em Recife, tal qual sugere Bardin (1979).

No que concerne às imagens, sublinho que, diferentemente da análise realizada dos dados coletados nesta investigação, o enfoque analítico das fotografias examinadas recaiu, maiormente, sobre seu valor expressivo. Dessa forma, por meio delas, tentamos reforçar as informações trazidas pelo texto verbal produzido para esta dissertação.

É bem verdade que o ato de ler um texto é definido, pois, por um processo interpretativo. Nesse sentido, é possível que a pesquisadora interprete as imagens de acordo com suas experiências culturais e conforme o conhecimento que tem acumulado, aproximando-se, dessa forma, de leituras universais ou idiossincráticas. No entanto, embora a imagem seja sempre polissêmica, compreendemos que na fotografia encontramos o menos arbitrário dos signos, uma

vez que essa, tem como objetivo, representar as sujeitas de maneira mais ou menos fiel (Gemma PENN, 2015).

Encerramos esta reflexão, portanto, ratificando a potência que as fotografias são e manifestam acerca dos processos sociológicos, posto que gravam detalhes de uma dada realidade cultural. Tal material pressupõe, sobretudo, multissensorialidade. Sendo assim, por meio das imagens realizada da MMM ao longo dos anos, arriscamo-nos aproximar as dimensões do “ver” e “conhecer”.



Imagem 4: Delegação da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco na Marcha das Margaridas. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

2 “ALERTA, ALERTA, ALERTA QUE CAMINHA A LUTA FEMINISTA PELA AMÉRICA LATINA” – FEMINISMO, HISTÓRIA, IMPASSES E DESAFIOS

Nesta seção, dissertamos sobre as trajetórias do feminismo latino-americano, mais especificamente, o brasileiro. Dessa forma, empenhamo-nos na reconstrução teórica do movimento de mulheres a partir da década de 90, período histórico que explica a emergência da Marcha Mundial das Mulheres, bem como do feminismo antissistêmico reivindicado pelo movimento.

Contudo, muito mais do que historicizar o feminismo brasileiro ou situar a MMM enquanto organização social que emerge em determinada conjuntura política, dedicamo-nos a analisar aqui, criticamente, os impasses e desafios que subjazem e orbitam o percurso trilhado pelo movimento de mulheres em nosso país, movimento esse, que não se encontrou alheio às conjunturas vivenciadas, mas que muito pelo contrário, simultaneamente, impactou e foi pela história impactado.

No mais, a partir de revisões bibliográficas, buscamos articular a história do movimento de mulheres no Brasil e da MMM, enquanto organização que alterou a lógica do feminismo dos anos 90, à preponderância que alcança a pedagogia feminista em todo esse processo político-social. Desse modo, acreditamos abranger as categorias que nesta dissertação nos propomos a analisar.

2.1 “E a ciranda vai girando, e as mãos vão se encontrando”: para pegar o passo

A história do feminismo, frequentemente, é escrita, dividida, contada e recontada sob a perspectiva do que se costuma chamar de “ondas”³³. Contudo, embora seja esse, o método mais utilizado, de modo geral, por pesquisadoras feministas ao tentar refazer a trajetória do movimento, é preciso evidenciar as críticas quanto ao caráter homogeneizador dessa divisão, uma vez que tal segmentação foi/é elaborada sob a perspectiva do Norte global (REYNALDO, 2016).

Nesse sentido, de acordo com Millie Thyner (2010), os movimentos feministas latino-americanos, por vezes, apresentaram (e apresentam) uma dinâmica distinta das práticas estabelecidas pelo feminismo desenvolvido no Norte global. Essa distinção se evidencia, sobretudo, quando se busca reconstruir o movimento feminista na perspectiva das “ondas”, uma

³³ As “ondas” podem ser compreendidas como grandes momentos para o feminismo, conforme Céli Pinto (2003).

vez que as diferenças político-sociais entre o Norte e Sul global incidem determinando a atuação política das mulheres nesses espaços.

Dessa maneira, frequentemente, é possível observar que no estudo dos feminismos enquanto história da emergência de uma crítica coletiva das práticas discriminatórias baseadas no gênero, segundo Francesca Miller (1991), a ênfase numa possível pausa entre as feministas sufragistas, do século 20, e as feministas da chamada “segunda onda” ainda se faz presente. E, mais especificamente em relação à América Latina, onde a existência da “primeira onda” foi recentemente documentada, persiste a ideia de que as campanhas coletivas das mulheres para a melhoria de sua condição de vida nas áreas da educação, mercado de trabalho e esfera política eram praticamente inexistentes antes dos impactos provocados pelo movimento internacional de mulheres nos anos de 1970.

Diante da conjuntura exposta, Maria Luisa Femenías (2007) reivindica a existência de um feminismo latino-americano com raízes e perfil específico, esse que, nascido de contradições próprias, esforça-se para constituir-se autonomamente. A autora alerta que a mesma lógica universal e fragmentada, pela qual se constituiu os Estados Modernos, por vezes, atua no interior do feminismo, quando o olhar das mulheres oriundas de países hegemônicos é lançado às denominadas “não ocidentais”³⁴. Nesse sentido, “a discriminação se potencia em termos de sexo-etnia e a invisibilização de grupos não somente depende da discriminação por sexo, mas fundamentalmente, em virtude de seu pertencimento a uma certa etnia-cultura” (FEMENÍAS, 2007, p. 12).

Chandra Talpade Mohanty (2003; 2006; 2008) é uma das primeiras vozes contra-hegemônicas do Norte global. No texto “Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial”, a autora apontou os equívocos e mal-entendidos que uma visão exclusivamente “ocidental” trouxe para o feminismo e registrou como essa questão afetou diretamente a vida das mulheres no Sul global. Dessa forma, para a pesquisadora, a representação da mulher do “terceiro mundo” é, de modo geral, monolítica (ela é sexualmente limitada, ignorante, pobre, não escolarizada, tradicional, conservadora, voltada essencialmente para a família, dependente e vitimizada pelo sistema socioeconômico), fato esse que, na maioria das vezes, descarta a existência de uma sujeita não ocidental complexa, singular e contraditória.

³⁴ Para Chandra Mohanty (2003, p. 226), os termos “‘Ocidental’ e ‘Terceiro Mundo’ explicam muito menos que as categorias de ‘Norte-Sul’ ou ‘Um Terço - Dois Terços’”.

Mohanty (2003; 2006; 2008), ainda, afirma que os discursos que estereotipam as mulheres do terceiro mundo são fomentados nos espaços acadêmicos, forjados por meio do uso acrítico de metodologias de análise. Assim sendo, a autora defende que (também) a produção do conhecimento sobre o feminismo está diretamente ligada a uma prática política e que nesse sentido, especificamente em relação às mulheres não ocidentais, determina o status dos escritos feministas provenientes do Norte global, visto que as dinâmicas do feminismo acadêmico se inserem em relações de poder, relações essas, que se enfrentam. Conseqüentemente, para Marlise Matos (2010):

[...] esses dois aspectos (a produção da mulher não ocidental como sujeita monolítica, respaldada pela academia), por gerarem a noção homogênea de opressão das mulheres como um único grupo, definiriam, por consequência, uma imagem ou representação específica das Mulheres do Terceiro Mundo (aqui estaria em jogo uma construção de relações de força em que a definição hegemônica de poder é reduzida a jogos binários de estruturas entre quem possui poder – homens – e aqueles que não possuem – as mulheres especialmente, aquelas do Terceiro Mundo) (MATOS, 2010, p. 75).

Nesse sentido, de acordo com Miller (1991), as mulheres, na América Latina, desenvolveram lutas locais, inseridas numa perspectiva distinta dos feminismos do Ocidente. Segundo a autora, um exame mais detido das ações e atividades promovidas por grupos de mulheres latino-americanas, já em dimensão transnacional, põe em xeque a periodização de um feminismo universal, historicizado em ondas.

Não diferentemente do que se costuma observar em diversos períodos históricos, é possível afirmar que em certa medida, na década de 90 e anos 2000, dada as relações desiguais de poder entre Norte e Sul global, esses dois feminismos se apresentam até mesmo de maneira contraditória. Tais considerações permitem a compreensão de que as chamadas terceiras e quartas (MATOS, 2010) ondas feministas na América Latina, e mais especificamente, no Brasil, apresentam dinâmicas e perspectivas distintas se comparadas ao feminismo reivindicado pelo “ocidente”, tal qual entende Mohanty (2003; 2006; 2008). Portanto, é com base nesse entendimento que é priorizado nesta dissertação, uma perspectiva feminista emergente, sobretudo, a partir do eixo Sul.

2.2 “Companheira me ajude, que eu não posso andar só” - Década de 90: uma crítica ao processo de ONGuização

A década de 90 foi marcada simultaneamente pelo aumento das desigualdades e o avanço da globalização. No período, presenciou-se a reconstrução do neoliberalismo, que

transitou do modelo *roll-back* para o modelo *roll-out*³⁵, dessa forma, tal projeto político assumiu uma face mais humana, mais socialmente intervencionista, tecnocrática e institucionalizada.

Nesse sentido, Sonia Alvarez (2014) ressalta que o caráter multicultural assumido pelo neoliberalismo ao adotar a noção de corresponsabilidade com a sociedade civil, bem como valorizando causas identitárias, interferiu nas estratégias de lutas feministas, que passaram a valorizar muito mais as diferenças do que buscar a igualdade. Assim sendo, segundo a autora (2014), o discurso do reconhecimento foi utilizado para combater toda as formas de exclusão, vivenciadas não somente por mulheres brancas³⁶, mas negras, pobres e indígenas.

Para Nancy Fraser (2007), o neoliberalismo hegemônico ocultou as discussões sobre redistribuição e igualdade social, na medida em que as subordinou a questões culturais, assim sendo, demonstrou seu desinteresse pela temática da igualdade socioeconômica. Para a autora, a predileção pelas demandas associadas ao “reconhecimento” fez parte de uma transformação histórica, que está relacionada à queda do comunismo e à ascensão do neoliberalismo, nesse sentido, o feminismo tornou-se vulnerável ao fundamentalismo do livre-mercado.

Na América Latina, de modo geral, segundo Marlise Matos (2014), muitos países haviam passado pelo processo de redemocratização, nessa perspectiva, presenciava-se uma grande pressão das feministas por participação política, reformas e transformações institucionais. Dessa forma, segundo Alvarez (2000), o ingresso também em partidos políticos e em instituições Estatais foi compreendido como um recurso viável para mudar a vida das mulheres. Assim sendo, uma vez tendo ampliado suas arenas políticas e socioculturais, o movimento feminista passou por redefinição e expansão, fato esse, o qual deu origem a diversos, heterogêneos e pluriétnicos feminismos, como o negro, lésbico, popular, entre outros que ganhavam força na região.

Ainda, conforme Alvarez (2000a), no contexto do neoliberalismo *roll-out*, Estados e instituições internacionais transferiram a responsabilidade sobre os serviços sociais ao terceiro setor, que passou a atuar por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs). Esse processo de ONGuização, que vinha acontecendo desde a década de 80, se tornou ainda mais frequente na década de 90, principalmente, na América Latina, cujas mudanças sociais almejadas pelo feminismo foi comprometida, principalmente, por três tendências praticadas

³⁵ De acordo com Peck e Tickell (2002), o neoliberalismo *roll-back* é marcado pela mobilização do poder estatal em prol de projetos de mercantilização e de desregulamentação, a exemplo das Políticas de Ajustes Estruturais, durante os anos de 1980. Já o neoliberalismo *roll-out* reflete uma resposta às falhas políticas dos projetos de Thatcher e Reagan. Nessa fase, o projeto econômico liberal está associado à elaboração de novas políticas sociais e penais, que, supostamente, visam conter o aumento das vítimas marginalizadas e despossuídas da década de 80.

³⁶ A partir da década de 80, as feministas negras passaram a criticar o racismo presente no interior do próprio movimento feminista.

pelos estados neoliberais e instituições internacionais: a) a redução da ONGs a órgãos técnicos ou especialistas em gênero; b) o encolhimento da atuação da sociedade civil; c) a crescente subcontratação para implantar ou assessorar programas governamentais de mulheres.

Diante do cenário exposto, tensões emergiram no interior do movimento feminista, como explica Matos (2014). Nesse sentido, de um lado, encontravam-se as feministas chamadas “institucionalizadas”, que atuavam formalmente em organizações não governamentais ou instituições internacionais e de outro, estavam as denominadas autônomas, essas últimas, recusavam-se a negociar com essas organizações e instituições, de modo que renunciavam os recursos financeiros advindos do Norte global³⁷.

Nos anos 90, como aponta Alvarez (2000), as instituições intergovernamentais, como o Banco Mundial, assumiram como compromisso a redução da pobreza e passaram a direcionar sua atenção à equidade de gênero, à questão do empoderamento e à visibilidade da pobreza visando à construção de um capital social capaz de desenvolver, com eficácia, o mercado. Esse suposto comprometimento, fazendo uso do discurso feminista (agora, bastante globalizado), deu origem ao que a autora define como a Agenda Global de Gênero (AGG)³⁸ ou *gender mainstreaming*, agenda essa, construída de maneira bastante verticalizada, uma vez que planejada na órbita “Organização das Nações Unidas (ONU)-ONG”.

Vale ressaltar ainda, que no contexto da AGG, conferências mundiais foram promovidas pela ONU, segundo Alvarez (2014), influenciando intensamente as agendas governamentais dos países latino-americanos. Nessa perspectiva, as Organizações Unidas produziram uma série de encontros de interesse global, a exemplo das conferências sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, Conferência de Direitos Humanos, em Viena (1993), Conferência da População e Desenvolvimento, no Cairo (1994) e Conferência das Mulheres, em Beijing (1995).

A globalização, a expansão do terceiro setor, bem como o surgimento de diversas instituições caracterizou o que costuma se definir como a 3ª onda dos feminismos. Mais especificamente no Brasil, de acordo com Matos (2010), multiplicaram-se as identidades feministas. Nesse sentido, nos anos 90, era possível perceber mulheres pobres articuladas nos bairros (via associação de moradoras), operárias ocupando os departamentos femininos nos

³⁷ O debate sobre feministas “institucionalizadas” e “autônomas” pode chegar a campos mais amplos. No entanto, para o entendimento sobre o feminismo reivindicado pela MMM, o recorte aqui feito é bastante suficiente. Sobre a tensão entre as feministas “institucionalizadas” e “autônomas”, dissertarei na seção 2.4.3.

³⁸ Segundo Alvarez (2014, p.59) a AGG pode ser descrita como “um conjunto hegemônico, ainda que contestado, de posições normativas e prescritivas sobre gênero e desenvolvimento, participação das mulheres, equidade de gênero”.

sindicatos, o aumento de trabalhadoras rurais que se aproximavam muito mais do movimento feminista. Ainda, as mulheres negras seguiam crescendo e expandindo uma agenda política específica. Dessa forma, o crescimento de um feminismo difuso “trouxo como consequência fundamental um pouco da diluição das barreiras e resistências ideológicas em relação ao feminismo” (MATOS, 2010, p. 85).

No entanto, é preciso evidenciar que o feminismo da década de 90, no Brasil, apresentou uma outra configuração distinta daquela mais radical dos anos 70/80. Nessa perspectiva, já não se presenciava tantas manifestações públicas como em outrora, nem mesmo a presença massiva de grupos de reflexão ou o protagonismo dos movimentos sociais feministas. Sendo assim, ao ser questionada sobre um possível fim do feminismo Céli Pinto (2003) constata:

Deve-se prestar atenção nesse início de milênio às novas formas que o pensamento e o próprio movimento tomaram, e, para tanto, dois cenários são particularmente importantes: o primeiro refere-se à dissociação entre o pensamento feminista e o movimento; o segundo, à profissionalização do movimento por meio de um aparecimento de um grande número de ONGs voltadas para a questão da mulher. Essas duas movimentações são complementares e, ao mesmo tempo, agem em direções diversas. Enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa (PINTO, 2003, p. 91).

Nesse sentido, Pinto (2003) faz o alerta sobre os singelos e ao mesmo tempo, significativos sinais de mudanças: a diminuição de piadas machistas, racistas e homofóbicas nos espaços públicos, a não legitimidade da discriminação de trabalhadoras, a menção aos direitos das mulheres no discurso político. Aliás, na página do governo federal era possível localizar uma seção específica dedicada à mulher³⁹. Nesse cenário de transformações, consta ainda a legitimidade que alcançou no Congresso Nacional e Legislativos a discussão sobre assédio sexual⁴⁰, tema muito debatido entre as feministas nas décadas anteriores. Tratou-se para a autora, de um feminismo difuso, sem militantes ou organizações, defendido por mulheres e homens que não se identificavam com o movimento feminista.

Diante da raquítica participação feminina na política institucional do Brasil, a lei que garante 30% de mulheres nas listas partidárias é assinada na década de 90, embora apresente problemáticas quanto a sua execução, por exemplo - em algumas vezes, suas nominatas incluem até mesmo candidatas-fantasmas. Assim, à vista da dificuldade que encontraram as mulheres no ingresso dos partidos, segundo Pinto (2003), a inserção dessas, com efeito, deu-se

³⁹ A página www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno trazia informações sobre projetos em debate no Congresso Nacional, acerca de programas em ministérios e tudo mais que se referia aos direitos das mulheres.

⁴⁰ Lei nº 2,848, modificada pela Deputada Federal Iara Bernadi, do PT (Partido dos Trabalhadores).

amplamente nas ONGs, uma vez que muitas delas possuíam uma vasta experiência na construção de movimentos sociais.

As ONGs eram financiadas, principalmente, pelas fundações internacionais e em alguns casos, recebiam dinheiro do próprio governo, essa dinâmica transformava-se numa espécie de terceirização de serviços e responsabilidades. Nesse sentido, algumas vozes mais críticas a esse tipo de militância, alertavam para o discurso institucionalizado que invadia o feminismo daquela época. Pinto (2003) observa que os grupos feministas, antes autônomos e abertos a qualquer interessada, fecharam-se em diretorias e conselhos.

Em contrapartida, ainda que inseridas dentro de um processo pouco valorizado no feminismo e atuando numa esfera distante do eixo ONG-ONU, conforme Nalu Faria (2008), na década de 90, começaram a se formar as primeiras redes para discutir o tema de mulheres e economia, que mais tarde, evoluiu para o debate sobre economia feminista. Nesse sentido, foram criados os primeiros espaços associados à resistência contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), organizados pela Aliança Social Continental (ASC).

É nesse contexto de crítica global ao capitalismo e neoliberalismo, bem como a forma de uma atuação feminista inserida no terceiro setor, que se deu início também, o processo de organização da Marcha Mundial das Mulheres, por meio de uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista. Conforme Faria (2015), a ideia de se construir uma grande marcha no Brasil partiu da Federação de Mulheres de Québec (*Fédération des Femmes du Québec*) e começou a ser construída já em 1995, fora dos espaços institucionalizados, como uma resposta à ofensiva conservadora em curso, girando em torno de ações concretas das mulheres nas ruas.

Assim sendo, o primeiro Encontro Internacional da MMM ocorreu em 1998 e definiu, segundo Faria (2008), uma plataforma centrada em 17 pontos contra a pobreza e 17 contra a violência, que seria entregue à ONU, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, nos anos 2000. Tal projeto expressava, num marco em que o debate hegemônico focava no alívio da pobreza, “uma crítica à globalização neoliberal” (FARIAS, 2008, p. 18), globalização essa, que vale ressaltar, foi reforçada também, pelo formato de atuação das ONGs brasileiras, até então.

2.3 “Se cuida seu machista, a América Latina vai ser toda feminista”: o surgimento de um feminismo radical

Nos anos 2000, os movimentos feministas diversificaram-se ainda mais, alcançando esferas transnacionais até então, nunca vivenciadas. Nesse período, Reynaldo (2016) identifica o que ela costuma denominar de um “segundo momento de transnacionalização dos feminismos”, cujas primeiras sementes, segundo a autora, foram plantadas pela Marcha Mundial das Mulheres.

Para Reynaldo (2006), a complexidade global intensificada nas interações transnacionais já desde a década de 70, constituída, “por um conjunto interseccionado de sistemas de subordinação” (REYNALDO, 2016, p. 129) resultou no que podemos conceituar de “globalização hegemônica”, ou, “de cima para baixo” (MATOS, 2010; REYNALDO, 2016, SANTOS, 2005). Essa, alimentada pela economia neoliberal provocou o aumento das desigualdades no mundo e criou um contingente de excluídas, uma vez que reestruturou e continua a reestruturar a acumulação do capital de uma pequena elite global.

Em contrapartida, nos anos 2000, constatou-se também uma “globalização contra hegemônica” ou, “de baixo para cima” (MATOS, 2010; REYNALDO, 2016, SANTOS, 2005), que por sua vez, pode ser compreendida como um conjunto de alternativas e resistências aos efeitos deletérios do neoliberalismo. Nesse sentido, Manisha Desai (2002) chama a atenção para a forte atuação das mulheres, as quais têm construído até hoje, estratégias que incorporam uma crítica radical ao capitalismo global, sobretudo, por meio de uma nova atuação política, visto que são elas as mais afetadas pelo projeto econômico neoliberal.

São as meninas e mulheres ao redor do mundo, especialmente, as nascidas no Sul global, que suportam o fardo mais pesado da globalização. São elas as mais atingidas pelas privatizações dos serviços, dos bens comuns, bem como pela desregulamentação dos governos, de acordo com Mohanty (2003). São também, as mais atingidas diante o desmantelamento do estado de bem-estar, da reestruturação do trabalho, da cultura da guerra. É nesse sentido que o feminismo, já no final do século XX, passou a lançar suas críticas à globalização econômica e a repudiar seus perniciosos efeitos na vida das mulheres.

Para Marlise Matos (2010), nos anos 2000, presencia-se uma quarta onda feminista, caracterizada não somente pela institucionalização das demandas das mulheres, por intermédio da elaboração, implantação e monitoramento das políticas públicas, pela criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais políticas, no âmbito nacional, estadual e municipal, bem como pelos desdobramentos da institucionalização, com a criação de

ONGs, fóruns e redes, tudo isso mais do que vivenciado nos anos 90, mas, sobretudo, esse novo tempo está marcado pelo que autora define como uma nova atuação do feminismo. Nesse sentido, o movimento feminista passa a atuar numa perspectiva trans ou pós-nacional através de duas frentes concomitantemente “uma luta por radicalização anticapitalista, por meio do esforço de construção da articulação entre feminismos horizontais, e de uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul” (MATOS, 2010, p. 69).

Assim sendo, principalmente na América-Latina, um movimento que pode ser descrito como multimodal, ou a partir de diferentes comunidades políticas de gênero, erigiu-se não somente transversalizado, ou seja, estendendo-se verticalmente por meio dos diferentes níveis de governo, “atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se em uma variedade de arenas políticas (MATOS, 2010), mas também horizontalmente, ao longo de uma larga gama de classes sociais, de movimentos que são conduzidos pela livre expressão de experiência diversas, inseridos em comunidades étnico-raciais, rurais, bem como em múltiplos espaços socioculturais. Esses, auxiliados e conectados pela tecnologia que, a priori, deveria servir à globalização capitalista, subvertem a existência do computador em prol de um mundo mais humano, através da elaboração de novas ideologias, crenças políticas e práticas solidárias.

No século XXI, de acordo com Snyder (2006), muitas organizações de mulheres situadas no Norte global, viram seu vigor esvaír, diante de uma conjuntura neoliberal. Na década de 90, na Europa, as mobilizações massivas perderam a força, e nos Estados Unidos, as feministas hesitaram em apoiar um feminismo cujas reivindicações estavam centradas nas temáticas do meio-ambiente, população, militarismo e paz, em vez de focalizadas numa espécie de “feminismo puro”. Além de que, nesses países considerados desenvolvidos, a pouca discussão e o escasso entendimento sobre como o modelo econômico adotado em suas políticas afeta a vida das mulheres de outras partes do mundo, contribuiu para a mudança no ímpeto global do feminismo. Assim sendo, enquanto os movimentos do Norte arrefeciam, tornavam-se complacentes ou limitados, os países do Sul foram (e são) os protagonistas de boa parte das lutas feministas pelos direitos das mulheres nos anos 2000.

Segundo Alvarez (2014), o feminismo hegemônico dos anos 90, formado por mulheres especialistas em gênero e defensoras de políticas institucionais, embora continue existindo, perde a força diante do neoliberalismo e de uma democracia restrita. Em contrapartida, movimentos de mulheres trabalhadoras, rurais e urbanas, lésbicas, indígenas, outrora marginalizados, passaram a criar outros feminismos que entrelaçam lutas locais, regionais e globais, atuando num contexto que a autora denomina como “*sidestreaming*” ou de “fluxo

horizontal”. Para Matos (2014) o feminismo “*sidestreaming*”, bem como o “*mainstreaming*” (de fluxo vertical) passaram a coabitar num mesmo tempo e espaço, este, sobretudo voltado para a despatriarcalização das instituições estatais, e, aquele, a partir não somente de um feminismo despatriarcalizador, mas descolonizador⁴¹ e concomitantemente estatal e antiestatal.

Nessa perspectiva, a mudança do eixo Norte para o Sul, conforme Snyder (2006), confirmou aquilo que já vinha sendo evidenciado pelas feministas latino-americanas. Assim sendo, no século XXI, houve a compreensão de que as questões econômicas e macroeconômicas eram, também, questões das mulheres⁴². No mais, para Alvarez (2014), a emergência de um feminismo contra-hegemônico era resultado da ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda política, fato esse que caracterizou uma dinâmica, denominada pela autora, de “virada à esquerda”.

Os protestos contra a globalização neoliberal, que iniciaram em Seattle, no ano de 1998, permaneceram no século XXI, fomentados por grandes coalizões, redes de entidades e movimentos sociais organizados horizontalmente. No Brasil, mais especificamente em 2001, com a finalidade de arquitetar uma resistência ao neoliberalismo, foi realizado o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), como uma alternativa ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Para Matos (2010), não somente o FSM mas também a, até então, recente criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), realizada em 2009, trataram-se de espaços interculturais que promoviam processos de interconhecimento e autoeducação e tornavam possíveis coligações, bem como ações coletivas conjuntas.

Ainda, sobre a formação de uma resistência antiglobalização, Clarisse Paradis, Natália Carrau e Viviana Barreto (2017) destacam a campanha contra ALCA⁴³ (Área de Livre Comércio das Américas), que representava, segundo as autoras, uma estratégia dos Estados Unidos para ampliação do controle sobre o mercado e território latino-americano. Nesse sentido, elas apontam que o movimento feminista foi fundamental tanto na mobilização de mulheres, quanto no sentido de oferecer caminhos alternativos àqueles traçados pelo capitalismo neoliberal, a partir da economia feminista, que ao reconectar o público e privado, a produção e reprodução, mostrou que um outro mundo era possível.

Ademais, é preciso evidenciar que nos anos 2000, teias e discursos caracterizam o atual momento. Nessa perspectiva, o debate sobre corporalidades, sexualidades e identidades de gênero vem à tona em categorias como o transfeminismo, o transgênero, o pós-gênero e o *queer*.

⁴¹ Na conjuntura, há a aproximação entre movimentos feminista com as teorias pós e decoloniais. (MATOS, 2014).

⁴² Sobre essa tensão, dissertarei na seção 2.4.3

⁴³ Projeto derrotado em 2005, segundo Paradis, Carrau e Barreto (2017).

Nesse sentido, essas discussões transpõem o movimento feminista a um espaço para além dos binarismos de gênero e essencialismo corporais, segundo Alvarez (2014), posto que repensam não somente o conceito teórico de “mulher”, mas a própria noção do feminismo. Tais movimentos, por vezes difusos, são produzidos por distintas matrizes teóricas. Nessa perspectiva, ora convergem politicamente, ora não.

2.4 “Menina, o que fazer com o patriarcado?”: descentramentos, tensões e divergências

A emergência da sujeita mulher enquanto agente política (e plural), por vezes, provocou tensões no interior do próprio feminismo. Nesse sentido, a linearidade com a qual, frequentemente, a historicização das lutas e do movimento feminista é contada, contribui para a invisibilização de tensões, descentramentos e por que não dizer, contradições existentes no percurso histórico desse movimento, que embora bastante congruente, é também, diverso.

Nessa perspectiva, na presente subseção buscamos notabilizar embates fundamentais para compreensão da diversidade de ideias pelas quais o feminismo, hoje, é constituído, uma vez que consideramos questões fundamentais na construção da identidade da Marcha Mundial das Mulheres enquanto organização feminista. Sem intenção alguma de limitar as tensões que orbitam o movimento de mulheres, refletimos, especificamente nas páginas seguintes, os conflitos que permearam: a) a ideia da interseccionalidade e consubstancialidade; b) as pautas e articulações incorporadas na luta feminista e c) a divergência estratégica entre as feministas ditas “institucionalizadas” e as consideradas “autônomas”.

Ademais, ressaltamos que o feminismo é constituído por práticas e posições heterogêneas, ou seja, é resultado de uma junção de pensamentos políticos que podem divergir uns dos outros. Contudo, embora a análise das tensões seja feita, aqui, isoladamente, com o intuito de facilitar a organização do pensamento, lembramos que essas, estão imbricadas entre si, ainda que diversas e multifacetadas.

2.4.1 “Machistas, racistas, não passarão”: gênero, raça e classe

Embora hoje seja amplamente consensuada a compreensão de que as mulheres não vivenciam o sexismo da mesma forma, o processo para tal entendimento, sobretudo de que racismo, machismo e capitalismo tratam-se de categorias convergentes, foi forjado sobre tensões não somente no campo feminista, mas também das lutas econômicas e raciais. Nessa perspectiva, no final da década de 70, a ideia de um ponto de vista comum experimentado pelas

mulheres ampliou-se para uma conjunção entre as relações de sexo, raça e classe, o que tornou ainda mais imbricada a noção do conhecimento situado.

Os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade surgem no feminismo como aporte para a compreensão de uma realidade complexa, cujos sistemas de opressão e dominação se retroalimentam através das estruturas patriarcais, racistas e capitalistas do poder. Tal complexidade trata-se, essencialmente, de uma resposta aos feminismos universalizantes e colonizadores, sustentados sobretudo, por feministas localizadas no Norte global do planeta. Assim sendo, a postulação por um bem viver, entre as mulheres negras, pobres e não ocidentais, na contramão do feminismo hegemônico, evocou um discurso decolonial, hoje, bastante expressivo no campo feminista da América Latina (ALVAREZ, 2014). Contudo, ainda que tais concepções partam dos pressupostos da epistemologia feminista, Danièle Kergoat (2003) aponta para a existência de distintas posições científicas e políticas na teoria feminista no que concerne à reflexão sobre o conjunto que envolve as relações sociais e de sexo.

O termo interseccionalidade, hoje bastante difundido, foi utilizado pela primeira vez pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (2002, p. 177) “para buscar capturar as consequências estruturais entre dois ou mais eixos de subordinação”. A teórica se atém, de maneira específica, à relação mutualística entre o racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades estruturais ao posicionar mulheres, raças, etnias e classes. Sua origem, segundo Hirata (2014), remonta ao movimento do final dos anos 70, conhecido como *Black Feminism*.

A partir de então, o debate sobre a “interseccionalidade” foi difundido nos países anglo-saxônicos no início dos anos 90, não somente por Crenshaw, mas por pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs. Trata-se de uma proposta que considera as “múltiplas fontes da identidade”, bem como a opressão não hierarquizada decorrente dessas, (CRENSHAW, 2014, p. 54) por meio de duas subdivisões: a interseccionalidade estrutural e política⁴⁴.

Por sua vez, a teoria da consubstancialidade, desenvolvida por Danièle Kergoat, elaborada também no final dos anos 70, em termos de articulação entre sexo e classe social, e, mais tarde, ampliada para a imbricação das categorias sexo, classe e raça, busca “compreender

⁴⁴ Hirata (2014, p. 62) explica que a interseccionalidade estrutural diz respeito à posição das mulheres negras na intersecção entre raça e gênero diante da experiência de violência e da resposta a tais violências. Já a interseccionalidade política reflete sobre a marginalização que as mulheres negras sofrem diante das políticas feministas e antirracistas.

de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão” (KERGOAT, 2010, p. 93).

Contudo, embora partilhem tanto a interseccionalidade como a consubstancialidade da mesma ideia de imbricação e não hierarquização das violências, a crítica feita por Kergoat ao foco interseccional reside no que ela identifica como o caráter “geométrico da intersecção”. Segundo a autora, o pensar cartograficamente pode conduzir à naturalização das categorias analíticas. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias englobadas pela interseccionalidade acaba mascarando as relações sociais e, conseqüentemente, a materialidade das opressões.

Dessa maneira, ao interseccionalizar casta, religião, região, etnia, nação e não apenas sexo, raça e classe, Kergoat (2010) identifica que por vezes, incorre-se na fragmentação das práticas sociais de modo que é iminente o risco de contribuir com a reprodução da violência. Para a autora, nem todos esses pontos remetem a relações sociais e, portanto, não devem ser colocados no mesmo plano. Além de que, ao raciocinar os termos como categorias e não como relações sociais, a interseccionalidade acaba por privilegiar uma ou outra intersecção, normalmente gênero e raça, deixando, como observa Hirata (2010), a dimensão da classe social num plano menos visível, dimensão essa, fundamental para a compreensão do feminismo anticapitalista advogado pela Marcha Mundial das Mulheres, fator que justifica a escolha desse movimento pela linha teórica da consubstancialidade.

No mais, conforme Andrea L. Butto Zarzar (2017), apoiar-se na noção consubstancial das relações sociais significa também dizer que o gênero, a classe ou a raça podem ser ou não unificadores, uma vez que não necessariamente são fontes de antagonismos ou solidariedades entre si. Tal afirmação remete, sobretudo, ao pensamento de Patrícia Hill Collins (2015, p. 14), uma vez que para a feminista “cada um/a de nós experimentamos variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida”.

Nessa perspectiva Elsa Dorlin (2005), particularmente, alerta para o perigo da setorização das relações sociais, de modo que essas, acabam, equivocadamente, sendo compreendidas como se assumissem posições fixas. Para a autora, é exatamente dessa maneira que o discurso dominante naturaliza e enquadra sujeitas em identidades definidas.

Assim sendo, para esta dissertação, analisamos as questões de classe, raça e gênero dentro das relações sociais, uma vez que coextensivamente, se reproduzem e se coproduzem, por meio de uma mutualidade. Dessa forma, optamos pelo conceito da consubstancialidade não somente para manter um alinhamento com campo teórico e político da Marcha Mundial das

Mulheres, mas, especialmente, porque acreditamos que as relações sociais são cambiantes, históricas e dinâmicas, sendo assim, estão em constante evolução e renegociação.

2.4.2 “A nossa luta é todo dia”: pautas incorporadas nas lutas feministas

Ainda sobre as inúmeras tensões que circundam o feminismo, é importante notabilizar que diversas posições convivem no campo feminista. Isso ocorre porque tal movimento se torna permeável a muitas ideias e visões práticas que envolvem a idealização de uma nova lógica de vida, a construção de subjetividades, bem como a coerência entre discurso e prática política.

Dessa forma, segundo Faria (2017), debates sobre as pautas que devem ser incorporadas pelo movimento feminista, de modo geral, ainda que pareçam superados, ressurgem, no atual momento, com uma outra roupagem. Nesse sentido, é possível evidenciar a tensão envolvendo a incorporação de uma agenda de lutas voltada para a manutenção da atuação feminista centralizada nas questões referentes, exclusivamente, à classe. De acordo com essa abordagem, o combate a outras opressões passa a ser considerado secundário. Ou seja, a especificidade do feminismo, sob essa ótica, não é absorvida e a auto-organização de mulheres transforma-se em mera tática.

Em contrapartida, há quem reduza a luta feminista a uma dimensão cultural e de mudança de valores, segundo Faria (2017), sem questionar as bases materiais das dinâmicas de opressão e dominação do gênero. Para a ativista (2017), “isso cria um paradoxo em que muitas vezes os critérios para avaliar agendas e alianças da luta das mulheres não são os mesmos da luta de classes ‘dura’” (FARIA, 2017, p. 2), uma vez que para algumas feministas, o movimento deve centrar-se em mudanças nos campos individuais⁴⁵. Esse posicionamento, no entanto, ignora o fato de que a luta específica esteja também, profundamente marcada não somente pela classe social, mas pela heteronormatividade, e uma branquitude “inominada” ou implícita, de acordo com Alvarez (2014).

Fraser (2009) afirma que por estabelecer uma análise integrada das dimensões econômica, política e cultural, o feminismo questionou todo um sistema de poder. No entanto, ao fixar sua atenção apenas no aspecto do reconhecimento ou identitário, ou seja, numa espécie de “feminismo puro”, em que apenas as pautas específicas das mulheres são abordadas - ou, por outro lado, ao direcionar suas ações exclusivamente às questões de classe, o movimento

⁴⁵ O chamado feminismo do empoderamento, segundo Faria (2017).

feminista perdeu automaticamente, a potência crítica que impulsionou suas reivindicações em diversos momentos da história.

Assim sendo, a Marcha Mundial das Mulheres compreende que a incorporação de pautas no movimento feminista trata-se de um eixo de suma importância, pois diz respeito, especialmente, à construção de alternativas libertárias que as mulheres desejam pautar. Nesse sentido, ao reivindicar um feminismo antissistêmico, o movimento entende que um debate focado em dimensões, exclusivamente, individuais, marcado por uma concepção liberal, não deve representar um projeto de vida coletivo e social. Portanto, legitimar um feminismo cuja finalidade está centrada no empoderamento em detrimento de mudanças sociais profundas significa, conseqüentemente, não questionar as dinâmicas da estrutura de poder e representação.

Evidentemente que a busca pela diversidade, pela afirmação da mulher enquanto sujeita política, bem como pela ruptura com binarismos de gênero é bastante legítima. No entanto é preciso cautela para que em nome de todas essas lutas o espaço social não seja esvaziado. Dessa forma, a Marcha Mundial das Mulheres crê que as dimensões culturais devam integrar eixos econômicos e políticos, simultaneamente, de modo que se tornem explícitas as bases materiais (racistas, machistas e capitalistas) que organizam a sociedade.

2.4.3 “Mulheres contra o machismo e o capitalismo neoliberal”: uma crítica ao processo de ONGuização

Nesta subseção, explicitamos as tensões existentes entre as feministas que defendem a autonomia do movimento (as autônomas), inseridas nos setores críticos ao processo de ONGuização, e aquelas que veem, no terceiro setor (institucionalizadas), a estratégia mais eficiente no que concerne tanto à ampliação de direitos das mulheres, quanto à incorporação das pautas feministas pelos sistemas políticos, econômicos e culturais vigentes. Trata-se, portanto, de um dos desdobramentos das questões desenvolvidas nas linhas anteriores. Contudo, como consideramos esse, um dos embates que mais repercutem no interior do feminismo, sendo o seu entendimento fundamental para a compreensão das ações educativas promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, tratamo-lo, nesta parte da dissertação, de forma mais aprofundada.

A tensão existente entre “autônomas” e “institucionalizadas” é bastante antiga no movimento feminista e teve seu início nos anos 70, quando o ingresso das mulheres militantes dos partidos de oposição, bem como de sindicatos, dentro do feminismo, provocou uma série de reações, que culminaram em debates sobre “autenticidade” e “pertencimento”, “inclusão” e

“exclusão” do campo de articulação feminista, como aponta Alvarez (2014). Na verdade, com o advento da chamada segunda onda, muitos mitos foram sendo registrados na história oficial do feminismo. Nesse período, segundo a pesquisadora (2014), punha-se em xeque, por exemplo, a legitimidade das mulheres oriundas das organizações revolucionárias de esquerda.

Sendo assim, ainda na década de 70, os até então denominados setores “autônomos” contestavam a legitimidade das mulheres pertencentes à esquerda revolucionária, que constantemente, preteriam a questão da mulher, por considerá-la uma luta secundária. Dessa forma, as mulheres inseridas em partidos eram rotuladas de “políticas” ou “militantes”, por priorizarem a luta geral, e conseqüentemente, “menos feministas” do que aquelas ligadas ao movimento de mulheres. Essa tensão se articulou em escalas locais, nacionais e internacionais, quando em 1981, no EFLAC (Encontro Feminista Latino-Americano) disputas homéricas entre as “feministas” e “militantes” foram protagonizadas, conforme Alvarez (2014). Contudo, apesar de num primeiro momento triunfar a “luta específica-militância autônoma”, as mulheres “políticas” continuaram a se identificar com o ideário feminista e a fazer uso do seu campo discursivo.

Mais tarde, nos anos de 1990, Faria (2015) explica que diante da queda do muro de Berlim e da União Soviética, das Políticas de Ajustes Estruturais (PAEs), bem como da abertura comercial imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), a globalização passou a ser reconhecida como um dado irreversível por algumas feministas, e, no máximo, analisada a partir dos seus efeitos positivos e negativos sobre vida das mulheres. Houve, segundo a ativista (2015), o deslocamento das questões sobre transformação social para um debate focado no campo da normatização de direitos. Nessa conjuntura, a ideia de não haver alternativa para a economia fora de uma política neoliberal envolveu governos e organismos multilaterais na construção de políticas públicas, sem que houvesse o questionamento do modelo de Estado mínimo vigente.

Foi nesse contexto que a Organização das Nações Unidas (ONU) articulou, segundo Faria (2015), ciclos de grandes conferências, colocando-se, pois, enquanto negociadora da agenda de combate à pobreza, essa, intensificada pela PAE. Conseqüentemente, a articulação para a Conferência de Beijing (1995) provocou divergências entre as feministas, pois algumas delas identificavam na ONU, uma postura incoerente e contraditória.

Ao analisar a organização do movimento feminista para além da sociedade civil, Alvarez (2014) compreende que nos anos 90, os discursos e práticas feministas começaram a se articular “verticalmente” no interior, entre outros setores, de inúmeras ONGs. Nesse sentido, o discurso de gênero passou a ser “*mainstreamed*” ou seja, “transversalizado” por essas

instituições políticas. Conseqüentemente, como já foi escrito, coletivos feministas autônomos profissionalizaram-se, transformaram-se em organizações, que mesmo controversas, figuraram como as atoras mais visíveis naquela década. Em contrapartida, segundo Faria (2015), nesse período, “como resultado da política institucionalizada e influenciada pelo quadro geral de desmobilização da esquerda, a despolitização no movimento de mulheres cresceu e verificou-se uma perda da radicalidade” (FARIA, 2015, p. 15).

Nessa perspectiva, conforme Alvarez (2014), a autonomia reemergiu enquanto discurso político e passou a ser disputada entre as diversas expressões do feminismo. Assim sendo, presenciou-se o reacendimento da perspectiva autônoma das mulheres, que outrora engendrada como discurso hegemônico na década de 70, frente às mulheres inseridas em partidos políticos, na década de 90, passou a conceituar uma nova variante de ativistas (minoritárias até o momento), inseridas em movimentos populares ou mistos, as quais denominavam pejorativamente de “institucionais” as feministas que atuavam no terceiro setor, uma vez que contribuía, em alguma medida, com as forças nefastas do patriarcado neoliberal⁴⁶.

Dessa forma, as militantes silenciadas pelo neoliberalismo, de acordo com Alvarez (2014), se rebelaram e passaram a protagonizar as ações políticas das mulheres no final da década de 90 em toda América Latina. Nesse sentido, o engajamento nos processos da ONU, financiada por instituições multilaterais, bem como enfraquecida pelo unilateralismo dos Estados Unidos e pela dominação da política global por economias poderosas, passou a ser compreendido por muitas feministas, segundo Janet Conway (2010), como arriscado e ineficaz, compreensão essa, que levou a MMM a seguir o caminho da autonomia, na perspectiva aqui abordada. Há, portanto, conforme a pesquisadora (2010), importantes distinções nas abordagens, ênfases e estratégias entre as feministas que atuam nas esferas ONGs-ONU e aquelas ditas “autônomas”, a exemplo da autonomia que reivindicam estas últimas para articulação, inclusive, com movimentos sociais mistos.

Vale ressaltar que essa tensão ainda se faz presente nos anos 2000, visto que muitos discursos e práticas, segundo Alvarez (2014, p. 71), de “um subconjunto de defensoras latino-americanas de direitos permanecem marcados por sua longa jornada na órbita da ONU e das instituições que transversalizam o gênero verticalmente (*gender-mainstreamed institutions*). Em contrapartida, convivem num mesmo espaço-tempo, movimentos feministas, como a

⁴⁶ Em conversa informal com Andrea Butto (2019), a socióloga informou que na década de 90, as mulheres inseridas no terceiro setor não reconheciam a legitimidade das feministas oriundas dos movimentos populares, tampouco daquelas inseridas em movimentos mistos.

MMM, que não se posicionam politicamente a partir de um discurso socioeconômico dominante, encontrando-se, pois, inseridos numa atuação *sidestreaming* ou de curso horizontal.



Imagem 5: Delegação da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco na Marcha das Margaridas. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

2.5 “NO BATUQUE DO TAMBOR A REVOLTA SOCIAL”: Marcha Mundial das Mulheres!

Nesta subseção, buscamos sistematizar a origem da Marcha Mundial das Mulheres, bem como situar a relevância desse movimento social para o feminismo brasileiro, mais especificamente. Dessa forma, aprofundamos nas linhas que se seguem, contextos e tensões os quais envolveram o movimento de mulheres na década de 90 e que conseqüentemente, fizeram emergir, a princípio, uma expressiva e coletiva ação mundial.

Ainda, ratificamos nesta parte da dissertação, o feminismo antissistêmico reivindicado pela MMM, assim como explicitamos a relação dessa organização com as práticas pedagógicas feministas como estratégia de enfrentamento às estruturas patriarcais. Para isso, fizemos uso não somente de referenciais bibliográficos acadêmicos, mas também e, sobretudo, das cartilhas, do blog, dos cadernos, entrevistas e revistas publicadas pelo próprio movimento⁴⁷.

2.5.1 “Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres”: a radicalidade feminista num brevíssimo panorama

No início era uma marcha. Posteriormente uma manifestação. Hoje, um movimento feminista transnacional com presença em 164 países. Para Janet Conway (2012), a Marcha Mundial das Mulheres destaca-se frente a outras expressões do feminismo não somente pelo grande alcance de militantes, mas, sobretudo, por apresentar uma forte concepção anticapitalista, através de uma atuação comprometida com os feminismos populares.

Nesse sentido, a inovação, bem como a imensa contribuição da Marcha Mundial das Mulheres ao movimento feminista, sobretudo pelo alcance global sem precedentes de suas ações, desperta interesse entre pesquisadoras do mundo todo (ALVAREZ, 2014; CONWAY, 2008 e 2012; MATOS, 2014, REYNALDO, 2016). Em virtude disso, colocar esse movimento social no centro dos nossos estudos trata-se de uma tentativa de compreendê-lo enquanto um movimento transfronteiriço que preserva, ao mesmo tempo, raízes profundamente locais.

A Marcha Mundial das Mulheres surge num contexto de transição do feminismo do século XX para o feminismo do século XXI, período marcado pelo neoliberalismo global. Nessa perspectiva, a globalização passou a impulsionar novos espaços, formatos e configurações sociais, fazendo emergir, pois, como foi denominado por Reynaldo (2016), um

⁴⁷ Em 09 de abril de 2019, conversei informalmente com Nalu Faria, uma das fundadoras da Marcha Mundial das Mulheres. A militante revelou-me o quanto se sentia incomodada com algumas pesquisas realizadas sobre o movimento. É nessa perspectiva que priorizo o olhar metalinguístico.

“Segundo Momento de Transnacionalização do Feminismo” ou conforme identificou Marlise Matos (2010), uma quarta fase feminista no Brasil.

No entanto, é preciso lembrar que algumas feministas mais críticas, a exemplo de Nalu Faria (2017), identificaram que durante a década de 90, evidenciou-se um feminismo pouco expressivo⁴⁸. A militante (2017) sustenta que naquela conjuntura, o movimento feminista deixou de fazer um exame crítico da realidade brasileira, passando a valorizar apenas um único aspecto da luta feminista: o reconhecimento da identidade. Aspecto esse, o qual foi apropriado pelo capitalismo como estratégia para legitimar suas ações. Não obstante, a autora ressalta que o momento de crise econômica exigia do movimento, a priorização de temas como o da redistribuição, uma vez que pelo caráter da opressão patriarcal, a luta feminista precisaria (e precisa) combinar dimensões econômicas, identitárias e de representação.

Para Nalu Faria (2017), a conjuntura mundial afetou sistematicamente, nos anos de 1990, a América Latina e o Caribe. Nesse sentido, a militante avalia que o avanço do neoliberalismo, somado ao enfraquecimento da luta feminista, ocorreu não somente porque os setores da esquerda e antissistêmicos se constituíam como minoria política, mas, sobretudo, devido à fragmentação da agenda voltada para as mulheres, que naquele momento, não questionou as políticas de globalização neoliberal e do Estado mínimo. Assim, prevaleceu-se uma concepção pouco crítica do avanço neoliberal, em que seus efeitos foram analisados de forma simplória e reducionista⁴⁹.

Nesse panorama, que mistura a sede de avanços concretos, no que diz respeito ao direito das mulheres, a opção por uma pauta voltada para os eixos da democracia e cidadania, a qual não se articulava, de modo geral, ao contexto da época, passou a ser questionada por uma minoria feminista, em meandros da década de 90, que se opôs, radicalmente, aos setores hegemônicos da economia. É nessa perspectiva contra-hegemônica, pois, que numa esfera global, se situa a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cujo o surgimento remonta a uma grande mobilização ocorrida em 1995, em Quebec, Canadá, historicamente reconhecida como a “Marcha de Pão e Rosas⁵⁰”.

A Marcha, que segundo Janet Conway (2008), conseguiu articular a uma ação nacional integração solidária para sua realização, reuniu cerca de 850 mulheres, que percorreram 200

⁴⁸ Para Nau Faria (2017), a inexpressividade diz respeito, sobretudo, ao não questionamento das bases materiais das desigualdades sociais.

⁴⁹ Faria (2015) sustenta que em 1990, a maior parte das mulheres avaliava o neoliberalismo positivamente, no que tange ao processo de democratização da América Latina e, negativamente, no que diz respeito à redução das políticas públicas e seus impactos na vida das mulheres.

⁵⁰ A “Pão e Rosas” foi articulada pela Federação de Mulheres do Quebec (*Federation des Femmes du Québec*), segundo Janet Conway (2008).

quilômetros⁵¹ com o objetivo de pressionar o então governo canadense a tomar medidas para acabar com a pobreza e violência. Sua pós-manifestação, foi marcada não somente pelo aumento do salário mínimo, por conquistas de direitos para mulheres imigrantes e apoio à economia solidária, mas segundo Conway (2008), refletiu uma investida contra o neoliberalismo, bem como despertou, entre aquelas feministas, a necessidade de se construir um novo ativismo, pautado numa consciência feminista e popular.

Assim, embora tenha surgido de uma iniciativa local, a Marcha, em Quebec, envolveu vários grupos internacionais que tinham como objetivo, integrar solidariedade numa dimensão global. Dessa maneira, se uniram ao processo: mulheres de diferentes ONGs e movimentos, oriundas de 14 países da África, Ásia e Oceania, segundo Reynaldo (2016).

Em suma, o êxito de uma ação local das feministas de Quebec, foi o *leitmotiv* para a construção da MMM, posto que avaliada positivamente, a ação de 1995 despertou naquelas militantes a necessidade de compartilhar suas experiências mundo afora. A partir daí, deu-se início a uma busca por conectar mulheres organizadas em vários lugares do globo. Assim sendo, naquele mesmo ano, a ideia de se criar uma ação feminista que articulasse todos os continentes, foi levada à Conferência de Beijing, espaço onde estariam ativistas do mundo todo⁵² (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Dessa forma, o compromisso com a organização de uma outra marcha internacionalmente, foi consensuado em outubro de 1998, em Montreal⁵³⁵⁴, numa reunião que incluiu 145 mulheres, de 65 países. Na ocasião, foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações mundiais da Marcha, em favor da eliminação da pobreza e violência contra as mulheres do mundo, documento esse, que foi aprovado ao longo de diversas reuniões, por unanimidade nas plenárias realizadas (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

À vista disso, a organização de uma segunda marcha mundial das mulheres foi agendada para o ano 2000⁵⁵. Tal Ação, apresentando como alvo de mobilização global, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU), iniciou-se em 08 de março e se estendeu até 17 de outubro daquele mesmo ano, Dia

⁵¹ Segundo Reynaldo (2016), as mulheres saíram, em três grupos, de Longueuil e Rivière du Loup até a cidade de Quebec entre 26 de maio e 4 de junho de 1995.

⁵² Numa conversa informal realizada com Nalu Faria em 2018, a militante contou-me que muito otimistas com a Marcha de Quebec, algumas feministas partiram para Beijing (1995) com o intuito de convencer outras mulheres a aderirem uma outra perspectiva de feminismo: anticapitalista.

⁵³ 1º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

⁵⁴ Sobre os Encontros Internacionais da MMM, ver 2.5.3.

⁵⁵ A partir daí, as Ações Internacionais da MMM passaram a acontecer a cada 5 anos.

Internacional pela Erradicação da Pobreza, momento esse, em que foi publicizada a plataforma de reivindicações (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Nesse sentido, em decorrência da grande mobilização internacional, em 08 de março de 2000, dia Internacional da Mulheres, feministas do mundo inteiro, denunciando o impacto negativo das políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional sobre a vida das mulheres, deram início a diversas ações, que duraram em torno de 8 meses. Dessa maneira, foram realizados atos simultâneos em 40 países, fato esse que resultou em uma petição que reuniu cerca de 5 milhões de assinaturas, posteriormente, entregue à sede das Nações Unidas, em Nova York (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Vale ressaltar, ainda, o impacto positivo da Marcha na vida das feministas envolvidas com a sua construção nos anos 2000, uma vez que a ação aumentou a influência de suas análises e fundamentou o desejo dessas, em transformar as regras políticas, sociais e econômicas que governam o mundo (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008). Tratou-se, pois, de uma mobilização tão eficaz que naquele ano, o movimento já contava com 6.000 grupos, de 161 países e territórios, organizados em Coordenações Nacionais (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

De fato, para Conway (2008), houve uma grande mobilização em torno da Marcha, contudo a pesquisadora afirma que a ação não conseguiu obter ganhos concretos frente às instituições internacionais para as quais suas reivindicações se dirigiam. Naquele momento, portanto, diante da efervescência dos movimentos antiglobalização, emergiu na MMM, a necessidade de voltar o feminismo para as grandes mobilizações de massa, ao mesmo tempo em que surgiu a percepção de que enquanto feministas, as mulheres precisavam criar alternativas autônomas para travar combate ao neoliberalismo. A partir daí, segundo Dufour e Isabelle Giraud (2007), a MMM deixou, definitivamente, de mover-se consoante as instituições internacionais e passou a centralizar suas atuações numa dimensão simbólica.

No mais, permitir que a Marcha Mundial das Mulheres se tornasse um movimento transitório representaria um retrocesso profundo na vida de mulheres do mundo todo. Por um lado, aquelas feministas haviam alcançado uma grande mobilização contra e em torno do patriarcado e capitalismo, na maioria dos países e territórios que se envolveram na ação, além de que, foi perceptível o fortalecimento e revitalização global de todo um movimento feminista. Em contrapartida, a pobreza e a violência contra as mulheres não tinham sido erradicadas, fator esse que foi preponderante na decisão pelo caráter permanente do movimento (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Dessa maneira, a Marcha Mundial das Mulheres lançou-se num processo de consolidação, desenvolvendo, portanto, uma visão estrutural e organizacional própria. Assim, durante o 4º Encontro Internacional da Marcha, realizado em 2003, na Índia, decidiu-se pela criação de um Comitê Internacional e Grupos de Trabalhos com mandatos específicos, bem como foi adotado pelo movimento, um estatuto, um regulamento e uma declaração de princípios. Para além disso, ali foi consensuada a participação da MMM em todos os fóruns antiglobalização, fóruns sociais mundiais e regionais e em ações de resistência a organismos internacionais, os quais adotavam decisões políticas que repercutiam, diretamente, na vida cotidiana das mulheres (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Nessa perspectiva, de acordo com Dufour (2005), é possível perceber ao longo da jornada da Marcha Mundial das Mulheres, dois momentos históricos distintos: o primeiro, marcado por interlocutores formados por representações políticas como Estados e Instituições Multilaterais, a exemplo da ONU, do FMI e do Banco Mundial, prova disso foi o encerramento da Ação Mundial dos anos 2000 ter sido realizado em frente à sede das Nações Unidas, em Nova York, que culminou com a entrega de petição. Já o segundo, está voltado, sobretudo, para um ativismo popular e auto-organizado. Essa última estrutura é sustentada até os dias atuais. Conforme Reynaldo (2016):

[...] um consenso emergiu entre as ativistas em 2001 sobre a necessidade de ir além do confronto com as instituições internacionais e nacionais e buscar envolvimento com outros movimentos transnacionais de mulheres e com os movimentos sociais engajados na luta por uma globalização alternativa. O intuito seria construir um espaço autônomo de discurso para as mulheres da Marcha como o primeiro passo para a formação de uma identidade coletiva transnacional (REYNALDO, 2016, p. 145).

Mais tarde, em 2004, no 5º Encontro Internacional da MMM, realizado em Kigali, Ruanda, o movimento deu início a construção da Carta Mundial das Mulheres para Humanidade, documento que descreve o mundo que a MMM pretende construir. A preparação dessa carta refletiu, sobretudo, o esforço da organização na tentativa de abarcar uma diversidade de grupos que integravam a Marcha. Nesse sentido, o texto foi produzido por meio de um processo que conectou cerca de 200 grupos, oriundos de 33 países, durante o período de um ano, os quais declararam que no mundo idealizado pelas mulheres “a exploração, a opressão, a intolerância e as exclusões não existem mais, e a integralidade, a diversidade e os direitos e

liberdade de todas as mulheres e homens são respeitados” (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 22, tradução nossa)⁵⁶.

A Carta Mundial das Mulheres para Humanidade percorreu o mundo. Dessa forma, partindo do Brasil⁵⁷, em 08 de março de 2005⁵⁸, o documento transitou por vilas e regiões, cruzando fronteiras políticas e culturais de um total de 53 países e territórios⁵⁹. Posteriormente, aportou em Burkina Faso no dia 17 de outubro de 2005, em meio às 24h de atividades ligadas à solidariedade feminista global⁶⁰. Conway (2008) explica que naquele momento, a enorme Manta de Patchwork foi finalizada com retalhos⁶¹ que estavam sendo aplicados a essa peça ao longo de todo trajeto percorrido: “Trata-se de uma peça muito simbólica, as ilustrações extraem profundamente a arte visual de cada país (a forma dos desenhos, as cores, textura, materiais utilizados etc.)” (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 31, tradução nossa)⁶².

Como normalmente costuma acontecer, após cinco anos, entre 08 de março e 17 de outubro de 2010, uma nova ação mundial⁶³ foi realizada, sob a consigna “Mulheres em Marcha até que todas sejamos livres”. Reynaldo (2016) explica que as atividades ocorreram em dois momentos-chave: o primeiro, entre 08 e 18 de março, envolveu simultâneas marchas a nível nacional, bem como mobilizações de diversos tipos de atos; e o segundo, entre 07 e 17 de outubro, que para além de inúmeros atos políticos, contou com um evento internacional em Bukavu, na República Democrática do Congo.

Ainda, em 2015, a quarta ação internacional da Marcha, com início em 08 de março e término em 27 de outubro desse mesmo ano foi realizada. Sobre essa mobilização, Reynaldo (2016) conta que:

Na Europa, a ação abrangeu uma caravana feminista passando por diversos países do Continente, iniciando no Curdistão turco e terminando em Portugal; no mundo Árabe aconteceu uma mobilização regional; nas Américas, marchas sub-regionais em

⁵⁶ Texto original: “la explotación, la opresión, la intolerancia y la exclusiones no existen más y todas las mujeres y todos los hombres son respetados”.

⁵⁷ A Carta saiu de São Paulo (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

⁵⁸ 2º Ação Internacional (conf. em 2.5.3).

⁵⁹ A Carta percorreu, dentre alguns lugares, o Brasil, Puerto Xavier, Argentina, Bolívia, Puno, Arequipa, Lima, Equador, Colômbia, Haiti, Cuba, Honduras, El Salvador, Guatemala, Chiapas, México DF e Cidade Juarez, Vancouver, Quebec, Estambul, Turquia, Grécia, Chipre, Itália, Lisboa, Galícia, País Basco, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Suécia, Romênia, Bulgária, Suíça, Barcelona. (CARTA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

⁶⁰ Trata-se de uma ação internacional realizada anualmente contra o poder das empresas transnacionais (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019). Ver ainda 2.5.3.

⁶¹ Os retalhos eram elaborados conjuntamente pelas mulheres, que bordavam e refletiam sobre o conteúdo que estava sendo anexado à colcha (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

⁶² Tradução original: “Es una pieza muy simbólica, las ilustraciones extraen profundamente el arte visual de cada país (la forma de los dibujos, los colores, la textura, los materiales utilizados, etc.)”.

⁶³ A ação durou 220 dias e envolveu diretamente, cerca de 80.000 mulheres e homens (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

distintos lugares e também uma reunião regional; e, por fim, na África aconteceram acampamentos feministas e uma cerimônia de encerramento da Ação no Quênia (REYNALDO, 2016, p. 147).

No mais, é preciso notabilizar que desde seu surgimento, além das Ações Internacionais, reconhecidas por impulsionar atividades políticas simultâneas nos países e regiões onde o movimento se faz presente, a Marcha Mundial das Mulheres realizou onze Encontros Internacionais. Esses, aconteceram, respectivamente, em Montreal (1998, 2000 e 2001), Nova Deli (2003), Kigali (2004), Lima (2006), Vigo (2008), Quezon City (2011), São Paulo (2013), Moçambique (2016) e País Basco (2018). Contudo, é preciso destacar que os materiais em relação a essas reuniões são escassos.

2.5.2 “Contra política neoliberal, somos as mulheres da Marcha Mundial”: América Latina contra Alca

Na América Latina, a história da Marcha Mundial das Mulheres está, sobretudo, articulada à luta contra ALCA⁶⁴ (Área de Livre Comércio das Américas), que no final dos anos 90, representava um projeto estratégico dos Estados Unidos para ampliação do controle sobre o mercado e território latino-americano. Desse modo, nos anos 2000, algumas feministas passaram a compreender que era preciso colocar o feminismo “no centro das lutas contra o neoliberalismo e o livre comércio” (DESAFIOS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR O CONFLITO DO CAPITAL CONTRA A VIDA, 2017, p. 14).

Nesse sentido, as feministas da MMM (minoritárias na época) se posicionaram num debate econômico contra o capitalismo e, portanto, impulsionaram uma luta articulada em oposição à mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Luta essa, baseada em mobilizações de rua, em práticas feministas de ocupação de espaços públicos e nas alianças com diversos movimentos sociais, inclusive, mistos⁶⁵, num momento em que, vale ressaltar, a maior parte das organizações feministas desacreditava na existência de uma outra lógica de vida frente ao neoliberalismo, e, portanto, movia suas ações com o objetivo de obter ganhos concretos dentro do sistema capitalista (DESAFIOS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR O CONFLITO DO CAPITAL CONTRA A VIDA, 2017).

⁶⁴ Tratou-se de uma proposta feita na Cúpula das Américas, em Miami (1994). Tinha-se como objetivo a construção do maior bloco econômico do planeta. Pretendia-se que o acordo fosse reconhecido por economias com diferenças e assimetrias bastante díspares (LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO, 2015).

⁶⁵ A aliança com movimentos mistos também não era um consenso dentro do movimento feminista.

Dessa maneira, uma das medidas tomadas pelos movimentos sociais anticapitalistas, de modo geral, para o enfrentamento à ALCA, foi a criação da ASC (Aliança Social Continental), durante a Cúpula dos Povos da América em 1998. A partir daí, paralelamente às Cúpulas oficiais, eram criados espaços alternativos para aprofundamento de debates e construção de convergências e estratégias comuns entre as organizações contra-hegemônicas. Para além da ASC, mobilizações massivas, Encontros Hemisféricos de luta e a Campanha Continental Contra a ALCA foram exemplos de ações promovidas com o objetivo de derrotar o projeto (LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO, 2015).

Assim sendo, articuladas com alguns movimentos sociais, as militantes da MMM deram início a uma campanha que visava evidenciar a ameaça que representava a ALCA, no que tangia, sobretudo, à construção de um novo tipo de mercado, que se estenderia a espaços para além do que era tradicionalmente considerado comércio. Nessa perspectiva, a privatização da água, dos serviços e da biodiversidade significaria a mercantilização da própria existência humana e sem dúvida alguma, impactaria de modo mais intenso a existência das mulheres, uma vez que elas, conforme o modelo econômico patriarcal, são as responsáveis pelos cuidados e a manutenção da vida (LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO, 2015).

A presença das mulheres na campanha contra ALCA foi bastante significativa, senão preponderante na derrota do projeto. Nesse sentido, a MMM, juntamente com o Comitê de Mulheres da ASC, promoveu em 2001, o Fórum de Mulheres, espaço esse, onde as militantes puderam analisar as consequências do livre comércio sob a ótica feminista. Ao final do evento, as avaliações consensuadas a respeito desse modelo econômico integraram a declaração final da Cúpula dos Povos das Américas: “Os acordos de livre comércio implicam uma crescente feminização da pobreza e a exacerbação das desigualdades já existentes entre homens e mulheres” (LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO, 2015, p. 19, tradução nossa)⁶⁶.

Vale ressaltar que duas posições contra a ALCA se configuraram em torno dos movimentos sociais e, conseqüentemente, dos movimentos feministas. A primeira, partia do pressuposto de que o projeto era irreversível e, portanto, defendia que a melhor estratégia era propor cláusulas melhores, de modo que os países latino-americanos pudessem obter algumas vantagens; e a segunda, defendida pela Marcha Mundial das Mulheres, propunha uma rejeição global a tal acordo. Dessa maneira, na VII Reunião Ministerial da ALCA, em 2002, Miriam Nobre, enquanto militante da MMM, defendeu que o rechaço total ao livre comércio vinha “do nosso repúdio a este lugar destinado a nós, mulheres, e aos nossos países nesta divisão sexual

⁶⁶ Texto original: “Los acuerdos del libre comercio implican una creciente feminización de la pobreza y la exacerbación de las desigualdades ya existentes entre hombres y mujeres”.

e internacional do trabalho” (NOBRE apud LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO, 2015, p. 26, tradução nossa)⁶⁷.

Ainda, é possível afirmar que as mulheres foram, também, grandes protagonistas na Campanha Continental Contra a Alca, lançada em 2002, no 2º Fórum Social Mundial (FSM). Nesse sentido, a MMM, a Coordenadoria Latino-Americana de Organização do Campo (CLOC)/Via Campesina e a Red Latinoamericana Mujeres Transformando La Economía (REMTE) atuaram intensamente nesse espaço, sob a consigna “Mulheres Contra ALCA”, denunciando, inclusive, as violências e discriminações manifestadas no próprio encontro. Além de que, articuladas, essas organizações promoveram atividades de formação, com materiais específicos, através dos quais revelaram o caráter machista do livre comércio: “essa estratégia contribuiu para fortalecer a presença das mulheres nos processos gerais [...] introduzindo o feminismo não como um tema a mais, porém como eixo central para o enfrentamento do livre comércio” (LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO, 2015, p. 23, tradução nossa)⁶⁸.

Da mesma forma, foi em meio a esse processo que em 2002, a MMM elaborou a consigna “O mundo não é mercadoria, as mulheres também não”, essa, posteriormente, gerou o grito de (des)ordem “A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadorias”. Além de que, no dia 12 de agosto desse mesmo ano, o movimento convocou um dia de ação das mulheres contra ALCA. Dessa forma, entre feiras, teatro, panfletagem, oficinas, pintura de painéis, mostra de plantas medicinais, shows e caminhadas, a organização denunciou os perversos efeitos de tal projeto sobre a vida das mulheres. Essas práticas enfatizaram, sobretudo, a necessidade de mobilização, de ocupação de espaços públicos e do enraizamento de ações políticas em nível local (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

Por fim, destaca-se, ainda, a presença da MMM nas Jornadas de Resistência Continental Contra ALCA, bem como no Fórum dos Povos por Alternativas à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancún, no ano de 2003. À vista disso, sublinha-se aqui, a relevância do material “A Bolsa e A Vida: a lógica da OMC”, em que o movimento social questionou as políticas da OMC, FMI e do Banco Mundial:

A globalização econômica e as políticas comerciais afetam homens e mulheres em todas as sociedades, mas de forma diferente e desigual, de acordo com o papel específico e a missão designada entre si dentro do atual sistema de produção

⁶⁷ Texto original: “[...] de nuestro repudio a este lugar destinado a nosotras, las mujeres y a nuestros países en esta división sexual e internacional del trabajo”.

⁶⁸ Texto original: “[...] essa estratégia contribuyó para fortalecer la presencia de las mujeres en los procesos generales [...] introduciendo el feminismo no como un tema más, sino como para enfrentamento al libre comercio”.

econômica e reprodução social. [...] Por isso, consideramos importante analisar os processos econômicos tendo em vista essas diferenças [...] Consideramos importante exigir a garantia de que as políticas nacionais, vinculadas a acordos regionais e internacionais não tenham um impacto adverso sobre as novas e tradicionais atividades econômicas das mulheres⁶⁹.

A derrota da ALCA em novembro de 2005, ampliou a possibilidade de construção de uma outra lógica de vida. Essa oportunidade diz respeito, sobretudo, aos acúmulos construídos pelo feminismo anticapitalistas, que integrou a solidariedade, a cooperação, povos e países, a partir dos valores defendidos na economia feminista.

2.5.3 Mulheres em movimento mudam o mundo: no Brasil, somos Marcha!

Sobre o ingresso das brasileiras na organização, é preciso ressaltar que essas, se fizeram presentes ainda no I Encontro Internacional da MMM, em 1998, no Quebec, uma vez que as integrantes da Federação de Mulheres de Quebec (FFQ) se articularam a militantes no Brasil com o objetivo de construir, coletivamente, uma rede mundial de feministas. Nesse sentido, é importante ressaltar que as primeiras negociações, no país, foram realizadas com as mulheres organizadas na Central Única das Trabalhadoras (CUT). Sobre esse início, Lucineli Pikcius B. de Siqueira (2016) explica:

O primeiro contato da MMM no Brasil ocorre por intermédio da CUT, e em 1998 as mulheres desse sindicato mandaram representantes para participar da primeira reunião de articulação da MMM, com vistas a realizar a ação internacional no ano 2000 no Brasil, como de fato aconteceu (SIQUEIRA, 2016, p. 44).

À vista disso, em torno das negociações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, as cutistas propuseram a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) uma articulação para garantir a presença das brasileiras no Canadá. A partir daí, a SOF se tornou uma das principais organizadoras da MMM no Brasil.

No entanto, a articulação da MMM com a SOF e mais tarde, com o Centro Feminista 8 de Março (CF8), torna-se em certa medida, ambígua, visto que, no Brasil, o movimento emerge a partir, dentre muitos questionamentos, da crítica ao processo de ONGuização. E ainda que sua existência não dependa financeiramente de uma ONG, algumas de suas atividades são promovidas em parceria com o terceiro setor. Sobre esse conflito, Nalu Faria (2012) explica que a escolha pela SOF não foi realizada aleatoriamente, mas sobretudo, porque essa ONG, ao

⁶⁹ Conferir em <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/mujer/030912minga.htm>>.

longo de sua atuação, sempre se preocupou em desenvolver uma estratégia para integrar diversos setores de mulheres a uma agenda mais global que não fosse moldada pela ONU⁷⁰, contudo pelos movimentos sociais. Diante desse impasse, Ingrid Wink (2016) avalia que a autonomia da MMM diz respeito, sobretudo, ao fato de que ainda que uma dessas instituições deixe de apoiar o movimento, esse, seguirá existindo, razão pela qual, segundo a autora, justifica-se a identidade autônoma da MMM.

Para Cristina de Mello Gomide (2016), embora a MMM receba apoio de cooperação internacional e verbas por meio das ONGs que compõe sua coordenação, o movimento se estrutura a partir de poucos recursos, uma vez que não se reconhece como uma entidade com CNPJ. Nessa perspectiva, tanto a SOF quanto o Centro Feminista 8 de Março (CF8) têm como objetivo fortalecer, bem como consolidar a organização no Brasil.

Ainda, embora a aproximação das brasileiras com a MMM tenha ocorrido em 1998, de acordo com Gomide (2016), apenas em 1999 não somente as mulheres da CUT e da SOF, mas as inseridas na Confederação Nacional de Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG) firmaram sua adesão ao movimento. Dessa forma, uma vez articuladas, tais organizações construíram, conjuntamente, a Primeira Ação da MMM no Brasil, que culminou com a realização da Marcha das Margaridas (MM). Assim sendo, “inúmeras atividades em 22 estados, entre o período de 08 de março e 17 de outubro, mobilizaram um total de 20 mil mulheres urbanas e rurais” (GOMIDE, 2016, p. 71).

Portanto, questionando o processo de institucionalização do feminismo brasileiro, após sua 1ª Ação Internacional, em 2000, a MMM se tornou um movimento permanente, também no Brasil⁷¹. É interessante destacar o êxito da MM num período, até então, de arrefecimento do feminismo, fato esse, que levou algumas mulheres a optarem por transformar a MMM num movimento permanente no país. Dessa forma, a organização se constituiu enquanto movimento social⁷² e a MM enquanto ação mobilizada de 4 em 4 anos.

Vale ressaltar, também, que mesmo contando com militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fica evidente a predominância petista na MMM. Além de que, tanto Gomide (2016), quanto Siqueira (2016) constata uma forte presença de ativistas filiadas ao PT, ainda que a

⁷⁰ A Marcha Mundial das Mulheres questiona as práticas adotadas pela ONU, uma vez que a instituição não considera os verdadeiros contextos que geram desigualdades (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2010).

⁷¹ A partir de uma campanha intitulada de “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” (GOMIDE, 2016, p. 61).

⁷² A partir daí, houve uma ruptura no feminismo brasileiro, entre aquelas que reivindicavam uma nova estratégia para o movimento feminista, as quais ingressaram na MMM e algumas mulheres que optaram por continuar participando dos processos políticos na esfera da ONU.

ligação PT/MMM não seja teoricamente assumida entre as feministas que fazem parte do movimento. Especificamente para Siqueira (2016), essa relação se explica porque historicamente o PT, em sua atuação, é partícipe da cidadania no Brasil e esteve ligado a inúmeros movimentos populares.

Uma vez se tornado um movimento consolidado, em 2005, uma 2ª Ação Internacional foi realizada sob a consigna “Mulheres em Movimento Mudam o Mundo”. Na ocasião, após um amplo processo de preparação, o movimento publicitou, baseada nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz, a Carta Mundial das Mulheres para Humanidade, que juntamente com a Manta de Patchwork, partiu de São Paulo, percorrendo os cinco continentes do mundo, numa mobilização cujo ponto de chegada deu-se em Burkina Faso, na África. (FARIA, 2015).

Sobre a 2ª Ação, é interessante notabilizar que durante o percurso, demandas feministas foram sendo incorporadas. Nesse sentido, as reivindicações em torno de moradia, da reforma agrária, pela paz e contra o racismo iam sendo escritas nos retalhos de tecido que compuseram a Manta. Para Gomide (2016), o formato da mobilização é exemplo de como as redes podem aproximar mulheres de distintas realidades sociais e de diferentes tipos de organização, fato esse que reflete, no movimento, a preocupação com o diálogo, bem como a defesa de uma sujeita plural.

Similarmente, uma Terceira Ação Internacional, em 2010, foi lançada com marchas simultâneas e diferentes tipos de mobilizações nacionais em cerca de 76 países, durante o período de 7 de março a 17 de outubro daquele ano⁷³. Dessa maneira, como resultado de novas sínteses, a plataforma de luta e reivindicações do conjunto das organizações que integram a MMM, girou em torno do trabalho e autonomia econômica, dos bens comuns, dos serviços públicos, da paz, desmilitarização e fim da violência. No Brasil, o movimento mobilizou cerca de 1.500 mulheres, que marcharam entre as cidades de Campinas e São Paulo, pela Via Anhanguera.

Nalu Faria (2015) explica que a 3ª Ação se organizou em torno de demandas nacionais por meio de marcha ou caravanas, bem como da celebração do 100º aniversário da Declaração do Dia Internacional da Mulher, o qual contou com “o resgate da história de mulheres lutadoras e a amplificação da voz daquelas que sofreram violência em situações de guerra” (FARIA, 2015, p. 18). Desde então, a MMM passou a assumir o lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, que segundo Vanessa Gil (2015), reflete o compromisso do movimento

⁷³ Segundo Vanessa Gil (2015) a 3ª Ação Internacional, foi oficialmente finalizada em Bukavu, República Democrática do Congo.

com a libertação de todas as mulheres, bem como o entendimento de que nenhuma delas será livre enquanto houver uma mulher oprimida.

Nesse sentido, conforme Faria (2015, p. 18), a grande contribuição da ação de 2010 foi “convidar a todos os países [...] a refletir sobre a militarização da vida cotidiana e sua relação com o modelo capitalista patriarcal”. Por outro lado, para Gomide (2016) a mobilização, igualmente, evidenciou algumas divergências entre mulheres urbanas e rurais em torno, sobretudo, das questões que envolviam a diversidade sexual e o aborto. Essas, evidenciaram a necessidade de um trabalho de formação voltado para a conscientização de que a opressão capitalista estrutura consequentemente o machismo, o racismo e a homofobia.

Aliás, as atividades de formação estão inseridas dentro das práticas permanentes do movimento, que se reivindica uma organização feminista compromissada com os valores da educação popular. Nessa perspectiva, Gil (2015) evidencia o caráter educativo das ações promovidas pela MMM. Especialmente, na 3ª ação, segundo a pesquisadora, todos os dias eram ministrados momentos de estudos e rodas de conversa, e apesar do cansaço, as mulheres acabavam participando dos debates.

Cinco anos após, uma Quarta Ação foi organizada. Contudo, em 2015, a dinâmica das atividades foi alterada, uma vez que o movimento teve a compreensão de que era preciso descentralizar. Dessa forma, denunciando a exploração dos territórios femininos, por meio de suas lutas locais, cada estado, no Brasil, ficou responsável por pensar atividades conforme as necessidades específicas. O intuito era enraizar a MMM e fortalecê-la nas diversas regiões do país.

Nesse sentido, os comitês estaduais da MMM passaram a trabalhar com as demandas relacionadas a cada realidade. Mais especificamente, ganharam destaque: 1. combate à violência em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas; 2. a luta pela desmilitarização, no Estado do Rio; 3. o fortalecimento da auto-organização em Tocantins; 4. a defesa da água e bens comuns, assim como o combate à exploração das mineradoras em Minas Gerais; 5. a luta contra o agronegócio e o genocídio indígena, em Mato Grosso do Sul; 6. a pauta da autonomia econômica, em São Paulo; 7. a legalização do aborto, no Rio Grande do Sul e 8. a defesa da agroecologia e cultura feminista, no Rio Grande do Norte. Todos esses eixos, resultaram no mapa das resistências e alternativas, construído coletivamente pelas militantes. Mapa esse, que ilustrou a trajetória (de norte a sul) e as reivindicações da 4ª Ação no Brasil (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

Para Gil (2015), a luta contra as empresas transnacionais foi a tônica da 4ª ação em terra brasileira, que denunciou a exploração não somente da mão de obra feminina, mas também do

corpo, pelo capital, por meio do trabalho precarizado. Nessa perspectiva, é preciso lembrar que em Minas Gerais, no dia 19 de abril de 2015, mulheres de 31 municípios realizaram uma série de denúncias em frente ao Banco do Brasil⁷⁴.

Convém ressaltar que além de se envolver nas Ações Internacionais, o Brasil garantiu, também, presença nos Encontros Internacionais, que se configuram, na MMM, como espaços onde militantes de distintas origens dialogam sobre as diversas realidades enfrentadas pelas mulheres ao redor do mundo. Ainda, uma vez identificados pontos de convergência por meio de intensos debates, discussões e formações, esses momentos são marcados pela construção de estratégias globais de ação e solidariedade (GIL, 2015).

De acordo com Gil (2015), as participantes dos Encontros Internacionais têm como objetivos: 1. debater as linhas políticas gerais da Marcha; 2. construir ou revisar documentos institucionais do movimento; 3. debater a conjuntura a partir da visão feminista antissistêmica; 4. pensar, bem como construir as Ações Internacionais; 6. eleger as membras do Comitê Internacional; 5. participar de formações políticas. Esse tipo de atividade, vale ressaltar, é sediada por um país eleito ao final de cada Encontro anterior, e especificamente, acontece a cada dois ou três anos, próxima a uma Ação Internacional. A sua metodologia e programação é definida pelo Comitê Internacional, com apoio do Secretariado Internacional (conforme as demandas do movimento e subsídio das Coordenações Nacionais), esse último definirá, também, a quantidade de mulheres que poderão estar presentes⁷⁵.

Gil (2015), ainda, chama a atenção para o caráter coletivo dos Encontros. Nesse sentido, embora as lideranças estejam reunidas, representando seus países e territórios, as discussões são definidas conjuntamente, uma vez que elas são apenas “porta-vozes” de uma diversidade de mulheres.

No Brasil, um 9º Encontro Internacional aconteceu em São Paulo de 2013. Dessa maneira, reunindo 1600 militantes oriundas de 48 países, no Memorial da América Latina, em São Paulo, entre os dias 25 e 31 de agosto, o movimento refletiu acerca das trajetórias do feminismo Latino-Americano. Para isso, as formações, bem como as conferências⁷⁶ realizadas no momento, aprofundaram as discussões sobre o avanço do capital contra os territórios, corpos e trabalho das mulheres na região. Esses debates contribuíram, sobretudo, para reposicionar a

⁷⁴ Segundo Gil (2015), as mulheres denunciaram as dificuldades do acesso ao crédito para agricultoras.

⁷⁵ Normalmente, participam dos Encontros Internacionais de uma a três delegadas por país, além das membras do Comitê Internacional (GIL, 2015).

⁷⁶ Os temas das conferências foram, respectivamente: “A trajetória do feminismo na América Latina”, “Feminismo e a construção de alternativas” e “Nossas trajetórias teóricas e correntes de pensamento” (GIL, 2015).

MMM num campo político que tem como horizonte um ativismo antissistêmico (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

Da mesma maneira, é preciso notabilizar, aqui, o intenso apelo visual do Encontro, de modo que nos espaços interiores e exteriores do Memorial, era possível visualizar painéis simultâneos, que abordavam as temáticas do racismo, capitalismo e da agroecologia. Além de que, convém ressaltar o importante efeito estético alcançado pela presença da tradicional chita, usada como decoração na Tenda da Solidariedade⁷⁷ (GIL, 2015), que abrigava em seu interior uma exposição permanente a qual ilustrava não somente as atividades de solidariedade realizadas pelas militantes da MMM, nos diversos países onde se faz presente, mas as demandas feministas “frente à emergência sócioclimática, aos conflitos armados e à criminalização dos movimentos sociais” (GIL, 2015, p. 56).

Para além de Ações e Encontros Internacionais, faz-se necessário lembrar que em 2003, a Marcha Mundial das Mulheres, no Brasil, promoveu a intitulada “Campanha pela Valorização do Salário Mínimo”, como estratégia de distribuição de renda e combate à pobreza. Além do aumento, a mobilização visou, igualmente, reduzir a diferença salarial entre os honorários de homens e mulheres, brancas/os e negras/os, por meio de um projeto que propunha dobrar o salário mínimo. Dessa forma, por meio de um cálculo semelhante ao que é realizado nos países onde há uma distribuição de renda mais justa, o movimento enfatizou, não com o entendimento de uma conquista pessoal, mas coletiva, a importância da autonomia financeira para as mulheres (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

Já em 2004, sobretudo as ativistas mais jovens que compõem a MMM, se posicionaram numa campanha permanente contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Nesse sentido, partindo do entendimento de que o controle do corpo e da sexualidade é um dos pilares para a sustentação do patriarcado, as militantes passaram a construir ações feministas questionando a idealização do “ser mulher”, que “impõe um padrão de mulher branca, flexível, plastificada, feliz e mãe” (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019, p. 13). Dessa forma, através de reflexões, intervenções criativas em anúncios publicitários, por meio também, dos famosos “lambes” e gritos de (des) ordem, as feministas da Marcha seguem se opondo ao machismo que afeta, diariamente, suas vidas.

Ainda, a respeito do envolvimento da MMM em atividades que buscam ampliar o alcance do olhar feminista, está a sua participação no Encontro de Mulheres Estudantes, desde

⁷⁷ Na Tenda da Solidariedade também ocorria rodas de conversa feminista com ativistas do Haiti, Cuba, Palestina, República Democrática do Congo, República Centro Africana, Saara Ocidental, Bangladesh, Turquia e Grécia (GIL, 2015).

2005. Naquele ano especificamente, o evento antecedeu o 08 de março em que a MMM lançou a Carta das Mulheres para a Humanidade, fato esse que possibilitou a adesão das estudantes naquela manifestação histórica. Desde então, com a ampliação do acesso ao ensino superior, as militantes passaram a construir núcleos do movimento no interior das faculdades, que, via auto-organização, estimulam o combate ao machismo no movimento estudantil e na vida universitária (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

No mais, num breve panorama geral, destacamos, ainda, a participação da MMM-Brasil no Fórum Nyéleni de Soberania Alimentar em 2007, no Mali; No Encontro Nacional de Soberania Alimentar e Energética, no ano de 2008, em Belo Horizonte; no Fórum Social Palestina Livre, em 2012, na cidade de Porto Alegre; na Marcha das Mulheres Negras (MMN), realizada em Brasília, em 2015; no Encontro Hemisférico em Havana, também em 2015; na construção do GT de Mulheres da Associação Nacional de Agroecologia (ANA); na Jornada Continental pela Democracia e Neoliberalismo, em 2017; no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), em 2018; e por fim, no I Encontro Nacional de Lésbicas e Bissexuais da MMM, em 2018, decorrido em Florianópolis.

Com efeito, entre as ações promovidas, construídas e abraçadas pela Marcha Mundial das Mulheres, destaca-se não somente o imenso teor político identificado em cada uma delas, mas também o educativo, proporcionado pelas inúmeras análises conjunturais, formações, debates, reflexões e construção coletiva de resoluções. Nesse sentido, para Gil (2015), as atividades fomentadas pela MMM-Brasil, podem ser lidas como proféticas, uma vez que denunciam as os diversos modos de opressão sofrida por mulheres e homens inseridas/os no capitalismo patriarcal. Dessa forma, o movimento além de descortinar as íntimas relações dessas violações sobre a natureza, os recursos naturais e os corpos das mulheres, anuncia, ao mesmo tempo, o novo horizonte, que emergirá com o desmoronamento de tais estruturas.

À vista, pois, das estratégias proféticas do movimento, vale notabilizar, ainda, nesta dissertação, a importância que detêm a Batucada Feminista e o Coletivo de Comunicadoras, dado o caráter enunciativo dessas ferramentas. Pensada em 2003, a partir de uma experiência das mulheres do Rio Grande do Norte, a Batucada constitui-se como um instrumento político de luta que expressa a leitura de mundo, bem como a anunciação da sociedade que a MMM deseja construir. Dessa forma, produzida com latas e outros materiais reciclados, através da batucada, busca-se democratizar as vozes subalternizadas. Nessa perspectiva, o tocar e o cantar são formas diretas de ações políticas e educativas, que têm por objetivo levar o feminismo aos ouvidos das ruas, por meio da ocupação plena do espaço público (FEMINISMO EM MOVIMENTO, 2019).

Nessa mesma direção, o Coletivo de Comunicadoras foi pensado em 2013, durante o 9º Encontro Internacional, em São Paulo, para construir a comunicação da MMM. Assim sendo, sob o prisma de que a comunicação é um direito humano, coletivamente as militantes se tornam mensageiras do combate ao machismo, ao racismo e ao capitalismo e por meio do comunicar, visam à transformação social. Nesse sentido, sobre a atuação do coletivo, as ativistas entendem que: 1. todas as mulheres são comunicadoras; 2. a comunicação precisa se ater à diversidade da Marcha; 3. é necessário construir uma comunicação feminista em convergência com outros movimentos sociais aliados; 4. é preciso priorizar a comunicação em software livre; 5. é necessário estimular as mulheres a produzirem conteúdos de comunicação; 6. Convém integrar redes, ruas e roçados⁷⁸.

Dessa forma, como sustenta Gil (2015), o movimento vai denunciando o patriarcado e anunciando um mundo em que as mulheres, de fato, sejam livres. Assim, “ao descortinar a trama das relações e interesses que se escondem atrás da moral, da política e das lei produzidas pela classe dominante e masculina” (GIL, 2015, p. 17), a MMM vai se constituindo como um espaço em que o conhecimento se estabelece na interação entre as mulheres e suas experiências de vida.

2.5.4 Resistimos para viver, marchamos para transformar: o feminismo antissistêmico na MMM pela MMM

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento transnacional que cultiva, em seu interior, um feminismo antissistêmico, ou seja, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbico. Tal organização busca em sua utopia derrotar o sistema capitalista patriarcal, através de ações concretas que permitam avançar nesse ideário. Dessa forma, a MMM se insere em vários países como uma alternativa ao processo de institucionalização e perda de radicalidade do movimento feminista, uma vez que por meio de representações multilaterais, o alcance da igualdade real entre homens e mulheres se torna inexpressivo (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Dentro do movimento, a luta pela igualdade para todas as mulheres acontece, sobretudo, através do fortalecimento de espaços coletivos e populares, amplos, autônomos e diversos, de modo que se torne evidente, na construção das ações desenvolvidas pela organização, a articulação entre patriarcado, a divisão sexual do trabalho e o capitalismo, bem como perceptível a relação entre a pobreza e suas consequências sobre a vida das mulheres ao redor

⁷⁸ Conf. em < <https://marchamulheres.wordpress.com/coletivo-de-comunicadoras-da-mmm/> >.

do mundo. Para isso, as necessidades locais são relacionadas à estrutura global, o que identifica o feminismo construído na MMM, como de base (*grassroot*), característica essa, fundamental para a compreensão do movimento, posto que um de seus maiores compromissos, é ir muito além de discursos, ideologias e teorias (REYNALDO, 2016).

As militantes da Marcha Mundial das Mulheres são reconhecidas como aquelas que “põem a mão na massa, com os pés na terra” (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p.12, tradução nossa)⁷⁹, assim, atuam para além de discursos acadêmicos e complexas teorizações a respeito da opressão das mulheres, que fazem ecoar as vozes, sobretudo, de atrizes, cantoras e pesquisadoras, reforçando, dessa maneira, a reprodução de uma divisão social do trabalho, a qual separa as mulheres que pensam das que executam. Portanto, há, no movimento, um esforço para explicitar as bases materiais que sustentam correlações de força na medida em que o movimento enlaça mulheres diversas, que desejam as transformações das sociedades para que vivam bem, em espaços múltiplos, através da auto-organização em núcleos a nível local, que se articulam a uma esfera regional, nacional e por fim, internacional (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Dizer que a MMM apresenta um compromisso com a diversidade não é uma tentativa de sustentar um discurso populista, uma vez que militantes do mundo urbano e rural, camponesas, sindicalistas, jovens, oriundas de diversas etnias e regiões constituem o movimento. No entanto, a diversidade, na organização, não vem à tona como uma preocupação com a imagem num encontro ou conferência, em que se põe à frente uma mulher negra, indígena ou lésbica, sem qualquer conexão entre si. No movimento, essas discrepâncias não são setorizadas, mas envolvidas numa nova síntese, em um novo ponto de partida, que aponta para a busca de uma utopia conjunta, na qual histórias de vida e militância são mescladas. Nesse sentido, a união das distintas experiências encaminha as mulheres para um vir a ser (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Contudo, unir experiência com base no respeito mútuo, na ouvida, nas compreensões culturais e políticas, não significa ignorar pontos de partidas desiguais, posto que as relações de classe, raça e etnia solidificam as bases materiais das estruturas sociais e, conseqüentemente, reproduzem desigualdades. A tentativa de se construir um movimento horizontal não elimina a percepção de que mulheres com mais escolaridade, que falam diversos idiomas, em geral, possuem mais facilidade em participar de encontros a nível local ou internacional. Dessa forma, fica evidente o peso que carrega uma identidade negra, indígena ou lésbica. Assim, as militantes

79 Texto original: “pon la mano en la masa, con los pies en el suelo”.

da MMM tentam combater as discrepâncias, que inferiorizam, até mesmo dentro da própria organização. Dessa forma, do ponto de vista estrutural, o maior desafio é tentar manter a unidade, por meio de ação conjunta e esforço coletivo incessante, com o objetivo de superar as contradições dentro do próprio movimento (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Nesse sentido, ao pesquisar sobre a construção dos Encontros Internacionais da Marcha Mundial das Mulheres, Reynaldo (2016) constatou que para além da dificuldade em se construir um feminismo transnacional num formato democrático, de desafios a serem enfrentados como a comunicação e limitações financeiras, a preocupação com a diversidade dentro do movimento é real, e se evidencia a partir da maneira como as mulheres se organizam em tais ações. Esse cuidado, para pesquisadora, se revelou não somente através da tentativa de se consensuar as decisões a serem tomadas (uma vez que o voto só é utilizado em casos excepcionais) ou ainda, por meio da liberdade que é dada a cada delegada, seja através da fala ou apontamento para a construção de pautas, mas se afirma, sobretudo, mediante a preocupação em reunir os países de acordo com a língua adotada por cada um deles, bem como de trazer à plenária um panorama do cenário de cada região, possibilitando, dessa forma, um aprendizado mútuo e distinto.

No entanto, Reynaldo (2016) afirma que para além de haver uma tentativa em se manter a horizontalidade, bem como uma não-hierarquização no interior da estrutura do movimento, outra problemática emerge. Essa, está relacionada, sobretudo, ao fato de que alguns países possuem mais recursos que outros. É nessa perspectiva que articulando os temas da auto-organização e diversidade, a Marcha Mundial das Mulheres também entende que a luta feminista deve estar atrelada à luta anticapitalista, e, portanto, reintroduz a questão de classe como eixo central de suas ações, sem, no entanto, abandonar outras categorias, como raça, sexualidade e geração.

Nesse sentido, no texto “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e contexto”, Patrícia Hill Collins (2015) elabora uma teoria através da qual converge para uma proposta de consubstancialidade. Assim sendo, a autora reflete sobre a imbricação dessas dimensões no terreno das relações sociais. É com esse entendimento, portanto, que ações da MMM são construídas.

Dessa forma, na MMM, as agendas de luta contra pobreza e violência, são sedimentadas ambas, com base no gênero, evitando, pois, a separação entre capitalismo e patriarcado, sistemas esses, que se retroalimentam. No mais, é importante ressaltar que a organização se distancia também da fragmentação e privatização da luta feminista. Assim, segundo Nalu Faria (2017), o movimento rejeita tanto as concepções de um feminismo estruturado exclusivamente

nas questões de classe, quanto aquelas abordagens unicamente centradas numa dimensão cultural e de mudança de valores, que, conseqüentemente, não levam em consideração as bases materiais que estruturam a sociedade, focando seus esforços numa emancipação individual.

Nessa perspectiva, a resposta da MMM para dicotomia “classe e identidade” é interrelacionar estruturas de opressão, uma vez que a questão da identidade se articula com a forma como as mulheres se insere dentro de todo contexto social e político. Vale ressaltar que tal posicionamento, defendido pelo movimento, inicialmente causou muitas tensões. Houve quem dissesse que falar sobre pobreza era acabar com a luta feminista. No entanto, a organização tem a compreensão de que é preciso que as mulheres realizem uma leitura crítica da conjuntura, bem como se apropriem e decidam, também, sobre as questões econômicas. Assim, as ativistas da MMM entendem que mais do que nunca é preciso “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres” (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Contudo, para as militantes da Marcha, mudar a vida das mulheres só se torna possível com esforço e trabalho conjunto, através da união de muitas forças. Dessa forma, para alcançar um ideal de igualdade e justiça, o movimento desenvolve alianças não somente com outros movimentos feministas, mas também com as chamadas organizações mistas que comungam dos valores da antiglobalização, bem como apresentam uma forma semelhante de atuação e leitura conjuntural análoga às realizadas pela MMM. Do mesmo modo, as ativistas também ressaltam que é essencial a construção de articulações com mulheres oriundas de outros movimentos: negras, sindicalistas, camponesas, indígenas e LBTs (Lésbicas, bissexuais e transexuais). Essa posição está, especialmente, vinculada à consciência sobre a necessidade de se construir uma resistência mundial contra a ofensiva neoliberal. É nessa perspectiva, que ações contra instituições como o Banco Central, FMI, OMC e o Grupo dos 8 (G8) são construídas nacional e internacionalmente (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

Outro aspecto importante a citar sobre a política de alianças estabelecidas pelo movimento, é que a preocupação da Marcha Mundial das Mulheres está, principalmente, direcionada às mulheres mais pobres e oprimidas, com o objetivo de que essas, ascendam ao poder e através disso, alcancem as transformações sociais desejadas. Assim sendo, o feminismo liberal e excludente, que privilegia mulheres intelectuais, brancas e ricas do norte global apresenta uma perspectiva bastante discrepante da rede solidária construída pelas feministas da MMM.

Nesse sentido, as mulheres que militam na perspectiva antissistêmica entendem que as estruturas patriarcais e capitalistas são constitutivas das relações econômicas, sociais, culturais e cimentam a atual ordem social. Estruturas essas, que se fortalecem ainda mais com a crise

apresentada pelo capitalismo e suas falsas soluções. Nessa perspectiva, a MMM analisa, ainda, o colonialismo, fascismo, a imposição da heterossexualidade compulsória como eixos dentro desse sistema de opressão que deseja manter a ordem dominante. Assim, a organização trava um combate direto ao neoliberalismo – modelo que se submete somente à lei da supremacia dos mercados, subordinando os Direitos Humanos à lógica mercantilista e à liberdade econômica, que inferioriza culturalmente as mulheres, provocando exclusões sociais intoleráveis e perigos para a paz no mundo e para o futuro do planeta, visto que, nesse modelo econômico, a manutenção da ordem é evidenciada por meio de quatro mecanismos violentos de acumulação: I. o acaparamento da natureza; II. a apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; III. o controle sobre o corpo e a vida das mulheres e IV a militarização (FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO, 2015).

O combate ao neoliberalismo, pauta central das agendas construídas pela Marcha Mundial das Mulheres, é um tema que emerge após uma reavaliação de estratégias da luta feminista nos anos 90, uma vez que analisada a conjuntura, uma verdadeira catástrofe pôde ser identificada, materializada, sobretudo, na perda de direitos, no controle sobre os corpos, bem como no avanço do *backlash* ideológico verificados mundialmente. Assim, o movimento combina feminismo e resistência ao poder das empresas transnacionais, às políticas de ajuste, à militarização e aos acordos de livre comércio, por acreditar que reivindicar um sistema justo e democrático seja a luta das mulheres também (FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO, 2015).

Para o movimento, o campo neoliberal atua para ampliar o controle do mercado sobre áreas de direitos das cidadãs, trazendo um discurso solidificado na falsa visão de que a política é a origem de toda corrupção, dessa forma, deslegitima espaços públicos, onde se desenvolve toda transformação social. Em meio a esse contexto, a vida das mulheres é duplamente atacada, posto que essas, são consideradas disponíveis aos homens e ao sistema, através do controle não só da liberdade, mas também de seu trabalho (invisibilizado e precarizado) e da expropriação de bens comuns. É assim que, amparada na teoria feminista, a qual contribuiu para desvendar discursos e significados do neoliberalismo e suas consequências para as mulheres e homens, natureza e soberania dos povos, a MMM vem articulando seu feminismo ao combate capitalista-patriarcal (DESAFIOS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR O CONFLITO DO CAPITAL CONTRA A VIDA, 2017).

Em contraponto às políticas neoliberais, a MMM pleiteia a solidariedade. Aliás, esse é um dos termos mais utilizados em seus documentos e discursos: “a Marcha Mundial das Mulheres crê na globalização de solidariedade. Somos todas mulheres distintas que trabalhamos

juntas para construir outro mundo” (DECLARAÇÃO DE VALORES DO MOVIMENTO, 2003, apud MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008, p. 60, tradução nossa)⁸⁰. Da mesma forma, a constituição e o Estatuto do movimento definem a identidade da organização como sendo uma rede de solidariedade internacional, que se coloca atenta ao que acontece com as mulheres em diversas partes do mundo.

No entanto, é preciso lembrar que a solidariedade reivindicada pela MMM está relacionada a valores que perpassam pela liberdade, igualdade, justiça e paz, bem como pela distribuição equitativa de bens e recursos, preservação do meio ambiente, soberania alimentar, garantia de direitos sociais e administração dos recursos naturais pelos povos autóctones. Ainda, relaciona-se com a compreensão de interdependência entre os seres humanos, da mesma forma que visa à eliminação das opressões, exclusões, discriminações, intolerância e violências. É dessa forma que o movimento se insere dentro de um feminismo o qual almeja o bem viver não somente para as mulheres, mas a toda humanidade (DESAFIOS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR O CONFLITO DO CAPITAL CONTRA A VIDA, 2017).

2.5.5 Nós seremos resistência!: como a MMM está organizada?

Estruturalmente, segundo Dufour (2005), a Marcha Mundial das Mulheres se organiza em torno de um Comitê Internacional, um Secretariado Internacional, Órgãos de Coordenação Nacional, comitês ou núcleos locais. Contudo, ressaltamos que embora haja uma tentativa de sintetizar a organização desse movimento para esta dissertação, materiais com informações dessa natureza ainda são escassos.

Instância máxima do movimento, o Comitê Internacional (CI) é responsável pelo acompanhamento das decisões aprovadas nos Encontros Internacionais e dos trabalhos feitos pelo Secretariado Internacional, “assumindo um papel de ligação, assegurando a circulação da informação e agindo como um catalisador para MMM” (REYNALDO, 2016, p. 148). Atualmente, é composto por duas representantes eleitas de cinco regiões do mundo: Américas, Europa, África, Ásia/Oceania e Oriente Médio.

Já ao Secretariado Internacional cabe a responsabilidade por colocar em prática as decisões tomadas pelos Encontros Internacionais; garantir a comunicação entre as coordenações da MMM; mobilizar recursos humanos e financeiros para a viabilidade de seus

⁸⁰ Texto original: “La Marcha Mundial de las Mujeres cree en la globalización de la solidaridad. Todas somos mujeres distintas que trabajamos juntas para construir otro mundo”.

mandatos. Ainda, a respeito do Secretariado, cabe ressaltar que esse, conforme Conway (2008), amplia a voz e a identidade da organização por meio de boletins informativos, atualização do website, comunicados de imprensa, bem como através de outras formas de comunicação.

Sobre as Coordenações Nacionais (CNs), é possível afirmar que essas, são basilares na organização da Marcha. São as CNs as responsáveis por unir comitês e núcleos nos países e territórios “para multiplicar o impacto das ações do movimento e refletir situações políticas diversas” (REYNALDO, 2016, p. 148). Ainda, vale dizer que são encarregadas por: I. promover educação popular; II. mobilizar atividades e ações adotadas pelos Encontros Internacionais da Marcha; III. posicionar-se publicamente sobre questões políticas; IV. comunicar-se com os núcleos ou comitês. No Brasil, atualmente, compõem a Coordenação Nacional a SOF, a CUT, CONTAG, Centro Feminista 8 de Março (CF8), Movimento da Mulher Trabalhadora e Rural do Nordeste (MMTR-NE) e a companheira Bernadete Monteiro, filiada à Consulta Popular (CP)⁸¹.

Nos estados brasileiros⁸², a MMM atua por meio de núcleos e comitês, que assumem as tarefas nacionais, desdobrando-as para a realidade local. Anualmente, esses grupos se encontram nas reuniões nacionais, que se configuram como espaços de debates sobre pautas do movimento. Nesse sentido, é tarefa das militantes que participaram dos encontros nacionais, socializar informações e materiais recebidos com as demais ativistas do estado.

Contudo, reforçamos, nesta dissertação, a escassez de debates e materiais acerca da composição dessas esferas na MMM. Nessa perspectiva, para muitas ativistas de Recife que integram o movimento, há a compreensão do quanto lhes falta o conhecimento acerca dos critérios para escolha das representantes das instâncias nacionais e internacionais da Marcha, de modo que, por vezes, se encontram alheias às construções e decisões tomadas nacional e internacionalmente, embora tenham o entendimento de que todas e quaisquer deliberações são realizadas e inseridas num processo coerente. Nesse sentido, algumas críticas parecem ser inevitáveis, uma vez que estão diante de um processo comunicativo que vem se aperfeiçoando, como pode ser observado através dos boletins e relatórios socializados em 2019.

Assim sendo, informações sobre quais são as militantes que representam a MMM no Comitê Internacional e Secretariado Internacional do movimento, que critérios foram utilizados para a escolha, que movimento ou ONG representam, bem como em relação ao tempo dos mandatos que exercem, parecem não ser do conhecimento das militantes (até mesmo as mais orgânicas). Do mesmo modo, verificou-se, também, que a composição da Coordenação

⁸¹ Organização política que surge a partir do Movimento das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

⁸² A MMM atua em 20 estados brasileiros.

Nacional do movimento envolve majoritariamente organizações políticas, nas quais muitas das ativistas não se encontram diretamente inseridas ou desconhecem os parâmetros utilizados para tal composição.

Ainda, a nível estadual, é possível perceber que Pernambuco e mais especificamente, Recife, não apresenta protagonismo em instâncias deliberativas, de modo que muitas decisões são tomadas sem o envolvimento de todos os núcleos/comitês existentes no estado. No mais, fica evidente que no interior da MMM, não houve um debate mais profundo sobre o processo de construção de núcleos e comitês. Nesse sentido, para as militantes, ainda não é perceptível as distinções entre ambos, e mais, que critérios (territoriais ou políticos) devem ser utilizados para estruturação dessas esferas.

Por fim, vale ressaltar, ainda, que no Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres está inserida em três frentes de lutas: a Frente Nacional Contra Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, a Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular. A inserção na primeira, deu-se em 2008, quando no país, vivenciava-se uma ofensiva de criminalização ao aborto, baseada numa visão misógina de que as mulheres são moralmente incapazes de tomar decisões sobre processos centrais de suas vidas. E na segunda, em 2014, momento em que se inicia no Brasil, a tentativa do golpe contra a democracia⁸³. Já a terceira frente, inaugurada em 2019, trata-se de uma tentativa de mobilizar feministas contra os desmontes e ataques às mulheres, vivenciados sob o governo Bolsonaro.

⁸³ O nível de envolvimento dos núcleos e comitês nessas frentes, pode variar conforme a conjuntura estadual ou regional em que se encontra cada um deles.



Imagem 6: II Escola Feminista, realizada em 2017. Foto: Acervo da Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

2.6 “Sou feminista pra fazer revolução”: pedagogia/s feminista/s... até que todas sejamos livres

Nesta parte do trabalho, dissertamos um pouco sobre o surgimento da pedagogia feminista, a compreensão de autoras acerca dos objetivos e das práticas pedagógicas feministas, bem como descrevemos como essas têm se constituído no interior do feminismo. Escrevemos ainda, sobre como os grupos de estudos, ações e reflexões feministas se articulam a concepções da Educação Popular (EP), sobretudo, no que tange aos conceitos da emancipação e atuação política.

Consideramos que o conhecimento aqui socializado é de fundamental importância para compreendermos as práticas dos movimentos sociais feministas com atuação não somente no Brasil, contudo, me arrisco dizer, na América Latina. Nessa perspectiva, não há dúvidas de que uma vez se constituindo no interior de uma organização sócio-política, as práticas pedagógicas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, ainda que inseridas a partir dos anos 2000, estão profundamente marcadas pelas trajetórias pedagógicas dos feminismos brasileiros.

2.6.1 “Eu sou mulher, sou feminista, vim pra acabar com seu conceito machista”: historicizando e conceituando a pedagogia feminista

Factualmente, processos educativos, bem como práticas pedagógicas têm sido assinaladas, muitas vezes, por um viés sexista comum a uma sociedade estruturada sobre o patriarcalismo. É nessa perspectiva que as pedagogias feministas vêm reivindicando a emancipação e autonomia de mulheres, através da desconstrução de paradigmas que as subalternizam, bem como invisibilizam o protagonismo de suas ações.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a performance social praticada por mulheres e homens não apenas se distinguem, contudo hierarquizam-se. Assim sendo, fica legitimada não somente a superioridade do masculino sobre o feminino, em todas as esferas da vida, mas também o sepultamento desse último, na produção do saber e na construção de sua própria história. No entanto, fomentada pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, nos últimos 40 anos, a natureza dessas relações, através de teorias e projetos políticos emergentes no interior do feminismo, vem sendo posta em xeque, de acordo com Heleieth Saffioti (2014), posto que se passa a reconhecer, no patriarcado, uma categoria produtora de opressões.

O surgimento do modelo feminista de educação rompe, portanto, por meio de estratégias e procedimentos, com o paradigma moderno, o qual presume como legítima, apenas uma única

fonte de produção do saber, de modo que não admite a possibilidade de se fazer emergir outras epistemologias para além de uma razão abstrata. Assim sendo, na contramão de uma lógica universal, as pedagogias feministas propõem a valorização das mais variadas vozes, que conforme a perspectiva, passam a ser produtoras de conhecimentos e histórias.

“Milenarmente oprimidas, silenciadas e excluídas da história oficial”, progressivamente, as mulheres vêm reconhecendo os condicionamentos impostos pela construção social de gênero que as lançam para um segundo plano. No mundo todo, presencia-se o desencadeamento de um processo de emancipação, talvez, irreversível, uma vez que as mulheres passaram a questionar a condição de subordinação que a elas foram impostas, e através da auto-organização buscaram meios, conforme Cecília M. B. Sardenberg (2011), para traçarem os rumos de uma nova história.

A priori, convém ressaltar que é comum, dentro do imaginário social, que a ideia de uma pedagogia feminista remeta, exclusivamente, a uma educação formal e institucionalizada, desenvolvida, normalmente, no seio escolar. Contudo, o conceito de educação é bastante amplo. A lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, estabelece em seu 1º artigo, que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, art. 1º, 1996).

De fato, há diversas pesquisadoras que defendem a introdução de uma pedagogia feminista nas instituições de ensino. Assim, Louro (1997) lembra que a proposição de uma prática educativa não sexista deve ser compreendida para além dos espaços informais de educação, posto que a recusa a uma institucionalização das pedagogias feministas gera a marginalidade das questões de gênero no âmbito escolar, bem como acadêmico. Isso, segundo a autora, explica, por exemplo, a dificuldade existente no reconhecimento e financiamento de grupos de estudos e pesquisas que refletem sobre tais questões dentro de universidades e escolas.

Louro (1997), contudo, não ignora, em sua análise, as desigualdades que a escola vem produzindo ao longo de séculos. Muito pelo contrário, reconhece a contribuição das pedagogias feministas, através de distintas matrizes conceituais, para o enfrentamento às desigualdades de gênero nessas instituições.

Da mesma forma, em sua dissertação, Denise Carreira (2001) aborda os processos de formação feminista no interior do Estado. Assim sendo, a pesquisadora resgata o debate internacional ligado ao campo do *gender training*, que visava à incorporação da perspectiva de equidade de gênero nas instituições públicas e agências de desenvolvimento.

No entanto, é preciso lembrar que, constituindo-se enquanto movimento social, o *campus* de atuação da Marcha Mundial das Mulheres é fundamentalmente as comunidades nas quais a organização está inserida. Sob a ótica de Gohn (2006), nessa perspectiva, as práticas educativas são realizadas em espaços extrainstitucionais, através de objetivos políticos, compromisso com as classes populares, bem como com a emancipação social, uma vez que consoante a Frigotto (2002), há na MMM, a compreensão de que os processos educativos não podem estar subordinados às estruturas opressoras do poder.

No ocidente, o processo de emancipação que busca reconhecer o protagonismo de mulheres tem início no século dezenove, mais especificamente, nas últimas três décadas do período. Nesse pouco intervalo de tempo, conforme Sardenberg (2011, p. 17), as mulheres conquistaram novos espaços, bem como novas formas de atuação no mercado de trabalho, nos partidos políticos e até mesmo no interior da família. Contudo, é preciso ressaltar que os avanços alcançados por mulheres no mundo todo, se concretiza, sobretudo, por meio do esforço coletivo. Nesse sentido, a difusão de grupos de conscientização, autorreflexão⁸⁴ e ação feminista, tiveram um papel preponderante na percepção das estruturas capitalistas, patriarcais e racistas do poder.

Entre as décadas de 60 e 70, os grupos de autorreflexão e conscientização reuniam mulheres de forma autônoma, inicialmente nos Estados Unidos, para refletirem coletivamente sobre os desafios de ser mulher. Assim, inspirados nas técnicas de revolucionárias chinesas, sob a compreensão de que falar da dor é um passo importante na superação da dor, promoviam encontros semanalmente, entre mulheres, as quais trocavam experiências sobre temas como sexualidade, maternidade, relações afetivas e de trabalho. A proposta espalhou-se por diversos países, e, posteriormente, foi incorporada internacionalmente pelo movimento feminista, que através dessa estratégia de luta, renasceu e se fortaleceu, a partir da troca de experiências entre as mulheres, processo esse, que mais do que um intercâmbio de saberes, proporcionou a articulação entre vivências e práticas cotidianas a raízes sociais, inseridas numa macroestrutura do poder, resultando na afirmação difundida pelo feminismo de que o pessoal é político, uma vez que a delimitação das esferas privadas e públicas foi identificada como apenas aparente (SARDENBERG, 2011).

No Brasil, os primeiros grupos de reflexão feminista surgem na década de 70, com distintas orientações políticas, primeiramente, no Rio de Janeiro e São Paulo. Nos encontros secretos, dado a repressão política instalada no país, desde 1964, apenas mulheres

⁸⁴ Grupos de conscientização e autorreflexão, de acordo com Camila de Melo Santana (2018), tratam-se de métodos utilizados na pedagogia feminista.

intelectualizadas, até então, se reuniam para leitura e debate de textos produzidos por feministas internacionais. Mais especificamente, o grupo paulista se destacou por sua resistência e existência prolongada, se comparado a outros coletivos que se desfizeram rapidamente, conforme afirma Carmen Silva (2016). Para isso, as mulheres que dele participavam, mantiveram encontros quinzenais durante um período de três anos e, portanto, o constituíram como uma espécie de núcleo central, um modelo a ser seguido pelos outros.

Posteriormente, com a proclamação do Ano Internacional da Mulher, pela ONU, em 1975, novos grupos começaram a se formar, incorporando, dessa vez, mulheres que se identificavam com movimentos sociais, dessa forma, as práticas de reflexão e ação feminista foram levadas às camadas mais populares. Assim sendo, novos recursos, metodologias e técnicas, desenvolvidas pela Igreja nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e por organizações não governamentais (ONGs), foram sendo agregadas aos processos educativos entre mulheres (SARDENBERG, 2011). Nesse mesmo período, Silva (2016) destaca, ainda, a importância da realização de um seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), identificado por ser um evento fundante dessa nova fase do feminismo brasileiro, como responsável pela capilarização das práticas pedagógicas feministas.

É preciso notabilizar, também, que com os surgimentos de novos grupos de estudos e reflexão feminista emergiram proporcionalmente, os conflitos, sobretudo em torno do princípio da autonomia, como explica Silva (2016). Nessa perspectiva, as feministas identificadas como autônomas, ainda que alinhadas ideologicamente à esquerda, no que tange à proposta de mudanças sociais defendidas pelos partidos, se opunham profundamente à maneira como a luta das mulheres estava sendo, até então, conduzida. Assim sendo, sustentando a tese de que a opressão das mulheres não se tratava apenas de um efeito econômico e de que não necessariamente as transformações socioeconômicas resolveriam a vida dessas, como pregoavam as socialistas, as autônomas “recusavam-se a relegar a luta da mulher a um segundo plano e vê-la diluída e pulverizada nas chamadas lutas gerais” (COSTA, 1990, p. 4 apud SILVA, 2016).

No final da década de 70 e início dos anos 80, no Brasil, se destacaram também, grupos de saúde feministas voltados para o reconhecimento e a valorização do corpo feminino, segundo Silva (2016). Presenciou-se então, com a oferta de serviços ginecológicos e a recomendação de tratamentos alternativos, uma constante desmistificação da sexualidade da mulher. Dessa forma, não somente os grupos de autoconsciência, mas os de autoexame, ultrapassaram fronteiras sociais, uma vez que se estenderam às mulheres das classes populares.

[...] baseadas nas experiências de grupos norte-americanos como os do Boston Collective, desenvolvem entre suas práticas grupos voltados para o autoconhecimento do corpo, nos quais as mulheres em conjunto, munidas de espelhinhos e espéculos, desvendam sua autonomia, suas genitálias, seu útero, desconstruindo na experiência, concepções como a de intocabilidade, da sujeira e da morbidez arraigadas no senso comum. As concepções sobre o ciclo menstrual e as doenças dos órgãos reprodutivos e sexuais são desvendadas, bem como são discutidos temas até então velados na experiência cotidiana das mulheres, como o prazer (FERREIRA, 2006 apud SILVA, 2016, p. 79).

Assim sendo, ao passo em que se estreitaram os laços entre feminismo e os serviços específicos de saúde para as mulheres, sobretudo, os ginecológicos, muitos coletivos, organizações e grupos feministas de autoexames foram criados. Nesses espaços, na contramão de uma realidade que reprimia a sexualidade e o erotismo, impedindo que mulheres se tocassem ou se acariciassem, a participação política mesclava-se ao cultivo da saúde física e mental, bem como à valorização das relações afetivas entre as mulheres (SILVA, 2016).

No mais, é preciso reconhecer a contribuição da imprensa feminista, nas décadas de 70 e 80, através da publicação dos jornais *Nós Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1975-1980) e o *Mulherio* (1981-1988). Esses periódicos, embora apresentando concepções políticas distintas, atuaram juntamente com grupos de mulheres populares e conseqüentemente, se constituíram enquanto espaço para difusão não somente do feminismo, mas das lutas inseridas nas periferias das grandes cidades e sindicatos, conforme lembra Silva (2016).

Dessa forma, os jornais, que contavam com a contribuição massiva das mulheres, tornaram-se espaços importantes para a difusão de debates em torno da dupla jornada de trabalho, do salário igual para o trabalho igual, da socialização do trabalho doméstico e mesmo que timidamente, discutiam sobre sexualidade, violência doméstica, aborto e divórcio. Ainda, ressalta-se aqui, a presença marcante das equipes responsáveis por tais periódicos na organização dos Congressos da Mulher Paulista, realizados nos anos de 1979 e 1980, espaços esses, que reuniram cerca de 900 mulheres (entre donas de casas, operárias, funcionárias públicas, bancárias, empregadas domésticas, professoras e estudantes) e onde foi possível discutir as reivindicações por creches, equiparação salarial, maternidade livre, assim como a assistência à saúde (SILVA, 2016, p. 77-78).

O movimento feminista, pois, ressurgia como espaço de auto-organização de mulheres não somente na resistência à Ditadura Militar, mas na luta por seus direitos, seus corpos e cidadania, fatores esses, que colocaram a educação como pauta central do feminismo. Nesse sentido, os grupos feministas foram se consolidando, então, como espaço de autoconsciência, atuando através da imprensa feminista em 1980, no processo da constituinte de 1986-1988,

conhecido como o Lobby do Batom e sucessivamente, na incidência sobre o Congresso Nacional, gerando o que hoje conhecemos como Políticas para Mulheres (Silva, 2016).

De acordo com Silva (2016), é possível afirmar, ainda, que os grupos de estudos e reflexão feminista eram majoritariamente compostos por mulheres profissionais autônomas, muitas delas, inseridas nas universidades, fato esse que proporcionou sua articulação a espaços acadêmicos, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nesse sentido, Silva (2016) evidencia que com o passar do tempo, as feministas acabaram realizando encontros independentes, sob a coordenação de diversas organizações feministas. Conseqüentemente, as reuniões anuais da SBPC, entre os anos de 1975 e 1985, foram dando espaço aos Encontros Nacionais Feministas, concomitantemente à atuação e participação de brasileiras nos Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe (EFLAC).

Celi Pinto (2003) destaca que já em 1990, era possível identificar cerca de 40 núcleos acadêmicos de estudos feministas no Brasil. De fato, nas universidades, uma nova configuração do feminismo emergia e por que não dizer, revolucionava as metodologias de pesquisa, de ensino e aprendizagem. Silva (2016) aponta para formatos de eventos universitários promovidos por feministas, que se aproximavam às propostas da pedagogia popular: mesas sobre a questão da mulher eram organizadas, pois, em forma de círculo, sem a existência de *papers* ou alguma disposição física que acentuasse a diferença entre expositora e ouvinte, muito semelhantes a uma conversa informal.

Vale ressaltar ainda que, nos anos 80, época em que foram implantadas as primeiras delegacias especializadas no atendimento às mulheres, os grupos de reflexão, bem como de autodefesa, atuaram vigorosamente para o fortalecimento das vítimas de violência. Assim sendo, de acordo com Verônica Ferreira e Carmen Silva (2010), o desafio do processo de formação passou a ser o reconhecimento das diferenças e contextos específicos das práticas sexistas, outrora compreendidas de modo generalizante, baseado estritamente numa ideia de tipificação da violência (física, sexual, psicológica, moral, doméstica), que não explicava o porquê de sua existência.

Para Ferreira e Silva (2010), a educação feminista passou a explicitar a manutenção da dominação dos homens, a reconhecer no racismo um fator do aumento de vulnerabilidade e a amplificar os aspectos contextuais que agravam, assim como acobertam a violência e subalternização das mulheres dentro dos espaços de reprodução e produção cultural. Nesse sentido, o resgate da reflexão sobre a experiência, para as autoras, bem mais do que um problema de ordem pedagógica, trata-se, sobretudo, de um desafio político e que portanto, deve

envolver a organização dos movimentos sociais com o intuito de se ampliar o escopo da compreensão da realidade e da formulação de estratégias de luta.

Assim sendo, de acordo com Ferreira e Silva (2010), é de extrema necessidade reconhecer a experiência educativa como a articulação entre formação, organização e luta em movimentos sociais, concepção essa, que no cotidiano das militantes feministas, está sintetizada na ideia de Formação Política Feminista. Para as pesquisadoras, (2010) não é possível desvincular a formação denominada por elas de *strictu sensu*, de todo um processo social. Nessa perspectiva, a promoção de oficinas envolvendo a pedagogia feminista, muito mais do que um lugar onde se oferece a oportunidade de “aprender para aplicar na prática”, deve centrar-se em momentos específicos da prática social, em que as teorias produzidas pelo campo feminista estejam integradas às experiências políticas das mulheres.

Integralidade, portanto, é uma concepção fundante da categoria pedagógico-feminista, através da qual, segundo Ferreira e Silva (2010), toma-se por referência a noção da mulher enquanto sujeita, tanto no sentido individual, por meio do favorecimento da autonomia dessa, quanto na acepção coletiva, isso é, de pensar o movimento de mulheres, inserido no feminismo, como sujeito político da luta e enfrentamento às mais diversas violências. Dessa forma, busca-se atuar na construção de uma democracia que capilarize em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de cada mulher, posto que se faz necessário agregar múltiplas possibilidades de ser e atuar no mundo.

Assim sendo, embora as pedagogias feministas tenham surgido em grupos de autorreflexão ou autoconsciência, esse campo teórico está sobretudo, inserido no plano de estudos que envolve Educação e Movimentos Sociais. Dessa forma, há fortes referências das pedagogias feministas no movimento sindical, no interior dos partidos da esquerda política, em Organizações Não Governamentais e em movimentos populares. Nesses espaços sócio-políticos, onde ação educativa é denominada de atividade de formação⁸⁵, tal concepção pedagógica foi advogando, de acordo com Carmen Silva (2010), a ideia de integralidade da mulher como elemento preponderante para a construção do sujeito político.

Sardenberg (2011) conceitua as pedagogias feministas como um “conjunto de princípios e práticas⁸⁶ que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la”, razão pela qual

⁸⁵ De acordo com Santana (2018), a Pedagogia Feminista ainda pode ser denominada de “Educação Feminista”, “Educação Popular Feminista”, “Educação Não Sexista”, “Educação entre Mulheres”.

⁸⁶ Por não se tratar de uma ciência, mas de práticas pedagógicas, ora utilizo a expressão “pedagogia feminista” no plural, ora no singular.

a expressão deve ser empregada no plural, uma vez que engloba uma diversidade de atuações e conceitos metodológicos. Desse modo, na perspectiva da autora (2011), a pragmática da palavra “pedagogia” está voltada para uma concepção genérica do termo, que se distingue de uma “ciência da educação”, presumida por um viés conceitual restrito. Na mesma direção se encontra Alós (2011, p. 421), que compreende o significado de pedagogia como “o estudo dos métodos de ensino, dos objetivos da educação e dos meios para alcançá-los [...] também das formas e mecanismos de aprendizagem”.

As pedagogias feministas estão, portanto, integradas com as designadas “pedagogias críticas” ou “pedagogias libertadoras”, que de modo geral, tratam-se de teorias e práticas educativas e de aprendizado que visam à conscientização das educandas sobre as opressões às quais estão sujeitas (SARDENBERG, 2011). Dessa forma, busca-se, não somente nas teorias, pesquisas e ensaios, provenientes dos Estudos Feministas, mas também do campo dos Estudos Negros, dos Estudos Culturais, Estudos Lésbicos e Gays, reconhecer, bem como encontrar estratégias para superação das desigualdades sociais (LOURO, 1997), primeiramente, através de um processo de liberação pessoal, para em seguida, e coletivamente, pensar ações transformadoras.

Dentro das pedagogias feministas, questiona-se, uma concepção do político, que tradicionalmente delimita os espaços públicos e privados, onde o primeiro é reconhecido como lugar de produção de conhecimento, e o segundo, de reprodução da vida. Na perspectiva feminista de gênero, essas distinções são apenas ilusórias, uma vez que no interior das relações interpessoais e familiares também existe uma construção de poder. Dessa forma, os esforços das práticas feministas estão centrados em colocar no mesmo plano, e com igual legitimidade, os distintos saberes, posição essa, que abala o *status quo* das visões clássicas academicistas e culturalistas, uma vez que todas as pessoas, na pedagogia feminista, são potencialmente capazes de compartilhar experiências e sabedorias. Nesse sentido, percebe-se uma rejeição explícita da autoridade (LOURO, 1997; SARDENBERG, 2011).

Destaca-se, ainda, que sob o prisma de Sardenberg (2011), as pedagogias feministas visam libertar mulheres e homens das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, ou seja, da construção social das diferenças e desigualdades entre os sexos. No entanto, a inserção do público masculino nas práticas pedagógicas feministas, ainda tensionam pesquisadoras desse campo temático.

Bell hooks (1989), em “Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black” compreende que a educação feminista deva proporcionar um espaço marcado por um sentido de lutas por direitos e cidadanias, onde seja possível fazer da teoria uma prática, conjuntamente com

professoras/es e alunas/os. Mais tarde, a feminista negra afirmará que a “a tomada de consciência feminista por parte dos homens é tão essencial para o movimento e revolucionário como os grupos de mulheres” uma vez que o feminismo tem por ideal, não uma educação anti-homem, mas uma educação não sexista (HOOKS, 2017, p. 33).

Carmen Silva (2010), ativista da SOS Corpo, entende o feminismo como um movimento social através do qual se desdobram ações coletivas das mulheres contra a exploração patriarcal, racista e capitalista, razão pela qual as pedagogias feministas precisam se fundamentar em análises sobre a situação das mulheres, compreendendo as desigualdades que as cercam. Portanto, para a autora, deve-se projetar a educação centrada na emancipação das mulheres como grupo social e como pessoas, uma vez que a luta feminista, embora agregue diferentes expressões individuais, de distintas articulações e organizações coletivas, é mais do que tudo, política, posicionamento esse, do qual comungamos nesta dissertação.

É preciso lembrar, também, que outros impasses se avolumam no cerne da temática das pedagogias feministas. Para além da participação dos homens nos processos educativos, a presença de pessoas trans ou não binárias, também é motivo de debates e acirramentos dentro de alguns movimentos. De um ponto de vista pós-estruturalista, Alós (2011) percebe esses binarismos enquanto resquícios de uma matriz heteronormativa, e, portanto, aponta para uma pedagogia “fora do armário”. Segundo o autor: “Esse é o binarismo que funda a compreensão do humano, fora desses dois polos, não há humanidade. Em outras palavras, algo que não é masculino nem feminino não poderia ser reconhecido como humano” (ALÓS, 2011, p. 424).

Ainda no campo dos impasses, Silva (2010) chama a atenção para as dinâmicas adotadas pelos feminismos na década de 90. Para a militante, nesse período, o movimento feminista fomentou a emergência de um conjunto de instituições, redes e articulações nacionais e internacionais, mobilizando-se em torno dos direitos das mulheres, contudo, foi majoritariamente cooptado pelo neoliberalismo, bem como pela mundialização do capital, despolitizando-se em certa medida.

No entanto, a partir dos anos 2000, o feminismo recuperou a radicalidade perdida nos anos anteriores e, conseqüentemente, passou a centrar suas ações num movimento de globalização contra-hegemônico, essa mudança paradigmática foi, em certa medida, estruturada pela atuação da MMM, uma vez que a organização conferiu um novo fôlego ao movimento feminista. Nesse sentido, as práticas pedagógico-feministas, concomitantemente, acompanharam as mudanças presenciadas no novo tempo.

Nessa perspectiva, Vanessa Gil (2015) relembra que a introdução da educação como exigência social partiu exclusivamente do trabalho. Dessa forma, a existência de um modelo de

educação específico para homens e mulheres, burguesia e proletariado se tornou um ponto estratégico na dominação de grupos subalternizados. Sendo assim, uma vez que o patriarcado se trata de um sistema de dominação, o qual se estrutura a partir da divisão sexual do trabalho e da sociedade de classes, uma pedagogia feminista precisa historicamente considerar a metade de uma população inserida nesses contextos de uma opressão singular.

É dessa maneira, pois, que nos anos 2000, a MMM contribuiu não somente com o movimento feminista, mas com o referencial teórico da pedagogia feminista ao reintroduzir nos processos educativos a crítica ao sistema capitalista, apontando em suas ações, os impactos dessa estrutura sobre a vida das mulheres. Para Gil (2015), o feminismo anticapitalista trata-se de um princípio educativo dentro da Marcha Mundial das Mulheres, uma vez que o movimento busca compreender as relações sociais do sexo:

[...] Ou seja, as mais variadas opressões sofridas pelas mulheres se legitimam nessa sociedade a partir da forma como essa mesma sociedade compreende a produção de mercadorias, de como ela dá conta da produção e reprodução da vida, de como distribui, ou não, os recursos naturais, de como e onde se estabelecem relações de poder, a partir do lugar que homens e mulheres ocupam na sociedade de classes. É a partir de um feminismo que busca destruir tanto o capitalismo como o patriarcado que se constrói o educativo na MMM (GIL, 2015, p. 36)

No mais, são princípios fundamentais das pedagogias feministas contra-hegemônicas os conceitos de luta organizada e da libertação, ambos no sentido atribuído tanto por Freire (2018) quanto por Mészáros (2010). Dessa forma, para Gil (2015), é o fazer-se na luta, o formar-se na luta, o aprender e o ensinar na luta que as mulheres vão se emancipando ao longo dos processos formativos.

No entanto, ainda é preciso ressaltar que a falta de recursos e de condições para que práticas pedagógicas feministas, na concepção antiglobal, sejam desenvolvidas a longo prazo, com certa regularidade e planejamento, configura-se como um problema presente ontem e hoje no interior dos movimentos sociais. Assim sendo, a maioria das atividades desenvolvidas por vezes, são orientadas muito mais por uma lógica intuitiva do que sistemática, diretiva ou planejada.

Ademais, para além das tensões que envolvem o campo teórico e político da pedagogia feminista, é possível afirmar que o seu surgimento está profundamente atrelado à emergência do próprio movimento de mulheres (SILVA, 2016), uma vez que esse pressupõe a existência daquele e vice-versa. Nesse sentido, a compreensão dessa assertiva torna-se fundamental para o entendimento de que a subsistência do feminismo está articulada, sobretudo, ao

desenvolvimento de práticas político-pedagógico-feministas, bem como à auto-organização de mulheres numa esfera coletiva, do contrário, o que nos restam são tão-somente abstrações.

2.6.2 E para a vida melhorar, temos que nos organizar, se a mulherada se unir, o machismo vai cair: estrutura, modelos e planejamentos das pedagogias feministas

De forma geral, as pedagogias feministas voltam-se para práticas do ensino-aprendizagem com base nos valores e princípios feministas, de modo que buscam erradicar o sexismo, a exploração e a opressão sexual. No entanto, é preciso compreender que existem inúmeras possibilidades de atuações político-pedagógicas nesse campo, posto que são diversas também, as análises e explicações que fazem os diversos feminismos sobre a origem das desigualdades com base no gênero.

Nesse sentido, ao teorizar sobre as pedagogias feministas Elisabeth Tisdell (1998) observa que essas, normalmente, podem ser resumidas nos modelos psicológicos, estruturais e pós-estruturais, os quais sintetizam não somente a leitura que as feministas fazem das dinâmicas sócio-políticas que as envolvem, mas também definem o formato de como atuam na superação das desigualdades. Assim, essas configurações, de maneira mais ou menos intensa, lidam com quatro temáticas comuns: 1. a construção do conhecimento; 2. a visibilização de mulheres; 3. a temática da autoridade e por fim, 4. a pluralidade das mulheres, no que concerne à questão da “posicionalidade”.

O modelo psicológico, conforme Tisdell (1998), centra-se, mais especificamente, na individualidade da mulher e como sua voz pode ser visibilizada, tornando-a agente produtora de conhecimentos e aprendizagens. Nesse sentido, a ênfase desse formato recai no desenvolvimento da autoestima e emancipação das mulheres enquanto sujeitas. Assim sendo, apoiado no livro de Belenky, Clinchy, Goldberger e Tarule (1986), *Women's ways of knowing*, o foco dessa vertente, que traz em sua tradição a herança dos grupos feministas de conscientização e autoconhecimento, se encontra, pois, nas questões das desigualdades e diferenças de gênero, mas não nas estruturas sociais.

Já os modelos estruturais centram suas ações no questionamento das estruturas sociais de poder, que embora distintas, se retroalimentam e se articulam nas categorias de classe, gênero, raça e orientação sexual. Esse formato tem em sua origem o feminismo marxista, socialista e radical, portanto ostenta como base metodológica, o combate ao capitalismo, racismo e patriarcado, sistemas esses, que determinam os processos de aprendizagem, a produção de saberes, assim como a formulação de currículos, posto que partem da premissa de

que existem conhecimentos universais, os quais devem ser construídos apenas por uma espécie de “agentes licenciados” para tal (TISDELL, 1998).

Ademais, arquitetadas na crítica aos modelos anteriores, as correntes pós-estruturalistas buscam superar as lacunas que os paradigmas psicológicos e estruturalistas deixaram, portanto tentam articular as dimensões sociais, através da análise dos sistemas de manutenção da opressão e privilégios à construção individual da sujeita, por meio do reconhecimento das subjetividades. Assim, consideram como pontos relevantes as intersecções entre gênero, raça, classe, idade, orientação sexual, enfim, tudo o que possa atuar como determinantes sociais, sem desconsiderar a “posicionalidade”, ou seja, a identidade das indivíduos⁸⁷ (TISDELL, 1998).

Contudo, é preciso evidenciar que na Marcha Mundial das Mulheres predomina a leitura de que os modelos pós-estruturalistas por vezes, acabam por esvaziar o espaço político e coletivo e não raramente, incorrem no risco de analisar a ação das mulheres no espaço social como meramente performática ou individualizada⁸⁸. No entanto, não propomos, aqui, a eliminação das subjetividades, mas o entendimento, adaptando-nos às reflexões de Freire (2018), de que um feminismo radical jamais será subjetivista. Nesse sentido, sugiro a existência de um quarto modelo - o Consubstancial – através do qual se pode compreender a articulação entre patriarcado, capitalismo e racismo nas relações sociais e, portanto, questionar as bases das desigualdades, compreendendo que subjetividade e objetividade estão em uma permanente relação dialética.

Para Silva (2010), enquanto alguns setores adotam a pedagogia feminista numa perspectiva de acumulação de conhecimentos teóricos acerca do gênero e da mulher e reduzem suas ações apenas ao que diz respeito à avaliação de políticas públicas, outros, centram-se na formação particular dessas sujeitas, enxergando-as como únicas responsáveis por quaisquer mudanças sociais. Contudo, a ativista compreende que o processo de educação não sexista deva estar, mais do que tudo, ligado à formação das mulheres para o agir politicamente, o que inclui não somente a legitimação da sujeita individual e uso de teorias, mas “exige a geração de condições de fortalecimento do feminismo como sujeito político coletivo” (SILVA, 2010, p. 11), trata-se, pois, de uma ação fincada na profunda relação individual-coletiva.

Assim sendo, segundo Carmen Silva e Sílvia Camurça (2013), enquanto ação coletiva, a pedagogia feminista deve ser planejada sob o engajamento de todas as mulheres envolvidas

⁸⁷ Uso dessa forma com o objetivo de afirmar o feminino.

⁸⁸ A discussão sobre os modelos das pedagogias feministas assemelha-se muito à discussão sobre a incorporação da agenda de lutas feministas. Nesse sentido, para MMM, é preciso articular a pauta estruturalistas às questões identitárias.

democraticamente. Nesse sentido, deve abranger os processos de preparação (produção de conhecimento sobre a realidade da mulher), discussão, bem como de avaliação dos métodos de mudança que se deseja.

É nessa perspectiva que Silva e Camurça (2013) identificam 14 elementos⁸⁹ fundamentais para organização de uma ação coletiva feminista, que podem ser facilmente incorporados nos processos de formação de mulheres. Esses, de modo geral, passam pela compreensão e reconhecimento de um problema e de suas consequências para a vida das mulheres, pelo mapeamento e construção de alianças em torno da questão identificada, pela realização de encontros e exploração de possibilidades estratégicas e por fim, pelo planejamento do processo de luta social.

Isso posto, com o intuito não de limitar, contudo direcionar a organização pedagógica das práticas feministas, Silva (2010), baseada em sua experiência política, depreende que do ponto de vista pedagógico é necessário atentar para algumas premissas. Dessa forma, a educadora ressalta a importância: a) de repensar constantemente a prática educativa a partir de planejamento, avaliação e sistematização das atividades realizadas; b) do uso de técnicas e recursos didáticos que sejam capazes de estimular o senso crítico, bem como a criatividade das participantes; c) da articulação entre conteúdo teórico e experiência política; d) da análise dos diferentes contextos de relações (local/global, micro/macro, etc.) e e) da atenção à pluralidade das mulheres que participam das ações educativas, o que envolve a compreensão desde as relações de classe e raça até as suas identificações políticas (ou seja, de que movimento feminista as mulheres fazem parte, se atuam em partidos políticos, ou se estão inseridas em alguma instituição).

Todavia, é importante lembrar que, independentemente das perspectivas teórico-metodológicas ou de modelos adotados nas pedagogias feministas, segundo Portella e Gouveia (1998, p. 22-24), Sílvia Camurça (2010) e Sardenberg (2011), subjazem às suas ações a compreensão de que:

1. a ação educativa também é política;
2. a ação político-educativa é um processo inconcluso;
3. a atuação político-educativa deve partir da realidade das sujeitas;
4. as educandas possuem experiências e conhecimentos que precisam ser valorizados;
5. todas as envolvidas no processo de aprendizagem possuem uma história pessoal e coletiva;

⁸⁹ Conferir em “Feminismo e Movimento de Mulheres” (2013, p. 43-44).

6. as educadoras também possuem conhecimento prévios;
7. as ações político-educativas devem possibilitar o acesso dos grupos à sistematização de diversos conhecimentos;
8. no processo político-educativo estão em jogo relações de poder;
9. a aprendizagem deve envolver sujeitos na sua integralidade.

Ao lançar olhar sobre as práticas adotadas no exercício das pedagogias feministas, Silva (2010) destaca as rodas de diálogo como um meio através do qual é possível somar, bem como compreender as experiências de uma pluralidade de mulheres. Nesse sentido, categorias como classe, raça, sexualidade e identidade de gênero, para autora, funcionam como indicadores de desigualdades sociais. Dessa forma, por intermédio do resgate da metodologia de autorreflexão feminista é possível estimular o debate teórico-político necessário para aprofundamento de temáticas essenciais à compreensão das dinâmicas sociais. Nessa mesma direção, Sílvia Camurça (2010) destaca, mais especificamente, o diálogo com mulheres organizadas coletivamente como “aspecto central para enfrentar a correlação de forças extremamente desfavoráveis a projetos políticos de mudança social” (CAMURÇA, 2010, p. 58).

Além de que, conforme Camurça (2010), as atividades de formação⁹⁰ para organizações autônomas⁹¹, a viabilização de debates público de ideias, pesquisa de dados e a promoção de ações podem consolidar-se como eficientes estratégias do fazer pedagógico-feminista para o qual o caráter e conteúdo da incidência educacional são definidos no processo, em interação com as sujeitas envolvidas. Dessa forma, através de tais métodos é possível formar lideranças, construir discursos posicionados e favorecer uma compreensão mais complexa dos contextos regionais, nacionais e internacionais vivenciados.

Em sua experiência de formação feminista, em Recife, nos anos de 2013 e 2014, Silva (2010) explica como oficinas de autorreflexão podem se constituir como espaços pedagógicos, nos quais mulheres são convidadas a refletir sobre suas próprias experiências sexuais, políticas e profissionais, através de depoimentos pessoais, viabilizados pelos processos de escuta e partilha. Dessa forma, para a feminista, a criação de zonas exclusivamente femininas diz respeito à construção de ambientes seguros e livres da opressão machista, onde as participantes se sintam, verdadeiramente, à vontade para se expressar, falar, chorar.

⁹⁰ Camurça (2010) distingue o conceito de curso e formação, de modo que o primeiro é reconhecido por apresentar conteúdos pré-determinados diferentemente do segundo, que valoriza o processo e a contribuição das envolvidas.

⁹¹ Segundo Camurça (2010), tratam-se de organizações fundadas, geridas e controladas exclusivamente por mulheres.

Já bell hooks (2017) evidencia o caráter terapêutico desses grupos, uma vez que na experiência da autora, os encontros dos quais participava pouco se centravam na construção de estratégias de intervenção, contudo, possuíam uma capacidade imensa em curar dores. Em contrapartida, Silva (2010) identifica que a ação educativa pode se tornar um problema quando o objetivo pedagógico passa a ser o de exclusivamente “ouvir as mulheres”, uma vez que no todo da cena pedagógica, tal posicionamento está marcado por uma atitude basista. Do mesmo modo, para a autora (2010), é proporcionalmente tão controverso o uso desses espaços como subterfúgio para repasse, puramente, de “conteúdos”, postura essa que “não se distancia da prática do vanguardismo doutrinário” (SILVA, 2010, p. 23).

Ainda, vale notabilizar que o exercício da criatividade é apontado por diversas autoras como inerente à ação educativa feminista. Segundo Sardenberg (2011), a exploração do potencial artístico é a tônica das oficinas realizadas nos encontros feministas na América Latina e Caribe (EFLAC), posto que promovem discussões sobre o corpo, sexualidade, maternidade e relações de trabalho num formato dinâmico, em que brincadeiras introduzem questões sérias. De acordo com Silva (2010), uma metodologia que abarca as expressões artísticas e de comunicação possibilita a transformação do olhar sobre a realidade, bem como produção de sentimentos que vão do encantamento à indignação contra as injustiças vivenciadas.

Destaca-se, também, que nos espaços educativos fomentados pelo movimento feminista, a valorização de uma identidade visual institui-se como preponderante estratégia. Nesse sentido, organizado, de modo geral, em formato circular, os ambientes que promovem ações pedagógicas são quase sempre ornamentados com bandeiras das mais diversas organizações e elementos que recordam o cotidiano das mulheres, agora, ressignificados por um viés político. Para Bronislaw Baczko (1985, p. 310), as instituições sociais por serem designadamente políticas, “participam assim de um universo simbólico que as envolve e constitui o seu quadro de funcionamento. [...] Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento”.

Alexandra Pingret (2012) chama a atenção, mais especificamente, para os elementos visuais presentes nas ações promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres. Esses, retratam o percurso e origem do movimento. São por vezes, elaborados coletivamente e estão quase sempre a gritar o ideário de liberdade que permeia o imaginário das militantes. De acordo com a autora, costura, bordados e aplique são predominantes na confecção de artefatos, como faixas e estandartes, para ela (2012) “essas técnicas remetem a algumas das ocupações culturalmente

aceitas como pertencentes ao cotidiano feminino, bem como, às primeiras inserções femininas no mundo do trabalho” (PINGRET, 2012, p. 9).

Por fim, é preciso notabilizar, ainda, o esforço das práticas pedagógico-feministas no que concerne à eliminação de hierarquias. Não é difícil perceber, por exemplo, a tentativa de se substituir a figura da “professora” ou fonte de autoridade, por uma construção coletiva, na qual todas as participantes são igualmente falantes e ouvintes: produtoras de conhecimento. Nessa perspectiva, paradigmas androcêntricos vão sendo rompidos, como a divisão entre aquilo que é subjetivo ou objetivo, bem como as dicotomias razão e emoção. Ou seja, sob o olhar das práticas feministas, todas essas divisões que espedaçam a educação são descartadas, na medida em que se busca a integralidade do exercício do ensino e aprendizagem mútua (LOURO, 1997).

No entanto, Louro (1997) aponta que embora exista um enorme esforço para superação de dicotomias, as pedagogias feministas acabam caindo em outros dualismos: competição/cooperação; ensino/aprendizagem; hierarquia/igualdade, pares dicotômicos esses, em que o primeiro termo equivale à lógica androcêntrica, ao passo que o segundo, corrobora a concepção de um feminismo libertador. Da mesma forma, a autora compreende a limitação efetiva na tentativa de se eliminar as relações de poder, uma vez que nas relações sociais pressupõe, por vezes, a correlação de forças desiguais.

Dessa forma, de acordo com Louro (1997), a atuação de inúmeras mulheres em sindicatos, nas universidades e em centros de pesquisa não é compatível com uma sujeita inócua, frágil e discreta. Muito pelo contrário, esses espaços exigem dessas mulheres domínio de público, exibição, senão, por vezes, debates intensos e disputas acirradíssimas. No mais, as feministas jamais teriam conseguido produzir imensos acervos teóricos e transformações práticas se efetivamente tivessem abdicado dos exercícios de poder. Conforme Louro (1997):

Ao apontar algumas das limitações das pedagogias feministas não pretendo, contudo, condenar os esforços de transformação que elas sem dúvida realizaram e realizam. O propósito, aqui, é manter uma atitude de questionamento que dificulte adesões acríticas a qualquer "modelo". É, também, examinar formas possivelmente mais efetivas de intervir nos atuais arranjos das relações de gênero e sexuais [...], de modo a buscar maior igualdade entre os sujeitos [...] Se observamos a sociedade numa outra perspectiva, se admitimos que as relações sociais são sempre relações de poder e que o poder se exerce mais na forma de rede do que em um movimento unidirecional, então não será possível compreender as práticas educativas como isentas desses processos. A construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder. Feministas ou não, somos parte dessa trama e precisamos levar isso em conta (LOURO, p. 118-119).

Sendo assim, a não compreensão de que relações de poder permeiam as práticas educativas pode ser extremamente perigosa, uma vez que o risco de se perpetuar desigualdades

torna-se ainda mais elevado. Para Moacir Gadotti (2000, p. 57), deixar de fazer política e se esconder atrás da pseudoneutralidade é fazer a política do mais forte, a política da dominação.

Camurça (2010), contudo, parte do pressuposto de um poder coletivo. Nessa perspectiva, para a autora, uma liderança não se trata de uma personagem, mas de um processo de mobilização e organização das mulheres nas lutas sociais, por meio de suas organizações e movimentos políticos. Sendo assim, a feminista (2010) afasta-se dos modelos psicológico e técnico-metodológico de liderança e aproxima-se de uma concepção conjuntural, nos termos propostos por Cristina S. Simião (1997)⁹².

Dessa forma, diante de um crescimento cada vez mais popular do termo empoderamento, como uma ideia que remete a uma mulher que tem poder e que, portanto, cabe a ela transferi-lo a outras, ou ainda, como um conceito ligado à autonomia individual, Camurça evidencia (2010): “Optamos por uma outra compreensão de poder, entendido não como algo que possuí, mas como relação social, ou seja, poder compreendido como componente das relações sociais nas quais as mulheres ocupam lugares subordinados” (CAMURÇA, 2016, p. 73). Nesse sentido, para a pesquisadora (2016), as feministas lutam reiteradamente contra a manutenção do poder patriarcal, com maior ou menor sucesso, a depender da correlação de forças estabelecida por cada conjuntura.

2.6.3 “Vai avançar. Vai avançar. Vai avançar o feminismo popular”: a pedagogia popular é também feminista?

A pedagogia feminista desenvolvida nos países latino-americanos, com suas raízes na pedagogia popular, alterou a lógica das práticas educativas não somente em espaços informais, contudo adentrou em instituições demasiadamente hierarquizadas que se debatiam com as questões de gênero, bem como nas universidades, revolucionando o próprio fazer científico. Sobre essa mudança, provocada por um feminismo cada vez mais consolidado, hooks (2013) recorda:

Quando eu era aluna de graduação, os Estudos da Mulher estavam apenas começando a encontrar seu lugar na academia. Aquelas aulas eram o único espaço em que as professoras estavam dispostas a admitir que existe uma ligação entre as ideias aprendidas no contexto universitário e as aprendidas pela prática da vida. [...] as salas de aulas feministas eram, no geral, o lugar onde eu via as professoras buscando criar espaços participativos para a partilha do conhecimento (HOOKS, 2013, p. 27).

⁹² Conforme Simião (1997), uma concepção conjuntural de liderança focaliza nas diversas formas de agir e reagir dos grupos sociais.

Nessa perspectiva, hooks (2013) sustenta a ideia de que as práticas pedagógicas feministas transgrediram e ensinaram a transgredir o sistema de uma “educação bancária”, apoiadas, sobretudo, numa perspectiva educativa fomentada para a prática da liberdade. Mas afinal, o que seria educar para liberdade? E, liberdade de quem? Ademais, ainda poderíamos indagar de que forma e em que medida Freire, por meio da Educação Popular (EP), responderia aos anseios de autodeterminação das mulheres oprimidas ao redor do mundo.

Sobre uma pedagogia do oprimido, Freire (2018) afirma que essa não deve ser elaborada pelos opressores, fato que justifica inclusive, o uso da preposição “de” e não “para” na construção textual da publicação que serviria de inspiração para muitas feministas. E acrescenta:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2018, p. 57).

Nesse sentido, Silva (2010) afirma que consolidado enquanto movimento contrário à dominação patriarcal, à exploração capitalista, ao controle da sexualidade, o feminismo não tomou por base modelos pré-estabelecidos de práticas pedagógicas, uma vez que sua pedagogia está centrada na formação de uma sujeita política voltada para transformação social, capaz de compreender as contradições existentes no campo político dos direitos, da justiça e da democracia. Dessa maneira e com o entendimento de que em diversos lugares as pautas das mulheres por vezes, não seriam incorporadas, o movimento feminista foi criando espaços onde a experiência de vida e de trabalho das mulheres pudessem se tornar elementos emancipatórios para gênero.

Mais especificamente na América Latina, é possível notar que a perspectiva pedagógica feminista esteve não somente vinculada às dinâmicas da psicologia e às reflexões fomentadas pela sociologia, mas profundamente associada às ideias de Paulo Freire, bem como à teoria da Educação Popular (EP), de acordo com Silva (2010), por intermédio da valorização da cultura popular, da participação das educandas na construção dos objetivos e métodos da ação educativa, da afirmação do caráter político da educação e da articulação entre teoria e vida. Além de que, segundo a socióloga, os conceitos da dialogicidade, horizontalidade, bem como as técnicas de grupalização adotadas nas atividades de formação feminista advêm dessa pedagogia voltada, sobretudo, para organização de base. No mais, para além do que aqui já foi

apontado, Sonia Corrêa (1994) ainda sublinha como aproximações: 1) a referência ao marxismo; 2) a crítica aos sistemas de exploração econômica; 3) a necessidade de transformações estruturais; e 4) a valorização da denominada “ética da pobreza”⁹³.

No que tange ao princípio da dialogicidade, Freire (2018) é bastante contundente: “o diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 2018, p. 109). Para o professor, é pronunciando o mundo que mulheres e homens o transformam, trata-se, portanto, de uma ação profética. Não à toa, Brandão (2015), na obra “O que é Educação Popular”, introduz seus estudos a partir da reflexão acerca da palavra, uma vez que se torna possível através dela a tradução do saber coletivo. Já Muraca (2015), aponta para a necessidade do equilíbrio entre dialogicidade e assimetria. A pesquisadora se detém ao risco iminente de que lideranças adotem, no decorrer de suas práticas, instrumentos próprios da educação depositária.

Para Wanda Tommasi (apud MURACA, 2015), a relação entre dialogicidade e assimetria é complexa, portanto, vai muito além do que a fixação de posições hierárquicas ou a não alternância das relações de mediação. Diz respeito à instituição de desigualdades no interior de movimentos políticos contra-hegemônicos, que, supostamente, com o objetivo de desconstruir subjetividades e relações sociais ou decolonizar pontos de vista dominantes sobre o mundo, podem reproduzir discriminações de múltiplas natureza, abrindo, dessa forma, espaço ao autoritarismo, à imposição do silêncio, à divisão sexual e social do trabalho.

De fato, muitos princípios da Educação Popular podem ser identificados nas práticas pedagógicas feministas. Para além da dialogicidade, Muraca (2015) visualiza a conscientização como um eixo central tanto da concepção freiriana quanto feminista. Em ambas teorias, a educação reconhece a importância de uma leitura profunda da realidade que cerca mulheres e homens. Contudo, é preciso lembrar que bastante interpretado numa perspectiva psicológica e individualista, o princípio da conscientização pressupõe não uma simples tomada de consciência. Muito pelo contrário. Diz respeito a uma superação da esfera espontânea da percepção da realidade e pressupõe a inserção crítica na história, que se realiza em um processo de ação-reflexão-ação. Sem essa dinâmica, a qual Freire (2018) conceitua como práxis autêntica, torna-se impossível a superação da contradição opressora-oprimida.

Nesse sentido, a ação-reflexão-ação trata-se de uma dinâmica, sobretudo, coletiva. Assim, ao contrário do individualismo proposto pelo modelo capitalista econômico, a Educação Popular resgata o conceito da coletividade. Brandão (2015), particularmente, disserta sobre como a partir de uma divisão social do trabalho o saber passou a ser fragmentado. É nessa

⁹³ Refere-se à ideia de que há uma ética baseada na solidariedade, na coesão social e na manutenção das contradições que se contrapõe à ética burguesa (CORREA, 1994).

perspectiva que Freire (2018) resgata a importância da busca pela intersubjetividade, uma vez que para o autor, não podemos falar em uma autolibertação, tampouco, nutrirmos a ideia de que a libertação seja um processo realizado de umas para com as outras.

A ação-reflexão-ação, inserida num contexto de práxis autêntica, por sua vez, requer coerência daquelas que almejam uma nova ordem mundial. Não há como requerer uma pedagogia da oprimida cuja liberdade desponte pela metade. É preciso que, de fato, exista, dentro das práticas educativas libertárias, o desabrochar de uma mulher nova. Um esforço coletivo de mudança, caso contrário, as pedagogias serão farsas. Nessa perspectiva, o reconhecimento da condição de oprimida/opressora exige radical transformação da realidade concreta, pressupõe objetivação.

Dessa forma, apoiada na teoria da aprendizagem de Vygotsky, Gohn (2011) chama atenção para a concretude da aprendizagem nos movimentos populares, uma vez que as práticas pedagógicas educativas encontram um sentido real na vida dos grupos sociais. Conforme a autora, o conhecimento adquirido nessas organizações é múltiplo e pode ser resumido da seguinte maneira: aprendizagem prática; aprendizagem teórica; aprendizagem técnica instrumental; aprendizagem política; aprendizagem cultural; aprendizagem linguística; aprendizagem sobre a economia; aprendizagem simbólica; aprendizagem social; aprendizagem cognitiva; aprendizagem reflexiva e aprendizagem ética.

Historicamente, embora tenha passado por três momentos distintos⁹⁴, influenciada quer pelas práticas educativas Anarquistas e Comunistas (entre 1889 até 1930), quer por uma tendência socialista, liberal e cristã (disseminada na década de 50, sobretudo, por Paulo Freire), a Educação Popular consolida-se na década de 60 (período marcado pelo golpe militar, bem como pelo estabelecimento do Projeto da Modernidade Brasileira). Nessa perspectiva, o debate da Educação Popular em torno de uma ressignificação da vida, segundo Paludo (2015), eclodiu, diante do que a educadora conceitua como o “quarto tipo de dominação” dos países latino-americanos, quando o mundo assistia à emergência de uma nova ordem internacional, criada com o objetivo de solucionar a crise em torno da economia capitalista.

À América-Latina a imposição do modelo neoliberal, mediante Políticas de Ajustes Estatais (PAEs) e reformas do Estado, dirigidas pelos Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como pelo Banco Mundial (BM), criou sociedades notadamente desiguais. Em tal período, presenciou-se uma forte oposição entre a

⁹⁴ Conf. em Paludo, Conceição (2015).

Escola Pública Estatal, analisada pelas Teorias Crítico-Reprodutivistas enquanto aparelho ideológico de reprodução da ordem capitalista, e a Educação Popular.

Nascida das ideias de Paulo Freire, a Educação Popular (EP), tal qual como hoje a conhecemos, fundamenta-se nas experiências latino-americanas e dos movimentos sociais brasileiros, portanto congrega valores e problemas decorrentes, especificamente, do processo histórico que envolve a realidade dos denominados subdesenvolvidos. Contudo, a ideia de uma educação popular não deve ser compreendida como “cursos para o povo” ou “oficinas para mulheres pobres”, como declara Silva (2010), mas sim, como uma concepção pedagógica sedimentada num ideário educacional voltado para práticas sociais, com o objetivo de formar sujeitas autônomas, críticas e criativas, mobilizadas pela transformação social. Dessa maneira, segundo Brandão e Assumpção (2009), a utopia que anima a pedagogia popular é fazer vir à tona um saber enraizado na cultura do povo, que parte de baixo, da própria sociedade.

Pela primeira vez surge a proposta de uma educação que é popular não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses prematuramente excluídos da escola seriada, mas porque o que ela “ensina” vincula-se organicamente à possibilidade de criação de um saber popular, por meio da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p.32)

Assim sendo, a pedagogia feminista aproxima-se, com efeito, da pedagogia popular, principalmente porque ambas apontam para “as necessidades de transformações estruturais, tanto no campo econômico como cultural e veem a ação político-educativa como um processo” (SILVA, 2010, p. 15). No entanto, se distancia uma vez que, embora centrada nas experiências cotidianas e da cultura popular, a EP, não reconhecia as contradições de gênero, “no máximo, enxergava a questão como um problema das mulheres” visão essa, “traduzida na criação de departamentos, secretarias, comissões e programas das mulheres nas organizações populares e entidades de apoio” (CARREIRA, 2001, p. 72).

Isso posto, vale lembrar que nos anos de 1970, a EP estava inserida principalmente nas organizações de assessoria e nos setores progressistas da Igreja Católica, que apoiavam, estimulavam e acolhiam os movimentos populares em suas lutas pela melhoria das condições de vida. Contudo, o grande número de mulheres inseridas nesses movimentos, desestruturou algumas práticas da EP, que estavam marcadas, segundo Carreira (2001), predominantemente por uma visão classista dos conflitos sociais. É a partir dessa demanda, portanto, que surgem diversas organizações de apoio a mulheres populares.

Em suas reminiscências, Magaly Piñeda (1987), rememora o que costumava ouvir de alguma lideranças dos movimentos populares quando, juntamente com outras mulheres,

tentavam inserir as questões de gênero no debate sobre a emancipação “você só se interessa pelo sexo [...] que necessidade têm as mulheres de estarem sempre se tocando?”. Segundo a autora, a resistência às questões de gênero estava, sobretudo, atrelada ao fantasma da “libertinagem sexual”, tradução essa, feita por muitos educadores populares os quais, sob o entendimento de que sexualidade tratava-se de uma questão privada, não política, contribuíram, em grande medida, com a falta de uma discussão aprofundada das opressões vivenciadas pelas mulheres.

Para Piñeda (1987), a invisibilização dos debates sobre a opressão de gênero na EP é alimentada tanto pela “neutralidade” dos discursos do educador popular, quanto, conforme Claudia Korol (2007), pelo conservadorismo que envolvia as organizações populares revolucionárias, que impunha seus códigos morais nas relações pessoais, da mesma forma que construía hierarquias e ordenava condutas. Korol (2007) relembra que o lançamento do livro “Educação como prática da liberdade (1967), de Paulo Freire, e posteriormente, “A Pedagogia do Oprimido (1983) fomentaram debates sobre o surgimento de um possível “homem novo”, e embora muitos sustentassem a ideia de que “homens livres”, incluíam mulheres livres, a educadora chamou atenção não somente para o sexismo presente nos textos do sociólogo, mas também, para os princípios iluministas⁹⁵ que cercaram muitas das ideias defendidas por ele.

Desse modo, a crítica feminista à educação popular recai sobre algumas bases do marxismo clássico, que, conforme Carreira (2001), referenciam, exclusivamente, o economicismo. Esse, por sua vez, vincula todos os conflitos sociais ao debate de classes, legitimando a luta econômica como motor das transformações políticas. Contudo, para as feministas, tal análise soa insuficiente, uma vez que as relações de gênero reverberam, também, nas relações sociais e políticas. Diante dessa tensão, Korol (2007) ironiza:

A “sociedade de homens livres” que propusera Marx, seria o coração de nossas lutas, e se realizaria depois de ‘A REVOLUÇÃO’, da vitória final dos pobres do mundo, dos trabalhadores, dos explorados, dos oprimidos [...]. Depois da libertação dos oprimidos, talvez poderíamos pensar na emancipação das oprimidas (KOROL, 2007, p. 10, tradução nossa)⁹⁶.

⁹⁵ O iluminismo, para Korol (2007, p. 12), trata-se de uma concepção e uma metodologia que “reforça a alienação daqueles os quais se supõe que habitam na escuridão e ignorância, desvalorizando saberes”.

⁹⁶ Texto original: “La ‘sociedad de hombres libres’ que Marx había propuesto, sería el corazón de nuestras luchas y tendría lugar después de ‘LA REVOLUCIÓN’, de la victoria final de los pobres del mundo, de los trabajadores, de los explotados, de los oprimidos [...] Después de la liberación de los oprimidos, tal vez podríamos pensar en la emancipación de las oprimidas”.

Korol (2007) compreende, pois, que o economicismo, o determinismo e a subestimação da subjetividade na transformação histórica, agem como mecanismos funcionais para a perpetuação de uma cultura patriarcal. Dessa forma, na contramão de uma emancipação que abarca, exclusivamente, a relação com o mundo exterior, a pedagogia feminista passa a considerar o processo de constituição das sujeitas como dependentes, também, de transformações interiores. Portanto, para Carreira (2001), a relação de aprendizagem no feminismo deve envolver três elementos: 1) o mundo objetivo das coisas; 2) o mundo social das normas e 3) o mundo subjetivo das vivências sociais. À vista disso, a ação educativa é reconhecida como um caminho privilegiado de construção de identidades individuais e coletivas⁹⁷, a partir das experiências das mulheres. Nessa perspectiva, segundo Taciana Gouveia e Ana Paula Portella (1998), as dimensões micro e macrossociais são articuladas.

Vale notabilizar aqui, que enquanto o marxismo busca a eliminação do outro, no caso, a burguesia pela classe trabalhadora, para o movimento feminista, na relação entre homens e mulheres o antagonismo não se constitui como eliminatório. Pelo contrário, Carreira (2001) afirma que o feminismo exige a noção de ‘alteridade’. Essa, deve estar atrelada às noções de autonomia e heteronomia para que conflitos sociais e políticos possam ser encarados.

É nesse sentido que Muraca (2015) questiona a nítida divisão entre opressoras e oprimidas e mais: a própria noção de opressão. A autora, juntamente com outras feministas, aponta para os riscos da fixação da consciência, que, “depois de ter reconhecido o negativo, lhe permanece ligada, vinculando a ele cada representação de si e transformando-o em princípio único de identificação e qualidade existencial capaz de homologar sujeitos diferentes” (MURACA, 2015, p. 48).

Ainda, é possível afirmar que a pedagogia feminista não somente repensa a pedagogia popular, na medida em que traz para o centro de suas práticas a desigualdade de gênero, contudo, uma vez sendo questionada por muitos setores da EP, sobre a origem classe média de muitas participantes, assume uma atuação, também, interclassista. Para Piñeda (1987), ao mesmo tempo em que buscaram pontos comuns que impulsionaram uma marcha coletiva, as feministas tiveram demasiada coragem ao visibilizarem as diferenças.

Além de que, de acordo com Piñeda (1987), conflitos em torno da divisão entre populares e intelectuais emergiram, igualmente, no seio das tensões entre educação popular e a pedagogia feminista. Nesse sentido, enquanto esta mantinha o diálogo com a academia, com base na visão de que a teoria e prática feminista deveriam se nutrir constantemente, aquela

⁹⁷ Conf. ainda, Freire (2018).

permanecia crítica à produção acadêmica, ao passo que supervalorizava a prática enquanto categoria de sua metodologia de trabalho. Para bell hooks (2013), a teoria poder ser terapêutica, um local de cura, no sentido de que por meio dela, uma nova narrativa pode ser construída.

Isso posto, Korol (2007) recorda que o próprio Freire, numa reflexão autocrítica, apontou os limites e fragilidades de suas ideias, de modo que mais adiante, em “Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido” (2011), o educador refletiu acerca do sexismo presente em seus discursos. Sobre as críticas recebidas por muitas feministas, ao longo dos anos, Freire (2011) refletiu: “Como explicar, a não ser ideologicamente, a regra segundo a qual se há duzentas mulheres numa sala e só, um homem devo dizer: ‘Eles são todos trabalhadores?’. Isto não é, na verdade, um problema gramatical, mas ideológico” (FREIRE, 2011, p. 91).

Evidente que não se deseja, aqui, negar as contribuições freirianas e sobretudo, a influência que exerceram e exercem sobre as pedagogias feministas. Pelo contrário. Trata-se muito mais de ampliar o olhar da EP sobre as dinâmicas de opressão e dominação que cercam os homens, mas também as mulheres, de forma bastante específica. Nessa perspectiva, sobre Freire, a educação popular, a pedagogia feminista, mulheres e homens em busca da liberdade, Korol (2007) afirma:

Pessoalmente, sigo apaixonada por aquela busca [...] de Freire, que concebia a educação como ‘prática da liberdade’ [...]. A ‘prática da liberdade’ não se limita, assim, a um discurso contra as formas opressivas e repressivas do Estado burguês e patriarcal, de suas instituições de produção da cultura capitalista, androcêntrica, colonizadora. É sobre toda a possibilidade de um exercício de luta material e também subjetiva contra a alienação, contra a mercantilização das nossas vidas, a privatização de nossos desejos, a domesticação dos nossos corpos, a negação sistemática de nossos sonhos, a mutilação de nossas rebeldias, a invisibilização de nossas pegadas, o silenciamento de nossas palavras, e a explícita repressão de nossos atos subversivos [...]. É nessa perspectiva que vamos buscando chaves de uma pedagogia popular feminista (KOROL, 2007, p. 16-17, tradução nossa)⁹⁸.

Com efeito, a expressão utilizada por Korol (2007) é bastante assertiva e resume bem o espírito de nossas lutas: “pedagogia popular feminista”. Dessa forma, uma vez que para o feminismo, as práticas educativas estão situadas não como um limite, mas como uma abertura,

⁹⁸ Texto original: “Personalmente, sigo enamorada de aquella búsqueda [...] de Freire, que concebía a la educación como ‘práctica de la libertad’ [...]. La “práctica de la libertad” no se limitaría así a un discurso contra las formas opresivas y represivas del Estado burgués y patriarcal, de sus instituciones de reproducción de la cultura capitalista, androcéntrica, colonizadora. Es sobre todo la posibilidad de un ejercicio de lucha material y también subjetiva contra la enajenación, contra la mercantilización de nuestras vidas, la privatización de nuestros deseos, la domesticación de nuestros cuerpos, la negación sistemática de nuestros sueños, la mutilación de nuestras rebeldías, la invisibilización de nuestras huellas, el silenciamiento de nuestra palabra, y la desembozada represión de nuestros actos subversivos [...] Es en esa perspectiva que vamos buscando claves de una pedagogía popular feminista”.

desejamos uma pedagogia não somente dos oprimidos, mas das oprimidas, também, por uma cultura capitalista, patriarcal, racista, homofóbica, imperialista, violenta.

Por fim, assim como bell hooks (2013) e ao contrário de muitas pensadoras inseridas no feminismo que fazem uma nítida separação entre o trabalho da pedagogia feminista e o pensamento de Paulo Freire, seguimos acreditando que ambas se tratam de experiências convergentes. Nessa perspectiva, compreendemos que a Educação Popular afirma nosso direito de resistência e existência, enquanto mulheres.



Imagem 7: Reunião de preparação para Marcha das Margaridas. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

3. POR UMA PEDAGOGIA FEMINISTA... ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES: os pressupostos das práticas educativas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres na cidade de Recife

Ao longo dos capítulos anteriores, apresentamos o contexto de emergência internacional e nacional da Marcha Mundial das Mulheres, bem como de que forma as práticas pedagógicas populares e feministas têm contribuído para a consolidação dos movimentos sociais inseridos no campo dos feminismos, de modo geral. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a educação é parte constitutiva dessas organizações e frentes de lutas, e, mais especificamente, no que tange à Marcha Mundial das Mulheres, trata-se, também, de um eixo identitário.

Sendo assim, a partir deste capítulo, buscamos compreender as práticas pedagógicas feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, agora na cidade do Recife, por meio da observação participante e de entrevistas narrativas realizadas com cinco lideranças do movimento. Dessa maneira, orientadas pelas Teorias Feministas, bem como pelos legados da Pedagogia Feminista e da Educação Popular, mergulhamos num universo que mistura o feminismo a um processo educativo incessante.

Ainda, vale ressaltar que o cotidiano do movimento, o qual de forma sucinta buscamos sistematizar localmente, é o espaço temporal desta investigação. Foi o dia a dia da Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, que contribuiu para a compreensão da análise aqui realizada. É nele que a educação se manifesta e, é a partir desse reconhecimento que buscamos apontar as práticas pedagógicas feministas como estratégia para a construção de uma sociedade livre da opressão patriarcal.

3.1 Nós somos as mulheres da Marcha Mundial! – militantes têm nomes, rostos e histórias

Cadeiras em círculo. Bandeiras, livros, revistas no chão. É reunião da Marcha Mundial das Mulheres, em Recife. Provavelmente, no Movimento de Trabalhadoras Cristãs (MTC) ou no Armazém do Campo. Uma companheira lembra “*vamos fazer uma rodada de apresentação*”. Automaticamente, surgem latas, um pandeiro e entoa-se alguma canção: *ô rosa, roseira/ ô rosa, roseirá/ menina, abre essa roda/ que o coco vai começar/ Eu vou chamar a _____* (fala-se o nome da militante que se encontra à esquerda, de preferência, para se começar bem, como costumam dizer as mulheres)/ *para se apresentar*.



Imagem 8: Reunião na Comunidade Palha de Arroz. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <http://web.facebook.com/mmmp/>. Acesso em: 09/01/2020.

Deixemos, então, que falem as mulheres. Que digam quem são. De onde vêm. Que dores sentem. De que lugar falam. São cinco, como mencionado anteriormente. Diversas entre si. Lideranças da Marcha Mundial das Mulheres, na cidade do Recife, atuam no movimento há algum tempo. Foram elas que escreveram comigo esta dissertação, evidentemente que cada uma à sua maneira, com seus saberes, olhares e contribuições. Sendo elas sujeitas situadas, vale lembrar, o conhecimento aqui produzido reflete não somente perspectivas particulares, mas, sobretudo, como o gênero, consubstanciado à classe e raça situam as pessoas que conhecem (GRAF, 2012).

A primeira delas, Marize Ferre, tem 58 anos. É moradora da Bomba do Hemetério, laboratorista pela manhã em Olinda, e à tarde em Jaboatão. Nos encontramos durante o intervalo de um expediente para o outro, na Palha de Arroz, local onde a MMM realiza ações sistemáticas em parceria com as moradoras da comunidade. A militante, sempre muito disposta e com uma inquietação que lhe é peculiar, contou em entrevista que durante muitos anos trabalhou em posto de saúde, atendendo pacientes com hanseníase, mas que começou sua militância na Vila das Pedreiras: “Foi lá que comecei a militância, a trabalhar em comunidades, nas favelas. Lá dentro mesmo. Com as mulheres” (Marize FERRE).

Marize afirmou que sempre foi muito engajada em lutas sociais, mas que o feminismo veio através da Marcha Mundial das Mulheres: “Porque eu fazia esse trabalho, mas não tinha essa palavra feminista” (Marize FERRE, em entrevista). Em suas visitas às comunidades, era

comum encontrar mulheres vítimas de violência. Dessa maneira, com o intuito de poder ajudar de alguma forma, a militante tentava encontrar meios de se aproximar. A metodologia usada, segundo Marize Ferre, vinha da informalidade, um convite para tomar uma cervejinha era sempre uma boa maneira de aprofundar um diálogo: “Hoje em dia pra mim é mais fácil, né? Através da Marcha conversar com as mulheres. Num tenho, assim, a experiência como as meninas que estão há muito tempo na Marcha, mas eu faço da minha forma” (Marize FERRE, em entrevista).

Dentre as “meninas” que estão há muito tempo na Marcha Mundial das Mulheres, mencionadas por Marize Ferre, estão Sheila e Shirley Samico, as gêmeas, como costumam ser reconhecidas. Hoje, talvez, as maiores lideranças do movimento em Recife. Digo hoje, porque as mulheres estão sempre se alternando, quanto à dirigência da MMM. Contudo, não por questões burocráticas, senão porque todas elas precisam trabalhar em outros setores que não favorecem a articulação entre trabalho e movimento social. Dessa forma, quem tem mais disponibilidade, ainda que não seja esse um critério exclusivo, acaba se engajando em maior intensidade na organização.

Meu encontro com Sheila Samico aconteceu entre uma agenda e outra, portanto o fator tempo conduziu um pouco a entrevista. Sempre bem-humorada, Samico tem 33 anos, e milita na Marcha Mundial das Mulheres desde 2014. É mulher negra, pobre, mas teve oportunidade de estudar em colégio privado, através de uma bolsa que, segundo ela, “foi fundamental, né, pra passar na Universidade Federal” (Sheila SAMICO, em entrevista). É formada em Ciências Econômicas e trabalha no setor privado, “na área de livre comércio”, informou entre risos de quem se sabe explorada pelo capitalismo. Para Sheila Samico, é na MMM que se encontram suas relações de amizade e de “construção de lutas e de todos os engajamentos que dão muito sentido, assim, a minha vida” (Sheila SAMICO, em entrevista).

Foi através de sua irmã e por meio de suas amigas assistentes sociais que Sheila Samico se aproximou do feminismo e, conseqüentemente, da Marcha Mundial das Mulheres. A militante afirmou que “tinha noção do que era ser independente, da necessidade da autonomia, né, de trabalhar, de ter meu dinheiro, mas assim, não tinha noção desse feminismo, de ser feminista” (Sheila SAMICO, em entrevista). A ativista relatou que a partir do contato com o feminismo, passou a perceber como a opressão de gênero marcava o seu cotidiano:

[...] quando eu chegava em casa, no quartinho que eu morava, era a mulher que fazia as comidas todas da casa, mesmo quando o homem tava o dia todo em casa. Ela tinha que tirar e botar o prato dele na mesa. E eu passei a me incomodar, né, com essas situações, e aí, eu... foi quando eu passei a refletir sobre o feminismo, comecei a compreender, estudar, e até a trazer também um pouco pro campo da universidade [...]

porque todos os exemplos da microeconomia e macroeconomia é todo de homem [...] Hoje eu ainda tenho essa noção de que eram homens e brancos e heterossexuais (Sheila SAMICO, em entrevista).

Já a sua irmã, Shirley Samico, é assistente social por formação, com mestrado em antropologia. Atualmente trabalha na gestão pública, na política de assistência social da rede estadual. Para além da dimensão profissional, ela se reconhece enquanto militante: “Sou militante da Marcha Mundial das Mulheres, sou militante do PT, é... e engajada, também, em outros movimentos, né, como o Conselho da Assistência, Conselho de Políticas sobre Drogas, o CRESS⁹⁹, né, que agora a gente tá construindo uma chapa” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Shirley Samico explicou o quanto tem sido difícil equilibrar, dentro do contexto de militância, sua vida pessoal e familiar. Segundo a ativista, “até Lula ser livre¹⁰⁰, a gente não consegue, né, ter muitos espaços pra isso, a dosagem está sendo mais da militância” (Shirley SAMICO, em entrevista). Para ela, que é nascida em Paulista, “cidade muito provinciana em termo de discussão e acesso ao capital cultural” (Shirley SAMICO, em entrevista), foi a universidade pública que permitiu a introdução a debates políticos e a compreensão da necessidade de organização:

A gente começou a fazer esse processo de discussão, né, das mulheres, do papel das mulheres, as mulheres nos estudos, as mulheres no mercado de trabalho, e começou também a ter acesso a leituras... e foi, aí, que eu comecei a questionar, né, tudo aquilo que eu, quando olhava pra trás, tavam minhas amigas, tudo casada, com vários filhos, muito novas, sem trabalhar [...] foi quando eu comecei a ver que não... não é isso, né, que eu queria pra minha vida. E conhecer o feminismo me ajudou nesse processo de compreensão mais ampla, dimensionar essa questão do poder que foi uma coisa que, assim... eu comecei a pontuar, né, e ver isso como tava na minha vida, como tava nos meus processos (Shirley SAMICO, em entrevista).

Com efeito, para muitas das ativistas da Marcha Mundial das Mulheres, foi através da universidade que a dimensão política da vida se revelou no cotidiano. Não aconteceu diferente com Elisa Lucena. “Vinte e nove anos, lésbica, feminista, socialista e organizada na Consulta Popular” (Elisa LUCENA, em entrevista), foi dessa forma que se descreveu a militante, advogada de formação e mestra em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi no espaço universitário onde, segundo ela, teve os primeiros contatos com o pensamento crítico, que a levou a experienciar um pouco de intervenções político-culturais no campo da própria faculdade, a vivenciar rapidamente o movimento estudantil, até se identificar com o Movimento das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), organização para a qual prestou

⁹⁹ Conselho Regional de Serviço Social.

¹⁰⁰ O ex-presidente Lula foi solto um dia após a entrevista ser concedida, em 08/11/2019.

assessoria jurídica e a quem atribuiu seus primeiros contatos com o feminismo, por meio de uma formação sobre teoria política, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)¹⁰¹:

[...] o olhar delas sobre o que é ser militante do Movimento Sem-Terra, mulher, e todo o enfrentamento contra o agronegócio, mas também enquanto mulher, foi o que... mexeu muito comido, assim, desde que eu voltei do curso, eu pensei em me organizar enquanto feminista. Foi esse perceber, assim, que ser advogada do MST não me... completava enquanto sujeito (Elisa LUCENA, em entrevista).

De acordo com Elisa Lucena, a escolha pela Marcha Mundial das Mulheres refere-se a uma deliberação política da Consulta Popular, pelo menos a nível local. Segundo a ativista, o MST e a MMM integram um mesmo campo político: o democrático-popular. Posteriormente, “vem a identificação, né, o fato de pautar o trabalho das mulheres, de pautar a vida material das mulheres, por ser posi... por ser bem posicionada politicamente, né, não titubear, de ter uma perspectiva coletiva da luta das mulheres, não individualista” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Semelhantemente a Elisa Lucena, Nathália Diórgenes também acessou a esfera mais política da vida através da universidade. Com 31 anos, a militante é assistente social e atualmente, faz doutorado em psicologia: “tô estudando aborto e racismo no sertão pernambucano, a partir do pensamento feminista negro é... estadunidense e brasileiro, e também decolonial” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Segundo Nathália Diórgenes, foram as estudantes de serviço social que a questionaram, pela primeira vez, sobre processos de organização política, numa recepção de calouras na universidade. Nessa perspectiva, dentre as diversas bandeiras que as veteranas exibiam, estava lá, a da Marcha Mundial das Mulheres. Para além da acolhida mencionada, a militante recordou, ainda, uma disciplina envolvendo família e relação de gênero na graduação de Serviço Social, disciplina essa, que a aproximou do feminismo marxista, “coincidentemente o feminismo da MMM, da Helena Hirata, da Safiotti” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista). Sobre seus primeiros contatos com o feminismo, Diórgenes memorizou: “Foi a primeira vez que tive contato. Eu não tinha... não tinha pensado antes, é... em mulheres que se organizavam para... Era um pensamento muito longe, assim, não é que eu não sabia que existia... Existia, né? Claro que eu sabia que existia! Mas era muito longe!” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Assim sendo, uma vez apresentadas as entrevistadas, enquanto sujeitas de gênero, entendendo os processos através dos quais as mulheres sintetizam suas vidas (CASTAÑEDA, 2008), sigamos na compreensão de como as práticas pedagógico-feministas têm se revelado

¹⁰¹ Centro de Educação e Formação política, construído pelo MST.

como estratégias de libertação. Nessa perspectiva, consoante ao posicionamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade (2004), constroem esta dissertação “mulheres em marcha contra a opressão a que são submetidas” (CARTA MUNDIAL DE LAS MUJERES PARA LA HUMANIDAD, 2004 *apud* MARCHA MUNDIAL DE LAS MUREJERES, 2008)

3.2 É feminismo! É radical! Em Pernambuco somos Marcha Mundial - O local do transnacional: histórico, tensões, refazimentos

A emergência da Marcha Mundial das Mulheres, enquanto movimento social, no estado, ainda é fonte de muita imprecisão, ora porque o movimento surgiu a partir de um processo organizativo, ora porque não apresenta uma espécie de marco inaugurativo. Nesse sentido, ainda que de forma superficial, buscamos, a nível estadual, localizar a construção da MMM – PE, cujo surgimento remonta à Primeira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, ainda nos anos 2000, momento esse, em que o movimento feminista pernambucano, de modo geral, garantiu engajamento na construção, bem como participação na Marcha das Margaridas¹⁰².

Nessa perspectiva, ao se constituir como um movimento social permanente, a Marcha Mundial das Mulheres acabou dividindo a opinião das feministas pernambucanas. Algumas delas, decidiram continuar militando no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE)¹⁰³, enquanto outras, já não se identificavam mais com a maneira que o FMPE vinha conduzindo seus processos no estado, desse modo, optaram por se engajar na MMM.

Sobre as primeiras militantes de Pernambuco, sabe-se que eram, sobretudo, mulheres envolvidas em partidos, sindicatos, associações ou inseridas nas lutas dos bairros (mulheres de base), fato esse, que as tornavam plurais diante daquela conjuntura, que agregava em sua maioria, mulheres acadêmicas ou, exclusivamente, partidárias. Ainda, é possível afirmar que foi quase uníssona a referência à militante Andrea Butto¹⁰⁴, como uma das primeiras articuladoras da Marcha Mundial das Mulheres, no estado pernambucano.

¹⁰² Ver 2.5.3 desta dissertação.

¹⁰³ O Fórum de Mulheres de Pernambuco é um movimento feminista fundado em 1988, vinculado à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). É comum as militantes feministas se referirem ao FMPE como um dos primeiros movimentos feministas do estado: “Todas as mulheres eram Fórum”, dizem elas, ao mencionarem a tensão provocada no feminismo pernambucano com surgimento da Marcha Mundial das Mulheres.

¹⁰⁴ Andrea Butto é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Trata-se de uma grande feminista, reconhecida estadual e nacionalmente. Butto é militante da Marcha Mundial das Mulheres e Filiada ao PT. Chegou a desenvolver projetos voltados para as mulheres quando esteve engajada na Secretaria de Mulheres do Recife e no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Dessa forma, insatisfeitas com todo o processo de ONGuização e de atuação do feminismo pernambucano na esfera da ONU, as primeiras militantes de Pernambuco voltaram seus trabalhos para os bairros, onde passaram a dialogar sobre a pauta das mulheres, ao mesmo tempo em que buscavam identificar lideranças naqueles espaços. Assim sendo, à medida em que mobilizavam mulheres para Primeira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, já articulavam a possibilidade de tornar a MMM uma organização permanente, já teciam ali, a formação do movimento.

Os encontros nos quais dialogavam a construção da MMM aconteciam em sindicatos, na sede do PT, na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), nas diversas associações espalhadas pelos bairros do Recife. Muitas militantes se referem àquelas reuniões como bastante agregadoras. Discutia-se, com frequência, a temática da violência contra mulher (nessa perspectiva, os diálogos giravam em torno da possibilidade de uma implementação de lei, sobretudo, mais eficaz), bem como debatia-se, ainda, acerca da participação política das mulheres.

Nas mídias, um movimento feminista novo era anunciado, um movimento internacional. A Marcha Mundial das Mulheres ganhava destaque com suas cores, sua irreverência, sua batucada. Conseqüentemente, as mulheres pernambucanas passaram a se enxergar também nesse processo, enquanto feministas da MMM, enquanto marchantes:

Eu lembro que teve um ato que a Marcha saiu no jornal [...] Lembro que todos os parentes da gente... eu não tava aqui não, mas ligando “olha, Shirley saiu no jornal, batendo lata”. Ninguém ligou pra dizer que foi maravilhoso não, que a luta feminista é maravilhosa. Não. Mas, é... deu um destaque legal (Sheila SAMICO).

Hoje, a Marcha Mundial das Mulheres se faz presente em cinco cidades de Pernambuco: Recife, Caruaru, Petrolina, Garanhuns e Paulista. Nos territórios mencionados, o movimento conta com núcleos organizativos, que são coordenados por militantes atuantes nessas regiões. Evidentemente que a força de atuação da organização não se manifesta de forma homogênea em todos esses lugares, uma vez que algumas variáveis precisam ser levadas em consideração¹⁰⁵, contudo é possível afirmar que, de modo geral, no atual momento, a MMM exerce uma grande influência política no contexto do feminismo pernambucano.

A priori, a formação de núcleos da MMM deu-se por questões territoriais. De fato, seria quase impossível agregar nos mesmos encontros, em ações e reuniões, mulheres da capital, do

¹⁰⁵ Algumas variáveis que precisam ser levadas em consideração: tempo de fundação do núcleo, possibilidades de articulação com outros movimentos sociais, disponibilidade das militantes.

agreste e do sertão pernambucano, pelo menos, de forma sistemática. No entanto, o entendimento acerca dos núcleos organizativos foi motivo de muitos desentendimentos para as militantes do movimento, e, em certa medida, de controvérsias. Em Pernambuco, havia ativistas que sustentavam a compreensão de que a multiplicação, a capilarização e a interiorização de núcleos, inclusive nas mesmas cidades, seria uma estratégia bastante assertiva para organização, posto que ampliaria a presença e a força política da MMM nos bairros, nas comunidades e de modo geral, no estado. Outras feministas, defendiam a ideia de que a multiplicação de núcleos sem critérios mínimos estabelecidos, fragilizaria a organicidade e a potência do movimento.

O fato é que uma vez constituídos, ainda que com bastante autonomia, os núcleos precisam, minimamente, se alicerçarem no feminismo advogado pela Marcha Mundial das Mulheres, respeitar os princípios do movimento, promover ações próprias ou articuladas a outras organizações de mesmo campo político, organizar-se em coordenação, por meio da escolha de duas mulheres que exerçam essa tarefa: “Os grupos participantes ativos devem aderir às metas e valores, os objetivos e planos de ação global da Marcha” (CONSTITUIÇÃO E ESTATUTO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 1998 *apud* MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008). Assim sendo, ao assumirem tal função, as militantes terão como responsabilidade constituir a Coordenação Estadual do movimento em Pernambuco, participando de debates e decisões num grupo de *WhatsApp* específico e de reuniões estaduais presenciais, reuniões essas, que mobilizam ativistas de todas as regiões onde a MMM se faz presente no estado.

Nesse sentido, é possível afirmar que a organização da Marcha Mundial das Mulheres assume uma dinâmica piramidal, uma vez que dentre as militantes da Coordenação Estadual, algumas são responsáveis pela comunicação com a Coordenação Nacional da MMM, que por sua vez se encarrega de articular o movimento internacionalmente. É dessa forma que, segundo a Constituição e Estatuto da Marcha Mundial das Mulheres (1998, *apud* Marcha Mundial de Las Mujeres, 2008), as demandas locais são transnacionadas dentro da organização.

Ainda, cabe ressaltar que o primeiro núcleo da Marcha Mundial das Mulheres, no estado de Pernambuco, foi constituído na cidade do Recife. Segundo Nathália Diórgenes, já por volta de 2007, a organização era estruturada pelas estudantes de serviço social, que articulavam a MMM ao movimento estudantil, bem como por militantes que levavam a pauta feminista para as periferias e associações, como alude a feminista.

Mais tarde, Nathália Diórgenes explicou que algumas estudantes de serviço social romperam oficialmente com a MMM. Algumas delas, porque se negavam a militar com as

companheiras que chamavam de “utilitaristas”, uma vez que essas, acabavam utilizando a organização em benefício próprio. A essa questão, Diórgenes prefere se referir enquanto a um problema não exclusivamente da MMM, mas de muitas organizações populares, de modo geral. Outras militantes, segundo ela, deixam o movimento por discordarem de alguns de seus posicionamentos, sobretudo, no que tangia à pauta da prostituição¹⁰⁶:

Acho que mais ou menos em 2008 e 2009, é quando as meninas rompem com a Marcha. Tem uma reunião no Laguinho da UFPE, que estão todas as meninas de Serviço Social, e aí, elas rompem oficialmente com a Marcha, por um problema local de organização [...], mas Natália vai romper mais com a Marcha porque não concorda com o debate da prostituição que a Marcha faz [...] Sai essa leva mas chega... chegamos outras. Eu, Priscilla, tinha outras meninas também, Gabi que veio pro lugar. Tinha Iasmin também, tinha umas meninas que orbitavam... sim, construíam, e as mulheres de base (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

É preciso evidenciar, nesta pesquisa, que o conceito de núcleo na Marcha Mundial das Mulheres é, relativamente, recente, e surge, de modo geral, com a ampliação do movimento. Há, por exemplo, militantes que utilizam o termo “comitês”. Ou seja, trata-se de uma questão pouco debatida dentro da organização.

A priori, em Recife, não existia a intenção de se estruturar a MMM em núcleos, uma vez que as militantes residiam na região metropolitana da cidade. Nesse sentido, as reuniões e encontros aconteciam, na maioria das vezes, na capital. A ideia de núcleo só vai surgir em Pernambuco com a necessidade de levar a Marcha Mundial das Mulheres para o Agreste pernambucano, mais especificamente, a Caruaru, posto que a distância geográfica se constituía num obstáculo para encontros e reuniões.

A verdade é que um problema o qual a princípio era enxergado exclusivamente do ponto de vista territorial, ao longo do tempo, suscitou outras reflexões que iam desde a necessidade de zelar pelo princípio da autonomia, pelo respeito da identidade de cada região, de cada grupo de mulheres até questionamentos, especificamente, políticos. Evidentemente que algumas tensões emergiram, sobretudo, quando aquilo que era apenas uma Marcha Mundial das Mulheres se transformou em dois núcleos na pequena cidade do Recife.

Segundo Nathália Diórgenes, a insatisfação existente na Marcha Mundial das Mulheres com algumas militantes se intensificou. Desse modo, em 2013, começa a se desenhar na MMM

¹⁰⁶ A Marcha Mundial das Mulheres se posiciona contra a legalização da prostituição, dentre diversos motivos, o movimento compreende que a prática não diz respeito a uma escolha individual, mas a um modelo de sistema que garante o acesso dos homens ao corpo das mulheres. Nessa perspectiva, a prostituição, enquanto sistema, está organizada por homens e para homens, uma vez que esses, se apropriam, em grande, parte do que as mulheres recebem.

uma ruptura. Conforme Diórgenes, feministas iam e vinham insatisfeitas, porque no interior do movimento havia projetos e concepções distintas acerca do feminismo. Nessa perspectiva, a ativista explicou que ela mesma lançou a ideia de constituir um outro núcleo em Recife, juntamente com outras companheiras, as quais havia articulado:

[...] converso com Nicole em 2013, pra gente montar outro núcleo, tá? Vamo, vamo, vamo... Só que sai a minha bolsa pra estudar em Salvador. Eu vou morar em Salvador, no segundo semestre de 2013, quando eu volto, o núcleo Soledad já tá fundado. Elas fundaram porque Nicole é da Consulta também [...] A ideia do “racha” realmente era minha, e eu tava tentando desenhar aliadas, e ela tava dizendo que tinham umas meninas da Consulta que queriam vir. Naquela época, eu não sabia o que era Consulta. Não mapeava esse tipo de coisa. E eu só queria realmente militar [...] (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

O núcleo Soledad, ao qual se refere Nathália Diórgenes, é o Soledad Barrett¹⁰⁷, fundado e coordenado pelas feministas advindas da Consulta Popular. Portanto, tal cenário aponta que para além de questões relacionais, a ruptura na MMM de 2013, ocorreu por delineamentos, também, políticos.

Contudo, ainda que fundado em 2013, o núcleo Soledad Barrett permaneceu sem ou quase nenhuma ação até o ano de 2015. Nessa perspectiva, a Militante Elisa Lucena explicou que embora não tenha sido a sua geração de militantes a responsável pela fundação do núcleo, foram elas, por outro lado, as ativistas mais contemporâneas, que deram organicidade ao Soledad Barret:

Aqui, o núcleo Soledad Barrett não foi a minha geração que fundou, né, já tinha uma experiência. Tava sem ação, né! [...] A gente tava sem organicidade. Aí, minha geração retoma. Retoma essa identidade [...] Tinham muitas... éramos... Estávamos em outros rolês, eu tava advogando pro movimento... eram mulheres que estavam em outras tarefas, né, e... que tinham saído do Levante¹⁰⁸, ou que enfim... Eu, Gleisa e Sil, acho que fomos nós três que começamos. Aí, a gente foi aproximando as mulheres que a gente conhecia, né. Enfim, eu considero uma experiência muito recente (Elisa LUCENA, em entrevista).

Agora, era sabido que oficialmente a MMM tinha dois núcleos na região metropolitana: o Soledad Barrett, com mulheres, majoritariamente, do campo político da Consulta Popular e o núcleo Recife, como eram chamadas as feministas que permaneceram ou não ingressaram naquela nova proposta que se desenhava, em sua maioria, petistas ou simplesmente, mulheres das esquerdas políticas. Contudo, vale ressaltar que, segundo Sheila Samico, “Recife” não havia

¹⁰⁷ O nome é uma homenagem a militante comunista Soledad Barrett. Vítima da traição de seu companheiro, Soledad Barrett foi assassinada pelas forças de segurança do Regime Militar em 1973, no episódio conhecido como o Massacre da Chácara São Bento.

¹⁰⁸ Levante Popular da Juventude.

sido um nome reivindicado pelas militantes que ficaram, no entanto, foi atribuído pelas ativistas que se foram, na tentativa de delimitarem, ali, grupos distintos.

O fato é que ao ser fundado um outro núcleo em Recife, fundou-se, também, um grande problema na MMM de Pernambuco, uma vez que o diálogo entre os núcleos Soledad Barrett e Recife, se tornou cada vez mais tenso. Dessa forma, a comunicação entre as feministas presentes nesses dois grupos emergiu, por vezes, ruidosa, a ponto de, com efeito, ambos os núcleos pensarem projetos distintos para um mesmo movimento: “foi muito conflito. Precisou a Nacional vir pra cá, pra tentar administrar, e que não foi tão... é... de sucesso, né, porque claro, uma coisa que é da gente, quem tem que resolver é a gente” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Nathália Diórgenes, hoje militante do núcleo Recife, relembrou, embora de forma vaga, que após o seu regresso de Salvador, foi convidada para compor o núcleo Soledad Barrett, portanto pôde experienciar os dois espaços políticos. A militante explicou que ainda que houvesse a tentativa de mostrar, pelo menos no plano discursivo, que a MMM estava se multiplicando ou até mesmo criando novas possibilidades de organização, o que havia, a princípio, era apenas um “racha”. Uma ruptura que tomou grandes proporções dentro do próprio feminismo pernambucano. Nesse sentido, era comum outras organizações questionarem as militantes por meio de perguntas como: “mas você é de que Marcha?” ou “Com que Marcha eu estou falando?¹⁰⁹”:

Não existia um núcleo antes. Existia um racha. O resto era Marcha. Essa coisa de núcleo Recife, ela é muito recente. Quando o Soledad funda um núcleo, elas fundam um problema [...] porque não era assim que a Marcha se organizava. A Marcha não se organiza em núcleos [...] a questão do núcleo era uma questão geográfica [...] Então, elas fundam um problema que ninguém sabia direito como lidar [...] (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Muitas tentativas para se retomar o diálogo entre os dois núcleos foram sendo arquitetadas, com o intuito de estabelecer, no contexto, certa unidade. Algumas ações unificadas foram motivos de grandes frustrações. Outras, a exemplo do III Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres, realizado em 2017, foram preponderantes não somente para a superação de obstáculos, contudo, mais do que isso, foram essenciais para orientar a MMM em seus próximos passos e reestruturá-la organizacionalmente. Desse modo, foi no III Encontro Estadual da MMM, que as militantes decidiram se organizar em coordenação, para que uma articulação mínima, entre os núcleos, pudesse ser estabelecida.

¹⁰⁹ Como a criação de um outro núcleo não partiu de um consenso, algumas feministas optavam por admitir publicamente que havia dois núcleos, enquanto outras, defendiam que a tensão vivenciada internamente na MMM não deveria se tornar pública.



Imagem 9: III Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco, em 10/09/2017. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

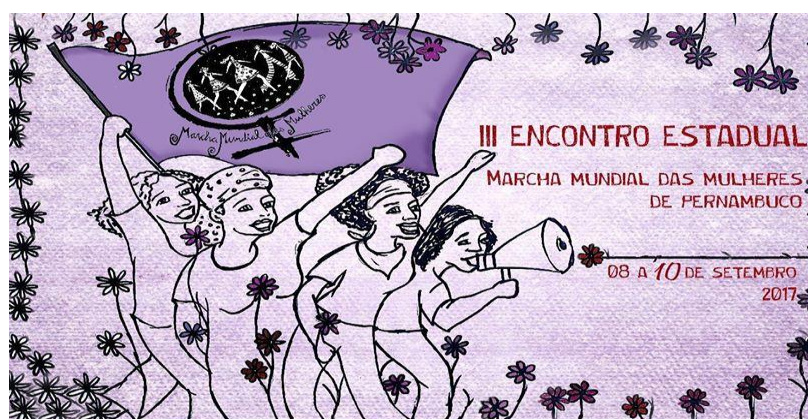


Imagem 10: Convite para o III Encontro Estadual da Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Dáí por diante, o caráter organizacional da MMM foi plenamente assumido, como se o movimento tivesse passado, de fato, por um processo de refazimento, na medida em que não somente reconheceu, bem como assumiu publicamente sua identidade, mas também quando se abriu para a construção de outros núcleos, a exemplo dos núcleos Garanhuns e Paulista. É nítido, pois, o amadurecimento da MMM em Recife, amadurecimento esse, talvez exigido pela atual conjuntura política do Brasil. Tal realidade, por sua vez, se irradia nas ações promovidas pelo movimento, no aumento de sua potência.

Alguns anos se passaram, e, hoje, Nathália Diórgenes olha para a trajetória da Marcha Mundial das Mulheres com a compreensão de que esse e outros impasses, que se avolumaram

no interior do movimento, no estado de Pernambuco, refletiram, em certa medida, a imaturidade, bem como o processo de crescimento de cada militante da organização: “Claro, aí são sujeitos que estão há 10 anos construindo isso, sem ninguém nunca chegar pra dizer como se organiza. A gente era muito nova. Há mais de dez anos atrás, doze anos atrás, né, a gente tinha vinte anos de idade” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista). Nessa perspectiva, o percurso sinuoso pelo qual trilhou a MMM foi capaz de revelar acertos, erros e possibilidades de mudança, por meio de um reconstruir-se:

Eu acho que quando o Soledad funda esse núcleo e esse problema político na Marcha, forçou uma outra organização. Eu acho que foi muito importante de certa forma, porque hoje, apesar dos pesares... nós estamos muito mais organizadas do que já fomos. [...] A gente tá se construindo como outros sujeitos (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

A legitimidade dos núcleos Recife e Soledad Barrett, hoje, é incontestável. Contudo, cabe ressaltar que ambos apresentam perfis bastante distintos de organicidade. Agem com certa autonomia, desenvolvem ações específicas e com frequência, compartilham de projetos comuns, afinal, as bandeiras de lutas desses dois grupos, a priori, são semelhantes: “A gente tá junta em alguns momentos, e, separadas em outros”, explicou Shirley Samico em entrevista. Para Nathália Diórgenes, em todo esse processo, houve uma disputa muito evidente, que é própria de qualquer movimento social. Legítima. Uma disputa que levou a MMM a um outro nível de organização: “um nível de organização que não é mais amador” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

3.2.1 Recife-Soledad: todos os dois eu acho uma coisa linda

Há um Capibaribe inteiro que divide (mas que também une) a Marcha Mundial das Mulheres em Recife. Com efeito, os dois núcleos apresentam dinâmicas bastante distintas entre si. Não só. É possível perceber que em ambos os núcleos, Recife e Soledad, circulam militantes com perfis diversos e que até mesmo a intencionalidade, bem como o direcionamento de suas ações apresentam compreensões plurais.

3.2.1.1 Núcleo Recife



Imagem 11: Reunião do núcleo Recife, na AMPAC, em setembro de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Assim sendo, caminemos por Recife. Não a cidade, mas o núcleo. Recife que foi obrigado a se repensar, reconstruir-se... Particularmente, gosto quando Shirley Samico sintetiza a metamorfose pela qual vem passando o núcleo: “a gente tá numa sintonia e numa capilaridade que isso diz tudo... talvez, uma mudança paradigmática e de práticas pedagógicas” (Shirley SAMICO, em entrevista).

De fato, depois de tanto relutar em se tornar núcleo, Recife foi obrigado a se reorganizar em frentes, em comissões, em acompanhamento de base: “a gente não tinha isso, explícito”, reconheceu Nathália Diórgenes. É nessa perspectiva que Marize Ferre, em entrevista, vislumbrou avanços, bem como delineou uma espécie de um “antes e depois” na MMM, que, efetivamente, mobilizou reformulação de processos estruturais e pedagógicos:

A gente começava as palestras. As reuniões. Mas não era como é hoje, né, mais transparente. A gente não frequentava as comunidades, né, é por isso que eu tinha esse problema, assim, com a Marcha. Era só mais reuniões. A gente não ia nas favelas. E eu sempre debatia isso. Por que a gente não faz reuniões nas favelas? [...] Não me lembro muito não, mas era mais parado. Hoje em dia eu frequento mais, né. A gente tem reuniões, onde a gente faz as pautas. Dividir, né? A gente divide os trabalhos. Antes, não (Marize FERRE, em entrevista).

De fato, o núcleo Recife experimenta de uma mudança paradigmática, que decorre por diversos fatores. Dentre eles, pode-se destacar que o núcleo passou a se estruturar de uma forma mais organizativa, por meio das comissões de finanças, formação e comunicação. Também,

porque cobrou das militantes engajamento. Nessa perspectiva, foi solicitado para cada feminista que se colocasse quanto ao espaço onde gostariam de vivenciar as ações do movimento, ou seja, por qual comunidade poderiam se responsabilizar: Palha de Arroz, Peixinhos ou Coque. Segundo Shirley Samico, o ideal seria que todas as militantes se envolvessem em todos os processos, contudo, como essa é uma realidade distante, precisaram se dividir. Entusiasmada, Shirley Samico explicou que essa nova forma de se estruturar, trata-se de um grande avanço dentro da organização: “antes era mais solto, a gente simplesmente ia” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Ainda, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo movimento, mais especificamente no que tange ao núcleo Recife, também têm se transformado ao longo da trajetória da Marcha Mundial das Mulheres. Nesse sentido, Shirley Samico refletiu sobre como toda essa mudança vem construindo relações mais horizontais dentro do grupo. Para a militante, hoje, a MMM é “muito maior e muito mais participativa... do que antes. Antes, eram poucas pessoas falando e hoje, a gente vê que muitas estão nesse processo. E elas falam, e elas têm ideias, tem ações [...] porque é tudo muito orgânico” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Portanto, cabe ressaltar que o alcance da MMM em Pernambuco se ampliou, porque ampliaram-se, também, os braços, o investimento nas articulações, a sistematização das ações. Nessa perspectiva, Sheila Samico explicou que enquanto núcleo Recife, a Marcha Mundial das Mulheres tem realizado trabalhos em Palha de Arroz, juntamente com o Centro Sabiá, na Associação de Mãe, Pai e Adolescente do Coque (AMPAC) e Peixinhos, no Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato. Em cada um desses espaços, as necessidades são diversas, logo, a estratégia de luta torna-se específica para cada realidade.

Há, também, outras parcerias mais pontuais realizadas pelo núcleo, a exemplo de sua participação nas atividades e reuniões do Grupo Mulher Maravilha (GMM), em ações promovidas pelo MTC, bem como com o movimento de grafiteiras Cores Femininas. Mais especificamente, no ano de 2019, o núcleo Recife esteve na organização, ainda que de forma tímida, do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia (CIFA) e participou ativamente da construção da Marcha das Margaridas. No mais, a MMM vem atuando em algumas audiências públicas¹¹⁰, no estado, bem como se fez presente em atos diversos, não somente em articulação com o movimento feminista pernambucano, mas em espaços mistos de luta pela democracia, pela saúde e previdência públicas.

¹¹⁰ A atuação ainda ocorre timidamente. Contudo, sempre que é convidado, o movimento tem ocupado também os espaços de audiências.

Sobre inserção em frentes de lutas mais amplas, cabe ressaltar a presença do núcleo Recife nas reuniões da Frente Brasil Popular (FBP), que não só em Pernambuco, mas nacionalmente trate-se de uma frente constituída por mais de 40 organizações e partidos. Ainda, a respeito dos espaços mistos, a MMM está inserida, recentemente, na construção do Comitê Lula Livre, iniciativa que reúne militantes, entidades e personalidades na defesa pela democracia brasileira. Sobre as experiências nessas duas plataformas, Sheila Samico fez avaliações distintas. Ela considerou que na FBP, as mulheres são bastante respeitadas, embora ainda sejam a minoria: “acho que é um ou outro movimento da juventude que vai mulheres” (Sheila SAMICO, em entrevista). Contudo, acerca do Comitê Lula Livre, a ativista, lamentavelmente, enxergou como “não tão saudável” a relação que é mantida no espaço:

[...] é que para além de movimentos que constroem e partidos, tem muita gente autônoma e muitos homens autônomos. Então, eles não têm respeito, nem compreensão do que é um movimento social, do que é movimento feminista, e acham que “tratorar” pelo machismo cotidiano é o comum [...] Então, a gente ainda tem muita dificuldade nesse comitê Lula Livre, mas também tamos construindo protagonismo nesses espaços e nos impondo, né, e pedindo respeito (Sheila SAMICO, em entrevista).

Ademais, o núcleo Recife compõe a Frente Nacional Pela Legalização e Descriminalização do Aborto, em Pernambuco. Trata-se de uma frente ampla, formada por diversos movimentos feministas e entidades atuantes na área da saúde. No Brasil, a frente apresenta uma série de limitações, visto que, no país, não existe um consenso no que tange a essa pauta. Contudo, o ano de 2019 trouxe um novo vigor para os movimentos feministas, de modo geral, que estiveram presentes no mês de agosto, em Brasília, numa plenária nacional com o objetivo de criar estratégias e unidade de luta.

Em entrevista, Nathália Diórgenes explicou sobre os balizamentos que o feminismo enfrenta para enraizar o debate do aborto na sociedade, segundo ela, a pedagogia adotada pelas organizações, por vezes, não gera uma empatia quanto à temática. Para a militante, não somente na Marcha Mundial das Mulheres, mas no movimento feminista, de modo geral, existe, simultaneamente, uma necessidade e dificuldade imensa de se discutir sobre aborto e todas as outras questões que decorrem a partir dessa pauta, portanto é preciso encontrar meios, na MMM, que viabilizem essa discussão, ainda muito frágil no movimento: “Eu profundamente acredito que se a gente não for dona do nosso corpo, a gente não vai ser dona de nada. Eu profundamente acredito que a criminalização do aborto é um dispositivo completamente patriarcal. Primário mesmo!” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Por fim, é preciso destacar que se há algo no núcleo Recife ileso a mudanças, certamente, está relacionado com o perfil das mulheres agregado pelo grupo. Com efeito, é um núcleo que consegue dialogar muito bem com mulheres jovens, adultas e mais velhas e, embora muitas das militantes sejam universitárias, trata-se, sobretudo, de um grupo cujo perfil é de mulheres populares, que se transformam e se educam por meio de um feminismo e de uma pedagogia popular.

3.2.1.2 Núcleo Soledad Barrett



Imagem 12: IV Escola Feminista, núcleo Soledad Barrett, no dia 07/12/2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Quando inicio minha militância na Marcha Mundial de Mulheres em Pernambuco, automaticamente, compocho o núcleo Recife. Sem estudo, sem análise, sem discernimento algum. Apenas entrei por uma porta que se abria à minha frente, e que até hoje, me traz amores e aperreios. Assim sendo, desconhecia a existência do Soledad Barrett. Na verdade, descobri esse outro núcleo da pior forma possível: em meio a tensões e diálogos exaustivos. Mas gostava muito das minhas companheiras (não tão distantes) de luta. Desejava, algum dia, poder sentar-me com elas.

Acredito que o “sentar-me” com o Soledad, chegou a mim por meio desta dissertação, posto que durante esta pesquisa, pude compartilhar de momentos diversos promovidos por esse grupo. Fui muito bem acolhida. Faço esse preâmbulo porque acredito ser fundamental me situar, também, enquanto núcleo. De fato, apenas desejo que o meu olhar tenha sido suficientemente sensível para captar a beleza das ações nesse outro espaço de luta. A propósito, a riqueza que é a MMM, de Recife.

Relativamente novo, o núcleo Soledad Barrett vem, ao longo dos anos, se reestruturando, não apenas no que concerne à sua organicidade, mas no que tange a seus objetivos. Nesse sentido, é possível afirmar que o amadurecimento da Marcha Mundial das Mulheres em Pernambuco atingiu, com efeito, também as mulheres que fazem parte desse grupo.

Contudo, para Elisa Lucena, o núcleo ainda tem muito o que amadurecer. Esse amadurecimento diz respeito, sobretudo, à projeção de uma maior intencionalidade nas suas ações. Nesse sentido, torna-se imprescindível, por exemplo, a construção de ações com propósitos mais organizados, definidos e intencionais:

[...] Mais recentemente, que a gente amadurece essa ideia de uma maior intencionalidade, de aprofundar o estudo sobre educação popular e trabalho de base, de aprofundar o debate de qual o sujeito principal do feminismo popular, que é a mulher da classe trabalhadora, né, a mulher popular dos bairros. A gente começa amadurecer nesse sentido (Elisa LUCENA, em entrevista).

Dessa forma, é possível afirmar que o núcleo Soledad Barrett experimenta também de um novo paradigma. Nessa perspectiva, outrora constituído por mulheres em sua maioria advindas dos campos universitários, mais jovens e liberais, é perceptível o esforço que vem fazendo o núcleo para fomentar um giro paradigmático em suas ações. Segundo Elisa Lucena, ainda que seja esse o perfil hegemônico do núcleo, hoje, existe no Soledad Barrett o entendimento de que é necessário ampliar o alcance do feminismo que constroem, de modo que as mulheres populares sejam atingidas, visto que devem ser elas o centro de suas pujanças:

[...] é esse perfil, mais... vamos dizer, o perfil ainda mais hegemônico do Soledad, né, mulheres universitárias, trabalhadoras liberais, enfim... não vamos dizer classe média, mas com um grau de escolaridade, jovens também e tal, não necessariamente esse perfil que a gente acha que deve ser nosso objetivo, né, de retomada... da reconstrução da esquerda, que são mulheres populares, enfim, domésticas, trabalhadoras informais, ambulantes, etc. (Elisa LUCENA, em entrevista).

Assim sendo, todo o esforço que vem fazendo o Soledad Barrett para se reconstituir enquanto núcleo, pode ser observado em como suas ações vêm se voltando para mulheres

populares, inseridas em bairros periféricos. Desse modo, é evidente o quanto o grupo vem priorizando não somente ações mais massivas, como também formulando atividades identitárias com o objetivo de consolidar uma base, construir uma organicidade.

Para Nathália Diórgenes, uma das características mais evidentes do núcleo, diz respeito a uma sistematicidade bastante aprofundada através da qual se organiza o Soledad Barrett. De fato, segundo Elisa Lucena, as experiências construídas pelas feministas da Consulta Popular em articulação com o MST, as encaminham para uma construção arquitetada sobre o tripé formação, organização e luta. Nesse sentido, conforme a militante, o núcleo se constitui por meio das comissões de formação, comunicação e finanças, bem como por meio de uma Secretaria Operativa: “é um grupo de companheiras com um pouco mais de disponibilidade de tempo para se preocupar se vai ter papel, se vai ter cadeira, se vai ter suco, e se preocupar com que as deliberações que a gente tirou no coletivo, sejam executadas” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Hoje, o núcleo Soledad Barrett desenvolve trabalhos de forma mais consolidada em Brasília Teimosa, por meio de uma articulação com as companheiras que compõem a Turma do Flau¹¹¹. Foi, sobretudo, com essas mulheres que o grupo articulou sua ida à Marcha das Margaridas em 2019. Ainda, o núcleo promove ações em Peixinhos, em parceria com a Associação Cultural Nação Mulambo, bem como se envolve com o projeto Movimenta Cine Clube, iniciativa promovida pela Frente Brasil Popular, frente essa, a qual o núcleo também constrói. Além de que, em entrevista, Elisa Lucena falou sobre a possibilidade de desenvolver atividades no bairro da Várzea: “a gente tá começando a pensar enquanto território” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Para além dos trabalhos de base, a Escola Feminista promovida pelo Soledad Barrett trata-se de um projeto que marca de forma muito singular a identidade do núcleo. Elisa Lucena lembrou que em seu primeiro ano, a escola contou com 500 inscrições online. Para a militante, em 2016, ano da fundação, o projeto havia assumido um perfil bastante agitado, levando em consideração a atual conjuntura de golpe. Contudo, o grupo, atualmente, vem repensando a proposta dessa ação com o intuito de transformar a escola numa iniciativa de caráter mais intencional:

[...] porque tem o caráter agitado, aí, vai duzentas mulheres, mas se organizam três. Então, pra gente que é um movimento social que não tem recurso, não tem

¹¹¹ O Centro Educacional Profissionalizante do Flau é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar as moradoras do bairro de Brasília Teimosa, através de um trabalho integral e processos participativos com crianças, jovens e famílias.

financiamento, é muito difícil você fazer um processo que gasta tanto dinheiro e não tem retorno pra luta, assim, pessoas se organizando... Claro que tem, né, eu acho que multiplica muito [...] Vejo muitas companheiras que não passaram a se organizar na Marcha, mas que mudaram seu trajeto [...] Mas a gente não quer só estudar pra ficar sabida. (Elisa LUCENA, em entrevista).

Efetivamente, não somente no Soledad Barrett, mas no núcleo Recife, os estudos só têm sentido inseridos na luta. Dessa forma, as práticas pedagógicas da Marcha Mundial das Mulheres apresentam explicitamente um caráter político bem delineado de um movimento que se propõe ser antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, uma vez que a organização busca articular os processos educativos a uma compreensão ampla de educação, respondendo, sobretudo, às demandas sociais (GOHN, 2019).

3.3 Sou feminista, não abro mão, do socialismo e da educação – A pedagogia feminista da MMM em Recife: práticas, avanços, desafios e rebatimentos

A educação feminista é um eixo central da Marcha Mundial das Mulheres, em Recife. No movimento, nada existe sem que se priorize a formação e tudo só acontece, por meio dela. As práticas pedagógicas são o princípio, o meio e o fim das ações e intenções, do projeto político, das construções e utopias, através das quais as mulheres são capazes de reescrever um mundo novo.

Foi também por meio da educação que as militantes, as quais constroem comigo esta pesquisa, mobilizaram-se em torno da luta feminista. Evidentemente, cada uma a sua maneira, em algum momento da vida, foi envolvida pelos processos educativos e convencida sobre a importância da educação (BRANDÃO, 2019). Na verdade, é muito mais do que isso: as ativistas compreenderam que era preciso ir adiante, inseridas num processo que envolve um eterno “se educando” em comunhão com outras e outras mulheres (FREIRE, 2018).

Nessa perspectiva, sendo um eixo central da Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, as militantes fazem um esforço imenso para que as práticas pedagógicas, de fato, sejam capazes de sensibilizar as mulheres que se envolvem nos processos educativos desenvolvidos pelo movimento. Contudo, como explicou Elisa Lucena durante a entrevista, não se trata de uma educação “nos moldes que tá aí”, ou seja, institucionalizada e que por vezes, reproduz circuitos de desigualdades. Na MMM, existe, sobretudo, a compreensão de que a pedagogia feminista precisa colaborar com o processo de entendimento acerca das bases materiais e das estruturas que arquitetam opressões, portanto seu direcionamento, permite estabelecer vínculos contra-hegemônicos e de resistência aos processos de produção de vida (PALUDO, 2015).

É diante desse contexto que Marize Ferre tem a compreensão de que as práticas pedagógicas feministas precisam estar atreladas às diversas realidades que se inserem as mulheres: “a gente não consegue entrar nas favelas simplesmente, né, conversando sobre política” (Marize FERRE, em entrevista). Ou seja, para a militante, as ações desenvolvidas pelo movimento precisam dialogar com as vidas que estão envolvidas em determinados processos educativos.

Nessa perspectiva, Marize Ferre lembrou uma atividade construída pela MMM, no Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato. Atividade essa, em que foi realizado um diálogo sobre a proposta de reforma da previdência, demandada pela própria comunidade, assim como, um grande mutirão de limpeza na horta. Ainda, como parte integrante do projeto, os muros do espaço foram grafitados com ilustrações que comunicavam os sentidos das mulheres que ali habitavam, dessa forma, a ação se construiu carregada de valores, culturas próprias e sentimentos herdados (GOHN, 2014). Segundo a ativista, a dimensão política, bem como material da práticas pedagógico-feministas deixam marcas ontológicas profundas “ficou marcado, né, na comunidade [...] fez uma diferença muito grande, lá no Condor” (Marize FERRE, em entrevista).



Imagem 13: Grafitagem de Muro no Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato, em agosto de 2018. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmppe/>. Acesso em: 09/01/2020.

No entanto, para Nathália Diórgenes, o giro paradigmático, hoje, evidenciado nas práticas pedagógicas desenvolvidas pela MMM, fez parte de um processo que envolveu muitos

erros e acertos: “Não que hoje seja o suprassumo da organização, mas [...] acho que a gente era muito amadora, na época, claro, na época a gente era muito nova [...] Mas era muito atuante também” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

A palavra atuante, trazida por Nathália Diórgenes sintetiza bem a militância da Marcha Mundial das Mulheres em Pernambuco: atuar ante as desigualdades, atuar ante a opressão, atuar ante a barbárie. Nesse sentido, o movimento não se exime de se posicionar diante dos desafios que a conjuntura traz, contudo, é preciso evidenciar que hoje, existe maior qualidade e organização na forma como as militantes têm conduzido seus processos educativos na cidade.

Segundo Nathália Diórgenes, a inserção da pauta racial na Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, viabilizou um processo de amadurecimento nos projetos educativos promovidos pela organização. De acordo com a militante, foi a abertura para o debate racial no movimento que construiu, em seu interior, possibilidades de diálogos mais reais e empáticos. Para ela, anteriormente, a pauta antirracista se aproximava muito mais de uma abstração na vida das mulheres:

Tinha o debate racial, assim: “ah, somos antirracistas, porque a Marcha ela é antirracista”. Entenda, eu não tô dizendo que as mulheres não se colocavam contra o racismo, não é isso que eu tô dizendo, até porque isso é da Marcha há muito tempo. Mas eu tô falando é de fazer o debate racial acontecer. De se reconhecer, né (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Ainda, conforme Nathália Diórgenes é bastante evidente como o formato dos processos educativos se modificam a partir do momento em que as feministas passaram a se perceber negras. Segundo ela, por volta de 2010, no Brasil, uma onda de reflexão acerca do cabelo crespo, motivou as militantes, gradualmente, a assumirem a estética crespa dos seus fios:

Esse debate foi levado até a mim pela minha orientadora. Ela foi a primeira pessoa a olhar pra minha cara e fez “não, porque uma jovem negra produzindo TCC¹¹² sobre aborto...”, ninguém tinha falado isso pra mim. Eu não achava que eu era negra [...] Chega na época que ela me disse isso, eu levei um choque. Aí, eu “como assim, jovem negra?” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Até aquele momento, de acordo com Nathália Diórgenes, o feminismo discutido no movimento era essencialmente marxista. Segundo ela, enquanto militantes, as feministas da MMM de Recife, que até então se debruçavam nos estudos sobre classe, passaram a ler sobre mulheres negras: “isso vai criando na gente, como corpo coletivo, uma identidade [...] Então, a

¹¹² Trabalho de Conclusão de Curso.

construção desse momento da Marcha é a construção do coletivo e como os sujeitos vão se identificando político-racialmente nesse processo” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Particularmente, fico bastante entusiasmada com a reflexão que Nathália Diórgenes, juntamente com as demais entrevistadas trouxeram para esta pesquisa, uma vez que, sendo a MMM um movimento que se aprofunda na pauta econômica, ao entrar em campo, considere encontrar apenas as categorias “feminismo”, “patriarcado” e “classe”. Com efeito, nas falas das entrevistadas, bem como nas observações participantes, fica evidente como raça tem sido uma categoria que vem ganhando espaço nos debates realizados pelo movimento, em articulação com as discussões sobre o capitalismo e o patriarcado. Desse modo, a pauta racial vem sendo introduzida numa perspectiva que possibilita a identificação com lutas e dores, bem como a articulação a outros marcadores e contextos nos quais as mulheres populares se veem inseridas. Para Nathália Diórgenes, nem sempre foi assim:

Eu entendo hoje porque Maria¹¹³ não se reivindica feminista, porque ela é uma mulher negra retinta, que não tinha nenhuma empatia com aquele feminismo [...] Então, tipo, é difícil prender a atenção das mulheres quando você faz uma linha do tempo da história do feminismo falando das sufragistas. Eu fiz muito isso. “Ah, a linha do tempo, começou: direito ao voto”, “porque Bertha Lutz...”, aí, botava uma foto de Bertha Lutz. As mulheres não se viam em Bertha Lutz. E eu comecei a prestar atenção naquilo. Velho, não é bem assim. Não é bem assim (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Enquanto pesquisadora, recordo, mais especificamente, de dois momentos em que pude, de fato, comprovar o que até agora foi pontuado pela militante Nathália Diórgenes. Um deles, ocorreu de forma mais sistematizada em Palha de Arroz, quando a Marcha Mundial das Mulheres provocou um debate sobre a mulher negra latino-americana e caribenha, em julho de 2019, na praça da comunidade e, ainda que debaixo de chuva e em certo momento, de pé, as mulheres estavam bastante atentas e dialogavam, intimamente, com aquilo que estava sendo colocado. Não somente dialogaram, contudo pediram para que outra conversa como aquela fosse viabilizada.

¹¹³ O nome da mulher a qual se refere Nathália Diórgenes foi alterado.



Imagem 14: Roda de Diálogo sobre a Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, na Comunidade Palha de Arroz, em julho de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020..



Imagem 15: Roda de Diálogo sobre a Mulher Negra, na Turma do Flau, em julho de 2019. Acervo: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020..

Em uma outra situação, presenciei, na Turma do Flau, uma atividade em que as mulheres vivenciaram uma experiência muito catártica. O debate promovido pelo movimento, inicialmente, não seria sobre questões raciais, no entanto uma das mulheres presentes trouxe a temática para roda de diálogo, fato esse, que gerou uma série de reações complexas e contraditórias: a priori, elas não queriam ser negras. Posteriormente, elas se reconheciam negras, bem como reconheciam como esse marcador agia concretamente em suas vidas. Elas sentiam muita necessidade de falar sobre isso.

Desse modo, para Nathália Diórgenes, o objetivo das pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres é proporcionar não somente a desconstrução do patriarcado, que, para ela, é um conceito extremamente importante e não deve ser abandonado, mas do racismo e capitalismo - de modo que exista uma qualificação no debate - tal qual propõe hooks (2013), ao compreender a necessidade de um processo político descolonizador que vise à destruição do “patriarcado capitalista de supremacia branca”. Nesse sentido, a militante Sheila Samico, compreende que o lema da MMM, “mudar a vida das mulheres para mudar o mundo e mudar o mundo para mudar a vida das mulheres”, concentra bem o propósito das práticas do movimento.

Assim sendo, Shirley Samico pontuou como é preponderante nos processos educativos desenvolvidos pela Marcha das Mulheres, a incorporação da perspectiva antissistêmica nas ações, nos diálogos, nas práticas. Dessa maneira, a militante defendeu a ideia de como o feminismo precisa questionar as bases materiais da opressão, entendimento esse, que foi compartilhado, também, por cada uma das feministas entrevistadas.

Acerca das pedagogias feministas desenvolvidas pelas Marcha Mundial das Mulheres, podemos afirmar que essas são diversas. Nesse sentido, rodas de diálogo, intervenções urbanas, lambe-lambe, panfletagem, batucada feminista, récitas, tornam-se meios de difundir “a palavra do feminismo na sociedade”, como brincou Nathália Diórgenes. Tais práticas, por vezes, vêm articuladas a outras atividades de caráter um pouco mais lúdico como bazares, oficinas, mutirões, grafitagem, lanches coletivos etc.



Imagem 16: Panfletagem contra a Reforma da Previdência, na Praça do Derby, em abril de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmppe/>. Acesso em: 09/01/2020..

De modo geral, tratam-se de práticas pedagógicas utilizadas há bastante tempo na Marcha Mundial das Mulheres, contudo, para Nathália Diórgenes, ao longo dos anos, o movimento vem desenvolvendo tais pedagogias com maior potência e qualidade durante os processos. Segundo a militante, a organização vai se transformando por meio da dimensão educativa e vice-versa.

Quanto às temáticas trabalhadas nas atividades pedagógicas, essas, envolvem, sobretudo, os desafios conjeturais vivenciados de forma mais ampla e específica pelas mulheres, tais quais o recrudescimento do neoliberalismo, as reformas econômicas, bem como o ataque aos direitos sociais. Além de que, a violência doméstica e os altos índices de feminicídio no Brasil são questões bastante debatidas no movimento. Por outro lado, embora as observações participantes tenham mostrado que a discussão sobre a existência e funcionamento das políticas públicas brasileiras esteve presente, em 2019, nas comunidades do Coque e em Palha de Arroz, para Sheila Samico, esse debate ainda permanece inexpressivo na MMM.

No movimento, todos os espaços são palcos de inúmeros debates, reflexões, questionamentos e estudos. Não há reunião sem discussão. Segundo Elisa Lucena, é por meio

da educação que a MMM tem por objetivo estratégico reivindicar a revolução brasileira, concretizada num projeto popular.

Assim, ao explicar como funciona a dinâmica das ações promovidas pela MMM, Shirley Samico informou que essa é bastante fluida porque se articula diretamente com as necessidades, com os tempos, as reivindicações, bem como aos processos de cada comunidade. Ela informou que na AMPAC, por exemplo, as atividades pedagógico-feministas são realizadas a cada 15 dias, dentro de um projeto denominado pelas militantes de “Convivência e Proteção”: “porque também nesse espaço de convivência, de realidade da minha companheira, eu tenho que saber que, muitas vezes, ela pode tá correndo perigo” (Shirley SAMICO, em entrevista). Nesse sentido, para Shirley Samico, a compreensão dos direitos e acessos trata-se de uma estratégia na defesa da integridade (física, psíquica e cidadã) da mulher:

A gente faz um debate que tá no campo dos direitos. Então, discutir feminismo é também discutir a questão da... do abuso e exploração sexual, do papel do SUS, do papel do SUAS, do papel das políticas sociais, né, não só de mulheres, mas de raça [...] porque a gente percebe que ao inflexionar, ou seja, ao acabar com as políticas, com os equipamentos públicos, as mulheres são as maiores prejudicadas, porque são elas que vão ter que ser as cuidadoras dos idosos, porque não tem Centro-Dia, das pessoas com deficiência, porque não tem... das crianças, porque não tem creche. Então, elas têm que abdicar de suas vidas pra garantir o direito a essas pessoas e, às vezes, elas ficam exclusivamente como a referência garantidora do direito (Shirley SAMICO, em entrevista).



Imagem 17: Discussão na AMPAC sobre a Reforma da Previdência, o cenário da Venezuela e o desmonte de políticas públicas, em março de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Ainda, questionadas acerca dos desafios que encontram no atual contexto brasileiro, as militantes explicaram que em tese, o movimento feminista é desafiador, uma vez que além de travarem lutas gerais, precisam administrar as pautas mais específicas. Nessa perspectiva, a respeito da MMM, Elisa Lucena, consciente de muitas limitações, identificou a existência de dificuldades estruturais bastante complexas:

Eu acho que o maior desafio é financeiro. A gente não ter companheiras liberadas para fazer o movimento de mulheres, já que a gente não optou pela via da institucionalização [...] Então, como é que você sustenta um processo se não tem... só na raça! Isso é muito difícil [...] É muito mais fácil você apoiar um movimento de juventude, um movimento... mas as mulheres que estão questionando o papel dos companheiros nos rolês, é meio difícil, né? (Elisa LUCENA, em entrevista).

Nesse mesmo sentido, Marize Ferre atentou para a falta de um espaço próprio, onde a MMM possa realizar encontros e reuniões¹¹⁴, bem como para a dificuldade de mobilizar e engajar ainda mais mulheres para a luta. A militante brincou: “Tem muito desafio, viu, Bella?”. Segundo ela, as pernas são curtas e as mulheres são poucas para o longo caminho que a MMM precisa trilhar: “A gente tem que entrar em outras comunidades [...] Tirar as mulheres mais de dentro de casa [...] A gente tem que conseguir fazer com que as comunidades visitem umas às outras” (Marize FERRE, em entrevista).

Numa dimensão mais ampla, Shirley Samico acredita que a atual conjuntura vivenciada pelo Brasil é, em si, bastante desafiadora: “o movimento feminista e nós, mulheres, somos muito atacadas, e a gente também tá bem sufocada porque é muita demanda, né?” (Shirley SAMICO, em entrevista). Segundo a militante, é preciso que, neste momento, de alguma forma, os movimentos de esquerda estabeleçam uma unidade mínima. Samico tem esperança de que o Encontro Nacional Feminista, programado para acontecer em 2020, seja uma oportunidade para a construção de uma frente de luta.

É nessa perspectiva que Sheila Samico apontou para a necessidade de encontrar possibilidades de diálogos mais horizontais com outros movimentos “sem ego, né, e compreendendo a responsabilidade política das nossas ações” (Sheila SAMICO, em entrevista). Conforme a militante “São todas avançando muito. [...] Não só no Brasil, mas em toda a América Latina, o feminismo é o movimento que tem demarcado a luta de frente, né, contra essa conjuntura neoliberal e fascista” (Sheila SAMICO, em entrevista), portanto segundo ela, é preciso cultivar o autocuidado, bem como o exercício do cuidar, também, uma das outras, e

¹¹⁴ O núcleo Recife chegou a ter alugada uma sala no MTC. Contudo, financeiramente, o aluguel ficou inviável para as militantes.

acrescentou: “Eu acho que muitas companheiras estão cansadas. É uma conjuntura muita pesada, e tão ficando doentes” (Sheila SAMICO, em entrevista).

Contudo, mesmo diante de uma realidade difícil, existe um projeto de vida maior, comum, porque nele, cabem todas as mulheres. É essa a certeza que move cada uma das militantes do movimento. No entanto, para que essa construção de fato seja possível, como lembrou Elisa Lucena, é preciso transformar todos os lugares em espaços educativos. Nesse sentido, cada uma das entrevistadas teve a compreensão de como as pedagogias feministas vêm modificando vidas, a propósito, suas vidas.

Sendo assim, para Elisa Lucena, as práticas pedagógicas feministas têm trazido um olhar mais complexo da realidade, uma vez que o feminismo é estrutural: “o patriarcado é de uma violência extrema, então ele tá sendo reproduzido o tempo todo, e eu também tô o reproduzindo” (Elisa LUCENA, em entrevista). Nesse sentido, segundo ela, inserir-se no contexto educativo do movimento significa estar sempre se revendo, porque nada passa ileso:

“tudo você ‘eita, porra, reproduzi’. ‘Eita, fulano reproduziu’. ‘Eita, vamos lá’. ‘Como é que lida com isso?’, porque tem um monte de gente reproduzindo que não tá nem aí, mesmo em espaços de esquerda, né. Eu acho que traz um viver mais intenso as contradições. Então, espero que sejamos nós, né, lutadoras, que estão buscando cada vez mais coerência, pra contribuir com a transformação verdadeira da realidade” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Para Shirley Samico, estar inserida nos processos educativos feministas significa aprender o tempo todo: “a gente se belisca, né, todo dia. De tipo ‘Ó, minha vida nunca vai ser parâmetro’, ela vai ser sempre em relação a várias mulheres com quem a gente tem muito a aprender” (Shirley SAMICO, em entrevista). Para militante, foi através do feminismo que descobriu a necessidade de uma causa coletiva. Sheila Samico também apresentou compreensão semelhante: “o movimento traz toda uma diversidade, né, que vai nos levar a vários lugares que... que nos faz repensar sobre nossas vidas, né, e que todas as vidas valem muito. Não tem aquelas que valem mais, nem aquelas que valem menos”.

Por sua vez, Nathália Diórgenes afirmou que não saberia dizer quem seria se não tivesse tido o contato com as práticas pedagógicas feministas. Para a militante, o movimento viabiliza uma construção da mulher, enquanto sujeita, muito profunda porque é política e pessoal, ao mesmo tempo: “a gente se constrói nesse entremeio” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista). Mais especificamente sobre os processos educativos possibilitados pela Marcha Mundial das Mulheres, enquanto movimento, ela acrescentou:

“A Marcha mudou a minha vida. A minha vida não seria a minha vida sem a Marcha. Mas na verdade, a minha vida não seria a minha sem o feminismo [...] Eu amo a luta das mulheres. Eu amo, realmente, o fim do patriarcado, eu amo o fim... o fim do racismo, né. Eu amo, realmente, a construção. Esse processo de construir uma sociedade livre. A Marcha é o meu instrumento de luta” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Dessa forma, fica evidente como por meio das pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, na cidade do Recife, as militantes têm buscado a superação da imobilização subjetivista, através da qual espera-se pacientemente que a opressão dê fim a si mesma, bem como do objetivismo que visa ao solapamento da subjetividade. Nesse sentido, assim como Freire (2018), as entrevistadas demonstraram acreditar em subjetividades e objetividades numa constante dialética.

3.4 Feminismo é revolução! Educação é revolução! – Pressupostos pedagógicos, feministas e populares presentes nas atividades e relações desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife

Desde que iniciei esta pesquisa, uma frase de Tolstói, muito apreciada por mim quando mais nova, não me saiu da cabeça. Ao refletir sobre a intenção humana de se tornar universal, o autor reiterava que era preciso, antes de mais nada, começar por pintar a nossa aldeia. Penso que em termos de lutas sociais e, mais especificamente, a respeito do feminismo, uma dinâmica semelhante pode ser observada. Nós, feministas, estamos sempre a falar sobre as grandes revoluções. Esperamos sempre pelas grandes revoluções. Mas nos esquecemos, por vezes, de que as grandes revoluções acontecem bem perto de nós.

Esse sentimento é compartilhado por mim, sobretudo, quando observo as ações desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, na cidade do Recife. Enquanto professora, com alguns anos de licenciatura, reflito sobre o quanto as relações que almejamos estabelecer em sala de aula estão presentes ali, nas práticas pedagógicas populares e feministas, tão naturalizadas e enraizadas, de modo que me questiono se não são minhas companheiras de movimento verdadeiras mestras na arte da educação.

Nesse sentido, compreender os pressupostos que emergem das ações e relações desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, tornou-se bastante desafiador, mas não no sentido de ser difícil identificá-los, no entanto, na perspectiva de delimitá-los, uma vez que frequentemente, aparecem de maneira articulada. Desse modo, buscamos, ainda que de forma limitada, organizar tais pressupostos nas temáticas que seguem adiante, com o intuito de

sintetizá-los enquanto premissas das práticas pedagógico-feministas construídas pela MMM, em nossa cidade.

Esses pressupostos, por vezes, ora conscientemente, ora involuntariamente, emergiram em falas, na *práxis* das militantes, na maneira que o movimento se constrói, bem como na direção para a qual se encaminha. Tratam-se de premissas tão orgânicas, que são elas capilarizadas com muita facilidade pelas militantes do movimento, por onde quer que a MMM esteja.

3.4.1 Auto-organização

É impossível falar em feminismo ou em Marcha Mundial das Mulheres, sem a premissa da auto-organização, uma vez que é a partir desse pressuposto que as militantes se reúnem para refletir sobre a dinâmica de suas vidas. Nessa perspectiva, a auto-organização trata-se de um elemento central nas ações pedagógicas do movimento, posto que, para a Marcha Mundial das Mulheres, é por meio de processos educativos auto-organizados, que as mulheres serão capazes de superar as estruturas patriarcais do poder.

De modo geral, a auto-organização é apontada pelas teóricas como pressuposto preponderante nos processos de conscientização e libertação. Nesse sentido, o percurso histórico do movimento feminista tem corroborado para essa afirmação, sobretudo, quando evidencia a mobilização e luta das mulheres em torno de problemas que as afetam diretamente. É dessa maneira que Sardenberg (2011), ao se referir aos princípios orientadores, métodos e técnicas da pedagogia feminista, afirma que tal processo educativo deve partir da realidade das sujeitas, levando em consideração as relações de subordinação em que estão inseridas.

Dessa forma, é importante ressaltar que não se trata de qualquer tipo de organização que almejam as mulheres. Nesse sentido, o prefixo “auto” aponta para a ideia de que essa organização não se dará a partir de elementos ou pessoas extrínsecas a determinadas realidades, mas inseridas dentro de contextos sociais de exploração. É “auto”, porque realizada pelas próprias mulheres. É auto, porque realizada pelas mulheres vítimas do patriarcado. É “auto”, porque são as mulheres organizadas, que produzirão estratégias de lutas e superações. É dessa forma que a Constituição e Estatuto da Marcha Mundial das Mulheres (1998, *apud* MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES) institui como um dos objetivos do movimento, o fortalecimento de um amplo processo de educação popular através do qual todas as mulheres possam analisar por si mesmas e para elas mesmas, as causas de suas opressões.

Quem, melhor que as oprimidas, se encontrará preparado para entender o significado de uma sociedade opressora? É a partir desse questionamento que Freire (2018), ao refletir sobre uma pedagogia da oprimida, afirmará a importância da auto-organização. Para o professor (2018), a educação libertadora precisa ser forjada sob a perspectiva das exploradas, uma vez que a descoberta crítica das oprimidas por elas mesmas, bem como dos opressores pelas oprimidas está inserida num processo de humanização. Assim sendo, Freire (2018) aponta para duas etapas desse processo: a primeira, através da qual as oprimidas vão desvelando o mundo da opressão e, paralelamente, comprometem-se, na práxis, com sua transformação; a segunda, quando mulheres e homens se inserem num campo de permanente libertação.

É dessa maneira que Elisa Lucena compreende o pressuposto da auto-organização como uma das maiores contribuições das práticas pedagógico-feministas desenvolvidas pela MMM, em Recife. Segundo a militante, “nossa maior contribuição é a auto-organização, né, mas que as mulheres meio que já fazem espontaneamente, porque são as principais sujeitas desses territórios, né, não por uma questão de natureza, mas pelo próprio processo da divisão sexual do trabalho, do patriarcado” (Elisa LUCENA, em entrevista).

De fato, como lembrou a militante, no interior das comunidades onde a MMM desenvolve ações pedagógicas, as mulheres já se encontravam inseridas em processos auto-organizativos, uma vez que são elas as mais afetadas pela ausência de políticas públicas. Essa realidade ficou comprovada na AMPAC e Turma do Flau, entidades que já desenvolviam atividades para o público jovem, em Palha de Arroz, comunidade onde as moradoras se voltam para o cultivo de uma horta comunitária, bem como em Peixinhos, bairro em que as mulheres atuam por meio da produção de fitoterápicos. Dessa forma, ficou evidente que, nesses territórios, a contribuição do movimento diz respeito, sobretudo, a potencialização do pressuposto da auto-organização.

Contudo, Elisa Lucena pontuou que, embora atuantes e auto-organizadas para luta por saúde, por moradia, saneamento básico e educação, muitas das mulheres no interior das comunidades ainda apresentam dificuldades relativas a se pensarem na condição de sujeita mulher. Nesse sentido, a Marcha Mundial das Mulheres, enquanto movimento feminista, tem contribuído para uma auto-organização em que as mulheres se reconheçam inseridas numa luta geral, ao passo que, paralelamente, possam perceber, também, explorações específicas marcadas pelo gênero: “a contribuição da gente é elas também se pensarem enquanto sujeitas mulheres, né. Tão fazendo a luta geral, mas então, por que são elas que tão... que tão à frente dessas lutas? Que violências elas passam também? Que desafios elas passam por serem mulheres?” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Esse reconhecimento enquanto sujeita, pontuado por Elisa Lucena, é essencial para um projeto emancipatório feminista, segundo Célia Amorós (1997), uma vez que é por meio do que a autora conceitua como “esclarecimento do sujeito”, que as mulheres serão capazes de reconhecer o que lhes têm sido negado e mais ainda, de reconhecerem a si mesmas. Para Amorós (1997), o projeto moderno foi responsável por construir uma mulher sem individuação, autonomia, capacidade crítica, reflexividade, poder e participação nos espaços públicos. Nessa perspectiva, na contramão dessa identidade universal, a emergência de um feminismo filosófico e político tem ajudado a criar sua própria sujeita mulher, posto que tem estimulado a constituição das mulheres por elas mesmas.

Ainda, um dos fatores que contribui para que o pressuposto da auto-organização na Marcha Mundial das Mulheres seja, com efeito, bastante perceptível em suas práticas pedagógicas é o posicionamento da organização pela não institucionalização do movimento. Dessa forma, sem estrutura física ou financeira, cabem às militantes se auto-organizarem, através dos recursos e habilidades que possuem, para que, de fato, as atividades sejam efetivadas. Nessa perspectiva, em meio a risos, Marize Ferre explicou:

Na minha casa tá o material do bazar. Na casa de Sheila, já tá o material das latas, né. [...] Na Palha, já tem guardado algumas coisas. Então, a gente se reúne e vai pegando os pedaços. Vai passando nos locais, né. Quem tem carro ajuda. Quem não tem também ajuda [...] Aí, já vem articulando com alguém da comunidade pra fazer a comida [...] Cada uma tem suas habilidades. Você, Bella, sua habilidade é escrever. Você desenha. Você faz a... a ... como é o nome? Os *cards*, né. Num instante faz. Cada uma tem sua participação. Isso é bom (Marize FERRE, em entrevista).

Assim como Marize Ferre, Shirley Samico também compreende a lógica de auto-organização da MMM sob a ótica da partilha de responsabilidades. A militante, encarregada de conduzir as atividades pedagógico-feministas na Ampac, explicou que para pôr em prática as ações do movimento ou dar continuidade a uma série de debates que vêm sendo travados na associação, é necessária a articulação de diversas pessoas. É dessa forma que a comunidade tem sido palco de muitas discussões fomentadas por especialistas na área da saúde, do serviço social, bem como da política de drogas. No mais, para além da mobilização de pessoas, faz-se essencial mobilizar recursos estruturais mínimos (água, comida): “a maioria das vezes, eu convido alguém, né, de fora, ‘você pode possibilitar esse debate?’. E aí, cada uma leva uma coisa, né [...], essa organização ela é muito coletiva, muito diversa e a partir da possibilidade de cada uma” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Nesse sentido, é possível afirmar que na Marcha Mundial das Mulheres a não institucionalização força a auto-organização das militantes. Essa realidade torna ainda mais

difícil a efetivação das pedagogias feministas desenvolvidas pelo movimento, seja no que tange à mobilização de mulheres, seja no que tange à mobilização de recursos.

No entanto, é comum ao se inserir em dada comunidade, o movimento ser cobrado pelos “benefícios” que, supostamente, pode trazer àquelas pessoas. Essa cobrança se deve ao fato de que, por vezes, a política ainda é utilizada como “balcão de trocas” nesses espaços¹¹⁵. Assim sendo, na MMM, a ausência de recursos financeiros torna a mobilização de militantes um desafio ainda maior. Contudo, Sheila Samico ressaltou sobre como é gratificante entrar nesses territórios e conseguir alterar a lógica que permeava as relações estabelecidas outrora por aquelas mulheres:

Foi um ano, pra gente compreender que realmente tava no caminho certo e as mulheres nos verem, né, enquanto discussão horizontal e, com muita tranquilidade, a gente trabalhar no coletivo pra se ajudar e... sem essa relação até estrutural mesmo, né, porque antes elas tinham o processo de eu vou, mas “pague minha passagem”, ou então “venha me buscar porque eu vou pra uma reunião no centro”, ou coisa parecida. E hoje, pelo contrário, elas chegam em peso, se viram na passagem, quando não têm também se colocam, mas querem tá nos espaços construindo. Eu acho que isso é muito importante (Sheila SAMICO, em entrevista).

De fato, a limitação de recursos, talvez, seja o maior desafio enfrentado pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife. Limitação essa, que gera impactos notórios nas práticas educativas mobilizadas pelo movimento. Desse modo, é bastante comum a carência de instrumentos mínimos durante as atividades: a ausência de um som, de um projetor, cartazes etc. Nesse sentido, Sheila Samico pontuou que a falta de um local adequado com materiais necessários para os encontro acaba por dispersar as mulheres: “às vezes, uma coisa dá certo, outra não [...] é tudo muito construído de forma auto-organizada, nesses processos, a gente não tem nenhum rolê de estrutura mesmo... assim, pra manter um ambiente legal” (Sheila SAMICO, em entrevista).

¹¹⁵ Em contrapartida, a militante Nathália Diógenes explica que, não raramente, as feministas advindas das classes médias e das mais diversas instituições se utilizam das mulheres periféricas para inúmeros fins, que vão desde usos políticos a acadêmicos.



Imagem 18: Bazar e discussão sobre a Reforma da Previdência, realizados na Iputinga. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpel/>. Acesso em: 09/01/2020.

Em contrapartida, os esforços empregados pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, mostram como é possível, apesar dos percalços, construir práticas pedagógico-feministas por meio da auto-organização. Mais especificamente, dois momentos ilustram bem essa possibilidade no movimento: a organização para Marcha das Margaridas, bem como a realização da primeira etapa da IV Escola Feminista.

A respeito da IV Escola Feminista, vale ressaltar que se trata de um projeto amplo e de grande mobilização. Elisa Lucena explicou que em anos anteriores, para a realização de outras edições do projeto, o movimento chegou a acessar alguns recursos. Contudo, no ano de 2019, diante de toda dificuldade que os movimentos sociais vêm encontrando para angariar fundos, a efetivação das atividades deu-se de forma bastante auto-organizada, fato esse, que reforça, segundo ela, a parca ou a ausência de interferência exercida pelo capital institucionalizado na dinâmica da MMM.

Nessa mesma direção, a participação da Marcha Mundial das Mulheres, na Marcha das Margaridas, em 2019, também demandou a auto-organização das militantes. Nesse sentido, desde a realização de atividades de formação ministrada semanalmente pelo movimento, no

MTC, no GMM e na Turma do Flau, em que os dez eixos da MM foram discutidos pelas mulheres, até questões mais estruturais tal qual a articulação de ônibus, roupas, calçados e colchonetes¹¹⁶ e o levantamento de recursos para custear a alimentação das participantes durante a viagem de Recife a Brasília, foram mobilizados via auto-organização, por meio de rifas, vendas de bolsas, comidas e produtos como fone de ouvido e capinhas para celular, recebidos através de doação.

Dessa maneira, não somente os dois episódios citados, contudo outras atividades promovidas pela MMM, evidenciam o caráter auto-organizativo das pedagogias feministas desenvolvidas pelo movimento. Na verdade, é muito mais do que isso: demonstram a força de articulação e mobilização que possuem as mulheres quando unificadas em torno dos desafios conjeturais.



Imagem 19: Bolsas vendidas para a Marcha das Margaridas. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmp/>. Acesso em: 09/01/2020.

¹¹⁶ Muitas mulheres não dispunham desses materiais.



Imagem 20: Mobilização de Recursos para Marcha das Margaridas. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmp/>. Acesso em: 09/01/2020.

3.4.2 Troca de experiências

Recordo-me que ao entrevistar uma militante do MMTR-PE, já durante as aulas do mestrado, perguntei-lhe em certa ocasião: o que você tem ensinado? A resposta lhe veio certa como uma bala: Ensinado? Não ensino. Troco experiências. Eu fiquei bastante comovida com aquela declaração. Tantos anos em sala de aula. Outros tantos, em movimento social, mas lá, estava eu, reproduzindo um modelo de educação sedimentado em hierarquias.

As militantes que escrevem comigo esta dissertação foram, sem dúvida, mais felizes do que eu. Em suas falas, durante as entrevistas, a palavra “troca” emergiu sempre que se referiam às pedagogias feministas no contexto da Marcha Mundial das Mulheres. Ainda bem. Nenhuma de nós educa ninguém, uma vez que a prática libertadora, não distingue momentos no quefazer da educadora-educanda (FREIRE, 2018).

Na organização, o emprego da palavra “troca” aparece na Constituição e Estatuto da Marcha Mundial das Mulheres (1998, apud Marcha Mundial de Las Mujeres, 2008) relacionada ao fortalecimento de um movimento amplo de solidariedade. Trata-se, pois, de um gesto de

afirmação das feministas no mundo. Sendo assim, tal premissa deve ser empregada, sobretudo, com o objetivo de melhorar a posição, condição, bem como a qualidade de vida das mulheres.

Essa solidariedade, segundo Reynaldo (2016), está relacionada à ideia de interdependência entre seres humanos e dentro de uma lógica de eliminação das opressões. Dessa forma, segundo a pesquisadora, a solidariedade, na Marcha Mundial das Mulheres, sustenta-se no entendimento que na condição de sujeitas, as mulheres são determinadas por sistemas globais de subordinação que ligam as distintas realidades.

É nessa perspectiva que Sheila Samico refletiu sobre como o processo de se reconhecer enquanto sujeitas coletivas em construção, demandou para o movimento um amadurecimento no que tange a não reprodução de práticas colonizadoras, forjadas em relações sedimentadas numa via única. Segundo a militante, “A gente dificilmente ia pras mulheres nos bairros. Hoje, eu já consigo visualizar que a gente tá mais nos bairros, [...] a gente tá mais lá dentro, e isso demonstra de um cenário atual da Marcha, né, que é fruto de construções” (Sheila SAMICO, em entrevista).

Conforme Korol (2007), uma pedagogia feminista e popular parte da compreensão do feminismo que reconhece as posições de classe e de culturas subordinadas, com o objetivo de recriar uma relação entre mulheres e natureza numa perspectiva de mútua complementaridade. É desse modo que, segundo ela, as práticas pedagógico-feministas tendem a desorganizar relações de poder num sentido subversivo e revolucionário, ao recriar identidades coletivas, não como limites, mas como pontes.

Sheila Samico ressaltou o quanto a Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, tem crescido a partir da troca de experiências e saberes: “Eu acho que a gente tem crescido muito, assim, engatinhado muito na troca, sabe?” (Sheila SAMICO, em entrevista). Nesse sentido, a militante recordou com entusiasmo as atividades realizadas de forma articulada, tanto nas ruas, como no ato “Ele Não”, no qual a MMM participou de forma bastante marcante - quanto nas comunidades, a exemplo de uma ação promovida em Palha de Arroz, juntamente com o grupo Cores Femininas, através da qual as militantes promoveram uma atividade que envolveu debate, bazar e grafiteagem de muro: “só pra destacar nossa relação com os movimentos parceiros e como a gente aprende com as trocas” (Sheila SAMICO, em entrevista).

Ainda, acerca das aprendizagens fomentadas pelas práticas pedagógico-feministas que perpassam pelas atividades de formação, mas que, também, extrapolam esse momento, visto que todos os espaços do movimento são educativos, Sheila Samico lembrou o quanto tem aprendido com as mulheres, inseridas nos bairros onde a MMM se faz presente. Nessa perspectiva, ao contrário de uma educação bancária, a militante afirmou:

É importante demarcar que não é só a gente, assim, do núcleo da Marcha, que ao chegar com as mulheres, a gente dá o direcionamento. Muito pelo contrário. Só reforçando, a gente aprende muito com elas. E na última avaliação que a gente tava discutindo, a gente viu Neisinha, por exemplo, a gente tem muito mais a aprender com ela, a pegar dela, do que ela com a gente. Isso é importante porque mostra o quanto é uma troca e que ela tá muito nessa relação fluida, horizontal e que não é nada da gente depositar, né (Sheila SAMICO, em entrevista).

Dessa forma, Sheila Samico defende que na pedagogia feminista e popular desenvolvida pela Marcha Mundial das Mulheres, o ato de “depositar” ou transmitir conhecimento e valores à maneira da educação bancária, é, em certa medida, superado, uma vez que as práticas pedagógicas inseridas no contexto do movimento não são forjadas sobre o antagonismo presente na contradição educadora-educandas, que serve à dominação patriarcal. Conforme Freire (2018, p. 95), sem essa superação “não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível”.

Para Nathália Diórgenes, esse processo de amadurecimento pelo qual a MMM vem atravessando, tem incidido de forma muito positiva na maneira como o movimento tem se relacionado com as mulheres. Conforme a militante, o pressuposto da troca deve ser compreendido através de um viés amplo, posto que a troca de experiências se estende por diversas direções. Segundo Diórgenes é de extrema importância:

[...] pensar em como a gente consegue formar um diálogo e uma troca entre as mulheres que estão organizadas e as mulheres que não estão organizadas, e uma troca entre as mulheres que estão organizadas, porque isso também é importante. Então, pra mim, é o olhar de dentro, de dentro pra dentro, e de fora também (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Com efeito, na Marcha Mundial das Mulheres, o significado que adquire a expressão “troca de experiências” é bastante amplo. Nesse sentido, ainda que as delimitações sejam apenas figurativas, podemos falar sobre esse pressuposto numa perspectiva: a) material, a exemplo de quando o movimento consegue estabelecer articulações que promovem autonomia financeira; b) intelectual, construção essa, possibilitada por debates, leituras, diálogos, instalações etc. e c) afetiva, por meio do despertar da empatia e do envolvimento emocional que as militantes passam a desenvolver umas com as outras¹¹⁷.

¹¹⁷ Não é minha intenção fragmentar o pressuposto da troca, ou fragmentar o conhecimento. Contudo, a divisão, aqui, é realizada para facilitar a sistematização das observações de campo feitas por mim.



Imagem 21: Oficina sobre como produzir sabão, realizada em Palha de Arroz, em junho de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Acerca do pressuposto que, para esta dissertação, denomino como troca de experiências de natureza material, inúmeras ações mediadas pela MMM me vieram à memória. Nesse contexto, cabe-me citar a oficina de confecção de vassouras, bem como um pequeno laboratório de produção de alimentos, ambos realizados na Turma do Flau; a articulação promovida pelo movimento entre as mulheres da Ampac e Palha de Arroz com o CIFA, bem como, dentre muitas outras ações, o assessoramento a algumas comunidades no que concerne à elaboração de projetos institucionais¹¹⁸. Ainda, percebo como avanço, nesse sentido, a apropriação do pressuposto da troca pelas próprias comunidades que compõem a MMM. Nessa perspectiva, recordo da ocasião em que Neisinha, militante do Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato, ministrou uma oficina de produção de sabão, numa atividade realizada em Palha de Arroz.

¹¹⁸ Algumas comunidades, a exemplo da AMPAC, acessam editais lançados por ONGs feministas, mas não enquanto MMM.

Já no que concerne a trocas de caráter intelectual, Shirley Samico lembrou “Lili dava acesso, eu lembro perfeitamente. Até hoje, acho que Sheila tem um livro de economia feminista, que Lili deu a ela, porque ela também era da área. Aí, pra agregar, Lili disse ‘oh, estuda!’” (Shirley SAMICO, em entrevista). A lembrança trazida pela militante ilustra, perfeitamente, como as trocas de saberes na MMM percorrem, também, por espaços mais convencionais do estudo, que envolvem, sobretudo, leituras e debates acerca de textos. Nessa perspectiva, os esforços que fizeram as militantes, ao longo do ano de 2019, para se colocarem a par dos seis cadernos formativos da Marcha das Margaridas, é bastante representativo no que diz respeito ao pressuposto desse modelo de troca de saberes.

Em hooks (2013), o conhecimento teórico, por vezes, preterido nos espaços informais de educação, ganha novos contornos. Nesse sentido, a feminista compreende que utilizada como instrumento de dominação, nos espaços pedagógico-feministas, a teoria, que a priori, não necessariamente significa libertação e revolução, pode ser ressignificada quando dirigida pelos próprios grupos oprimidos. Uma teoria, segundo ela, que possibilite integrar um corpo teórico a pensamentos e práticas feministas no cotidiano. É dessa forma que a educadora declara:

Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim [...] vi na teoria, um local de cura (HOOKS, 2013, p. 83)

Evidentemente que sendo uma experiência de troca mais tradicional, as militantes da MMM tentam subverter o teor enfadonho com o qual normalmente se costuma rotular os estudos. Nessa perspectiva, dinâmicas, músicas e poesias são sempre recursos muito bem-vindos e utilizados no movimento. Na Turma do Flau, as atividades de leitura eram sempre intercaladas com o preparo de algum alimento. Já em Palha de Arroz, atividades mais formais são mescladas com mutirões na horta, por exemplo.

Ainda, cabe ressaltar que a capilarização da Marcha Mundial das Mulheres em comunidades pobres do Recife tem trazido novos desafios ao movimento. Nessa perspectiva, mulheres que sofreram com a negação dos estudos formais na infância e adolescência e, que, portanto, não conseguem ler textos verbais, têm cada vez mais se aproximado do feminismo e demandado novas formas de comunicação.

No mais, a Escola Feminista promovida pela Marcha Mundial das Mulheres reflete como estudos, aprendizagens, trocas de experiências e construção de saberes são práticas fundamentais para o movimento. A respeito do projeto, Elisa Lucena explicou: “a gente entendia que precisava de um espaço, de uma escola pra entender as bases, pra entender a

estrutura” (Elisa LUCENA, em entrevista). Mais especificamente em 2019, a primeira etapa da IV Escola Feminista colocou como centro de seus objetivos, a necessidade de se apropriar dos debates acerca da Educação Popular, com o intuito de discutir, com mais profundidade, o universo pedagógico. Em um dos materiais distribuídos pelas militantes era possível ler:

Educação Popular é o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares para o exercício do poder. Esta concepção de formação luta por um dos polos da luta de classe, opta por quem se dispõe a um processo de transformar, pela raiz, a estrutura da sociedade capitalista. Quem faz só pedagogia, só metodologia, sem visão política, faz contraeducação popular (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019)¹¹⁹.

Contudo, cabe ressaltar que embora engajadas em diversas atividades que viabilizam o contato com as mais variadas dimensões da troca, o movimento apresenta dificuldades em dar continuidade aos processos pedagógicos nas comunidades. Dessa forma, sobretudo no que tange a esse pressuposto em sua dimensão material ou intelectual, balizamentos de ordem organizacional podem ser observados na MMM.

Por fim, é preciso destacar que há no movimento, também, uma dimensão de troca de experiências de ordem afetiva. Sheila Samico, por exemplo, evidenciou como os vínculos de amizade são travados, por vezes, entre as próprias militantes do movimento ao passo que Elisa Lucena falou sobre a necessidade de amadurecimento do movimento feminista para além de “um grupo de amigas” (Elisa LUCENA, em entrevista). Nesse sentido, não somente as observações de campo, mas as entrevistas narrativas nos mostram o quanto as relações estabelecidas na Marcha Mundial das Mulheres ultrapassam as barreiras políticas, transitando inclusive, em territórios emocionais. Para hooks (2013), a adoção de um modelo holístico de educação, quando inserida num contexto de verdadeira mutualidade, fortalece partilhas de experiências que podem potencializar a integração entre corpo, mente e espírito.

¹¹⁹ Conf. ANEXO C.



Imagem 22: Primeira etapa da IV Escola Feminista, realizada em dezembro de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

A respeito de trocas de experiências afetivo-emocionais, Korol (2007) diz não ter dúvida sobre o quanto um abraço ou carícia, produzem possibilidades de conhecimento tanto ou mais profundas do que outras formas de estudos mais convencionais. Dessa forma, ao ser questionada sobre a possibilidade de a carícia ser parte de uma metodologia de investigação de análise, a educadora respondeu:

“Não tenho dúvidas [...] Não me refiro a carícia programada, nem ao abraço paternalista realizado a partir de um lugar de saber ou de poder [...] Me refiro a carícia e ao abraço que nascem do momento exato do encontro de histórias de opressões que nos identificam. A carícia e o abraço que formam parte de uma ética feminista de acompanhamento, do caminhar ombro a ombro, de transitar as dores e nos fazermos cúmplices dos nossos desejos (KOROL, 2007, p. 20, tradução nossa)¹²⁰.

3.4.3 Diálogo

As práticas pedagógicas promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, permitem desenvolver capacidades de diálogo e comunicação. Faço essa afirmação, porque foi

120 Texto original: “No tengo dudas [...] No me refiero a la caricia programada, ni al abrazo paternalista llevado a cabo desde un lugar de saber o poder [...] Me refiero a la caricia y el abrazo que provienen del momento exacto del encuentro de historias de opresión que nos identifican. La caricia y el abrazo que forman parte de una ética feminista de acompañamiento, de caminar hombro con hombro, de pasar por dolores y hacernos cómplices de nuestros deseos”.

ao entrar num movimento social feminista que me deparei com minhas fragilidades de fala e escuta. Desse modo, não raramente, me pegava atravessando interlocuções, bem como o pensamento de companheiras que tentavam, nas reuniões, contribuir com algumas sugestões ou ideias.

No movimento, há o entendimento de que cada pronunciamento deve ser respeitado. É necessário “inscrever-se” para acessar à fala pública, esperar pelo momento de interlocução, atender ao estabelecimento de tempos. Desse modo, atravessamentos e a obstrução de raciocínio são, quase sempre, repudiados. Hoje, particularmente, sinto dificuldades de me inserir em espaços pouco organizativos.

Essa dinâmica, presente no movimento feminista, de modo geral, e na Marcha Mundial das Mulheres, parte, sobretudo, da conscientização de que o acesso à fala, para a mulher, é frequentemente, negado. Dessa forma, o caráter organizativo que assume os processos educativos no movimento, visam reconquistar esse direito, “proibindo que este assalto desumanizante continue” (FREIRE, 2018, p. 109). Reflete, portanto, a busca pela ação e reflexão, por meio de uma interação radical.

Evidentemente que o pressuposto do diálogo assume, para esta dissertação, contornos diversos. Sendo assim, é possível refletir, aqui, sobre uma dialogicidade ampla, que compreende o diálogo consigo, frente a uma constante autorreflexão; entre pares, quando a comunicação ocorre num contexto em que as pessoas envolvidas, minimamente, assimilam a necessidade do feminismo, bem como com a realidade, sociedade e conjuntura brasileiras.

É nesse sentido que Paludo (2005) enxerga no diálogo a possibilidade de que, enquanto imersas numa pluralidade de práticas e pensamentos, as mulheres possam encontrar horizontes de lutas e transformações: “É no diálogo que a educação popular se faz” (PALUDO, 2005, p. 13). Contudo, de certo que esse diálogo não é de irrestrita natureza. Para Freire (2018), o diálogo em voga não se trata de uma discussão guerreira, entre pessoas que não aspiram a comprometer-se com a construção de um mundo novo. Tampouco autossuficiente. Mas fundamentado numa relação horizontal.

Sendo assim, acredito que há no movimento feminista e, mais especificamente, dentro da Marcha Mundial das Mulheres, a potencialização da dialogicidade, uma vez que tal pressuposto, amplia a compreensão que temos acerca da democracia. Nessa perspectiva, Sheila Samico explicou: “a gente trabalha no consenso, enfim, no cansaço, nos debates pra gerar uma ideia” (Sheila SAMICO, em entrevista). Isso significa dizer que no movimento, a tomada de decisões não ocorre via direcionamento ou computação de votos (ou seja, na investigação de

quantas mulheres concordam ou discordam de um posicionamento), mas por meio do convencimento, da compreensão ampla, do amor e do acordo comum (FREIRE, 2018).

Desse modo, é possível evidenciar que na MMM, algumas temáticas não se encontram consensuadas. Nessa perspectiva, frequentemente, por temerem os mal-estares provocados por assuntos delicados, ou seja, de difícil comunicação, ou até mesmo as repercussões que afetariam o corpo coletivo, as militantes optam por protelarem alguns debates. Isso fica evidente quando a discussão sobre a permanência do movimento no Conselho Municipal da Mulher vem à tona¹²¹.

Nathália Diórgenes, ao lembrar suas primeiras experiências na MMM, explicou que nas reuniões abertas promovidas pelo movimento, existia uma expectativa imensa sobre o momento de escuta das mulheres: “a gente gostava de discutir, de ouvir as mulheres e de construir”, (DIÓRGENES, Nathália, em entrevista). A militante informou que o amadurecimento da organização ocorreu por meio do diálogo. Nesse sentido, para ela, o aprimoramento do ouvir e, frente a esse processo, poder apreender as diversas realidades, foi preponderante para o desenvolvimento de um feminismo que as militantes almejavam, desde muito tempo, apresentar à sociedade:

A gente ouvia as mulheres, a gente se ouvia coletivamente, a gente trocava, e a gente tava conseguindo sempre se reformular, tanto que a gente mudou muito a forma de pensar o que é feminismo, o que é Marcha, e isso aconteceu a partir, realmente de um diálogo, né, e a partir de um aprendizado coletivo. Pra mim, isso é muito claro. Apesar das... dos embates, apesar dos conflitos, apesar de tudo, eu acho que gente foi realmente, aprendendo a ser Marcha e a desenvolver o feminismo que a gente tava querendo apresentar pra sociedade [...] Então... essa prática de se ouvir, de aprender diversas realidades, né, fazia a gente ir desenvolvendo o feminismo que a gente queria, nos identificando de forma muito flexível, enquanto sujeitos políticos (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Cabe ressaltar, ainda, que as pautas e demandas do movimento são construídas, também, através de diálogos incessantes. Nessa perspectiva, Sheila Samico evidenciou o pressuposto da escuta na construção de plataformas de luta na MMM. Segundo a feminista, é por meio do diálogo, da comunicação das necessidades e intenções, que as militantes vão dando forma às suas lutas. Para isso, segundo ela, faz-se necessário:

[...] perguntar e tentar entender o que elas querem discutir, né, e aí, algumas querem falar sobre violência, outras, sobre autocuidado, outras sobre... aí, falaram independência financeira (a gente entende autonomia econômica), e aí, a gente vai listando, a partir desse cotidiano, a gente vai trazendo o debate e elencando outros, né,

¹²¹ A maioria das militantes compreendem que a Marcha Mundial das Mulheres não deve permanecer no Conselho Municipal do Recife, contudo, há uma militante que reivindica a inserção do movimento nesse espaço.

por exemplo, o de conselheira tutelar, né, que a gente não tinha pensado, nem elas tinham colocado, mas aí, na compreensão, né, do... das eleições e o papel [...], a gente perguntou ‘que tal discutir’ um pouco sobre isso? (Sheila SAMICO).

De acordo com Korol (2007), o diálogo é fundamental na reconstrução das histórias invisibilizadas pela cultura hegemônica capitalista, uma vez que possibilita o contar histórias a partir de um outro olhar, através das visões daquelas que foram, outrora, oprimidas. Para a educadora (2007), existe uma amplidão de histórias contra-hegemônicas a serem contadas: a história de povos originários, afrodescendentes, das mulheres desaparecidas nos escritos liberais e patriarcais. Nesse sentido, é a partir do diálogo, das falas e escutas que a pedagogia feminista vai construindo a memória das opressões, mas também de resistências.

No entanto, é preciso evidenciar que o diálogo nem sempre significa compreensão instantânea, bem como nem sempre se desenvolve em conjunturas harmônicas. Recordo especificamente que um dos eixos debatidos para a Marcha das Margaridas, no ano de 2019, foi “Pela autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade”, conseqüentemente, discussões sobre relações homoafetivas vieram à tona. Na Turma do Flau, em Brasília Teimosa, durante o processo de fala e escuta, parte das mulheres começaram a se perceber preconceituosas. Algumas delas, mães, instruam suas crianças a não reproduzirem violências a casais homossexuais, contudo, deixavam explícito que não permitiam que suas filhas se reconhecessem na condição de lésbicas, por exemplo. Uma delas nos perguntou “Eu estou sendo homofóbica?” e, automaticamente respondeu “Sim, estou sendo”.



Imagem 23: Reunião na Turma do Flau, em julho de 2019. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/> Acesso em: 09/01/2020.

Ainda, a respeito do diálogo sobre a homossexualidade, algumas mulheres, ao participarem da Marcha das Margaridas, já em Brasília (Distrito Federal), sentiram-se bastante incomodadas com a presença de casais lésbicos, sobretudo quando esses faziam demonstrações públicas de seus afetos. Nesse sentido, rindo bastante, Sheila Samico relembrou que diante da homofobia de suas companheiras, dona Eurídice, muito chateada, reivindicou que alguma providência fosse tomada, ao que a militante respondeu que mais tarde, retomaria, com calma, o episódio por meio de um debate compreensivo: “Enquanto eu tentava manter a calma e brincava com ela ‘você tá igual ao Bolsonaro’, ‘você tá sendo irredutível’, porque ela estava com muita raiva, ela me disse ‘não é isso não. A companheira tá na luta, precisa compreender a luta das outras’” (Sheila SAMICO, em entrevista). Para Sheila Samico, a resposta de Eurídice Andrade é reflexo do dever cumprido:

“[...] elas não só tão compreendendo, como reivindicando às outras que compreendam [...] não precisa ser LGBT pra ser a favor da causa e... é esse o objetivo que realmente... com esse cotidiano, né, nosso, da Marcha, que eu acho que a Marcha introjetou isso, elas vão mudar os outros cotidianos, né, lá na comunidade, que é uma coisa que a gente não pode fazer, e sim, somente elas” (Sheila SAMICO, em entrevista).

Com efeito, faz parte do processo educativo, a presença dos antagonismos, sobretudo, frente à diversidade cultural na qual a Marcha Mundial das Mulheres está inserida. Para hooks (2013), tentar transformar a cultura num espaço imperturbado de harmonia e concordância significa reforçar um tipo de amnésia social, reproduzir opressões e ignorar que histórias são forjadas nos conflitos. Conforme a educadora (2013), é papel das práticas pedagógicas feministas criar um ambiente que ensine a falar e ouvir com respeito. Evidentemente que não de tal modo acrítico.

É nessa perspectiva que Nathália Diórgenes explicou que “aprender a escutar na pluralidade não é algo tão simples quando parece” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista). Contudo, em sua vida pessoal, a militante diz ser possível identificar os frutos das práticas pedagógicas feministas, sobretudo, no que concerne ao pressuposto do diálogo: “essa coisa da escuta, que eu falei antes, essa escuta que eu desenvolvi... eu era uma pessoa completamente arrogante. Eu tive que desenvolver porque eu trabalhava com um tema muito difícil que, ou eu parava pra dialogar e ouvir, e pra ter empatia, ou eu não ia conseguir” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

3.4.4 Coletividade e horizontalidade

Não à toa, a palavra coletividade foi o termo que mais emergiu durante as entrevistas narrativas. Esse pressuposto reflete, sobretudo, o feminismo advogado pela Marcha Mundial das mulheres, que conclama um projeto coletivo, representativo do poder popular. Nessa perspectiva, na contramão de uma lógica que lança a sociedade por um caminho cada vez mais individualista - ou que coopta o discurso feminista, ao formatá-lo nos moldes capitalistas de produção (HOOKS, 2013), as militantes do movimento têm se posicionado ao lado do bem comum.

É nesse sentido que bell hooks (2013) compreende ser impossível a promoção de mudanças sociais profundas por meio de uma esfera individualista da vida. Dessa forma, a educadora tece críticas a práticas pedagógicas inseridas na lógica do patriarcado capitalista da supremacia branca. Segundo a feminista: “[...] temo que qualquer processo de transformação feminista que busque mudar a sociedade seja facilmente cooptado se não estiver radicado num compromisso político com um movimento feminista de massas” (HOOKS, 2013, p. 98).

Por sua vez, Freire (2018) lembrará que uma pedagogia popular firmada num projeto coletivo, demandará uma relação horizontal. De outro modo, segundo o educador (2018), estaremos diante da reprodução de uma educação “bancária”, que se firma, sobretudo, no

rechaço a qualquer relação de companheirismo. Para Freire (2018), uma prática pedagógica libertadora exige o conviver, o simpatizar: “nunca o sobrepor-se” (FREIRE, 2018, p. 89).

Contudo, ao refletir sobre as ações pedagógicas realizadas pelo movimento em Recife, Nathália Diórgenes tem a compreensão de que os pressupostos da coletividade e da horizontalidade nem sempre estiveram tão evidentes na Marcha Mundial das Mulheres. Segundo a militante, por vezes, o movimento apresentou uma identidade personalista, na medida em que era reconhecido a partir de pessoas e não como um corpo coletivo.

De fato, na proporção em que a Marcha Mundial das Mulheres, na cidade do Recife, vai desenvolvendo relações mais horizontais, a coletividade emerge enquanto premissa central das práticas pedagógicas promovidas pelo movimento e vice-versa. Para Shirley Samico, faz parte do feminismo antissistêmico, a compreensão das estruturas que oprimem coletivamente as mulheres. Nesse sentido, estabelecer pedagogias feministas pautadas em uma não hierarquização significa corroborar para a ideia de que dentro de um projeto feminista comum, não há espaço para o racismo, para o capitalismo e para o patriarcado, sistemas esses, que pressupõem desigualdades:

Então, nosso principal objetivo é fazer com que essas mulheres possam ter consciência, né, de... de sujeitas da própria história, mas também consciência coletiva, que só organizada a gente consegue mudança, que pra gente transformar qualquer coisa é preciso conhecer. Então, a gente precisa ter clareza dos processos de conjuntura [...], não só reclamar da vida pessoal [...] em nenhum momento pode ser da minha vida, né, a luta precisa ser coletiva [...] o problema de uma mulher é um problema meu e que mesmo que eu não tenha problema, eu vou seguir marchando porque eu quero que todas as outras mulheres tenham esses acessos, tenham essas oportunidades e que possam, né, caminhar longe da opressão, longe da violência, longe da... de toda a dimensão que o capitalismo provoca, né, nas nossas vidas. O capitalismo e o patriarcado (Shirley SAMICO, em entrevista).

Ainda, é preciso evidenciar que na investigação feminista, o primeiro aspecto que define as mulheres não é sua condição essencial, mas sua condição enquanto sujeitas do gênero. No entanto, para Salgado (2008), a coletividade presente no termo mulheres, enquanto coletivo que o patriarcado pretende de forma indiferenciada subordinar, de forma alguma, deve ser utilizada como justificativa para ocultar o que a pesquisadora denomina como pluralidade interna do gênero.

Dessa forma, quanto à horizontalidade no movimento feminista, Silva e Sílvia (2013), compreendem que essa premissa é assumida pelo feminismo em contraposição ao modelo hierárquico que prevalece em muitas organizações políticas. Contudo, conforme as autoras, diante da iminência do mascaramento desse princípio pelas reais desigualdades – “fazemos

movimento de mulheres numa sociedade desigual, e por isto estamos, nós, mulheres, em situação de desigualdade uma frente às outras” (SILVA e Sílvia, 2013, p. 56] - , as educadoras compreendem tal pressuposto como uma proposição utópica, que deve orientar o movimento sobre como devem ser vivenciadas as relações entre as militantes.

Assim sendo, desvelar as hierarquias presentes nas relações estabelecidas pela Marcha Mundial das Mulheres nem sempre é uma tarefa fácil para quem está inserida no contexto do movimento. Isso porque, de fato, há um esforço coletivo para que as práticas pedagógicas feministas, promovidas pela organização, sejam pautadas mediante o pressuposto da horizontalidade. No entanto, fica evidente a existência de posições hierárquicas (LOURO, 1997) que podem conduzir a um distanciamento entre as militantes. Essas posições são determinadas, quase sempre, por fatores econômicos, bem como pelo nível de estudo formal que acessaram algumas feministas.

Nesse sentido, durante a entrevista, Sheila Samico rememorou episódios em que as hierarquias emergiram em situações vivenciadas no movimento. Nessa perspectiva, ela explicou que, por vezes, é perceptível a reprodução de poder pelas militantes: “há uma inclinação, no movimento, por exemplo, em designar mulheres universitárias para as falas públicas”, explicou a feminista.

Atenta às fragilidades da organização, Sheila Samico falou sobre como é desafiador manter relações coletivas e horizontais no movimento. A militante refletiu acerca dos caminhos percorridos e dos esforços realizados para que nas comunidades, as mulheres, também, passem a se enxergar enquanto Marcha Mundial das Mulheres. Desse modo, ela apontou como a organização tem crescido e como as pedagogias feministas na MMM têm se tornado cada vez menos hierarquizadas. Para isso, a feminista tomou como exemplo a AMPAC, que há algum tempo já tinha realizado atividades com o movimento, contudo, somente hoje, as mulheres que compõem a associação, se reconheceram como sendo parte da MMM:

[...] é interessante que as meninas da AMPAC, do Coque, já conheciam a Marcha, já militaram na Marcha em termos de viagem, muito antes da gente, inclusive, pra Marcha das Margaridas e tudo mais. Foram enquanto Marcha, mas não se colocavam enquanto fazer parte, que é o mais importante para o movimento, né, não dá pra você ver o movimento, vestir aquela camisa e não se sentir parte. E aí, essa nova retomada, né, de organização, tem tudo a ver com isso, né [...] E aí, elas não só veem a Marcha, com se veem igual a nós, né, [...] isso demarca enquanto movimento social (Sheila SAMICO, em entrevista).

Nessa mesma direção, Elisa Lucena também apontou para um processo de reconhecimento identitário semelhante com a Turma do Flau. A feminista explicou que as mulheres da comunidade já tinham uma auto-organização, através da qual pautavam, sobretudo,

autonomia econômica, contudo, através do estreitamento de relações políticas, passaram, também, a se reconhecer enquanto Marcha Mundial das Mulheres: “hoje, se identificam como Marcha e escolhem [...] não é o Soledad que diz o que elas vão fazer” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Por fim, cabe ressaltar, nesta dissertação, que embora as relações de poder ainda maculem os pressupostos da coletividade e horizontalidade nas atividades pedagógico-feministas desenvolvidas pelo movimento, as militantes feministas se empenham para não reproduzirem práticas hierarquizadas. Nesse sentido, a participação da Marcha Mundial das Mulheres, na Marcha das Margaridas, representou uma demonstração desses esforços, uma vez que toda a mobilização para a ação foi produzida coletivamente: partindo desde as atividades de formação e levantamento de recursos até a instituição de um caixa comum.

3.4.5 Autonomia das mulheres

Assim que me engajei na construção da Marcha Mundial das Mulheres, a palavra autonomia causou-me um certo desconforto. Acredito eu que tal incômodo esteve relacionado à minha trajetória de vida, uma vez que em dados momentos da minha história, senti-me pouco autônoma. Evidentemente que com o passar dos anos, na medida em que mergulhava no universo feminista, e que me redescobria enquanto mulher, esse termo passou a ter um outro significado para mim.

Hoje, posso afirmar que autonomia é um dos pressupostos que mais me desafiam no movimento e, em contrapartida, um dos que mais me encantam. Contudo, é preciso antes de mais nada, evidenciar que o significado dessa palavra, no contexto da Marcha Mundial das Mulheres, de modo algum está relacionado com individualismos ou ao empoderamento, expressão bastante utilizada pelo feminismo liberal, que, segundo Korol (2007), coopta inclusive, a linguagem emancipatória dos movimentos sociais para reforçar dominações¹²².

Da mesma forma, conforme Silva e Sílvia (2013), a autonomia não pode ser compreendida enquanto voluntarismo, isso é, como um ato de vontade, sem que as circunstâncias sociais sejam levadas em consideração: “esta concepção de autonomia pode levar a propostas de atuação fora de contexto” (SILVA e SÍLVIA, 2013, p. 54). De modo igual, para as autoras, o pressuposto, também, não deve apontar para a ausência de qualquer relação

¹²² Uma das críticas feitas pela Marcha Mundial das Mulheres à palavra “empoderamento” é que o termo conduz a uma ideia de individualidade. Para o movimento, todos os seres humanos são interdependentes e compartilham o dever de construir uma sociedade generosa, justa e igualitária (CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA HUMANIDADE *apud* MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

interdependente, ao considerar, exclusivamente, forças, limites e pontos de vista distanciados de uma conjuntura coletiva: “Neste caso, o movimento pode ficar isolado numa luta, com poucas parceiras ou mesmo nenhuma” (SILVA e SÍLVIA, 2013, p. 54). É muito pelo contrário.

Sendo assim, a premissa da autonomia, na Marcha Mundial das mulheres, em Recife, está relacionada à capacidade, sobretudo, de auto-gestão, com base na reflexão de um projeto político. Isso significa dizer que, enquanto sujeitas políticas, as militantes consideram as relações sociais nas quais estão inscritas e, conseqüentemente, decidem, a partir de uma reflexão contextual, como atuar dentro das relações (SILVA e SÍLVIA, 2013).

Contudo, refiro-me, nesta investigação, a uma autogerência ampla e plena, como vem sendo cada vez mais reivindicada pelas militantes. Desse modo, no documento de Reivindicações da Marcha Mundial das Mulheres (2001 *apud* Marcha Mundial de Las Mujeres, 2008), o pressuposto da autonomia emerge, pois, por meio de uma compreensão econômica e social, inserida na garantia de direitos que compreendem recursos básicos como água, alimentos, moradia; cultura; cidadania; recursos naturais e econômicos; educação; igualdade de trabalho, bem como a igualdade na divisão do trabalho reprodutivo. É nessa perspectiva que na Carta Mundial das Mulheres para Humanidade, o movimento declara: “Antes de cônjuges, companheiras, esposas, mães e trabalhadoras, as mulheres são cidadãs de pleno direito” (CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA HUMANIDADE, 2004 *apud* MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

No entanto, é num contexto de violações de direitos que, nas observações de campo, ficou evidente durante as atividades pedagógicas realizadas nas comunidades, o quanto as mulheres vêm demandando projetos que estimulam autonomia econômica. Projetos esses, que desafiam a auto-organização do movimento. Dessa forma, as militantes da Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, têm se debruçado sobre estudos e estratégias que visam garantir, minimamente, um retorno financeiro para essas companheiras. Ademais, existe a intenção futura de se fortalecer, localmente, um circuito de economia solidária. Para Carreira (2001), essa demanda só reforça o quanto as práticas educativas feministas estão inseridas numa abordagem integral da mulher, fato esse que amplia a compreensão das desigualdades baseadas no gênero.

Nessa direção, Elisa Lucena explica que em Brasília Teimosa as mulheres têm criado oficinas de costura, produção de alimento e vassouras artesanais. Há, também, segundo ela, no bairro de Peixinhos, a discussão sobre como transformar a cultura local em geração de renda: “Elas começam a se entender como sujeitas do bairro e a pautar questões, né, cultura de paz, acesso ao próprio bairro, enfim, que eu acho que o papel é avançar num debate maior até de

profissionalização, de reconhecimento, de valorização [...] cultura é trabalho” (Elisa LUCENA, em entrevista).

Além de que, nos demais territórios em que a Marcha Mundial das Mulheres está presente, o movimento também tem pensado em propostas que visam à autonomia econômica. Em Palha de Arroz, há discussões sobre como qualificar a horta solidária cultivada pelas moradoras da comunidade, bem como, as militantes estão sempre dispostas a coletar materiais recicláveis para confecção de copos. Na AMPAC, é possível perceber que o movimento tem articulado, frequentemente, a associação a projetos que, de alguma forma, geram renda para aquelas mulheres.

Durante as entrevistas, diversas referências à autonomia de fala, de pensamento, de ação e de reivindicação, também, foram feitas pelas entrevistadas. Nesse sentido, Marize Ferre, levando em consideração a divisão sexual do trabalho, refletiu sobre como o movimento tem contribuído “para tirar as mulheres de casa” (Marize FERRE, em entrevista). Ainda, a militante explicou o quanto tem crescido a partir das práticas pedagógico-feministas promovidas pela MMM: “Tô voltando a ler sobre os direitos, isso é bom [...] Eu não gosto muito de ler, mas é importante, né, procurar política. Eu me entrosei mais com a política, né [...] A gente tem que mostrar o desgoverno de Bolsonaro [...] falar com o povo que ainda tá inerte” (Marize FERRE, em entrevista).

Para Shirley Samico, as práticas pedagógico-feministas têm fortalecido a autoestima das mulheres, que para além de se sentirem confiantes economicamente, descobrem-se capazes de produzir conteúdo intelectual, posto que compreendem a conjuntura brasileira e reconhecem seus direitos. Portanto, ganham autonomia quando se percebem no espaço público: “isso é fruto desse espaço público e de uma construção e que vejo que hoje a Marcha tem conseguido formar essas dirigentes, e dirigentes que é pra além das pessoas que tão na academia” (Shirley SAMICO, em entrevista).



Imagem 24: Ato 08 de Março 2019. Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Foto: Crislany Silva. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

A militante recordou um dos atos promovidos pelo Comitê Lula Livre, em que Eurídice fez a fala pública pela Marcha Mundial das Mulheres. Shirley Samico avaliou como muito positiva essa legitimação, posto que se trata de uma demonstração de como as mulheres têm se tornado cada vez mais autônomas a partir das práticas desenvolvidas pelo movimento: “Foi massa, porque Eurídice toca o Lula Livre, né, lá no Coque e ela é de comunidade. E foi muito bom ela poder ter acesso e falar pela Marcha. E a gente se sentia legítima porque ela fazia parte desse todo [...] Isso é uma mudança paradigmática” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Nas entrevistas, ficou evidente como o pressuposto da autonomia está relacionado ao crescimento da autoestima. É dessa maneira que Shirley Samico compreende que as pedagogias feministas têm incidindo, sobretudo, na conscientização das mulheres enquanto sujeitas

políticas. Conscientização essa, por vezes, adormecida diante dos processos de violências cotidianas que se valem da anulação de vidas, mais especificamente, da vida de mulheres:

Eu percebo o quanto na Ampac, assim, as mulheres quando tão lá... o processo de descoberta, de intervenção, de conhecimento, de... isso gera uma identidade pra elas e elas se sentem mais, assim, no sentido de capital cultural, né, de informação, de saber falar sobre aquilo [...] isso é importante porque é um processo que gera, também, autonomia, né, que a gente vive numa sociedade que diz o tempo todo, né, que negro não pode, não sabe, não deve... e aí, você percebe, muitas vezes, pelo olhar: tem mulher que não consegue olhar pra você, que não consegue falar. E isso é fruto, né, dessa carga histórica, que é carregada a vida inteira, e aí, a gente percebe que com os debates, com as intervenções, elas se posicionam mais, se reconhecem mais como sujeito de direito [...] Todas elas têm direitos, e isso gera um processo de autonomia (Shirley SAMICO, em entrevista).

Conforme Silva (2010), as práticas pedagógico-feministas têm como finalidade contribuir com a formação das mulheres para a ação política feminista transformadora. Essa compreensão inclui tanto o fortalecimento da sujeita individual, que segundo a educadora é bastante relevante, quanto o fortalecimento e autonomia do feminismo como sujeito político-coletivo. Nesse sentido, para Silva e Sílvia (2013), a conquista da autonomia pelas mulheres é condição *sine qua non* para que o movimento feminista se fortaleça.

Desse modo, é possível afirmar que as pedagogias feministas promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres têm estimulado a construção de mulheres e de um movimento autônomo¹²³, por meio de uma relação dialética. Nessa perspectiva, ao ser questionada sobre a importância das práticas pedagógicas e populares na vida das militantes, Elisa Lucena recordou momentos vivenciados na Marcha das Margaridas, em que as mulheres puderam se perceber enquanto seres pulsantes:

As companheiras que foram dos bairros, nossa, foi lindo, assim, delas se perceberam, falarem de si, dançarem, abraçarem, beijarem umas às outras,, falarem sobre sexualidade, de falar sobre corpo, de falar sobre filhos, falar sobre trabalho, falar que tá cansada, né, poxa. Você vê o quanto na vida dessas mulheres a subjetividade delas tá apagada, escamoteada, porque somos trabalho invisível, né, somos o cuidar dos outros, né. E aí, ver essas companheiras se... se apropriando, né, de sua importância, elevando sua autoestima, assim, né. Acho que é um momento muito importante da formação desse sujeito que luta, né, e que isso é luta também. Isso é conteúdo da nossa luta. Mulheres, pessoas que valorizam a própria vida, né. A gente luta pela valorização da vida (Elisa LUCENA, em entrevista).

3.4.6 Criatividade: pressuposto ético-estético na produção de identidades políticas

¹²³ Para Silva e Sílvia (2013), a autonomia do movimento, por sua vez, é um princípio a partir do qual a auto-organização das mulheres se faz sem tutelas. Ver 3.4.1 desta dissertação.

Latas de tinta vazias, chitas de diversas cores, cabos de vassoura, cola e tesoura. Eis a receita para construir os famosos tambores da Marcha Mundial das Mulheres. Em seguida, é só reunir militantes feministas sob gritos de desordem pela Avenida Conde da Boa Vista e soltar a voz: *No batuque do tambor/ a revolta social/ nós somos as mulheres/ da Marcha Mundial/ contra pobreza e opressão/ do capitalismo-patriarcal/ nós vamos provocar/ uma revolução mundial.*

O cenário descrito faz parte do cotidiano do movimento. A criatividade, pois, é um dos pressupostos que emergem dos processos educativos promovidos pela Marcha Mundial das Mulheres. É nesse sentido que, ao serem questionadas sobre as práticas pedagógicas da organização, as entrevistadas compreenderam que a batucada exerce um papel central nesses processos. Nessa direção, refletindo sobre as necessidades que ainda desafiam a MMM em Recife, Marize Ferre não titubeou: “então, o que precisa fazer mais é... organizar nossa batucada” (Marize FERRE, em entrevista).



Imagem 25: Batucada Feminista, em março de 2019. Acervo: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Foto: Crislany Silva. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Particularmente, fiquei surpresa com tantas referências à batucada feminista enquanto prática pedagógica preponderante no movimento. Batucada essa, cuja criatividade e informalidade desempenham um grande poder de mobilização nas ruas. Não há como passar ilesa diante de tantas cores, força e alegria. Trata-se de um instrumento de luta, que cativa, que

atrai. Para Nathália Diórgenes: “Qual é uma prática pedagógica da Marcha que pra mim foi importante para aproximação, né, e que ela se aprofunda a partir do momento que você vai construindo o movimento? A batucada! Eu acredito que a batucada seja uma prática pedagógica feminista (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

A batucada feminista, feita a partir de materiais reciclado, é uma prática educativa através da qual em meio a gritos e posicionamentos políticos, as feministas vão dizendo ao mundo que projeto de vida desejam construir. Nesse sentido, fica evidente sua força de mobilização, uma vez que as mulheres, de modo geral, não se sentem intimidadas de fazer uso dos seus tambores e latas, porque não se tratam de instrumentos musicais, desse modo, não exigem, como pré-requisito, a presença de profissionais.

Recordo-me que em 2019, quando estávamos no processo de organização para Marcha das Margaridas, as mulheres de Palha de Arroz nos surpreenderam muito positivamente. Elas haviam criado um outro instrumento sonoro para a batucada da MMM: um chocalho, decorado com chita florida, confeccionado a partir de latas e pedrinhas que produzem barulho ao serem sacudidas. Tal elaboração, só reforça o quanto a batucada tem inspirado práticas criativas, a partir do momento que as mulheres se identificam inseridas nesse instrumento de luta. Nesse sentido, sobre a batucada feminista da Marcha Mundial das Mulheres, Sheila Samico explicou que essa “nos permitiu, assim, ser conhecidas para além dos movimentos próximos”. Segundo a militante, “as pessoas costumam se aproximar nas ruas e questionar como fazem para batucar conosco no próximo ato” (Sheila SAMICO, em entrevista).

Para além da batucada feminista, o movimento fomenta inúmeros processos criativos. Nathália Diórgenes referiu-se, por exemplo, à colagem de lambe-lambe pelas ruas do Recife: “É uma coisa cotidiana nossa. É uma forma de comunicar. É uma forma de reivindicar pauta, uma forma de dizer pra sociedade ‘ó, isso aqui não’. Apesar de não ser muito um diálogo, né. É mais um choque” (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

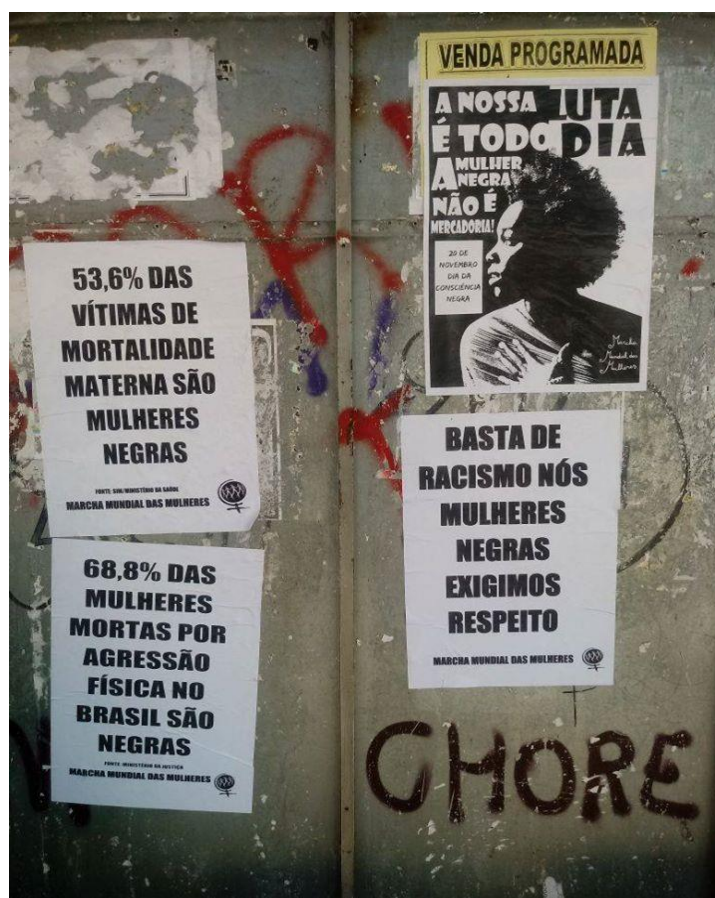


Imagem 26: Lambe-lambe feminista. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmppe/>. Acesso em: 09/01/2020.

Ademais, bazares, festas, produção de adereços, bingos dançantes, grafiteagem, composição de consignas toda essa gama de ideias funciona, no movimento, como estratégia usada para estreitar laços e facilitar diálogos. Nessa perspectiva, Shirley Samico consegue dimensionar o quanto a Marcha mundial das Mulheres tem se reinventado a partir da criação de novas práticas pedagógico-feministas:

Isso tem tudo a ver com práticas pedagógicas, de como a gente saiu daquela coisa mais formal, né, vamos nos reunir e fazer um debate. Muito pelo contrário. Era sempre atrelar um debate, uma discussão a práticas culturais, de arte, de enfim... de outros processos de engajamento, que a gente vê que às vezes, às vezes não... agrega mais porque a gente sai dessa coisa tradicional de achar que todo mundo, né, tem compreensão, e que todo mundo sabe que tem que ser organizar coletivamente, que não é verdade. E aí, a gente chega a partir de várias formas. E essas várias formas possibilitaram muito as entradas. Os bazares possibilitaram muito as entradas. E essa coisa da relação com a arte do grafite, que é uma marca, né, que sai de uma parede branca pra uma identificação e isso foi muito importante (Shirley SAMICO, em entrevista).

A militante refletiu sobre como a premissa da criatividade, que na Marcha Mundial das Mulheres, pressupõe a informalidade, tem produzido espaços nos quais as mulheres se sentem livres para falar, cantar, recitar, dançar. Nessa perspectiva, ao comentar sobre o trabalho que o movimento desenvolve na AMPAC, a militante explicou: “essa prática, né, dá um pouco mais de oportunidade pra que as mulheres possam falar, se posicionar. Ela vai até à comunidade, não é só a comunidade que vai até a um espaço formal de formação, isso deixa as mulheres mais à vontade e capilariza aquilo que a gente pensa” (Shirley SAMICO, em entrevista).

Para Silva e Sílvia (2013), “no feminismo, a criatividade e a diversidade de formas é parte fundamental de sua ética, de sua estética e de sua identidade política” (SILVA e SÍLVIA, 2013, p. 23). Trata-se de um princípio, através do qual os movimentos traduzem suas ideias, demonstram suas posições ou se manifestam na rua. Está relacionada, sobretudo, a capacidade de inovação na forma como a pedagogia feminista tem atuado e a partir das novas demandas conjunturais, se recriando.

É nesse sentido que Nathália Diórgenes tem a compreensão de como os anos de experiência no movimento feminista têm qualificado as práticas pedagógico-populares promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres. A militante, muito emocionada, recordou que depois de tanto se equivocar, ao promover atividades nas quais colocava como o centro das lutas feministas as mulheres brancas e burguesas, certo dia, resolveu se reinventar, de modo que repensou sua estratégia de diálogo, inserindo a partir de então, as mulheres negras no debate:

Nesse dia, eu não precisei pedir silêncio a ninguém, porque as mulheres, realmente, se viram ali, naquelas imagens, naquelas... naquelas figuras. Isso foi uma roda de diálogo muito potente [...] eu não vou te dizer agora porque realmente faz muitos anos, mas começou na roda um debate sobre abuso sexual, e muitas meninas falaram sobre abuso. E foi um momento muito catártico e muito rico. E aí, a ideia nem era essa, a gente ia discutir feminismo, mas a gente conseguiu chegar numa pauta que tava pensando nas mulheres (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Nessa perspectiva, hooks (2013) compreende como a pedagogia feminista nos impele a ser constantemente criativas, uma vez que tal premissa sanciona o envolvimento entre as sujeitas inseridas no processo pedagógico. Do mesmo modo, Freire (2018) relembra que a ausência da criatividade é parte constitutiva de uma pedagogia “bancária”, responsável pelo “arquivamento” de educandas-educadoras. Para o professor, “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente” (FREIRE, 2018, p. 81).

3.4.7 Luta

“A gente quer estudar pra lutar”. Foi assim que a militante Elisa Lucena sintetizou o objetivo das práticas pedagógicas feministas no contexto da Marcha Mundial das Mulheres. Nessa perspectiva, tudo o que é produzido no movimento, só faz sentido inserido na construção de um projeto de sociedade justa: “estudar pra aumentar o processo de organização da classe das mulheres”, complementou a feminista.

Com efeito, o processo educativo na MMM tem apontado para a auto-organização de mulheres não como um projeto individual, mas coletivo e de bem comum. Nesse sentido, a consigna “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” nos oferece a dimensão de que sociedade o movimento deseja construir. Para as militantes, não há liberdade plena dentro das estruturas racistas, capitalistas e patriarcais de poder. Assim sendo, é através do pressuposto da luta que as militantes vão anunciando um projeto socialmente livre de opressões. É, portanto, a luta que possibilita a construção de um outro mundo, com novos contornos, erguido sob uma nova lógica. É na luta que as feministas se deparam com a possibilidade de redesenhar a vida. Segundo a Declaração de Valores da MMM:

Esta luta surge como oposição a uma globalização neoliberal (novo rosto o imperialismo), à guerra, ao racismo, à pobreza e a todos os tipos de discriminação, ocupação e militarização. A globalização patriarcal e neoliberal reproduz as desigualdades de gênero, amplia as desigualdades entre pobres e ricos, entre países, territórios e povos, e gera cada vez mais exclusão, ódio, racismo e intolerância (DECLARAÇÃO DE VALORES, 2003, *apud* Marcha Mundial de Las Mujeres, 2008).

Nesse sentido, Paludo (2005) aponta para existência de, pelo menos, dois projetos de sociedade. Segundo a pesquisadora, de um lado é possível localizar o projeto da modernidade em curso, que visa à consolidação hegemônica do capitalismo; e do outro, estão as lutas empreendidas pelas classes populares, na perspectiva de sua emancipação, com o objetivo de mudar a direção do desenvolvimento, através da construção de um mundo novo. Conforme Paludo (2005), essas duas forças devem ser compreendidas de forma antagônicas.

Para Shirley Samico, a descoberta de que um novo mundo é possível, mobiliza mulheres para lutar, uma vez que paralelamente, elas passam a compreender as estruturas desiguais nas quais estão inseridas, que cerceiam liberdades, sorrisos e bem-estar. Segundo a feminista, a militância é resultado dessa conscientização:

[...] isso é fruto de uma coisa que ela é psicossocial, porque ela num... num tá dentro dessa lógica objetiva, nem capitalista, é um voluntarismo, que faz com que a gente só

se sinta melhor nesse outro mundo, e esse outro é essa construção de mulheres nesse processo que materialmente, em termos de palavras, eu acho que não tem como colocar (Shirley SAMICO, em entrevista).

Contudo, Sheila Samico ponderou sobre como a atual conjuntura tem desafiado a militância na Marcha Mundial das Mulheres. Segundo a militante, o contexto tem exigido das feministas diversas ações e reações. Trata-se, para ela, de um momento exaustivo, frente aos inúmeros ataques aos direitos, aos corpos das mulheres, às políticas públicas. É nesse sentido que Nathália Diórgenes explicou sobre como as mulheres precisam estar organizadas e como as práticas pedagógicas, no atual momento, devem ser pensadas numa perspectiva micro e macro de alcance. Assim sendo, faz-se necessário:

conquistar os sujeitos daquela luta, que tão ali, construindo. Manter aqueles sujeitos vivos na luta, porque é difícil viver na militância, né; se organizar de diversas formas, conquistando as mulheres que estão nas calçadas, nas nossas portas, ao nosso lado, né; a gente também tem que se organizar com outros movimentos, tentando ter uma incidência, às vezes, institucional, em larga escala [...] pra tentar incidir em grupos maiores, nas mulheres que tão próximas, mas também, em todas as mulheres [...] A gente tá querendo ter incidências maiores (Nathália DIÓRGENES, em entrevista).

Cabe ressaltar, ainda, que o pressuposto da luta emerge, nas entrevistas, articulado à atual conjuntura brasileira. Sendo assim, as militantes falam sobre uma luta concreta. Uma luta que envolve as mulheres impactadas pelas desigualdades. Desse modo, segundo Shirley Samico, é preciso que as mulheres encontrem sentido nas práticas pedagógicas que o movimento vem construindo na cidade do Recife, e, que, de fato, possam se reconhecer nas pautas estabelecidas.

Em Freire (2018), o pressuposto da luta se insere numa dinâmica de ação-reflexão, posto que para o educador a conscientização, se realmente conscientização, deve conduzir à prática. Por outro lado, se o momento é de ação, essa se fará autêntica práxis se em decorrência da reflexão crítica: “A práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida” (FREIRE, 2018).

Nesse sentido, sobre a construção de uma plataforma de lutas que se articula com a vida material das mulheres, Elisa Lucena explicou que o contexto de golpe brasileiro é “propício pra muita luta” (Elisa LUCENA, em entrevista). Nessa perspectiva, a militante afirmou que trancamentos de ruas, passeatas, acampamento na praça do Derby, mobilizações, panfletagem, ações diretas (a exemplo de militância porta a porta), intervenções artístico-culturais, têm sido realizados frequentemente pelas militantes.

Para a Elisa Lucena, o pressuposto da luta na Marcha Mundial das Mulheres é bastante abrangente, visto que envolve o que no movimento as militantes costumam se referir como lutas gerais e específicas. Desse modo, os enfrentamentos ao golpe contra a ex presidenta Dilma Rousseff, ao Governo Temer, à Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, às reformas do trabalho e da previdência, à prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva são exemplos de lutas que se encontram num contexto mais amplo de mobilização e que sintetizam os esforços das feministas, inseridas na MMM, nos últimos quatro anos, ao passo que a reivindicação pela legalização e descriminalização do aborto e o combate à violência contra mulher, bem como a oposição à candidatura de Jair Bolsonaro, por meio da campanha “EleNão”, são lutas que se constroem a partir das demandas chamadas específicas¹²⁴.



Imagem 27: Primeiro ato EleNão em Recife. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmp/>. Acesso em: 09/01/2020.

Dessa forma, no contexto de articulação entre lutas gerais e específicas está a Marcha das Margaridas 2019, referenciada unanimemente pelas entrevistadas desta pesquisa. Assim, reunindo cerca de 100.000 mulheres nas ruas de Brasília, sob o lema “Margaridas na luta por

¹²⁴ Fica evidente como a divisão entre lutas gerais e específicas é apenas aparente. Vale ressaltar que nas chamadas lutas específicas, ainda que exista a presença do público masculino, o protagonismo é sempre da mulher.

um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”, a MM concentrou os esforços das militantes da Marcha Mundial das Mulheres de Recife, que contribuíram imensamente com a mobilização, formação e conscientização de mulheres em todo o processo de luta. Acerca dessa construção, Shirley Samico afirmou:

Eu destacaria que uma coisa muito importante pra 2019 foi a nossa construção e participação na Marcha das Margaridas, que superou não só a expectativa de Pernambuco, mas também do Brasil, né. A capacidade de resistência de... de força das mulheres, da expectativa de 70.000 que foi pra 120.000 mulheres dos campos, das águas, de todo o Brasil, que auto-organizadas, conseguiram se juntar num ponto comum, isso é uma expressão muito forte de resistência, de luta (Shirley SAMICO, em entrevista).

Mais especificamente a respeito do feminismo, Shirley Samico compreende que a luta contra o patriarcado é unificadora. Para a feminista, embora exista uma pluralidade de contextos e realidades, o patriarcalismo, nessa perspectiva, por meio da divisão sexual do trabalho, provoca dinâmicas universais. Nesse sentido, segundo ela, esse fator contribui para que as mulheres se identifiquem em suas lutas:

Eu percebo que, assim, como o feminismo contagia de uma forma que a vida passa a criar sentido, né, e aí, nosso cotidiano passa a ser diferente, porque é um cotidiano questionador. É um cotidiano que valoriza nossas vidas, que inclusive, o patriarcado a vida inteira nega. Então, a luta das mulheres valoriza o nosso trabalho, a nossa intervenção, o nosso papel nessa sociedade, né, que é o tempo todo desvalorizado. A gente, nessa conjuntura, né, a Reforma da Previdência mesmo, é muito claro o quanto ela nos reconhece, né, nosso papel, não só o reprodutivo, mas, assim, a contribuição que a gente dá a sociedade. Ela desconsidera isso, e trata a discussão da igualdade, né, que é uma coisa que a gente sempre bate e diz que a gente não quer só a igualdade, a gente quer ser tratada diferente porque também as mulheres são diferentes. E aí, se cria um sentido. (Shirley SAMICO, em entrevista).

Por fim, Elisa Lucena reforça que enquanto movimento popular feminista, o papel da Marcha Mundial das Mulheres, por meio de processos educativos é garantir que a luta das mulheres, de fato, seja revolucionária. Desse modo, para a militante, é preciso que a mulher popular da classe trabalhadora esteja no centro das ações e reivindicações da Marcha Mundial das Mulheres. Segundo ela, é esse o ensinamento das práticas pedagógicas feministas, da revolução brasileira:

A construção da luta popular perpassa necessariamente pelo papel das mulheres, né, na sociedade, enfim. A sociedade capitalista se vale da invisibilização, do não pagamento do nosso trabalho, do apagamento das nossas contribuições, e essa revolução, esse projeto popular virá recolocando o papel da mulher... o papel da mulher negra, sobretudo, no seu devido lugar, que é de base, que é do cent... do

epicentro, acho que de toda opressão, né, e daí, também, o epicentro da revolução (ELISA LUCENA, em entrevista).

4 REFLEXÕES FEMINISTAS

Deixo esta pesquisa no mundo, recordando uma das últimas entrevistas concedidas por Freire¹²⁵. Nela, o professor afirmou que ficaria feliz se o Brasil todo fosse movido por marchas. Eu compartilho desse mesmo sentimento, pois acredito que o enfrentamento ao machismo, ao racismo e capitalismo, dar-se-á nas ruas. É assim que caminharemos, enquanto povo, em direção à liberdade.

No entanto, compreendo que antes das ruas e das grandes mobilizações, encontram-se os processos educativos produzidos pelo povo e com o povo, e, mais especificamente, no que tange ao objetivo central desta pesquisa, estão as pedagogias populares desenvolvidas pelas mulheres nas comunidades por onde passa o movimento feminista. Nesse sentido, particularmente, a Marcha Mundial das Mulheres tem traduzido minha utopia não somente enquanto militante, mas como educadora e pesquisadora que sou.

Por vezes, quem vê atos massivos e reivindicativos, nas ruas do Recife, não consegue visualizar todo um projeto desenvolvido através das práticas pedagógico-feministas. Acredito, inclusive, que muitas militantes, não mensuram a importância do papel exercido pela educação nesses fenômenos. Isso porque as marchas são a ponta visível de um *iceberg* imenso, forjado no seio de processos pedagógicos, constantemente, invisibilizados. Dessa forma, suponho eu que estudar as práticas pedagógicas no contexto da Marcha Mundial das Mulheres significa, sobretudo, buscar compreender as bases materiais que sustentam não somente a conquista de direitos, mas as mudanças feministas paradigmáticas.

Faço essas considerações porque quando passei a militar na Marcha Mundial das Mulheres, em Recife, fiquei encantada com a diversidade de práticas pedagógicas desenvolvidas pelo movimento. Um encanto que virou problema de pesquisa. Nesse sentido, embora esta investigação feminista tenha sido realizada entre os anos 2018 e 2019, ao menos oficialmente, trata-se de uma dissertação muito mais longa, que, sem dúvida alguma, continuará me impulsionando nessa marcha, que é a luta das mulheres. Continuará captando e afetando o meu olhar: de mulher, feminista, professora, militante e pesquisadora apaixonada pela educação.

Assim sendo, ao se propor como objetivo geral “compreender os pressupostos das pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres em Recife”, esta pesquisa revelou os princípios da auto-organização, trocas de experiências, diálogo,

¹²⁵ Entrevista de 1997.

coletividade e horizontalidade, autonomia das mulheres, criatividade e luta. Cabe ressaltar, ainda, que, surpreendentemente, esta investigação não apenas confirmou as hipóteses que eu já trazia, contudo ampliou o meu olhar sobre a Marcha Mundial das Mulheres, de modo que pude alcançar, também, descobertas. Nessa perspectiva, estava muito evidente para mim o fato de que tal organização produzia práticas feministas diversas capazes de dialogar com as mulheres. Por outro lado, poder descobrir o processo de construção e reconstrução pelo qual passaram dialeticamente, movimento e militantes, na jornada em busca de práticas educativas mais assertivas e comunicativas, foi extraordinário.

Nessa mesma direção, posso afirmar que, ao entrar em campo, já esperava pelos pressupostos da auto-organização, coletividade, trocas, lutas e autonomia, posto que a vivência intensa no movimento me permitia fazer tal inferência. Em contrapartida, o pressuposto da criatividade, mais concretizado, quando as militantes citam a batucada feminista, enquanto uma prática pedagógica que as sensibilizam, tratou-se de uma descoberta muito intrigante, uma vez que dentro de uma lógica racional e moderna costumamos conceber tal premissa como secundária. Sendo assim, essa constatação levou-me a inferir em que medida há, no movimento, uma perspectiva decolonizadora, caminho esse que, ao meu ver, pode fomentar construções teóricas significantes.

Ainda, é preciso evidenciar o quanto o debate sobre raça tem mobilizado as feministas da Marcha Mundial das Mulheres. Nesse sentido, embora o movimento seja reconhecido, numa esfera nacional e internacional por pautar, sobretudo, questões econômicas, fato esse que fica evidente com a temática escolhida para a V Ação Internacional, programada para acontecer em 2020, que se estrutura em torno da luta contra as transnacionais, em Recife, particularmente, percebo como um campo aberto para as próximas pesquisas, investigações acerca dos discursos sobre raça presentes na organização.

Aliás, no contexto de pesquisas que esta dissertação pode fomentar, penso que partindo de interesses e reivindicações locais, a relação entre a MMM-Recife *versus* esferas nacionais ou internacionais do movimento pode levantar discussões no que concerne ao processo de globalização do feminismo e a luta de mulheres localizadas, de modo que algumas relações de poder possam ser analisadas. No mais, avalio que estudos voltados para a sociologia dos movimentos sociais seriam de suma importância para reconstruir, bem como investigar, de maneira mais profunda, a história da MMM no estado pernambucano.

Considero, também, que as adversidades encontradas pela Marcha Mundial das Mulheres no que tange à promoção de atividades educativas são inúmeras, visto que o movimento é auto-organizado financeiramente. Dessa forma, é possível afirmar que, de modo

geral, é exclusivamente, a experiência que sustenta as práticas pedagógico-feministas desenvolvidas pelo movimento. Quero dizer com isso que as militantes não passaram por nenhuma espécie de formação que as preparassem para atuar. Nesse sentido, toda a metodologia produzida vem da práxis e sensibilidade de cada feminista. Além de que, a necessidade de dividir militância e trabalho reduz, não raramente, a organicidade e intencionalidade dos processos educativos.

Contudo, diante dos limites impostos pela estrutura capitalista na qual a organização se insere, considero que têm, as pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, se aproximado cada vez mais ao que teoricamente vem sendo estudado pelas autoras que debatem a Educação Popular e não sexista. Assim sendo, nos processos educativos promovidos pelo movimento, há a constante tentativa de, através das práticas feministas, apontar caminhos emancipatórios, por meio do engajamento das mulheres na luta contra o patriarcado, bem como construir um projeto de vida pautado numa contra-hegemonia.

É dessa forma que a Marcha Mundial das Mulheres tem se servido da Educação Popular e Feminista, em espaços extrainstitucionais, para construir práticas reais e possíveis de solidariedade, que miram uma sociedade mais justa e igualitária, tendo por base um feminismo anticapitalista e popular. Assim, o enfrentamento às grandes forças globais vai acontecendo, processualmente, a partir de uma construção coletiva, de trocas de saberes e vivências, através das quais, as mulheres vão tomando consciência do seu estar no mundo.

No mais, é preciso dizer que algumas observações extrapolam a dinâmica desta dissertação, incapaz de apreender a totalidade das práticas pedagógicas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, bem como seus rebatimentos na vida das militantes. Desse modo, algumas percepções, aqui, não se encontram registradas. Essas percepções, referem-se, sobretudo, aos olhares lançados pelas mulheres, aos sorrisos, às angústias partilhadas, às músicas cantadas, aos abraços trocados, aos poemas recitados, ao constrangimento expresso por aquelas que não conseguem ler ou escrever, aos agradecimentos pós-reuniões: “Pela primeira vez na vida, eu consegui entender tudo o que foi dito aqui”, falou-me uma das militantes.

Com efeito, o objetivo das práticas pedagógicas desenvolvidas pela MMM é este: mudar o rumo da história brasileira, reunindo as mulheres em torno de uma grande marcha. Nesse sentido, o movimento visa à mobilização popular, bem como acredita que somente nas ruas e auto-organizadas as mulheres serão capazes de construir um novo projeto de mundo, por meio de uma luta material e também subjetiva contra a mercantilização de vidas, a privatização de desejos e a negação sistemática dos sonhos (KOROL, 2007).



Imagem 28: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco nas ruas de Recife. Foto: Acervo Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco. Disponível em: <https://web.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em: 09/01/2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 19, maio-ago, 2011, p. 421-449.
- ALVAREZ, Sonia. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. Salvador: **Revista Feminismos**, v. 02, n. 01, 2014, p. 57-77.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu [online]**, n. 43, 2014, p. 13-56.
- ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos Feminismos Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000a, p. 383-426
- ALVAREZ, Sônia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: Stepan, A. **Democratizando o Brazil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AMOS, V; PARMAR, P. Challenging Imperial Feminism. **Feminist Review**, n. 17, 1984, p. 3-20.
- AMORÓS, Celia. **Tiempo de Feminismo: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad**. Madrid. Ediciones Cátedra. 1997.
- AMORÓS, Celia. **Feminismo: igualdad y diferencia**. México. Colección del Libros del PUEG. Universidad Nacional Autónoma de México. 1994.
- ANDERSON, Jeanine. **Proposta para a formação em Gênero e Desenvolvimento dirigida a ONGs Latino-Americanas**. Lima, Repem, 1996.
- ANDRÉ, Marli. O Que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? In: **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 22, n. 40, dez. 2013, p. 95-103.
- ANTROBUS, Peggy. **The Global Women’s Movement: origins, issues and strategies**. London: Zed Books, 2004.
- ARANTES, Rivane. **Educar-se pelo feminismo: um gesto com as outras, uma ação no mundo**. Políticas Públicas de Educação, 2016.
- BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 296-332.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. ed. 70. Lisboa, 1979.
- BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisaintervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BARTRA, Eli. Acerca de la investigación y la metodología feminista. In GRAF, N. B; PALACIOS, F. F; EVERARDO, M. R. (Orgs.) **Investigación Feminista: Epistemología, Metodología e Representaciones Sociales**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012. 407 p.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. NAS RUAS, REDES E ROÇADOS: AS TICS E A COMUNICAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. In: **Revista do Edicc**, v. 5, n. 1, 2018.

BESSIS, Sophie. International Organizations and Gender: New Paradigms and Old Habits. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**. v. 29, n. 2, 2003, p. 633-647.

BOFF, L. Povo: em busca de um conceito. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2015/01/29/povo-em-busca-de-um-conceito/>>. Acesso em 02 out. 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **A Profissão do Sociólogo**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 328 p.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 26, jan-jun 2006, p. 329-376.

BRANDÃO, Carlos R. O que é Educação Popular. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>>. Acesso em: 04 out 2019.

BRANDÃO, Carlos R.; ASSUMPÇÃO, Raiane. Cultura rebelde. **Escritos sobre a educação popular ontem e agora**. São Paulo: Editora do Instituto Paulo Freire, 2009.

CAMURÇA, Sílvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. Recife: SOS CORPO, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17. n. 49. 2003.

CARREIRA, Denise. **Viver é Afinar um Instrumento: Processos de Formação Feminista no Brasil**. 2001. 279 F. Dissertação. (Mestrado em Administração Escolar) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHANTLER, Khatidja; BURNS, Diane. Metodologias Feministas. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 111-120.

COLLINS, Patrícia Hill. Em Direção a uma Nova Visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-41.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**. 2. ed. Nova York: Routledge, 2000.

CONWAY, Janet. **Edges of Global Justice: The World Social Forum and its 'others'**. Abingdon, UK/ New York: routledge, 2012.

CONWAY, Janet. Geographies of Transnational Feminisms: The Politics of Place and Scale in the World March of Women. **Social Politics**, v. 15, n. 2, jun. 2008, p. 207-231, Disponível em: < <https://academic.oup.com/sp/articleabstract/15/2/207/1672450?redirectedFrom=PDF> >. Acesso em: 19 mai. 2019.

CONWAY, Janet. Stretching the scope of solidarities. troubling transnational feminism(s) at the World Social Forum. In: DUFOUR, P.; MASSON, D.; CAQUETTE, D. (Ed.). **Solidarities beyond borders: transnationalizing women's movements**. Vancouver: UCB Press, 2010.

CORRÊA, Sônia. **Gênero e desenvolvimento: de que estamos falando?** Cadernos ABONG nº 22, São Paulo, ABONG, 1997, pp. 5-10.

CORREA, Sonia. **Gênero: Reflexões Conceituais, Pedagógicas e Estratégicas**. Recife: SOS Corpo, 1994.

COSTA, Ana alice Alcântara; SANDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Feminismo no Brasil: Uma (Breve) Retrospectiva. In: Ana Alice Alcântara Costa, Cecília Maria B. Sandenberg (orgs). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 23-47.

CRENSHAW. Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

CUENTRO, Ana Cecília Nascimento. **Racha a senhora é maravilhosa! Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE**. Dissertação de conclusão de mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2017.

DE GORTARI, Eli. **Introducción a la lógica dialéctica**. Fondo de Cultura Económica/ UNAM, México, 1974, p. 293.

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In. Hirata, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DESAFIOS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR O CONFLITO DO CAPITAL CONTRA A VIDA: nós mulheres seguimos em luta!. São Paulo: SOF, 2017.

DESAI, Manisha. **The Messy Relationship Between Feminisms and Globalizations**. *Gender and Society*, v. 21, n. 6, dez. 2007, p. 797-803.

DUFOUR, Pascale; GIRAUD, Isabelle. Globalization and Political Change in the Women's Movement: The Politics of Scale and Political Empowerment in the World March of Women. **Social Science Quarterly**, v. 88, n. 5, dez. 2007, p. 1152-1173.

DUFOUR, Pascale. The World March of Women: first Quebec, then the world? In: **Conference Claiming Citizenship in the Americas**, 2005, Montreal, CA. Disponível em: < <http://www.cccg.umontreal.ca/pdf/Dufour%20rev%202.pdf> >. Acesso em: 19 mai. 2019.

FARIA, Nalu. Entrevista concedida a Cult. São Paulo, 12 jun. 2017.

FARIA, Nalu. **Feminismo e Esquerda: Uma relação estratégica**, 2017.

FARIA, Nalu. Feminismo e Lutas das Mulheres: Um olhar sobre a história e as dinâmicas recentes. In: **Feminismo em Marcha Para Mudar o Mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento**. São Paulo: Sof, 2015.

FEMENIAS, Maria Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 15. n. 1. jan-abr 2007.

FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO: trajetórias, alternativas e prática das mulheres em movimento. São Paulo: SOF, 2015.

FEMINISMO EM MOVIMENTO: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres. São Paulo: SOF, 2019.

FERREIRA, Verônica; SILVA, Carmen. Formação sobre violência contra as mulheres: um olhar sobre desafios pedagógicos na experiência da AMB (Brasil, 2005-2009). In SILVA, Carmen (Org.). **Experiências em Pedagogia Feminista**. Recife: SOS Corpo, 2010.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **New Left Review**. n. 56, 2009, p. 97-117.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007, p. 291-308.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Scielo, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf> >. Acesso em: 01 mai. 2019.

GEERTZ, C. **Local Knowledge: Further essays in interpretative anthropology**. Basic Books, 1983.

GIL, Vanessa. **Mulheres em Movimento Mudam o Mundo: o educativo na/da Marcha Mundial das Mulheres**. 2015. 117f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **A Relação entre a Educação Popular e os Movimentos Sociais na Construção de Sujeitos Coletivos**. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18577_7958.pdf>. Acesso em: 02 out 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GOMES, R. A análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. DE Souza (Org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

GOMIDE, Cristina de Mello. **Marcha Mundial das Mulheres (MMM): uma abordagem histórica a uma rede de movimentos sociais feminista nos anos 2000**. 2016. 108f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Paideia**. v. 12, n. 24, 2003, p. 149-161.

GOUVEIA, Taciana; PORTELLA, Ana Paula. **Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1998.

GUEVARA, Lourdes C. Pacheco Ladrón de. **El sexo de la ciência**. Nayarit: Juan Pablos Editor, 2010. 184 p.

HARAWAY, Donna J. *Ciência, Cyborgs y Mujeres: La reinvencción de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. ed. Brasiliense: São Paulo, 1981.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método Feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. 2. México UAM-X, CSH, 2002. p. 9-34.

HARDING, Sandra. *Ciência e Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata. 1996. HARTSOCK, Nancy. *The Feminist Standpoint: Developing The Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism*. In Sandra Harding (Org.): **The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual e Political Controversies**. New York and London: Routledge, 2014.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In. **Revista Estudo Feministas**, vol.1, n 1, 1993, p. 7-32.

HIERRO, Graciela. **Epistemología ética y género. Creatividad Feminista**. Disponível em: <<https://www.rebelion.org/hemeroteca/mujer/040403hierro.htm>>. Acesso em 16 dez 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.** [online]. vol. 26, n.1, 2014. p.61-73.

HOOKS, bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black**. New York City: Between The Lines, 1989.

HOOK, bell. **Ain't I a Women? Black Women and Feminism**. Boston, MA: South End Press, 1981.

JULIEN, Heidi. Content Analysis. In: Given, Lisa M. (Org.). *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: **SAGE**, v.1, 2008, p. 120-121.

KABEER, Naila. **Realidades Trastocadas** - las jeraquias de género en el pensamiento del desarrollo. Editorial Paidós, México, 1998.

KOROL, Claudia. La educación como práctica de la libertad: nueva lecturas posibles. In KOROL, Claudia (Org.). **Hacia una pedagogía feminista**. Buenos Aires: El Colectivo Pañuelos en Rebeldía: América Libre, 2007, p. 9-22.

LAGE, Allene. Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais. In: _____. **Educação e Movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia da luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LAS MUJERES CONTRA EL LIBRE COMERCIO: una historia de resistencia y lucha. São Paulo: SOF, 2015.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LORDE, Audre. **La Hermana, La Extranjera**. Madrid: San Cristóbal 17, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Dossiê Gênero na história das ciências. **Cadernos Pagu**. Unicamp, n. 15, 2000, p. 15-38.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.

MAGNANI, José G C. O (velho e bom) caderno de campo. In: **Revista Sexta-Feira**, n. 1. São Paulo: 1997.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. 1998-2000: una década de lucha internacional feminista. Jundiaí: Maxprint, 2008.

MATOS, Marlise. **A Quarta Onda Feminista e o Campo Crítico-Emancipatório das Diferenças no Brasil:** entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: 38°. Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu/MG. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-ondafeminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-adestradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>>. Acesso em: 31 abr 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É Possível Reconstruir a Teoria Feminista a Partir do Sul Global? **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba. v. 18, n. 36, jun 2010, p. 67-92.

MATURANA, Humberto R; VARELA, Francisco J. **A Árvore do Conhecimento: As Bases biológicas da Compreensão Humana.** São Paulo: **Palas Athena**, 2001.

MCKECHNIE, Lynne. e. F. Observational Research. In: GIVEN, Lisa M. (Org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods.** Los Angeles, New Delhi, Sigapore: Sage, 2008. v. 2, p. 573-575.

MILLER, Francesca. **Latin American women and the search for social justice.** Hanover: University Press of New England, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y Discurso Colonial. In: Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (Orgs). **Descolonizando El Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes.** Ed. Cátedra, Madrid, 2008.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Wihout Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity.** Durhan: Duke University, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade. US Empire and the Project of Women's Studies: Stories of ITIZENSHIP, Complicity an Dissent. **Gender, Place and Culture.** London. v. 13, n. 1, 2006, p. 7-20.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história e cultura**, v. 5, n. 9, jan-jun. 2006, p. 11-23.

MORENO, T. **Alternativas feministas nas ruas, redes e roçados.** GADN (Gender & Development Network), 2016. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2016/07/14/alternativas-feministas-nas-ruas-redes-e-rocados/>>. Acesso em 16 dez 2018.

MOSER, Caroline. **Planificación de Género y Desarrollo**. Lima (Peru), Red Entre Mujeres/Flora Tristán Ediciones, 1995. 142p.

MOSER, Caroline. **La Planificación de género en el Tercer Mundo**: Enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. Red Entre Mujeres e Centro Flora Tristán, Peru, 1991.

MOUFFE, Chantal. Hegemony and new political subjects: Toward a new concepts of democracy. In: C. Nelson e L. Grossberg (Eds.). **Marxism and interpretation of culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988, p. 89-104.

MURACA, Mariateresa. **Práticas Pedagógicas Populares Feministas e Decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**. 2015. 474f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

MUYLAERT, Camila Junqueira et. al. **Entrevistas Narrativas**: um importante recurso em pesquisa qualitativa. Scielo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf> Acesso em 16 dez 2018.

NEVES, Sofia. A Investigação Feminista Qualitativa e Histórias de Vida: a libertação das vozes pelas narrativas biográficas. In M. J. Magalhães, I. Cruz & R. Nunes (Org.) **Pelo Fio Se Vai À Meada**: Percursos de Investigação em Histórias de Vida. Lisboa: Ela por Ela, 2012, p. 69-81.

PALUDO, Conceição. Educação Popular Como Resistência e Emancipação Humana. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 35, n. 96, maio-ago. 2015, p. 219-238.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Movimentos Sociais. Disponível em: <<https://rest.formacontrolesocial.org.br/materials/conceicao-paludo.pdf>>. Acesso em: 03 out 2019.

PARADIS, Clarisse; CARRAU, Natália; BARRETO, Viviana. A Resistência Feminista Contra o Livre Comércio. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Desafios Feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida: nós mulheres seguimos em luta!**. São Paulo: Sof, 2017, p. 23-59.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing Space. **Antipode**, v. 34, n. 3, 2002, p. 380-404.

PEDROSA, Cida. **Gris**. Recife: Cepe, 2018. 139 p.

PENN, Gemma. Análise Semiótica de Imagens Paradas. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. (tradução de Viviane Ribeiro) São Paulo: Edusc, 2005.

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A: 1995.

PIÑEDA, Magaly. Feminismo e Educação Popular: existe controvérsia? In **Feminismo e Educação Popular** - Seminário latino-americano - Montevideo/Uruguais, 1986. Edição em português Rede Mulher de Educação. São Paulo, 1987.

PINGRET, Alexandra. **A Composição da Marcha Mundial das Mulheres (Brasil, 2000-2010)**. Domínios da Imagem, ano V, n. 10, 2012, p. 7-22.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: **Rev. Social Polit.** Curitiba. v. 18, n. 36, jun 2010, p. 15-23.

REINHARZ, Shulamit. **Feminist Methods in social Research**. Oxford University Press, 1992.

REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha Mundial das Mulheres: Um enfoque pós/decolonial sobre intersecções e solidariedade no feminismo transnacional**. 2016 210f. Tese (Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.

RUPP, Leila J. **Transnational Women's Movements**. European History Online, 2011. Disponível em: <<http://ieg-ego.eu/en/threads/transnational-movements-andorganisations/international-social-movements/leila-j-rupp-transnational-womensmovements>>. Acesso em: 18 dez 2018.

ROSE, Gillian. **Visual Methodologies: an Introduction to the Interpretation of Visual Materials**. Londres: Sage Publications Inc., 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. **Metodología de la Investigación Feminista**. Guatemala: Imprenta Evolution, 2008. 134 p.

SALVATICI, SÍLVIA. **Memórias de Gênero: Reflexão sobre a história oral de mulheres**. História oral. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2005, p.29-42.

SANDRA, Jovchelovitch; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In BAUER, Martin W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som**. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SANTANA, Camila de Melo. **FeminismoAgora!: Uma experiência de Pedagogia Feminista Autorreflexiva**. 2018. 148 F. Dissertação. (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um Discurso Sobre as Ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARDENBERG, Cecília. Considerações Introdutórias às Pedagogias Feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Orgs.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2011, v. 1, p. 19-38.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v. 64, 1988, p. 38-47.

SARTI, Cynthia. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. São Paulo, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SEDEÑO, Eulália Pérez. La deseabilidad epistêmica de la equidad em ciência. In RUIZ, Viky Frias (Org.). **Las mujeres ante la ciência del siglo XXI**. Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid. Espana: Complutense, 2001.

SHUTZE, F. Pressure and Guilt: War Experiences of a Yong German Soldier and their Biographical Implications, parts 1 and 2, **International Sociology**, 7, p. 187-208 e 347-367.

SILVA, Carmen. Feminismoagora! Autorreflexão e Formação Política. São Paulo: **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 02, 2006, p. 463-492.

SILVA, Camen. **Feminismo Popular e Lutas Antissistêmicas**. Recife: SOS Corpo, 2016.

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: SILVA, Carmen (org.). **Experiências Feministas em Pedagogia Feminista**. Recife: SOS Corpo, 2010.

SIMIÃO, Cristina S. Diversos significados e representações que se faz a respeito de liderança. IN Rocha, Regina et al, Liderança Popular: Mitos, Possibilidades e Desafios. **Apontamentos do Grupo Ad Hoc sobre Práticas de Liderança Popular Comunitária**. Curitiba: Aditepp e Nova Pesquisa, 1997, p. 7-16.

SIQUEIRA, Lucineli Pikcius Bezerra de. Feminismo em Rede no Século XXI: articulações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. 2016. 87f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, 2016.

SNYDER, Margart. Unlikely godmother: the UN and the global women's movement. In: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global Feminism: transnational women's activism, organizing and human rights**. New York: New York University Press, 2006.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: **Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: Paradigmas e Desafios. In: **O Movimento de Mulheres na Transição Democrática**. Texto apresentado para Projeto - Estudos Comparativos sobre Movimentos Sociais no Chile, México e Brasil. Universidade de Hannover, Alemanha, 1993/1994.

THAYNER, Millie. Translations an Refusals: Resignifying Meaning as Feminist Political Practice. **Feminist Studies**, v. 36, n. 1, 2010, p. 200-230.

TISDELL, Elizabeth. Poststructural feminist pedagogies: the possibilities and limitations of a feminist emancipatory adult learning theory and practice. **Adult Education Quarterly**, v. 3, n. 48, 1998, p.139-156.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo Cortez, 2008, p. 65-84.

ANEXO A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TCLE**

Eu, _____, R.G. Nº _____, autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada “Por uma Pedagogia Feminista... Até que todas sejamos livres!”, cujo objetivo geral é compreender os pressupostos das pedagogias feministas desenvolvidas, na cidade do Recife, pela Marcha Mundial das Mulheres. A pesquisa está sendo desenvolvida pela pós-graduanda Isabella Marques de Oliveira, para a dissertação a ser defendida junto ao Programa de Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Paula Abrahamian e Prof. Dra. Denise Maria Botelho.

Tenho conhecimento de que a participação dos procedimentos metodológicos (Entrevista Narrativa/ gravações e/ou registro de imagens), não proporcionará nenhum retorno financeiro, como também, riscos e desconfortos para mim. Autorizo a responsável pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar essas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc.). Estou ciente de que terei direito a respostas sobre quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa.

Desse modo, a divulgação da minha identidade poderá ser efetuada, visto que minha participação não acarretará nenhum prejuízo. Também, estou ciente de que poderei retirar este consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização. Assim sendo, por estar inserida num cenário de lutas políticas e de fortalecimento identitário, manifesto o meu desejo de manter minha identidade civil, a partir de minha participação, explícita.

() Declaro que este termo de consentimento me foi apresentado, entendi o seu conteúdo e declaro participar divulgando minha identidade.

Pesquisadora: Isabella Marques de Oliveira)

Contato: belzitamarques@yahoo.com.br/ (81) 98446.7872

Orientadora: Ana Paula Abrahamian

Orientadora: Denise Maria Botelho

Recife, _____ de _____ de 2019

Assinatura da Participante

Pesquisadora Responsável

Nome da Testemunha

Nome da Testemunha

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Participação no projeto de pesquisa: Por uma Pedagogia Feminista... Até que todas sejamos
livres!

ANEXO B

ROTEIRO PARA ENTREVISTA NARRATIVA

1. Fale-me sobre você/ sua vida.
2. Fale-me sobre como passou a se reconhecer feminista.
3. Conte-me sobre sua entrada/ adesão à Marcha Mundial de Mulheres e a compreensão que justificou sua escolha.
4. Conte-me sobre como se organiza a MMM em Recife.
5. Fale-me sobre as ações pedagógicas desenvolvidas pela MMM em Recife, desde seu ingresso no movimento até os dias atuais.
6. Fale-me sobre os objetivos da MMM através de suas ações.
7. Conte-me um pouco sobre o processo de preparação das atividades pedagógicas desenvolvidas pela Marcha: a escolha de um local/ do formato/ da temática.
8. Conte-me sobre o processo de efetivação das atividades da Marcha nos espaços onde o movimento está inserido.
9. Fale sobre avanços, tensões e desafios das ações promovidas pela MMM.
10. Fale-me sobre como você percebe a importância da MMM na vida das mulheres.
12. Fale-me sobre a importância das ações desenvolvidas pela MMM em sua vida.

ANEXO C

TRABALHO DE BASE E A LUTA DAS MULHERES

Nós, que fazemos parte do Núcleo Soledad Barrett, da Marcha Mundial de Mulheres e que estamos nos bairros de Brasília Teimosa, Peixinhos e Várzea, decidimos construir um processo de formação para melhor atuar em nossos territórios. Entendendo que é cada dia mais necessário fazer um bom trabalho de base, fundamentado numa educação popular para enraizar a construção da ideia do feminismo popular, nos propomos a refletir sobre alguns temas.

Vamos Nessa!!

Educação Popular é o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares para o exercício do poder. Esta concepção de formação luta por um dos polos da luta de classe, opta por quem se dispõe a um processo de transformar, pela raiz, a estrutura da sociedade capitalista. Quem faz só pedagogia, só metodologia, sem visão política, faz a contraeducação popular.

Educação popular é ferramenta político-pedagógica que contribui: na divulgação e recriação do conhecimento; na construção e implantação da estratégia de uma organização popular; na qualificação de militantes para a luta de classes; na elevação do nível de consciência da classe oprimida e na incorporação do povo como protagonista; na tradução das ideias e na aplicação da metodologia popular, com o compromisso da multiplicação criativa.

Como só o conhecimento liberta, não pode existir Educação Popular fora dos processos de luta popular. Assim, a luta popular é a Educação Popular aplicada, pois quem sabe como fazer, mas nunca fez, ainda não sabe. A luta popular articula ação de dar o peixe para quem tem fome, de ensinar a pescar para quem precisa sair da dependência e de elaborar uma estratégia para tomar de volta os rios que se tornaram propriedade privada.

Há muito tempo as mulheres vêm se organizando em grupos que realizam coletivamente **TRABALHO DE BASE** por meio da Educação Popular em suas comunidades, na busca de melhores condições de vida para si e para suas companheiras e criando estratégias para alcançar outro nível de poder econômico e político para toda a comunidade.

A **LUTA FEMINISTA**, por muito tempo, nos colocou em um lugar onde todas lutavam de modo geral pelos mesmos direitos pra todas as mulheres. Mas a realidade nos mostrou outra necessidade de luta. Nos identificamos e nos articulamos como mulheres, negras, periféricas que apresentam necessidades próprias e que constroem um **FEMINISMO POPULAR** que pauta melhores condições de vida para toda sociedade. Esta luta se baseia no fim da exploração que é mantida por uma sociedade **CAPITALISTA, PATRIARCAL E RACISTA**.

O feminismo se desenvolve dentro da luta diária nas comunidades que moramos e que realizamos nossas ações. É um movimento conduzido por mulheres que busca a libertação de mulheres e homens, ou seja, a luta pelo direito de toda a humanidade.

E é o nosso dever enquanto mulheres que estamos na linha de frente de construção de outra realidade levar esta ideia para além de nós, é nosso papel enquanto militantes de uma organização feminista, de raízes populares, garantir que sejamos um movimento de mulheres **REVOLUCIONÁRIO E MULTIRRACIAL**, em que o sujeito principal da luta seja a mulher da classe trabalhadora, e que abordem com sinceridade as principais questões que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como emprego, igualdade de salários, creches, prevenção à violência e tantas outras questões a que estamos expostas no dia a dia.

Realizar o trabalho de base, pautado numa Educação Popular que se apoia nas nossas próprias experiências de mulheres, e que usa nosso acúmulo de vida para transformar nossa própria realidade é a estratégia utilizada por nossos núcleos da Marcha nos nossos territórios.